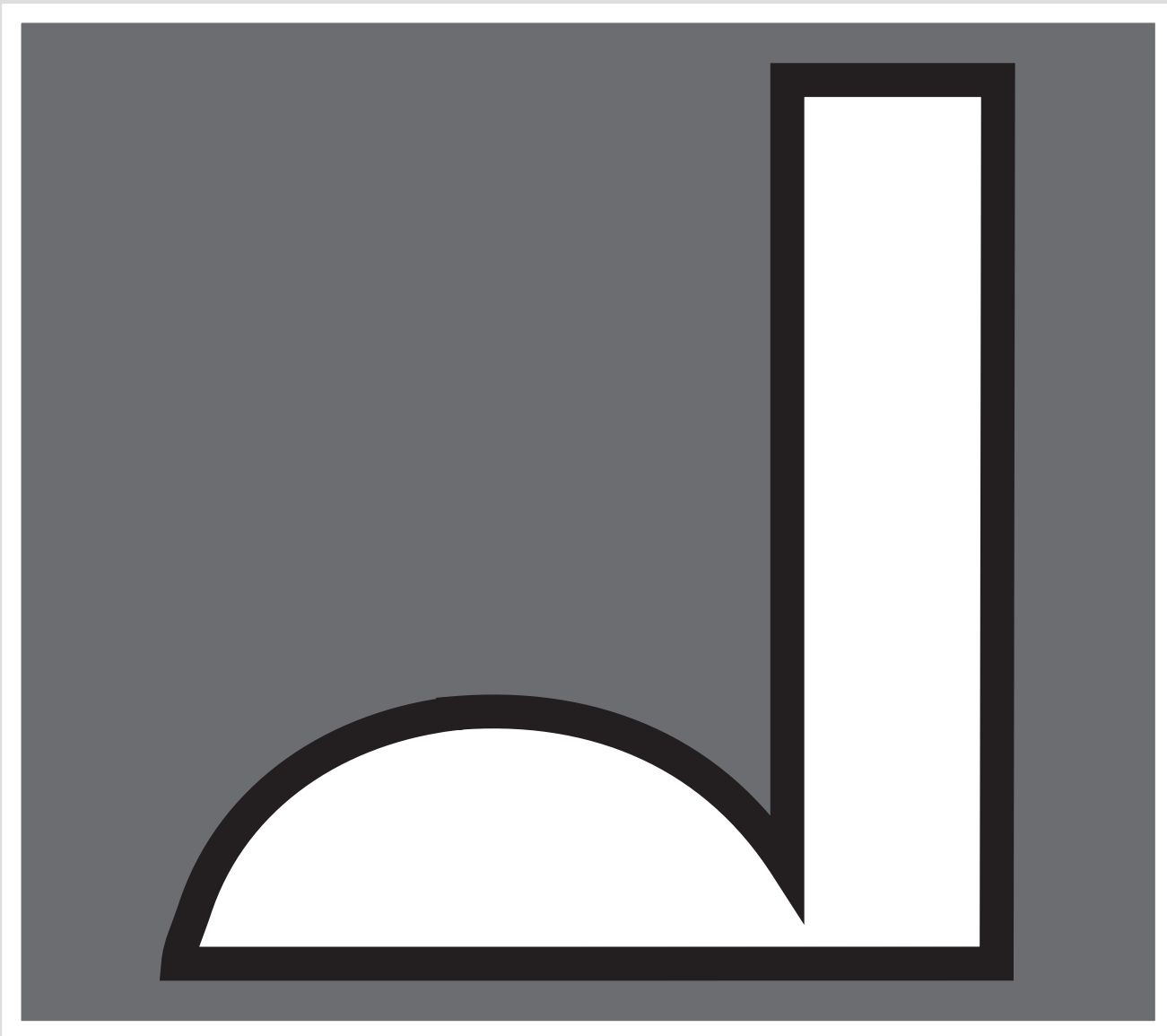




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 095 - TERÇA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 103ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE JULHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 169, de 2005 (nº 381/2005, na origem), de 22 de junho do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil na República da Estônia, desde que obtida a autorização do governo desse país..... 21976

1.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2005 (nº 432/2003, na Casa de origem), que define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências..... 21984

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda..... 21988

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências. Será incluída em **Ordem do Dia** oportunamente.

Declarado prejudicado o Requerimento nº 734, de 2005, em virtude de o seu objeto já ter sido atendido pelo Requerimento nº 729, de 2005. ambos do Senador Arthur Virgílio..... 21988

1.2.4 – Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 310/05, de 29 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei nº 3.062, de 2004 (nº 379/03, no Senado Federal), que institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. 21988

Nº 312/05, de 29 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei nº 2.087, de 1999 (nº 67/03, no Senado Federal), que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. Foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convertendo-se na Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005..... 21989

Nº 313/05, de 29 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei nº 2.637, de 2003 (nº 236/03, no Senado Federal), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o trecho que liga o Porto de Vitória (Cais de Capuaba) à BR-262, no Estado do Espírito Santo. Foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convertendo-se na Lei nº 11.122, de 31 de maio de 2005..... 21989

1.2.5 – Ofício

Nº 754/05, de 4 do corrente, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista, destinada a apreciar a Medida Provisória nº 251, de 2005..... 21989

1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de que trata a Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000..... 21989

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Comunica a realização em Brasília, no dia 20 de novembro do corrente, da “Marcha Zumbi Mais 10”, para relembrar os dez anos da “Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e pela Vida”, realizada em 1995. Anuncia

que o movimento negro espera que o Estatuto da Igualdade Racial seja promulgado no mesmo dia 20 de novembro. 21991

SENADOR *TIÃO VIANA* – Reflexão sobre a situação mundial e nacional da hanseníase, reascendendo o entusiasmo na luta contra a prevalência da doença no Brasil. 22001

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Reflexões sobre o momento crítico da política brasileira e os financiamentos públicos. Apelo pela aprovação urgente de projeto de lei em tramitação do Congresso, que obriga a quebra de sigilo bancário de cidadãos eleitos para exercer cargos públicos. Solicita transcrição de entrevista do Ministro Edison Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, publicada na revista *Veja*, edição desta semana. . 22003

SENADOR *ALVARO DIAS* – Justificativas a Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2005, de autoria de S. Ex^a., que dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de que trata a Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000. 22009

SENADOR *ALBERTO SILVA* – Sugere que usina de biodiesel seja destinada para atender o pequeno lavrador. 22011

SENADOR *JORGE BORNHAUSEN*, como Líder – Concessão de liminar do Supremo Tribunal Federal proposta pelo PFL e pelo PSDB que impugnava a Medida Provisória nº 242/05. Comentários ao pronunciamento do Presidente Lula, neste último final de semana, sobre o combate à corrupção. 22013

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Consternação pelo acúmulo de denúncias de corrupção no Governo. Cobrança de investigações das denúncias de irregularidades na empresa Cobra. 22014

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Defesa do Partido dos Trabalhadores e de seus membros atingidos por denúncias de corrupção. Justificativas a requerimento de voto de pesar pelo falecimento, em Santa Catarina, do Professor e Sociólogo Jacó Anderle. 22016

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 746, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando Voto de Pesar pelo falecimento do Professor e Sociólogo, Jacó Anderle, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina. 22019

Nº 747, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando Voto de Pesar pelo falecimento do Professor e Sociólogo, Jacó Anderle, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina. 22019

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *ANTÔNIO LEITE* – Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 131, de 2001, de auto-

ria do Senador Geraldo Althoff, que cria o Serviço Social da Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass). 22020

1.2.10 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.235/05, de 4 do corrente, solicitando a inclusão, em vaga existente pela liderança do PMDB na Comissão Representativa do Congresso Nacional, o Sr. Deputado Pedro Novais e a Sr^a Deputada Maria Lúcia Cardoso, como titular e suplente, respectivamente, eleitos excepcionalmente na sessão extraordinária do último dia 30. 22022

1.2.11 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 235/05, de 24 de maio último, encaminhando em resposta aos Ofícios nºs 253 e 256 a 287, datados de 7 de março de 2005, listagem informando a tramitação dos projetos consultados, bem como suas respectivas fichas de tramitação. 22022

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição paralela à reforma da previdência.. 22046

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Questionamentos sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. 22049

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Histórico do governo Lula desde sua eleição até as atuais denúncias de corrupção. 22053

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Considerações sobre reportagem publicada pela revista *Veja*, neste final de semana, sobre empréstimo ao PT avalizado pelo Sr. Marcos Valério. 22055

SENADOR *ANTONIO CARLOS MAGALHÃES* – Considerações sobre os acontecimentos políticos envolvendo o Partido dos Trabalhadores. 22057

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Reivindicação ao Ministro da Educação, de criação de unidades de ensino descentralizado-Unedes em Roraima – RR. 22059

SENADOR *NEY SUASSUNA*, como Líder – Reivindica ações urgentes do governo no sentido de que sejam providenciadas vacinas contra o vírus H5NI, prevenindo uma eventual pandemia da gripe asiática. 22063

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – Participação de S.Exa. em solenidade na Escola Superior de Agricultura de Mossoró, na última sexta-feira... 22064

SENADOR *TIÃO VIANA*, como Líder – Leitura de “Nota de esclarecimento” sobre processo licitatório entre o Governo do Estado do Acre e a Empresa “ASA Comunicação”, em resposta à matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, edição de hoje. 22064

SENADOR **MAGUITO VILELA** – Considerações sobre a importância da reforma política no País..... 22065

1.2.13 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR **LEONEL PAVAN** – Registro de matérias publicadas pela Revista **Época**, edição de 13 de junho do corrente, intituladas “*O PT assombra o Planalto*” e, “*A reeleição de Lula corre riscos*”.... 22066

SENADOR **ALVARO DIAS** – Comentário sobre as denúncias de corrupção nos Correios e os supostos pagamentos de propina a deputados conhecida como “mensalão”, e suas implicações para a governabilidade do país. Solicita transcrição de várias matérias referentes ao assunto, publicadas pela imprensa nacional, durante o mês de junho do corrente..... 22076

SENADOR **REGINALDO DUARTE** – Comentário sobre o artigo intitulado “*Vergonha de ser honesto*”, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank, Alcides Amaral, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 27 de junho do corrente..... 22086

SENADOR **TEOTÔNIO VILELA FILHO** – Registro de entrevista concedida pelo Deputado Roberto Jefferson, ao jornal **Folha de S.Paulo**, publicada na edição do dia 6 de junho do corrente. 22087

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro de entrevista concedida pelo Deputado Fernando Gabeira, publicada na revista **Veja**, edição de 15 de junho do corrente. 22092

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Reflexão sobre o preconceito generalizado. Manifesto contra o preconceito aos portadores da síndrome de Down. 22095

1.2.14 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas, com **Ordem do Dia** anteriormente designada..... 22096

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 98, de 2005. 22098

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.901 a 2.922, de 2005. 22099

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 103ª Sessão não Deliberativa, em 4 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Mozarildo Cavalcanti,
Antonio Leite, Alberto Silva e Augusto Botelho*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 169, DE 2005

(Nº 381/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, o art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e os arts. 39 e 59ww do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Os méritos do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 202 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 15 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, o artigo 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, o Artigo 18, § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986 e os artigos 39 e 59 do Anexo I, do Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República da Estônia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

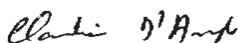
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ SÉRGIO GAMA FIGUEIRA

CPF.: 3008592104

ID.: 3221 MRE/DF

- 1941** Filho de Aguinaldo dos Reis Figueira e Cecília Gama Figueira, nasce em 10 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1969** Bacharel em Direito, FD-UEG/RJ, em 1 de janeiro
- 1970** CPCD - IRBr
- 1970** Terceiro Secretário, em 03 de fevereiro
- 1970** Divisão do Pessoal, Assistente da chefia
- 1971** Divisão de Pessoal, Seção Financeira, Chefe
- 1971** Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos Econômicos, Assistente
- 1973** Segundo Secretário por merecimento, 01 de janeiro
- 1973** Departamento Econômico, Assistente
- 1973** Embaixada em Washington, Segundo Secretário
- 1976** Embixada no México, Segundo Secretário
- 1977** Ordem da Águia Asteca, no Grau Encomienda (México)
- 1978** Embaixada em Tóquio, Segundo e Primeiro Secretário
- 1978** Primeiro Secretário por merecimento em 12 de junho
- 1979** Embaixada em Cingapura, Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1981** Divisão de Operações de Promoção Comercial, Chefe, substituto e Assistente da chefia
- 1981** Ordem do Tesouro Sagrado, Terceira Classe, no grau de Oficial (Japão)
- 1982** Conselheiro, por merecimento em 22 de dezembro
- 1985** Missão Junto às Nações Unidas, Nova York, Conselheiro
- 1986** CAE - IRBr
- 1988** Ordem do Mérito Militar, no grau de Oficial (Brasil)
- 1988** Ministro de Segunda Classe em 16 de dezembro
- 1988** Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretário, substituto
- 1988** Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Oficial (Brasil)
- 1989** Secretário de Orçamentos e Finanças
- 1991** Embaixada em Bruxelas, Ministro-Conselheiro

- 1994 Embaixada em Montevidéu, Ministro-Conselheiro
- 1995 Ordem de Leopoldo II, no Grau de Grande Oficial (Bélgica)
- 1996 Secretário de Controle Interno, Secretário
- 1997 Ordem de Leopoldo II, no Grau de Grande Oficial (Bélgica)
- 1997 Legião de Honra, no grau de Oficial (França)
- 1998 Ministro de Primeira Classe, 29 de Dezembro.
- 1999 Embaixada em Riade, Embaixador
- 1999 Embaixada no Iêmen (Sanaa), Embaixador, cumulativo
- 1999 Legião de Honra, Oficial (França)
- 2000 Embaixada em Omã (Mascate), Embaixador, cumulativo
- 2004 Ordem de Rio Branco, Grã Cruz

**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

FINLÂNDIA

Dados Básicos

País: República da Finlândia.**Capital:** Helsinque**Chefe de Estado:** Presidente Tarja Halonen (desde março de 2000).**Chefe de Governo:** Primeiro Ministro Matti Vanhanen (desde Junho de 2003).**População:** 5,190,785 (Julho / 2003).**População Rural:** 41% (2001).**População Urbana:** 59% (2001).**Densidade Demográfica:** 17,10/hab. km² (EIU – 2004)**PIB:** US\$ 186,2 bilhões (EIU - 2004).**PIB per capita:** US\$ 35,808 (EIU - 2004).**Reservas Internacionais, inc. ouro:** US\$ 12,3 bilhões (EIU - 2004)**Composição do PIB (2002):****Agricultura:** 4%;**Indústria:** 34%;**Serviços:** 62%.**Valor do Comércio Exterior*:****Exportação:** 48,789 bilhões de euros.**Importação:** 40.629 bilhões de euros**Principais Produtos de Exportação:** Produtos florestais, da indústria de papel, máquinas e produtos de metal.**Principais Produtos de Importação:** Metais básicos, maquinário e equipamentos de transporte, Produtos eletrotécnicos, Produtos químicos, Minérios.**Valor do Comércio com o Brasil (MDIC - 2004):****Exportações:** US\$ 237.370.172**Importações:** US\$ 400.207.216

Principais Produtos da Pauta Comercial com o Brasil:

Exportações: Níquel e suas obras; Café, chá, mate e especiarias; Sal, enxofre, terras, pedras, gesso, cal, cimento; Pastas de madeira ou de matérias fibrosas celulósicas; Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes; Carnes e miudezas comestíveis; Alumínio e suas obras; Veículos automóveis, tratores, ciclos; Ferro fundido, ferro e aço.

Importações: Máquinas, aparelhos e material elétricos; Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; Níquel e suas obras; Papel e cartão, obras de pasta celulósica; Veículos automóveis, tratores, ciclos; Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia; Produtos diversos das indústrias químicas.

*Fonte finlandesa

Avaliação das Relações Bilaterais

Brasil e Finlândia têm mantido um relacionamento marcado, nos anos mais recentes, por um diálogo cada vez mais freqüente, nos planos político e econômico. As relações entre o Brasil e a Finlândia apresentam um caráter construtivo e fluído. A inexistência de passivos diplomáticos, a notável atmosfera de cordialidade e o crescente interesse mútuo abrem excelentes perspectivas para um relacionamento bilateral assentado em bases de cooperação política e econômica no futuro próximo.

Na esfera da política externa, constata-se ampla faixa de coincidência e afinidades de posições entre os dois países. O Brasil e a Finlândia compartilham dos mesmos ideais de coexistência internacional, como o da admissão exclusiva da solução pacífica de controvérsias e a valorização dos organismos internacionais como foros para o desenvolvimento da cooperação entre os países.

No plano político, abriram-se nos últimos anos novos espaços no diálogo entre os dois países. O adensamento nas relações bilaterais, buscado por uma e outra parte, encontraram seus primeiros gestos no início do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e tomaram impulso concreto com as visitas ao Brasil da então Ministra dos Negócios Estrangeiros, Tarja Halonen, em março de 1996 e à Finlândia do então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia, em abril de 1997. Em fevereiro/março de 1997, realizou visita oficial ao Brasil o Presidente Martti Ahtisaari. O Ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, realizou visita de trabalho à Finlândia em outubro de 2000, retribuída pela vinda do Ministro Olli-Pekka Heinonen, em março de 2001.

A relevância da visita do Presidente Ahtisaari em 1997 tornou-se ainda maior pelo fato de ser ele o primeiro Chefe de Estado finlandês a realizar visita oficial ao Brasil - o Presidente Kekkonen (1956-1981) visitou a Amazônia em caráter particular e o Presidente Koivisto (1981-1994) esteve no Rio de Janeiro para a Conferência de 1992. Registre-se que o único Chefe de Estado brasileiro a visitar a Finlândia foi o Imperador Pedro II, que, em agosto de 1876, excursionou pelo Sul do então Grão-Ducado da Finlândia (sob soberania russa). O Presidente Ahtisaari fez-se acompanhar pelo Ministro para Assuntos Europeus e do Comércio Exterior, Joan Ole Norrback, e por ampla delegação empresarial que incluiu representantes das principais indústrias finlandesas de maquinaria, telecomunicações, mineração, celulose e papel. Em paralelo à visita oficial do Presidente finlandês, foram realizados seminários empresariais em São Paulo e Florianópolis sobre as potencialidades do mercado brasileiro, seguidos de mesas redondas para encontros de trabalho entre empresários dos dois países.

O Presidente Ahtisaari manteve novo encontro privado com o Presidente Fernando Henrique Cardoso em junho de 1999, durante a Cimeira América Latina e Caribe/União Européia, ocasião em que renovou ao Presidente brasileiro convite para visitar seu país. Sua sucessora, Tarja Halonen, encontrou-se igualmente com o Presidente Cardoso, em abril de 2000, durante a posse do Presidente chileno, Ricardo Lagos, em reunião que incluiu também o Presidente da Argentina e o Primeiro-Ministro da Itália.

A Presidente Tarja Halonen, que se encontrou em Davos, em janeiro, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visitou oficialmente o Brasil no período de 30 de outubro a 4 de novembro de 2003, acompanhada por importante delegação empresarial. Durante o encontro com o Presidente Lula, a Presidente Halonen demonstrou-se interessada pela proposta de combate à fome e à pobreza no mundo, que o Presidente havia exposto em sua intervenção na abertura da Assembléia-Geral da ONU em setembro. A Presidente finlandesa estendeu convite ao Presidente Lula para visitar a Finlândia.

Em setembro, no âmbito da Assembléia-Geral da ONU, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, reuniu-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros finlandês, Erkki Tuomija.

No que se refere ao diálogo entre as duas Chancelarias, realizou-se em Brasília, em abril de 2001, reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty e seu contraparte finlandês, Embaixador Markus Lyra. A agenda da reunião incluiu temas bilaterais, regionais (relações Mercosul-UE, Cimeira do Rio de Janeiro), internacionais (Rússia e Colômbia) e multilaterais (reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Direitos Humanos, Desarmamento, combate ao narcotráfico e terrorismo, OMC e Alca). Durante a visita da Presidente Halonen, a Subsecretária-geral Política, Embaixadora Vera Pedrosa reuniu-se com o Subsecretário de Assuntos Políticos da Chancelaria finlandesa, Embaixador Jaakko Laajava, com quem examinou uma agenda composta de questões bilaterais, regionais e globais.

Relações Parlamentares

A visita ao Brasil, em abril de 2002, da Presidenta do Parlamento Finlandês, Riitta Uosukainen, deu início à formalização de canal de diálogo privilegiado entre os Parlamentos dos dois países, por meio do anúncio da constituição do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Finlândia. O Presidente da seção finlandesa, indicado a título preliminar, será o Deputado Jukka Vihriälä. A parte brasileira foi convidada a visitar oficialmente a Finlândia, tão logo seja acertada sua composição, que após o início da nova legislatura, ainda se encontra em fase de definição.

Duas delegações parlamentares finlandesas visitaram o Brasil recentemente: em 2000, membros do Subcomitê de Finanças; e em março de 2002, o Comitê de Agricultura e Silvicultura, que manteve importantes contatos com o Ministro da Agricultura e Abastecimento, Pratiní de Moraes, e com seus contrapartes no Congresso Nacional. Em agosto último, realizou-se a visita de delegação florestal finlandesa, com vistas à negociação de Acordo Florestal.

Uma Delegação Parlamentar de Agricultura da Comissão de Finanças do Parlamento finlandês visitou o Brasil no período de 5 a 9 de março de 2005, quando foi recebida pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e mantiveram contatos no Congresso e no Ministério das Relações Exteriores.

Relações Econômicas

Relações econômicas

O comércio bilateral, na faixa dos US\$ 630 milhões, encontra-se aquém do potencial efetivo dos dois países. O saldo da balança é desfavorável ao Brasil. Nessa área, bem como na de investimentos, há muitas oportunidades a serem aproveitadas. Em abril de 1996, o Ministro do Comércio Exterior, Ole Norrback, visitou o Brasil acompanhado de missão empresarial, regressando no ano seguinte, quando acompanhou o Presidente Ahtisaari e missão composta de 17 empresários.

Em março de 2002, visitou o Brasil o então Ministro do Comércio Exterior, Jari Vilén, acompanhado, igualmente, de representantes de diversas empresas finlandesas que investem ou desejam investir no Brasil – com grande destaque para a área de telecomunicações. O Ministro Vilén foi recebido pelos Ministros das Comunicações; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Em outubro/novembro de 2003, a Ministra do Comércio Exterior e Desenvolvimento, Paula Lehtomäki, acompanhou a Presidente Tarja Halonen em sua visita oficial com delegação de 25 empresários das áreas de desenvolvimento florestal, polpa e papel e telecomunicações.

Em Agosto de 2004, o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, visitou a Finlândia, ocasião em que teve a oportunidade de manter contatos com autoridades governamentais e com a iniciativa privada daquele país, com o objetivo de promover o comércio e os investimentos no Brasil.

Esse novo diálogo demonstra a existência de uma real conscientização por parte de setores específicos do empresariado finlandês de que se abriram janelas de oportunidades para seus produtos e serviços com a estabilização e liberalização do mercado brasileiro e a consolidação do MERCOSUL.

Os interesses finlandeses concentram-se principalmente nos setores de telecomunicações, mineral e da indústria madeireira e de papel, onde o país desenvolveu notável competitividade. Nos anos mais recentes, os desenvolvimentos tecnológicos e de *know-how* finlandeses projetaram algumas de suas maiores empresas a procurarem expandir suas operações internacionalmente. É o caso dos Grupos NOKIA, VALMET e SISU que fazem parte das 33 subsidiárias e 81 representações de empresas finlandesas atualmente instaladas no País.

Do ponto de vista do intercâmbio comercial, em virtude da adesão da Finlândia à União Européia e das conseqüentes barreiras adotadas aos principais produtos brasileiros que compõem nossa pauta de exportações para aquele país, a balança comercial tornou-se, na década de 90, deficitária para o Brasil. Mais recentemente, nossas exportações, que vinham apresentando pequenos decréscimos desde 2000, voltaram a crescer em 2003 (38,3), 2004 (50,7) e jan-abril 2005 (58,4). Em 2003, as importações caíram (-28,7), mas recuperaram-se em 2004 (49,3). O fluxo total de comércio aumentou notavelmente nos últimos anos, em especial em 2004, quando passaram de US\$ 425,5 (2003) para US\$ 637,5, seu melhor resultado.

A ênfase a ser dada ao desequilíbrio na balança comercial está sendo contraposta pelo crescente volume de investimentos diretos que assumem importância para os dois países neste momento. O grande potencial existente nas áreas de cooperação econômico-financeira e de investimentos já foi discutida em eventos empresariais bilaterais, durante os quais ficou bastante claro o nível de excelência da Finlândia na produção de papel e no setor de telecomunicações. Neste aspecto, o país possui 46 operadores privados de telecomunicação, com destaque para o Grupo Nokia, que é atuante no Brasil em associação com a Gradiante. Os contatos mantidos pelo então Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, com seu colega finlandês Olli-Pekka Heinonen constituem um dos pontos fortes nas relações fino-brasileiras recentes, e as conversações com os principais responsáveis pela empresa "Nokia" abriram concretas perspectivas de ativa parceria em programas de cooperação a curto e médio prazo. A Nokia demonstrou interesse em ampliar sua margem de atuação no Brasil, mencionando, inclusive, a possibilidade de implantação de uma nova unidade de produção de aparelhos de telefonia celular com vistas ao mercado interno brasileiro e também objetivando a

exportação. Vale lembrar que os aparelhos de telecomunicações, incluindo os de telefonia celular, compunham, em 2001, quase 12% da pauta de importações do Brasil.

O Grupo Nokia, que está no Brasil desde 1996 e cujas vendas mundiais atingiram 29,3 bilhões de euros em 2004, tem seus papéis listados nas bolsas de Nova Iorque, Helsinki, Estocolmo, Londres, Frankfurt e Paris. O Grupo emprega cerca de 55.500 pessoas e possui fábricas em 9 países. Cabe registrar que a Nokia mantém 12 Centros de Pesquisa e Desenvolvimento, que contam com 20.772 empregados. Quase um terço do pessoal da empresa trabalha, portanto, nessa área. Seu escritório central está localizado em Espoo, Finlândia.

No que se refere ao setor da mineração, já se registrou a intenção do grupo Outokumpu de examinar as perspectivas do mercado brasileiro à luz do novo quadro de privatizações e liberalização comercial na área. A poderosa Champion International, consórcio americano-finlandês na área de produção de papel, já atua no Brasil. Em maio de 2005, inaugurou-se fábrica de papel e celulose da empresa sueco-finlandesa Stora Enso, em empreendimento conjunto com a Aracruz.

Fator que poderia contribuir para mudança no perfil de nossas exportações para a Finlândia seria a possibilidade de aquisição, pela companhia aérea "Finnair", de vinte aviões novos no valor total de um bilhão de Euros (cerca de US\$ 850 milhões). A Embraer estaria sendo cogitada como eventual fornecedora, juntamente com a "Fairchild-Dornier" e a "Bombardier".

Comércio bilateral (em USD milhões FOB)

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Total
1999	117,5	326,3	-208,8	443,8
2000	128,4	300,6	-172,2	429,0
2001	118,0	377,5	-259,5	495,5
2002	113,8	376,2	-262,4	490,0
2003	157,4	268,0	-110,6	425,5
2004	237,3	400,2	-162,8	637,5
2005*	106,1	107,5	-1,4	213,6

* jan/abril

Fonte: MDIC

Principais produtos exportados (2004)	Principais produtos importados (2004)
mates de níquel	Níquel não ligado
café em grãos	Papel fibra em rolos
caulim	Circuito impresso montado para telefonia
Carnes desossadas de bovino	Papéis cuche leve, fibra mecan
Caixas de marcha para tratores	Circuito impresso
Maças frescas	Papeis cartões para escrita

O Brasil reconheceu a independência da Estônia em 1991 e estabeleceu relações diplomáticas em 1993, criando a Embaixada, em caráter não-residente, cumulativa com a Missão Diplomática brasileira em Helsinque.

A Estônia tem demonstrado interesse em aprofundar as relações bilaterais, particularmente no que se refere ao intercâmbio comercial, à cooperação tecnológica e à coordenação em foros multilaterais. Não obstante a prioridade atribuída pela Estônia à sua integração às estruturas euro-atlânticas, o Governo de Tallinn indica reservar posição especial para as relações com o Brasil, no contexto latino-americano.

Em fevereiro de 2000, o Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele país submeteu por nota textos tentativos de Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica e Acordo de Cooperação no Campo do Turismo. Nos moldes celebrados pelo Brasil, foi proposto, por sua vez, acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço. Após o exame pelas áreas competentes brasileiras, todos os acordos propostos foram reencaminhados à parte estoniana.

As relações comerciais entre Brasil e Estônia são incipientes. O comércio bilateral, em 1997, alcançou tão-somente a cifra aproximada de US\$ 7,1 milhões (FOB), sendo as exportações brasileiras no valor de US\$ 5,2 milhões e as importações de US\$ 1,9 milhões. Em 1998, o volume de intercâmbio reduziu-se ainda mais, registrando exportações na marca de US\$ 1,9 milhões, com as importações subindo para cerca de US\$ 3,5 milhões. Em 1999, as exportações brasileiras somaram US\$ 2,4 milhões e as importações daquele país US\$ 637 mil.

Em 1999, a pauta de exportações do Brasil para a Estônia se compôs principalmente de cacau – em pasta e em pó – além de máquinas e equipamentos – principalmente para colheita, mas também para embalagem – e ferronióbio. Igualmente constam abacaxi, castanhas de caju e calçados. As importações em 1999 consistiram principalmente de ácido benzóico, leite em pó, produtos químicos em geral, além de cabos coaxiais e de outros condutores elétricos.

Há algum potencial para a ampliação das exportações brasileiras para aquele mercado, sobretudo de produtos alimentícios. Sob outro ângulo, a Estônia poderia ser utilizada por empresários brasileiros como entreposto para processamento de produtos a serem reexportados para países do Leste Europeu.

No período de 07 a 09 de novembro de 2000, esteve em visita oficial ao Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Estônia, Toomas Hendrik Ilves. A visita inseriu-se no quadro do grande interesse que vem sendo manifestado pelo governo estoniano no sentido não apenas de incentivar os vínculos bilaterais, como também de afirmar, em périplo por países das Américas do Sul e Central, a presença da Estônia no mundo ibero-americano.

O visitante e sua comitiva, integrada por diplomatas de alto escalão do Ministério dos Negócios Estrangeiros estoniano, chegaram a São Paulo na noite do dia 07 de novembro, cumprindo, no dia 08 seguinte, programação de encontros naquela capital estadual, com representante do Governo estadual e da Assembléia Legislativa, além de encontro com a presença de empresários brasileiros na FIESP e com membros da comunidade estoniana.

A visita a Brasília no dia 09 de novembro compreendeu encontro com o então Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, seguido de almoço de trabalho. O visitante manteve encontro com o vice-presidente da República, além de entrevistas no Congresso Nacional, com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, e com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Foram ainda, no contexto da visita, assinados acordos na área de turismo e de cooperação cultural, educacional e científica.

A Estônia aboliu unilateralmente a exigência de visto de entrada para turistas brasileiros e gestiona reiteradamente a assinatura de acordo que possibilite a aplicação de reciprocidade de tratamento a cidadãos estonianos.

Aviso nº 614/C. Civil

Brasília, 22 de junho de 2005

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia, desde que obtido o **agrément** do Governo desse País.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2005
(Nº432/2005, na Casa de origem)

Define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Sistema Único de Saúde – SUS prestará atenção integral à pessoa portadora de hepatite, tendo como diretrizes os princípios de universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação da sociedade na definição e no controle das ações e dos serviços que se fizerem necessários.

Art. 2º As ações programáticas referentes à assistência, promoção e prevenção das hepatites virais serão definidas pelo Poder Público, com a participação de entidades de usuários, representantes da sociedade civil e profissionais de saúde afetos à questão.

Art. 3º O Poder Público apresentará proposta de Norma Técnica que estabeleça as diretrizes para uma política de prevenção e atenção à saúde da pessoa portadora de hepatite, com ênfase às ações de vigilância à hepatite.

Art. 4º O Poder Público será o responsável pela coordenação do programa, com as seguintes funções:

I – elaborar estratégias de divulgação, utilizando a mídia disponível, com o objetivo de disseminar conhecimentos sobre as formas de hepatite e suas consequências e estimular a captação de órgãos para transplante;

II – definir critérios para o diagnóstico, acompanhamento e tratamento das hepatites virais, consolidados sob a forma de protocolos, cientificamente justificáveis e periodicamente revisados;

III – desenvolver periodicamente ações de capacitação técnica para os profissionais de saúde e entidades ligadas às hepatites virais, harmonizando as ações previstas no inciso II do **caput** deste artigo e incentivando a boa prática assistencial no âmbito local;

IV – definir as competências de cada nível assistencial, detalhando as ações a cargo de cada um, de forma a otimizar os serviços disponíveis em todo o território nacional;

V – promover a notificação, por meio dos serviços de vigilância epidemiológica, dos pacientes portadores de infecções pelos vírus **E** e **C**;

VI – acompanhar e avaliar as ações e serviços desenvolvidos.

Art. 5º O Poder Público desenvolverá estratégias para ampliar a prevenção, a assistência e a pesquisa relacionadas às hepatites virais, com ênfase na produção de medicamentos e insumos necessários para o diagnóstico e a terapêutica.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria das 3 (três) esferas de Governo.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 432, DE 2003

Define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Sistema Único de Saúde – SUS prestará atenção integral à pessoa portadora de hepatite, em todas as suas formas, assim como dos problemas de saúde a ela relacionados, tendo como diretrizes:

I – a universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização e a participação da sociedade na definição e no controle das ações e dos serviços de saúde, nos termos da Constituição da República e suas leis regulamentadoras:

II – ênfase nas ações coletivas e preventivas, na promoção da saúde e qualidade de vida, na multidisciplinariedade e no trabalho intersetorial em equipe;

III – o desenvolvimento de instrumentos de informação, análise, avaliação e controle, por parte dos serviços de saúde, abertos à participação da sociedade, e a garantia de plena comunicação entre os usuários e os órgãos do SUS, através dos Conselhos de Saúde, especialmente os regionais e os gestores, para o recebimento e o adequado atendimento às sugestões e reclamações de quaisquer tipos, sobretudo as relativas à insuficiência ou ao não atendimento da população usuária;

IV – o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o enfrentamento e o controle das hepatites e dos problemas a elas relacionados, e seus determinantes, assim como para a formação permanente dos trabalhadores da rede de serviços de saúde;

V – o direito às medicações e aos instrumentos e materiais de auto-aplicação e autocontrole, visando à maior autonomia possível por parte do usuário;

VI – a divulgação e o incentivo à doação de órgãos.

Parágrafo único - Para o cumprimento do disposto nos incisos III e VI, serão realizadas campanhas informativas, seqüenciais e permanentes, de esclarecimento à opinião pública, utilizando-se de todos os veículos disponíveis na mídia, especialmente a imprensa escrita e televisiva, buscando atingir o maior contingente Populacional

Art. 2º As ações programáticas referentes à hepatite, em todas as suas formas, assim como aos demais fatores de risco ou problemas de saúde a elas relacionados, serão definidas em Norma Técnica a ser elaborada por Grupo de Trabalho coordenado pelo Ministério da Saúde, garantida a participação de entidades de usuários, universidades públicas, representantes da sociedade civil e profissionais ligados à questão, cujos principais objetivos serão:

I – padronizar os critérios de seleção de candidatos ao tratamento das hepatites crônicas **B** e **C**, através do uso de métodos diagnósticos bem estabelecidos;

II – padronizar os esquemas terapêuticos a serem utilizados nos diversos grupos de pacientes;

III – padronizar a forma de acompanhamento diagnóstico dos pacientes e estabelecer os critérios a serem considerados na definição da resposta ao tratamento;

IV – estimular a difusão do conhecimento e o treinamento específico de profissionais da área de saúde no manejo das hepatites crônicas virais, incluindo a orientação dos indivíduos infectados e o tratamento e

a prevenção de novos casos, promovendo, desta forma, a capacitação de novos Centros;

V – promover a notificação, através dos serviços de vigilância epidemiológica, dos pacientes portadores de infecções pelos vírus **B** e **C**.

§ 1º O Grupo de Trabalho previsto no **caput** será previamente apresentado ao Conselho Nacional de Saúde.

§ 2º O Ministério da Saúde garantirá ao Grupo de Trabalho o apoio técnico e material que se fizer necessário.

§ 3º O Grupo de Trabalho terá como princípio o respeito às peculiaridades e especificidades regionais e locais, e aos respectivos Planos Municipais e Regionais de Saúde, sendo o resultado de seu trabalho um instrumento técnico orientador, fundado nos princípios elencados nesta lei.

§ 4º O Grupo de Trabalho terá prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após sua constituição, para apresentar proposta de Norma Técnica que estabeleça diretrizes para uma política de prevenção e atenção à saúde da pessoa portadora de hepatite, com ênfase às ações de vigilância à hepatite.

§ 5º A proposta de que trata o § 4º será apreciada em audiência pública, previamente convocada para esse fim, e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde.

Art. 3º A direção do SUS garantirá o fornecimento universal de medicamentos, insumos, materiais de autocontrole e auto-aplicação de medicações, especialmente a realização de exames diagnósticos da doença e exames de biópsia hepática e de contagem de vírus (PCR-RNA), além de outros procedimentos necessários à atenção integral à pessoa portadora de hepatite.

Art. 4º A direção nacional do SUS incentivará a implantação de Centros de Referência de Hepatite, de caráter regional, cuja finalidade é o atendimento integral aos pacientes de hepatite e, especialmente:

I – fornecer auxílio diagnóstico, promovendo a avaliação da necessidade e a indicação de tratamento;

II – o fornecimento de medicamentos;

III – prestar assistência social e apoio psicológico,

IV – cadastrar os pacientes que receberão acompanhamento e realizarão exames laboratoriais, nos Centros de Referência de Hepatite;

V – a formação de profissionais qualificados para o atendimento e o tratamento das hepatites virais.

§ 1º Os Centros de Referência de Hepatite possuirão estrutura que possibilite a capacitação de novos Centros, a fim de promover a formação de profissionais para o acompanhamento e o tratamento das he-

patites, tornando-se credenciados para exercer esta atuação em áreas distantes do seu âmbito regional, para multiplicar a abrangência de sua ação, e deverão dispor de, ou se associar a outros centros públicos de que constem:

I – área física destinada, especificamente, ao atendimento previsto neste artigo;

II – recursos humanos necessários ao atendimento das consultas médicas, coleta de exames, orientação aos pacientes e aplicação de medicação e vacinas.

III – profissionais médicos com experiência comprovada no manejo de pacientes com hepatites crônicas virais;

IV – serviço de diagnóstico por imagem para realização de ultrasonografia e biópsia hepática orientada, quando necessário;

V – serviço de anatomia patológica, com experiência comprovada em hepatologia, para análise histológica das biópsias de fígado;

VI – laboratório estruturado para realizar a pesquisa dos marcadores virais, testes de biologia molecular e outros exames necessários ao acompanhamento diagnóstico dos pacientes cadastrados junto aos Centros de Referência;

VII – serviço de endoscopia e vídeo-laparoscopia para diagnóstico de controle de complicações dos pacientes com hepatopatias;

VIII – serviço de epidemiologia, para orientação em relação ao controle do contágio e prevenção de novos casos, na comunidade.

§ 2º O treinamento de profissionais para o acompanhamento e o tratamento das hepatites dar-se-á em período não inferior a 6 (seis) meses e deverá contar com equipe destacada pelo Centro, para realizar o controle periódico de suas atividades, garantido-se a oportunidade de atualização e qualificação profissional.

§ 3º Os programas de treinamento de longa duração, ou de treinamento em procedimentos específicos de menor duração, obedecerão a critérios e pré-requisitos estabelecidos pelos próprios Centros de Referência de Hepatite.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No decorrer dos nossos 8 (oito) anos de mandato à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, esta Parlamentar pôde acompanhar o drama dos portadores de hepatite, especialmente a luta pelo acesso à medicação necessária para a cura da doença, bem

como a situação dramática daqueles que aguardam por um transplante.

Nossa atuação ocorreu em diversas frentes: promovemos audiências públicas, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo: visitamos instituições públicas de saúde; requisitamos informações à Secretaria de Saúde do Estado, finalizando com a aprovação unânime, no Plenário do Parlamento Paulista, do projeto de lei de minha autoria, definindo as Diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, o qual, não obstante a sua importância, fora vetado pelo Sr. Governador do Estado, o que reputamos tenha ocorrido por insensibilidade de S. Ex^a. ao problema, permanecendo o projeto na pauta de votações da Assembléia Legislativa daquele Estado.

Ao apresentarmos este Projeto de Lei à Câmara Federal, propondo a definição das Diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, no âmbito do SUS, para vigorar, em âmbito nacional, com previsão à divulgação e ao incentivo à doação de órgãos, o fazemos porque, novamente, fomos procurados por representantes de entidades de defesa dos portadores de hepatite e, também, por conceituados profissionais que atuam nesta especialização médica, que nos alertaram sobre o despreparo ou a insensibilidade do Poder Público para com o problema.

O tratamento das hepatites ofertado pelo Sistema Público de Saúde, se já não era o adequado, conta, agora, com um agravante: a Portaria nº 863, de 4 de novembro de 2002, que restringe, sobremaneira, o acesso ao tratamento público às hepatites e, por isso, tem sido alvo de críticas dos especialistas e dos portadores da doença, apesar de ter sido elaborada pelo Governo anterior, com o intuito de definir um Programa Nacional de Controle de Hepatite.

Reproduzimos, em linhas gerais, os principais aspectos da referida Portaria, questionados por hepatologistas com ampla experiência no tratamento de pacientes com hepatite crônica **C**, como os: Drs. Hoel Sette Júnior; Hugo Cheinquer; Edmundo P. A. Lopes; Raimundo Paraná, Mário G. Pessoa; Ana Maria Pitella e Marco Lacerda, num trabalho que deve ser publicado, brevemente, em revista médica especializada.

O vírus da hepatite **C** (VHC) é responsável por grande proporção dos casos de doença hepática, no mundo, totalizando 70% das hepatites crônicas e quase 40% das cirroses diagnosticadas, nos países industrializados, e estima-se que existam cerca de 200 milhões de portadores crônicos, em todo o mundo, encontrando-se 4 milhões, nos EUA, e 5 milhões, na Europa Ocidental, aproximadamente.

O tratamento atualmente recomendado para pacientes que apresentam hepatite crônica **C** é a combinação de interferon-alfa peguilado (PEGIFN) e ribavirina. A partir de reuniões com especialistas e consulta pública, o Ministério da Saúde elaborou o “Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Tratamento da Hepatite Viral Crônica **C**”, publicado no **Diário Oficial** da União, como Portaria nº 863, de 4 de novembro de 2002, elaborada com o intuito de orientar a assistência aos pacientes com hepatite **C**, pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na regulação da dispensação dos medicamentos nela previstos.

Estranhamente, admite-se, no texto da Portaria nº 863, que a prevalência do VHC seja menor, na população, do que em doadores de sangue, o que contraria todas as publicações existentes sobre o assunto e dificulta a interpretação sobre os motivos de ingênua distorção, uma vez que a Portaria foi elaborada por especialistas sob supervisão de técnicos do Ministério da Saúde. Deve-se levar em consideração, inclusive, as diferenças regionais e as preliminares evidências sobre a reduzida prevalência do HCV, em populações rurais.

Não há dados oficiais, no Brasil, inteiramente seguros; porém, o próprio Ministério já admitiu, previamente, estimativa mais próxima da realidade, afirmando que 3 milhões de brasileiros estariam cronicamente infectados, o que equivale a cerca de 2% da nossa população. Face à escassez de dados, a Portaria nº 863 utilizou e extrapolou, para a população brasileira, os dados de um Inquérito Nacional realizado, em 1999, pela Sociedade Brasileira de Hepatologia (SBH), no qual 1.173.406, maioria absoluta, de pré-doadores de sangue foram analisados. Cabe salientar, no entanto, que dentre os 99 questionários enviados, apenas 26 foram respondidos. Além disso, a população de pré-doadores de sangue é composta por população supostamente sadia, compreendendo a faixa etária entre 18 e 55 anos, que não representa o perfil dos pacientes portadores de hepatite **C**.

Não se sabe qual o motivo de a Portaria nº 863 ignorar relevante pesquisa de base populacional, já publicada pelo Instituto de Infectologia “Emílio Ribas”, cuja amostra populacional incluiu indivíduos residentes, no município de São Paulo, com idade variando entre 2 e 70 anos. Neste estudo, a prevalência geral do VHC foi de 1,42%, sendo que, no grupo de indivíduos com mais de 30 anos de idade, este percentual subiu para até 3,8%.

Existem evidências da OMS sugerindo que a prevalência da hepatite **C**, no Brasil, varie entre 2,7 e 4,9%. Estes dados, apesar de estimados, estariam

bem mais próximos dos apresentados pelo Instituto de Infectologia Emílio Ribas, do que daqueles descritos na Portaria.

O tratamento atual da hepatite pelo vírus **C** é uma realidade, com resposta sustentada (RS) variando entre 45% e 60% dos pacientes tratados. Com isto, reduz-se, significativamente, o grupo de pacientes potencialmente infectantes, diminuindo, também, o número de transplantes hepáticos, que deverão ser necessários, no futuro, evitando-se, concomitantemente, a progressão da doença para o carcinoma hepatocelular.

Apesar da Portaria nº 863 salientar as vantagens do uso do PEG-IFN, restringe o seu uso, apenas, aos pacientes virgens de tratamento que estejam infectados com o genótipo 1 e possuam biópsia hepática, evidenciando fibrose em estágio igual ou superior a F2, na classificação METAVIR ou na da Sociedade Brasileira de Patologia, o que torna patente que uma das principais preocupações dessa Portaria seria, inicialmente, a redução de custos financeiros e operacionais do Governo, enquanto buscam-se outras alternativas para melhor conduzir o tratamento da hepatite **C**, no País, quando, em futuro breve, a medicina terá que considerar o uso de PEG-IFN para pacientes com genótipo não-1, pacientes com pouca fibrose e/ou pacientes que já tenham realizado tratamento prévio, conforme as evidências recentes da literatura médica internacional.

Um outro aspecto questionado da Portaria nº 863 já existe estudo confrontando diretamente os 2 tipos de PEG-IFN5 existentes, alfa-2a e alfa 2b. Os resultados mostram que se referem a drogas com estrutura molecular e características farmacocinéticas distintas; portanto, é necessário ressaltar que estas novas alternativas terapêuticas não devem ser administradas, alternadamente, em um mesmo paciente. A Portaria nº 863 precisa se definir a esse respeito, levantando entre os médicos responsáveis pelo tratamento e seus pacientes o justificado temor de que algumas Secretarias da Saúde poderão misturar diferentes PEG-IFNs, no tratamento de um mesmo paciente. Esse fato não apenas contraria o bom senso mais elementar, como, também, falha em encontrar apoio científico, na literatura médica nacional ou internacional.

Finalmente, discordamos da determinação de que a administração do PEG-IFN deva se realizar, obrigatoriamente, em serviço especialmente identificado para esse fim pelo órgão de saúde competente, o que se daria por razões de fármaco-economia, racionalização de dose e aplicação, permanecendo as ampolas em poder dos referidos serviços, conforme estabelece a Portaria nº 863, pois tais medidas representarão uma restrição à liberdade de escolha e de movimentação

dos pacientes (cidadãos), por períodos de até 12 meses, e o mais preocupante: a possibilidade de contaminação no manuseio de frascos-ampolas, que serão, eventualmente, utilizados para mais de um paciente, medida que, também, não encontra respaldo na literatura especializada.

Defendemos a implantação de Centros de Referência de Hepatite que, como o próprio nome sugere, deverão ser referência para o atendimento integral aos doentes, como preconiza este projeto de lei, prevendo o fornecimento de auxílio diagnóstico, com avaliação das necessidades e a indicação dos tratamentos; o fornecimento de medicamentos; a prestação de assistência social e apoio psicológico; o cadastro dos pacientes que receberão o acompanhamento e que realizarão exames laboratoriais; bem como a formação dos profissionais, a fim de que se garanta um bom atendimento ao tratamento das hepatites virais, que é, enfim, o que se espera de qualquer serviço público, sobretudo o de saúde.

Dessa forma, recomenda-se que a disponibilização dos medicamentos seja feita de maneira a que garanta a cada paciente o tratamento completo, realizado com um mesmo tipo de medicamento, se possível no ambiente domiciliar, e sob a supervisão de seu médico.

Vê-se, portanto, que o tratamento das hepatites é um assunto complexo e de interesse da saúde pública, não podendo, portanto, ser normatizado sob o enfoque, tão-somente, da redução dos custos financeiros e operacionais do Poder Público, devendo, sim, serem estabelecidos mecanismos democráticos e universais de acesso à prevenção e à assistência aos portadores do VHC (Hepatite), nos termos da política de tratamento à doença que consubstancia este projeto de lei, cujo teor fomos buscar não só junto aos profissionais da área, mas, ainda, com os portadores da doença, que apóiam a medida.

Expostas as razões de mérito, cumpre salientar que a propositura encontra respaldo constitucional no artigo 23 cc os artigos 196 e ss., da Constituição Federal, que estabelecem a competência da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde, bem como o dever do Poder Público em dispor, nos termos da lei, sobre as ações e serviços de saúde, considerados de relevância pública.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares, para a aprovação da presente proposição, por consubstanciar proposta de relevante interesse público.

Sala das Sessões, – **Mariângela Duarte**, Deputada Federal – PT/SP.

(À Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2005, vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003** (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005** (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência declara prejudicado o **Requerimento nº 734, de 2005**, em virtude de o seu objeto já ter sido atendido pelo **Requerimento nº 729, de 2005**, ambos do Senador Arthur Virgílio.

O Requerimento nº 734, de 2005, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PS-GSE Nº 310/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a V. Exª que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 3.062, de 2004, do Senado Federal (PLS nº 279/2003), o qual “Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência”.

Na oportunidade, informo a V. Exª que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do PLS nº 379, de 2003.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PS-GSE Nº 312/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 2.087, de 1999 (nº 67/03, no Senado Federal), o qual “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convertendo-se na Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005.

Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do PLS nº 67, de 2003.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PS-GSE Nº 313/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 2.637, de 2003 (nº 236/03, no Senado Federal), o qual “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o trecho que liga o Porto de Vitória (Cais de Capuaba) à BR-262, no Estado do Espírito Santo”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convertendo-se na Lei nº 11.122, de 31 de maio de 2005.

Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da Lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do PLS nº 236, de 2003.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Of. nº 754

Brasília, 30 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a V. Exª os Deputados Professor Irapuan Teixeira, como membro titular, e Vanderlei Assis, como suplente, da Comissão Mista destinada a dar parecer à Medida Provisória nº 251 de 2005, em substituição respectivamente aos Deputados José Janene e Mário Negromonte.

Cordialmente, – Deputado **José Janene**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2005

Dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de que trata a Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

“Art. 2º

.....

§ 2º os servidores de carreira da Advocacia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, regularmente designados, terão amplo acesso aos processos oriundos das respectivas Comissões Parlamentares de Inquérito, neles podendo intervir como parte, para auxiliar o Ministério Público ou o órgão responsável pela propositura ou condução do processo, bem como requerer ser intimado dos atos processuais. (NR)”

Art. 2º O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, passa a ser denominado § 1º.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como é de conhecimento notório, as Comissões Parlamentares de Inquérito, essencial mecanismo de controle do Poder Público previsto na Constituição Federal sob o art. 58, § 3º da Constituição Federal, não possuem poderes para condenar aquelas pessoas contra as quais colecionou provas de delitos.

Sua missão é promover a investigação, o inquérito, e em seguida, encaminhá-lo às autoridades competentes, dentre as quais se destaca o Ministério Público, para que procedam às ações penais, cíveis e administrativas visando a responsabilizar legalmente aqueles que tiveram condutas contrárias ao ordenamento jurídico.

A Lei nº 10.001/00 confere especial prioridade aos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de forma que somente os mandados de segurança e os **habeas corpus** terão tramitação preferencial em relação à consecução das providências recomendadas pelas CPI. Ainda, a autoridade responsável por conduzir o processo, geralmente o juiz do caso, tem a obrigação de comunicar a Casa Legislativa que realizou a CPI, semestralmente, o estado do trâmite processual.

Tais normas, lamentavelmente, vêm sendo desrespeitadas e, mesmo aqueles processos frutos de CPI tidas como vitoriosas, como é o caso da CPI do Futebol, que teve a honra de presidir neste Senado Federal, caem num marasmo que não pode ser aceito nem por essa Casa nem pela sociedade em geral. Tal desleixo das autoridades responsáveis pela condução dos processos (e aqui, evidentemente, cabe a exclusão daqueles juízes e promotores que exemplarmente cumprem os mandamentos da Lei nº 10.001/00) só vem a retroalimentar conceitos na opinião pública de que as CPI sempre terminam “em pizza”, uma vez que dificilmente se vêem réus presos e efetivamente condenados após o término de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por tudo isso é que se torna essencial dar poderes aos membros da Advocacia do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para que possam intervir nesses processos como parte, a fim de elaborar requerimentos, exigir providências, requerer intimações e produção de provas e, em última análise, manter os parlamentares informados do estágio atual dos processos, num desejável equilíbrio da fiscalização que deve haver entre os Poderes da República.

É por esses motivos que acredito ser importante a aprovação deste projeto de lei, que trará relevantes benefícios à **persecutio criminis** que necessariamente segue-se às Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2005. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

LEI Nº 10.001, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000

Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.

Art. 2º A autoridade a quem for encaminhada a resolução informará ao remetente no prazo de trinta dias, as providências adotadas ou a justificativa pela omissão.

Parágrafo único. A autoridade que presidir processo ou procedimento, administrativo ou judicial, instaurado em decorrência de conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito, comunicará, semestralmente, a fase em que se encontra, até a sua conclusão.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

S. Exª dispõe de até quinze minutos.

A seguir, falará o Senador Tião Viana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, eu não poderia deixar de afirmar, mais uma vez, o trabalho que V. Ex^a, como Relator, na PEC paralela.

Em pronunciamento na última sexta-feira, comentei o trabalho de todos os Senadores e, naturalmente, destaquei o dos Relatores. Por isso, Senador Tião Viana, mais uma vez, cumprimento V. Ex^a pela forma como articulou e permitiu que a PEC paralela se tornasse realidade.

Peço que fique registrado, nos Anais da Casa, Sr. Presidente, um comentário que o Diap, via seu diretor principal, Antônio Augusto de Queiroz, faz da importância da aprovação da PEC paralela.

Aos professores quero dizer que a Presidente da sua entidade de caráter nacional, Professora Jussara Dutra, falava comigo hoje pela manhã, preocupada com que a regra de transição não seria estendida aos professores. Dizia-lhe que, no meu entendimento – espero que o departamento jurídico do Senado me dê um parecer nesse sentido –, os professores estão contemplados, porque, se existe uma regra de transição, é para todos aqueles que contribuíram com o tempo de serviço devido. No caso dos professores, são 25 anos. Então, para todo ano que exceder o tempo de contribuição, diminui-se um ano na idade, fazendo-se assim a devida compensação.

Pretendo aprofundar esse tema no dia de amanhã, mas, de antemão, pela minha visão, os professores estão contemplados, em todos os textos da PEC que ora é promulgada, quanto à integralidade, à paridade plena, à paridade das pensões, à regra de transição, à não-contribuição dos inativos e pensionistas com as chamadas doenças incapacitantes. Também contemplam todos as aposentadorias especiais, a contribuição da empresa para o INSS, a inclusão previdenciária que inclui as donas-de-casa e, naturalmente, a vigência da PEC paralela, que é retroativa a 31 de dezembro de 2003.

Falo isso, Sr. Presidente, mesmo tendo solicitado a publicação, na íntegra, do documentário do Diap, muito bem-feito, sobre a história da PEC paralela.

Gostaria de acrescentar também que, na semana passada, representei o Senado da República junto ao congresso de fundação da nova Central Sindical dos Trabalhadores, que reuniu 90% de todas as confederações de trabalhadores do País.

Foi um belíssimo evento, com cerca de dez mil pessoas presentes, em que foi eleito Presidente o

sindicalista José Calixto Ramos, Presidente da CNTI, que tem uma história muito bonita. Caminhei com ele, ainda quando era dirigente da CNTI, e foi com muita alegria que participei daquele evento da nova Central Sindical, que representa milhões de trabalhadores. Estava lá também o João Domingos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Não vou citar o nome de todos os presentes.

Foi um momento muito importante. Naquele fórum, tive a satisfação de comentar um pouco a nossa caminhada até este momento de nossa história e enfatizei também que eles ficassem tranquilos quanto às investigações no combate à corrupção, porque o Congresso há de cumprir a sua parte. Doa a quem doer, as investigações serão feitas independentemente da sigla partidária. Disse-lhes que essa é a posição do Presidente Lula.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, depois de conversar com o Senador Renan Calheiros, V. Ex^a me indicou como representante do Senado para a I Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial. Cumprindo a decisão de V. Ex^a, lá estive. Foi um belíssimo evento. Não por influência minha, no final do evento, por unanimidade, essa conferência, que reuniu mais de 1.200 delegados de todo o País – houve 27 encontros estaduais –, aprovou uma série de resoluções e encaminhamentos – para mim, todos muito importantes –, mostrando a vontade da nação negra de que este País efetivamente avance. Aprovaram um documento de apoio ao Estatuto da Igualdade Racial e também, por unanimidade, manifestaram apoio ao Presidente Lula, na certeza de que serão feitas todas as investigações devidas quanto às denúncias que estão sendo divulgadas diariamente pela imprensa.

Seria importante que o apoio à figura do Presidente Lula fosse unânime. Estavam lá representantes de todos os Partidos. Era uma conferência sobre a igualdade racial não vinculada a esse ou àquele Partido.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que lastimo muito o ato de discriminação que aconteceu no Bay Park Hotel contra a delegação, com cerca de 400 delegados, que estava participando do evento. A Seppir, que é nossa Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, dispôs todo o seu departamento jurídico para interagir a fundo nessa questão. Simplesmente, os instrumentos portáteis que estavam nos apartamentos foram todos retirados, dando a impressão de que os delegados poderiam

levar embora, por exemplo, um rádio-relógio. É um ato lamentável. A Seppir está tomando todas as providências. Disse-lhes que faria, como estou fazendo neste momento, da tribuna do Senado, uma denúncia e que levaria o assunto ao debate da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, que presido junto à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que me reuni, ao longo deste final de semana, por duas vezes e mais uma vez hoje pela manhã, com delegações do movimento negro de todo o País para buscar unificar a Marcha Zumbi+10, que acontecerá no mês de novembro de forma unitária, demonstrando que a comunidade negra quer muito que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado este ano e sancionado no dia 20 de novembro.

Estamos todos trabalhando nesse sentido. A Marcha Zumbi+10 é inspirada na marcha sobre Washington liderada por Martin Luther King, que conquistou os direitos civis dos negros norte-americanos. Entendo que a aprovação do Estatuto vai na mesma linha, porque o Estatuto da Igualdade Racial representa os direitos civis de todos aqueles que são discriminados neste País, como eixo, naturalmente, a comunidade negra.

Zumbi+10, com certeza, acontecerá em Brasília, em um grande evento coordenado pelo conjunto do Movimento Negro, que, certamente, terá não só o meu apoio, mas também o do Senado, da Câmara, do Executivo. Enfim, toda a sociedade civil há de apoiar esse movimento liderado pelos dirigentes do movimento negro no nosso País.

Sr. Presidente, aproveito ainda para, neste meu pronunciamento, registrar a minha alegria por ter participado daquele evento coordenado pela Ministra Matilde Ribeiro, um evento que entra para a história do País. Eu dizia que chegará um dia no futuro, pela importância das resoluções, em que professores falarão na sala de aula dessa forma com que me expressei quando lá falei em nome do Senado da República. Dirão eles no futuro: “Em julho de 2005, o Brasil realizou uma conferência histórica para a promoção da igualdade racial. O Presidente à época, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, mediante determinação oficial, disse: ‘Considerando que compete ao Estado a implantação de ações, ...capazes de impulsionar, de modo especial, segmento que, há cinco séculos, trabalha para edificar

o País, mas que continua sendo o alvo predileto de toda sorte de mazelas, discriminações, ofensas a direitos e violências materiais e simbólicas, enfim, decreto instituída a política nacional da promoção da igualdade racial”.

Isso, com certeza, Sr. Presidente, mediante o decreto do Presidente Lula, tem uma simbologia muito grande.

Eu terminava a minha fala, naquele evento, lembrando uma canção africana que considero muito emblemática: a “Canção africana dos homens”. O que diz essa canção? Quando uma mulher de uma tribo da África está grávida, as mulheres se reúnem, vão para a selva e meditam sobre uma canção para aquela criança. Quando nasce, a criança escuta a canção. Depois, em vários momentos importantes da sua vida, quando, por exemplo, começa a sua educação ou o seu casamento, a tribo canta aquela canção. Existe um outro momento em que a canção é cantada para a pessoa. Quando ela comete alguma falta grave ou algum ato social que seja considerado indigno, a tribo se reúne, forma um círculo em torno da pessoa e canta a canção dela. Para quê? Eles dizem que é porque reconhecem que a correção para condutas anti-sociais não é o castigo, mas o amor e a lembrança de sua verdadeira identidade. Eles dizem que, quando reconhecemos nossa própria canção, já não temos desejos nem necessidade de prejudicar ninguém.

Senhoras e senhores, é importante que cada um reconheça sua própria canção, que cada um ouça sempre a voz do coração.

A cor da pele é apenas uma diferença, assim como o tamanho dos pés, como a altura que alguém mede, como a forma de seus cabelos.

Duvido que Deus tenha criado qualquer uma dessas diferenças para que elas gerassem discriminação ou *apartheid*. Acredito que Ele as criou na linha firme do amor igualitário e fraterno, para enfatizar que a alma, essência da criação, naturalmente seja abrigo do amor, da igualdade e da justiça!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º do Regimento Interno.)

Kalinka Tavares Iaquinto

De: Mateus Rafael Martins Leal
Enviado em: sexta-feira, 1 de julho de 2005 11:45
Para: Kalinka Tavares Iaquinto
Assunto: to com fome

PEC Paralela: uma vitória do senador Paulo Paim

Por Antônio Augusto de Queiroz*

A PEC Paralela, que será transformada na Emenda Constitucional nº 47, de 2005, foi aprovada e será promulgada pelas duas Casas do Congresso graças ao esforço e dedicação de muitos parlamentares, mas foi o senador Paulo Paim, com seu compromisso inarredável para com os assalariados do serviço público, quem mais acreditou, perseverou e lutou por essa causa dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas.

O senador Paulo Paim - um parlamentar cuja trajetória política se confunde com a defesa de todos os trabalhadores e aposentados e pensionistas, do setor público e da iniciativa privada - pagou um preço muito alto por haver patrocinado a PEC Paralela, inicialmente vista pelos servidores como mera manobra para aprovação da reforma da previdência.

Ao defender a PEC Paralela, o senador arriscou-se perante os servidores públicos, em geral, e às lideranças sindicais, em particular, mas o fez consciente das responsabilidades assumidas. Diante da correlação de forças, fez a opção entre marcar posição, votando contra a reforma da previdência e supostamente mantendo a coerência, ainda que sabendo que seu voto não seria suficiente para derrotá-la, e efetivamente defender os interesses dos servidores, criando uma alternativa capaz de amenizar os efeitos perversos da reforma da previdência.

A PEC Paralela, é verdade, não resolve todos os problemas da reforma da previdência, mas contribui para reduzir os prejuízos aos servidores em alguns pontos relevantes, como: a) integralidade, b) paridade, c) regra de transição, d) contribuição de inativo, e) aposentadoria especial, f) contribuição da empresa para o INSS, e g) inclusão previdenciária.

A regra de transição, apenas para ilustrar a importância da PEC Paralela, permite que servidores que começaram a trabalhar cedo, em sua esmagadora maioria por necessidade de complementação de renda familiar, possam se aposentar com paridade e integralidade antes dos 60 anos de idade e, portanto, não seriam penalizados com mais sete anos de serviço. Para tanto, autoriza que o tempo de contribuição que exceda ao exigido pela Constituição (35 anos, no caso de homem) possa ser compensado na idade mínima, na razão de 1 por 1.

A promulgação da PEC Paralela, além de honrar um acordo que envolveu parlamentares, lideranças sindicais e autoridades federais, inclusive do presidente da República, e de amenizar os prejuízos aos servidores na reforma da previdência, é o melhor desagravo que o senador poderia receber. Parabéns senador Paulo Paim!

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e Diretor de Documentação do DIAP.

PEC PARALELA AGUARDA PROMULGAÇÃO

Por Antônio Augusto de Queiroz

O Senado Federal, por requerimento do Senador Paulo Paim (PT/RS), concluiu hoje (dia 30/06/2005) a votação em dois turnos, do parecer do Senador Rodolfo Tourinho (PFL/BA) sobre a PEC Paralela da Reforma da Previdência. Com isto, cumpriu-se, finalmente, um importante acordo que reduzirá os efeitos perversos da reforma da Previdência Social, principalmente para os servidores que começaram a trabalhar cedo.

O texto aprovado mantém os pontos centrais da PEC Paralela aprovada na Câmara, que serão promulgados de imediato, mas suprime a regra de transição para os professores e propõe nova PEC sobre quatro outros pontos: i) subteto, restabelecendo a redação original do senado, ii) estende o direito de paridade às pensionistas de servidores que se aposentaram na forma do caput do art. 6º da E.C 41, iii) isenta da contribuição, até o dobro do benefício do regime geral de previdência, os aposentados e pensionistas portadores de doença incapacitante, nos termos de lei, e iv) retroage os efeitos da nova PEC, quando aprovada na Câmara, à vigência da Emenda Constitucional nº 41.

Assim, serão promulgados de imediato as seguintes mudanças e/ou acréscimos na Emenda Constitucional nº 41: i) integralidade, ii) paridade, iii) regra de transição, iv) aposentadoria especial, v) contribuição da empresa para o INSS, e viii) inclusão previdenciária.

Texto a ser promulgado

Integralidade - Garante aposentadoria integral e paridade plena ao servidor que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/2003, preencher os requisitos do art. 6º da Emenda Constitucional 41 (35 ou 30 anos de contribuição, se homem ou mulher, 60 ou 55 de idade, 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo). A E.C 41, na verdade, já assegurava a integralidade, mas não garantia a paridade. Esta só vai ser assegurada com a PEC paralela, que revoga o § Único do art. 6º da E.C. 41.

Paridade plena - Assegura paridade plena a todos os servidores que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/2003, preencherem todas as exigências para aposentadoria integral do item anterior. Dizendo de outro modo, estende a paridade plena do art. 7º da E.C. 41 aos servidores que se aposentarem com base no art. 6º da própria E.C. 41.

Paridade das pensões - Fica assegura a aplicação da regra de paridade plena, constante do art. 7º da E.C. 41, de 2003, às revisões de pensões derivadas de proventos de servidores falecidos cujas aposentadorias tenham sido concedidas com base na regra de transição abaixo. Há, aqui, uma incoerência, que o relator propõe correção numa nova PEC que será enviada à Câmara, para garantir paridade plena aos pensionistas de servidor que tenha se aposentado com base o art. 6º da E.C. 41 (35 ou 30 anos de contribuição, se homem ou mulher, 60 ou 55 de idade, 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo).

Regra de transição geral - Possibilita ao servidor que ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998 se aposentar integralmente e com paridade plena antes da idade mínima exigida na Emenda Constitucional 41, desde que tenha pelo menos 25 anos de serviço público, 15 na carreira, cinco no cargo e comprove tempo de contribuição acima do exigido, no caso de 30 anos para a mulher e de 35 para o homem. Para cada ano que o servidor exceder no tempo de contribuição, ele poderá reduzir ou abater um ano na idade mínima. É a conhecida regra 95 para os homens ou fórmula 85 para as mulheres, que poderá ser alcançada

com a soma da idade com o tempo de contribuição. Exemplo: homem 59/36, 58/37, 57/38; 56/39, 55/40 etc.

Isenção de contribuição de inativos e pensionistas - O aposentado ou pensionista do serviço público que for portador de doença incapacitante, nos termos de lei, ficará isento de contribuição para a previdência até o dobro do teto do INSS. Em valores atuais corresponde a R\$ 5.336,30

Teto nacional - O teto nacional de remuneração e proventos no serviço público, que exclui apenas as parcelas indenizatórias previstas em lei, será equivalente ao subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, correspondente, em valores de dezembro de 2004, a R\$ 19.170,00, podendo chegar a R\$ 21.500,00 em 2005 e R\$ 24.500,00 em 2006, se aprovado o projeto do Supremo Tribunal Federal que define o novo teto nacional.

Aposentadorias Especiais - Assegura aposentadoria especial, nos termos de lei complementar, para os portadores de deficiência, para os servidores que exercem atividade de risco e para os servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem à saúde ou à integridade física.

Contribuição da Empresa para o INSS - Modifica o § 9º do art. 195 da Constituição Federal para permitir que a contribuição do empregador para a Previdência Social (INSS) possa ter base de cálculo e alíquota diferenciada em razão não apenas da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra, mas também do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

Inclusão Previdenciária - Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas e carências inferiores às vigentes para os segurados em geral, destinado a atender trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico, garantido-lhes o acesso a benefício de valor igual a um salário mínimo.

Vigência da PEC Paralela - Estabelece que os efeitos da PEC Paralela, cuja vigência se inicia com a publicação do texto promulgado, serão retroativos a 31 de dezembro de 2003. Essa retroação é produto de emenda dos deputados Carlos Mota e Drª Clair, aprovada na Câmara e mantida, com emenda de redação, no texto do relator do Senado.

NOVA PEC QUE RETORNA À CÂMARA

O relator, alegando compromisso com o "espírito" do texto oriundo do Senado, fez modificações em pelo menos quatro pontos da PEC Paralela, conforme segue:

Subteto no Executivo Estadual: o relator rejeitou a redação da Câmara que determina que o salário do governador não poderá ser inferior a 50% do subsídio do ministro do Supremo e estende às carreiras de Delegados de Política e de Agentes Fiscais de Renda o subteto de Desembargador. Propõe, em seu lugar, o texto original do Senado, que acrescenta ao texto da E.C 41 os cargos de Advogados dos Estados, Distrito Federal e Município organizados em carreira na alínea que vincula a remuneração das carreiras de Procuradores, Defensores e Membros do Ministério Público Estadual ao subsídio de Desembargador e autoriza a criação, por lei de iniciativa do Poder Executivo, de um valor de referência como subteto que não poderá ser inferior ao subsídio do Governador nem inferior ao subsídio de Desembargador.

Subteto no Legislativo Estadual: A nova PEC determina que o subteto no Legislativo

Estadual não poderá ser superior ao subsídio de Deputado Estadual. Autoriza a criação, por lei de iniciativa do Legislativo, um valor de referência que não poderá ser superior ao subsídio de Desembargador.

Subteto nos Municípios - A nova PEC determina que o subteto na esfera municipal não poderá ser superior ao subsídio do Prefeito, exceto para Procurador Municipal, Autoriza a criação, por lei de iniciativa do Prefeito, de um valor de referência que não poderá ser inferior ao subsídio do prefeito nem superior ao subsídio de Desembargador.

Isenção de contribuição de inativos e pensionistas - O aposentado ou pensionista do serviço público que for portador de doença incapacitante, nos termos de lei, ficará isento de contribuição para a previdência até o dobro do teto do INSS. Em valores atuais corresponde a R\$ 5.336,30

Paridade às pensões - A PEC Paralela garante paridade apenas ao pensionista de servidor que se aposentou pelas regras de transição. A nova PEC estende o direito de paridade também aos pensionistas de servidor que tenha se aposentado com base o art. 6º da E.C. 41 (35 ou 30 anos de contribuição, se homem ou mulher, 60 ou 55 de idade, 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo).

Vigência da nova PEC - Estabelece que os efeitos da nova PEC, que será objeto de votação na Câmara dos Deputados, serão retroativos a 31 de dezembro de 2003.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e Diretor de Documentação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.



PEC Paralela é aprovada

O Senado Federal aprovou (30), por unanimidade, a PEC 77-A, conhecida por PEC Paralela da Reforma da Previdência. “Aqueles que duvidaram da aprovação terão de nos engolir! O acordo, enfim, foi cumprido”. A frase, proferida pelo senador Paulo Paim, resume a batalha que foi travada em torno da PEC Paralela. Em pouco mais de um ano e meio, as discussões da matéria envolveram senadores, deputados, entidades dos servidores públicos e sociedade.

Um período que pôs à prova a honra dos poderes constituídos e de seus integrantes. Pôs à prova o cumprimento dos acordos. “Recebemos em nosso gabinete uma série de mensagens e de telefonemas que mostravam a descrença de nosso povo, de nossos servidores”, diz Paim. O parlamentar declara estar feliz por ver que o acordo firmado entre Executivo e Legislativo foi cumprido: “Isso prova que a palavra ainda é valorizada”.

Criada para amenizar os efeitos da Reforma da Previdência (EC 41/03), a PEC Paralela vai garantir os seguintes pontos:

- **Integralidade** - Garante aposentadoria integral e paridade plena ao servidor que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/03, preencher os requisitos do art. 6º da Emenda Constitucional 41: 35 de contribuição, no caso dos homens, e 30 anos para as mulheres; 60 ou 55 de idade, para homens e mulheres, respectivamente; 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo. A EC 41, na verdade, já assegurava a integralidade, mas não garantia a paridade. Esta só vai ser assegurada com a PEC Paralela, que revoga o Parágrafo Único do art. 6º da Emenda Constitucional 41.
- **Paridade plena** - Assegura paridade plena a todos os servidores que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/03, preencherem todas as exigências para aposentadoria integral, citadas acima. Estende a paridade plena do art. 7º da E.C. 41 aos servidores que se aposentarem com base no art. 6º da própria E.C. 41.
- **Paridade das pensões** - Fica assegurada a aplicação da regra de paridade plena, constante do art. 7º da E.C. 41, de 2003, às revisões de pensões derivadas de proventos de servidores falecidos cujas aposentadorias tenham sido concedidas com base na regra de transição. O relator propõe correção numa nova PEC que será enviada à Câmara, para garantir paridade plena aos pensionistas de servidor que tenha se aposentado com base o art. 6º da E.C. 41.
- **Regra de transição geral** - Possibilita ao servidor que ingressou no serviço público até 16/12/98 se aposentar integralmente e com paridade plena antes da idade mínima exigida na EC 41. Isso desde que tenha pelo menos 25 anos de serviço público, 15 na carreira, cinco no cargo e comprove tempo de contribuição acima do exigido, no caso de 30 anos para a mulher e de 35 para o homem. Para cada ano que o servidor exceder no tempo de contribuição, ele poderá reduzir ou abater um ano na idade mínima. É a conhecida regra 95 para os homens ou fórmula 85 para as mulheres, que poderá ser alcançada com a soma da idade com o tempo de contribuição.
- **Teto nacional** - O teto nacional de remuneração e proventos no serviço público, que exclui apenas as parcelas indenizatórias previstas em lei, será equivalente ao subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, correspondente, em valores de dezembro de 2004, a R\$ 19.170,00, podendo chegar a R\$ 21.500,00 em 2005 e R\$ 24.500,00 em 2006, se aprovado o projeto do Supremo Tribunal Federal que define o novo teto nacional.
- **Aposentadorias Especiais** - Assegura aposentadoria especial, nos termos de lei complementar, para os portadores de deficiência, para os servidores que exercem atividade de risco e para os servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem à saúde ou à integridade física.
- **Contribuição da Empresa para o INSS** - Modifica o Parágrafo 9º do artigo 195 da Constituição Federal para permitir que a contribuição do empregador para a Previdência Social (INSS) possa ter base de cálculo e alíquota diferenciada em razão não apenas da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra, mas também do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- **Inclusão Previdenciária** - Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas e carências inferiores às vigentes para os segurados em geral, destinado a atender trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico, garantido-lhes o acesso a benefício de valor igual a um salário mínimo.
- **Vigência da PEC Paralela** - Estabelece que os efeitos da PEC Paralela, cuja vigência se inicia com a publicação do texto promulgado, serão retroativos a 31 de dezembro de 2003. Essa retroação é produto de emenda dos deputados Carlos Mota e Drª Clair, aprovada na Câmara e mantida, com emenda de redação, no texto do relator do Senado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de cumprimentar a todos e todas das diversas etnias presentes na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Em especial à Ministra Matilde Ribeiro, à SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pela realização desse evento inédito na história do nosso País.

Essa é a primeira vez que um Governo promove uma ação desta envergadura na caminhada pelos direitos da igualdade racial. O Governo Lula dá o exemplo, pois nunca nossa história registrou tantos Ministros negros no Governo. Esse certamente é um dia que entrará para a história do nosso País.

Imagino uma turma de crianças na escola daqui há alguns anos ouvindo seus professores contarem: em julho de 2005, o Brasil realizou uma conferência histórica pela promoção da igualdade racial. O Presidente à época, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, mediante determinação oficial disse: “Considerando que compete ao estado a implantação de ações, capazes de impulsionar de modo especial, segmento que há cinco séculos trabalha para edificar o País, mas que continua sendo o alvo predileto de toda sorte de mazelas, discriminações, ofensas à direitos e violências, material e simbólica, decreto instituída a política nacional de promoção da igualdade racial.”

Não sei se todos se deram conta da importância desse momento. É um momento lindo e de alegria, pois estamos firmes na luta contra o racismo e não esmorecermos diante das dificuldades.

A cor não faz um ser humano, ela não determina se ele será bom ou mau, mas a nossa sociedade, esta, sim, pode contribuir muito com o futuro de cada cidadão que nasce neste País. A sociedade pode, o Governo pode, o Legislativo pode e todos devem contribuir!

São muitas as frentes de luta contra o racismo. Na educação, no mercado de trabalho, nos meios de comunicação. A consciência social brasileira tem avançado, demonstrando que a sociedade brasileira não aceita mais que as desigualdades raciais sejam tratadas com retórica e demagogia. O avanço da política de cotas na sociedade é um revelador dos avanços da consciência da sociedade brasileira.

O direito à não-discriminação está incluído entre os direitos humanos ou direitos fundamentais. Políticas afirmativas são um caminho promissor nessa luta que cabe a cada um de nós pelo bem de todos nós.

As leis são instrumentos importantíssimos nessa guerra contra julgamentos hipócritas, preconceitos arraigados, imposição de violência e sofrimentos, discriminação pelo que quer que seja. As leis precisam cercar os

torturadores, os algozes, e proteger os desamparados, os discriminados, os que sofrem a injustiça.

Em entrevista recente, o sociólogo Rafael Guerreiro Osório, consultor da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada disse que “em 25 anos a distribuição de renda entre os negros continuou a mesma. Os negros sempre ocuparam os estratos mais pobres da população. Isso continua hoje, apesar da democracia, do crescimento econômico e dos avanços impressionantes nos indicadores sociais. Os negros estão condenados a um ciclo de reprodução da pobreza. Não por serem pobres, mas por serem negros.”

Duas décadas de pesquisas oficiais, realizadas por institutos de prestígio, vinculados ao Governo federal, dão números a uma realidade que é do conhecimento de todos os brasileiros: os negros são os mais pobres, os menos escolarizados, recebem os menores salários quando empregados e constituem a maioria esmagadora dos trabalhadores lançados na informalidade e no desemprego.

Dados oficiais dão conta de que os diferenciais de pobreza entre negros e brancos não diminuíram. A proporção de negros abaixo da linha de pobreza no total da população negra no Brasil é de 50%, enquanto que é de 25% a de brancos no conjunto da população branca, desde 1995.

O diferencial entre os indigentes, que são os mais pobres entre os pobres, é ainda mais desfavorável aos negros. Os negros são maioria entre os pobres (65%), mas esta maioria se amplia entre os indigentes (70%).

A proporção de negros abaixo da linha de indigência no total da população negra no Brasil também vem mantendo a mesma tendência desde 1995, em torno de 25%, muito superior à proporção de brancos, que fica em torno de 10%.

Os dados mostram ainda que, em relação à expectativa de vida, apesar de ter havido melhoras para os dois grupos raciais, a desigualdade entre os índices para negros e brancos persiste. Uma pessoa negra nascida em 2000 viverá, em média, 5,3 anos menos do que uma branca.

O Estatuto da Igualdade Racial, projeto de lei de nossa autoria, busca contribuir para a derrubada dos fatores que fortalecem estas lamentáveis constatações.

O Estatuto reúne um conjunto de ações e medidas especiais que, se adotadas pelo Governo Federal, contribuirão efetivamente para assegurar direitos fundamentais, direitos econômicos e sociais dos afro-brasileiros.

A criação desse projeto visa garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira, assegurando entre outros direitos por exemplo: o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde dessa parcela da população; serão respeitadas atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, adequadas aos

interesses e condições dos afro-brasileiros, quanto ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; será reconhecido o direito à liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros e da dignidade dos cultos e religiões de matriz africana praticadas no Brasil; o sistema de cotas buscará corrigir as inaceitáveis desigualdades raciais que marcam a realidade brasileira na mídia, na educação, no trabalho; os remanescentes das comunidades de quilombos, segundo dispositivos de Lei, terão direito à propriedade definitiva das terras que ocupavam; a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do País será garantida pela produção veiculada pelos órgãos de comunicação.

A disciplina História Geral da África e do Negro no Brasil, integrará obrigatoriamente o currículo do ensino fundamental e médio, público e privado. Será o conhecimento da verdadeira história do povo negro, das raízes da nossa gente.

As crianças negras precisam aprender que o mestre Aleijadinho era negro, que José do Patrocínio, poeta e jornalista, era negro, que o grande Machado de Assis, o maior escritor da Língua Portuguesa, era negro, que Rui Barbosa, guardião da República, um dos homens mais cultos da vida nacional, era negro, que o ilustre engenheiro baiano André Rebouças, um dos heróis do movimento abolicionista, era negro.

A criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial promoverá a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros em diversas áreas, como a concessão de bolsas de estudo a afro-brasileiros para a educação fundamental, média, técnica e superior.

A instituição de Ouvidorias garantirá às vítimas de discriminação racial o direito de serem ouvidas, para assegurar o cumprimento de seus direitos; serão implementadas políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho.

No livro "Ações Afirmativas-políticas públicas contra as desigualdades raciais", os professores Renato Emerson dos Santos e Fátima Lobo, responsáveis pela organização do livro, assinalaram que "o Estatuto vem sendo um importante instrumento provocador de debates, se fortalecendo no Congresso por iniciativas que ativistas promovem em seus campos, como o Manifesto dos Artistas negros, que reivindica ações afirmativas na mídia audiovisual".

Ações afirmativas são urgentes e necessárias.

Sou um legislador e me orgulho muito disso! Tenho procurado neste caminho plantar sementes firmes, sólidas que produzam bons frutos para a sociedade.

Acredito que o Governo Federal também está plantando sementes que irão gerar uma colheita produtora, mas sei que mais do que plantá-las, nós precisa-

mos cuidar das sementes que já existem, propiciando que elas adentrem a terra com vigor, estendam suas raízes, se firmem e produzam bons frutos.

É inegável que nesses dois anos e meio de gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a economia deu um salto de qualidade. Todos os indicadores demonstram que 2004 foi o ano da retomada econômica do Brasil.

O Produto Interno Bruto (PIB) registrou alta de 5,2%. O melhor desempenho anual desde 1994.

Somente em 2004, a dívida pública caiu de 57,6% para 51,8% do PIB, na primeira redução do nível de endividamento desde 1994.

Conforme os índices oficiais do IPCA, a inflação caiu de 12,5% em 2002 para 9,3% em 2003, chegando a 7,6% em 2004. A meta para 2006 e 2007 é de 4,5%.

O Risco Brasil, que chegou a superar 2.400 pontos em setembro de 2002, caiu para menos de 400 pontos ao final de 2004, chegando ao patamar mais baixo desde 1997.

Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu em 2003 o dólar estava em 3,43 reais. Hoje está em 2,40 reais.

A taxa de juros em 2003 foi de 24,90% ao ano. Hoje é de 19,75% ao ano. Temos de reconhecer que continua muito alta.

Os números aqui apresentados são públicos e demonstram que o governo do presidente Lula está no caminho certo quanto ao crescimento da economia.

Em apenas 25 meses foram criados cerca de 3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada. Sabemos que não é o ideal, mas estamos no caminho certo.

Como dissemos antes, as sementes plantadas precisam ser cuidadas, tratadas com dedicação e esmero e elas se transformarão em bons resultados.

Por outro lado, dados mostrados em pesquisa divulgada em novembro do ano passado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e que já haviam sido apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em março do mesmo ano mostravam que, em todas as regiões, o salário pago aos afro-brasileiros é menor em relação aos trabalhadores brancos.

O IBGE em sua pesquisa mensal de emprego segundo a cor em seis regiões metropolitanas, indicou que as informações sobre os rendimentos do trabalho mostravam que os pretos e os pardos recebiam por hora trabalhada menos que os brancos.

Somos também a maioria dos desempregados. Mesmo em Salvador, cidade de maioria absoluta de afro-brasileiros, a falta de ocupação atinge 26,9% dos negros, enquanto que, para os não-negros, este patamar é de 18,4%.

O Estatuto da Igualdade Racial, em seu capítulo sobre mercado de trabalho sugere, em nove artigos, um conjunto de políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho pois sua exclusão é uma injustiça, uma prática desumana contra aqueles que, com a sua labuta diária também assentam o desenvolvimento da Nação brasileira.

A população negra precisa ser verdadeiramente alforriada e valorizada. Políticas de inclusão dos negros são urgentes e mais do que justas.

É fundamental uma política de parceria com o Congresso Nacional sobre os grandes temas.

É preciso democratizar as decisões governamentais para iniciarmos a construção de um novo pacto federativo.

Enfatizamos a democratização das decisões de governo. É preciso que tenhamos encontros suprapartidários na busca de saídas para os setores sociais, econômicos e políticos que sejam de interesse do país.

As palavras de ordem neste momento são democratizar a Economia e democratizar as decisões de Governo.

Democratizar a economia representa a inclusão social. E inclusão social é o que buscamos, ou não é?

A redução da jornada de trabalho é uma ação positiva para a geração de emprego e renda, um salário mínimo que reflita aquilo que consta da nossa Constituição é justo e lutar para isso é uma ação positiva.

A aprovação dos Estatutos da Pessoa Com Deficiência e da Igualdade Racial são sementes plantadas que, se aprovadas, se transformarão em ações muito positivas para a inclusão social.

Como disse no início da minha fala, gosto de imaginar uma turma de crianças na sala ouvindo a professora transcorrer sobre o dia que estamos vivendo aqui, hoje. Mas eu posso garantir a vocês, que eu gosto ainda mais de imaginar que assim como algumas crianças dizem hoje:

“Puxa vida professora, não dá pra imaginar que um dia o homem viveu sem telefone”, há de chegar o dia em que crianças numa sala de aula dirão:

“Puxa vida, professor, não dá pra imaginar que os negros precisaram lutar tanto para poder ser livres. Não dá pra imaginar que a cor fazia tanta diferença”!

Nenhum ser humano pode avaliar profundamente os seus preconceitos, seus medos, suas intolerâncias, seus rancores, sem consultar sua consciência, a raiz do seu ser.

No momento em que eu me dou conta de que sou preconceituoso eu só tenho duas escolhas, ou eu assumo isto junto com toda feiúra que advém disso ou

eu repito para mim mesmo que eu não quero ser assim e não vou ser assim.

Essa é uma escolha individual. É lógico que ela fica mais fácil quando compartilhada como foi entre a Ku-Klux-Klan, porque dá a impressão de que a feiúra fica dividida e provavelmente cada um se sente menos feio e mais poderoso. É o bônus da covardia, da tirania coletiva. Mas pergunte-se cada um: Eu sou feio assim, minha alma é pobre deste jeito? É esse o bônus que me cabe nesta vida?

O Projeto Estatuto da Igualdade Racial está tramitando nas duas Casas Legislativas, o que assegura maior rapidez para sua votação. Aquele que tramitar mais rápido será encaminhado à votação, sem prejuízo do outro. Se todos se mobilizarem em torno da aprovação do Estatuto, se a sociedade fizer pressão e lutar para que conquistemos nossa verdadeira carta de alforria, nós conquistaremos nossa real liberdade.

O Estatuto da Igualdade Racial é um dos eixos de mobilização da grande “Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo, pela cidadania e a vida”, que acontecerá em 16 de novembro de 2005, durante as comemorações do tricentenário da morte de Zumbi.

O processo de construção da Marcha Zumbi+10 deverá ter uma tal abrangência que permita ao Movimento Negro consolidar uma agenda política cuja resolução seja encaminhada no sentido de alterar substancialmente as condições de vida da população negra.

A raça negra está lutando pelo espaço que lhe é de direito e todos estão sendo chamados a contribuir nesta luta.

Existe um belo texto que chama “Canção africana dos homens” e ele diz mais ou menos isto:

“Quando uma mulher de uma tribo da África está grávida, as mulheres se reúnem, vão para a selva e meditam sobre uma canção para aquela criança.

Quando nasce, a criança escuta aquela canção e depois, em vários momentos importantes da vida dela, quando começa sua educação por exemplo, ou seu casamento, a tribo canta aquela canção.

Existe outro momento em que a canção é cantada para a pessoa. Quando ela comete alguma falta grave ou algum ato social indigno, a tribo se reúne, forma um círculo em torno da pessoa e canta a canção dela. Para quê?

Eles dizem que é porque reconhecem que a correção para condutas anti-sociais não é o castigo, mas o amor e a lembrança de sua verdadeira identidade.

Eles dizem que quando reconhecemos nossa própria canção já não temos desejos nem necessidade de prejudicar ninguém”

Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante que cada um reconheça sua própria canção.

A cor da pele é apenas uma diferença, assim como o tamanho dos pés, como a altura que alguém mede, como a forma de seus cabelos.

Duvido que Deus tenha criado qualquer uma dessas diferenças para que elas gerassem discriminação ou *apartheid*.

Acredito que Ele as criou para enfatizar que o amor é igualitário, é fraterno e que a alma, essência da criação, não tem cor, não tem tamanho, não tem forma, ela é apenas abrigo do Amor, da igualdade e da justiça!

Muito axé para todos!

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por até 15 minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma semana, fiz uma manifestação sobre a situação mundial da hanseníase e, ao mesmo tempo, sobre a situação nacional. A Organização Mundial de Saúde, juntamente com o Ministério da Saúde do Brasil, por volta de 1991, estabeleceu como desafio a eliminação da doença até o ano 2000. Ou seja, teríamos de alcançar um índice de presença da hanseníase no Brasil que significasse menos de um caso para cada dez mil habitantes. O Brasil se constituía, naquela época, no primeiro em casos no mundo, tendo alguma competitividade com a Índia apenas em número de casos, e permaneceu, durante toda a década de 90, responsável por mais de 85% dos casos de hanseníase na América Latina.

Em 2000, chegou-se à conclusão de que não era possível alcançar-se aquela meta de eliminação, e o Governo brasileiro restabeleceu suas metas e procurou definir o ano de 2005 como o ano em que se consolidaria a eliminação da hanseníase.

Doze milhões de pessoas no planeta receberam tratamento específico e foram consideradas curadas dessa doença. E o Brasil tem avançado muito; muitas regiões têm avançado. Mas, na semana passada, eu dizia do lamento de que não estávamos a uma decisão de cumprimento da meta de, em 2005, consolidarmos a eliminação da doença.

Para minha alegria, após o pronunciamento, em que fui generosamente aparteado pelos meus colegas, o Ministro da Saúde, Humberto Costa, na sua grandeza

humana, na sua responsabilidade ética, no seu compromisso com as doenças órfãs do Brasil, chamou-me para uma reunião no Ministério da Saúde, juntamente com o Diretor de Vigilância em Saúde, Dr. Jarbas Barbosa, com o Secretário de Assistência à Saúde, Dr. Sola, e com a equipe de apoio, o estafe do Ministério da Saúde. Ali S. Ex^a reassumiu o compromisso de que o Governo brasileiro iria alcançar, sim, a eliminação da doença até o final de 2005. Tinha alguma apreensão ainda com relação a alguns lugares da Região Norte, de modo muito específico com o Estado do Acre.

Tive a grata satisfação, nessa reflexão partilhada com o Ministro Humberto Costa, de reacender o meu entusiasmo na luta contra a hanseníase, estendendo isso às organizações não-governamentais e a várias pessoas que dedicam sua vida à eliminação dessa doença. Pedi ainda que o Ministério mandasse uma nota ratificando seu compromisso quanto a essa eliminação até o ano de 2005 em nível nacional, e a eliminação por Município como uma meta a ser alcançada entre 2007 e 2010.

O Ministro, por intermédio do Dr. Jarbas Barbosa, Secretário de Vigilância em Saúde, enviou-me o seguinte texto, em posicionamento formal do Ministério da Saúde em relação à hanseníase. Diz o seguinte:

Prezado Senador Tião Vianna (**sic**)

Em atenção a sua sempre ativa participação na defesa das ações de vigilância, prevenção e controle de doenças, enviamos os esclarecimentos abaixo sobre a situação epidemiológica da hanseníase em nosso país e as ações que têm sido desenvolvidas pelo Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase (PNEH) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde:

1. O Brasil não é mais o país com maior número de casos nem com a maior taxa de prevalência de hanseníase. O Ministério da Saúde concluiu rigorosa revisão de todos os bancos de dados, com participação da Organização Pan-Americana e da Organização Mundial da Saúde, resultando na apuração de uma taxa de prevalência, no ano de 2004, de 1,71/10.000 habitantes. Esse valor é bastante diferente da prevalência oficialmente informada para o ano de 2003, que foi de 4,72/10.000 habitantes. O descaso com o PNEH durante esses últimos anos, resultou, entre outros prejuízos, em sequer sabermos exatamente qual a prevalência da doença no Brasil, impedindo que se avaliasse de forma adequada os avanços e as dificuldades nas ações de controle. (**sic**)

2. Indo ao encontro de sua correta recomendação, o Ministério da Saúde constituiu uma

força-tarefa para apoiar os estados na eliminação da hanseníase como problema de saúde pública, composta de 35 técnicos altamente qualificados que já se encontram atuando. Essa força-tarefa já produziu resultados positivos na melhoria no padrão de análise da situação epidemiológica, na elaboração e implementação de propostas adequadas a cada um dos municípios prioritários, com envolvimento cada vez maior dos gestores locais do sistema de saúde. Foi também realizada redefinição de critérios para o cálculo de quantitativos de medicamentos específicos para hanseníase garantindo assim a distribuição adequada e a manutenção dos estoques efetivamente necessários para cada estado, de modo a não haver solução de continuidade de tratamentos em curso. Ressaltamos ainda que o Ministério da Saúde realizou, no ano passado, a primeira campanha publicitária para estimular detecção de casos suspeitos de hanseníase desde o ano de 1998.

3. Apesar dos avanços recentes, ainda há áreas de alta endemicidade, onde os esforços estarão sendo concentrados e redobrados nesse segundo semestre. A Região da Amazônia Legal, por exemplo, desde 1995 tem um perfil endêmico com indicadores de morbidade por vezes o dobro das demais regiões. É lamentável constatar que nos últimos cinco anos mais de 20 mil casos de hanseníase foram diagnosticados em crianças, indicando a persistência de níveis elevados de transmissão intra-domiciliar, sem que uma medida efetiva tivesse sido adotada. Também atesta os problemas do PNEH, a informação que no ano de 2003 a cobertura de diagnóstico e tratamento, na rede básica de saúde, era menor que 30%, a despeito dos registros oficiais indicarem que mais de 50 mil profissionais de saúde teriam sido capacitados para diagnosticar e tratar os casos de hanseníase no período de 1998 a 2003. (sic)*

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – “Ou os treinamentos eram de baixíssima qualidade ou trata-se de outro caso de registros inflados artificialmente.”

Senador Mozarildo Cavalcanti, concedo o aparte a V. Ex^a. Faço a leitura da nota-resposta do Ministério da Saúde, que, de maneira muito generosa, sobretudo traz uma enorme esperança a mim e a V. Ex^a, como médicos da Amazônia e do Brasil, sobre matéria dessa natureza. Trata-se de uma doença órfã, que maltrata e mutila milhares e milhares de pessoas em nosso País

e que afligiu milhões em todo o planeta durante toda a História da Humanidade, remontando, inclusive, ao Velho Testamento. Um aparte a V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Tião Viana, V. Ex^a já frisou isto, e é exatamente nessa condição, mais de médico, que faço este aparte a V. Ex^a, que também é médico. Não há dúvida de que, no Brasil, há muito, não há prioridade para a prevenção, para o trabalho profilático das doenças. A prioridade é sempre para a questão hospitalar. O foco da grande mídia e da população é, infelizmente, o hospital, o centro de saúde, o posto de saúde – aliás, deveria ser o posto de saúde na questão da prevenção. Sem entrar em debate algum sobre a administração do Ministro Humberto Costa, que – dizem – está deixando o Ministério, apenas lamento, porque não poderia deixar de fazer este registro, o caso que ocorre em meu Estado, principalmente na capital, Boa Vista, onde há o aumento dos casos de dengue. Temos uma epidemia de dengue que pode alastrar-se pelo Brasil todo. Dirigi um ofício ao Ministro e não recebi resposta alguma, nem telefônica, nem telegráfica, de nenhuma forma. Tive de fazer um requerimento formal à Mesa, porque a população do Estado está vivendo realmente um caso gravíssimo. Estou enfocando a dengue, mas nós temos a malária, que vem logo atrás, a leishmaniose e muitas outras. Espero que o Ministério da Saúde passe a ter um enfoque que não dependa das pessoas que o ocupam, mas que tenha uma estrutura – e tem uma estrutura profissional competente – para fazer realmente um trabalho continuado, principalmente priorizando a profilaxia, a prevenção, para que não continuemos a ter casos de hanseníase, de leishmaniose, de malária, de dengue, da forma como está acontecendo na Amazônia e, sobretudo, na capital do meu Estado, Boa Vista.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, que vem enriquecer o meu pronunciamento. Assumo o compromisso – como amigo que sou do Ministro da Saúde, como alguém que tem procurado no mandato colaborar com a atividade do Ministério da Saúde no Governo do Presidente Lula, como também o fiz no governo anterior – de enviar o aparte de V. Ex^a externando sua preocupação em relação à reemergência da dengue, no caso, no Estado de Roraima, para que o Ministério possa manifestar as ações e as medidas para o controle de tal situação.

Vale lembrar que Roraima faz parte, com muita importância, da epidemiologia da dengue no Brasil. Roraima e Rio de Janeiro são dois Estados pólos da transmissão da doença. Em breve, farei uma manifestação sobre a situação da dengue no Brasil, da ameaça sempre presente, e transmitirei ao Ministro a preocupação de V. Ex^a.

Continuo abordando a gentil e esperançosa nota que o Ministério da Saúde enviou ao meu mandato, nobre Presidente.

4. O PNEH está priorizando os 206 municípios brasileiros que apresentam mais alta prevalência. Esses municípios são acompanhados e avaliados, de forma permanente, por parte das Secretarias Estaduais e do Ministério da Saúde para garantir a plena implantação de todas as ações de controle da doença.

Nosso compromisso é avançar na direção de qualificar cada vez mais a assistência, a prevenção e a promoção de ações para favorecer a redução das fontes de contágio. Nossa disposição é ir além da meta de atingirmos prevalência menor que 1 caso por 10.000 habitantes na média nacional, o que consideramos possível de alcançar até dezembro. Pretendemos continuar colocando a mesma ênfase atual na luta contra a hanseníase até atingirmos, em todos os estados e municípios, uma prevalência inferior a um caso em cada 10.000 habitantes.

Vários estados, entre eles, de forma destacada o Acre, têm respondido a esse esforço de mobilização que o Ministério da Saúde vem patrocinando. Assim, consideramos que atuando de forma parceira e integrada poderemos obter uma vitória definitiva contra a hanseníase.

A nota do Ministro da Saúde fala da disposição do mandato do Senador Tião Viana em compartilhar os avanços desse imenso desafio.

Então, é uma matéria que me traz ânimo, sobretudo esperança, e respeito ao Ministro da Saúde, ao Secretário de Vigilância em Saúde, Dr. Jarbas Barbosa, que têm, de fato, com essa determinação, assumido um dos mais belos exemplos de responsabilidade sanitária no nosso País. A hanseníase é capaz de envergonhar qualquer povo, qualquer nação, e o Brasil foi vítima da insensibilidade da história com a sua própria evolução.

O compromisso assumido pelo Ministério de assegurar a eliminação, mesmo que ainda seja eliminação no cenário nacional e não por Município ou por Estado, já é um avanço extraordinário que me orgulha profundamente.

Assomei à tribuna lamentando, mostrando a minha aflição e a minha expectativa, até certo ponto frustrada, com o desenrolar da campanha para cumprir a meta em 2005. Assomo de maneira contrária neste momento, entendendo que o Ministro da Saúde está cumprindo, sim, a sua parte conforme diz a nota. E tudo o que estiver ao meu alcance e, tenho certeza,

ao alcance dos Srs Senadores, o Senado Federal fará para dar a sua contribuição para que essa meta, de fato, seja alcançada até dezembro de 2005.

Espero, sinceramente que o Brasil possa se orgulhar muito e que o Presidente Lula tenha a enorme satisfação, a infinita alegria – sei que será uma infinita alegria – de assinar o certificado de eliminação desta doença ainda em seu governo. Será um momento muito bonito da história da saúde pública brasileira, cumprido na gestão do Presidente Lula, uma contribuição efetiva do Ministro Humberto Costa e de sua equipe.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Leite.

O SR PRESIDENTE (Antônio Leite. PMDB – MA)

– Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador João Batista Motta.

V. Ex^a tem a palavra por quinze minutos, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna para abordar um tema de que já falei aqui: é sobre este momento que estamos vivendo, este momento que está deixando a Nação consternada e perplexa.

Os noticiários a cada dia apresentam fatos novos relacionados a diversos tipos de corrupção. São denúncias que, no fundo, todas elas, deságuam num ponto só, que é a utilização dos recursos públicos para diversos tipos de ação. Já vimos isso no passado numa dosagem “x”, depois numa dosagem “y”, fizemos CPIs, punimos alguns envolvidos – geralmente os beneficiários da corrupção. Os corruptores, porém, jamais foram punidos.

Estamos de novo diante de um fato desses. Temos a CPI dos Correios, que está apurando amplamente as denúncias que envolvem aquela instituição, mas que vai ter de ampliar o seu escopo porque há ramificações para todos os lados. Temos também instalada a CPI dos Bingos, da qual sou vice-presidente e que vai averiguar a ligação desse jogo com ilícitos como a lavagem de dinheiro, que, muitas vezes, é lavagem de dinheiro público que vai para o bolso de pessoas inescrupulosas.

Acho que só tem uma forma, Sr. Presidente, de realmente estancarmos essa sangria, se não totalmente, pelo menos quase que totalmente: é aprovarmos um projeto de lei que, sempre faço questão de repetir, teve inspiração num projeto anterior do Senador Pedro Simon que objetivava que todos os Parlamentares tivessem, ao assumir o mandato, o seu sigilo bancário quebrado.

Temos de ampliar essa regra para toda a máquina pública para alcançar todos aqueles que recebem dinheiro público, quer dizer, que recebem salário dos cofres públicos, sejam municipais, estaduais ou federal, do Poder Executivo, do Legislativo ou do Judiciário. Todos têm de ter o seu sigilo bancário quebrado, automaticamente, ao assumirem função pública. O mesmo se aplica às empresas que transacionam com o poder público, isto é, que são pagas com recursos públicos, sejam as prestadoras de serviços, sejam as construtoras, sejam aquelas empresas que terceirizam serviços.

É preciso tornar transparentes as transações que envolvem o dinheiro público, o dinheiro do povo, que é oriundo do imposto que todos nós pagamos quando compramos qualquer coisa: quando compramos um alimento; quando acendemos a luz; quando usamos qualquer tipo de atividade. Além disso, pagamos imposto de renda, principalmente os assalariados.

Devem ter seu sigilo quebrado todos aqueles que recebem dinheiro público, sejam aqueles nomeados por concurso, aqueles nomeados para cargos comissionados ou eleitos para exercer mandatos – seja de Vereador, de Prefeito, de Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal, Senador, Ministro ou Presidente da República. Todos têm de ter o sigilo bancário quebrado automaticamente. Essa teria de ser uma pré-condição para assumir o cargo; se vai receber dinheiro público, não tem por que esconder, não tem por que ter esse privilégio do sigilo bancário; ele é um homem público, e recebe dinheiro dos cofres públicos.

Esse projeto, felizmente, já tem assinaturas para apoiar o pedido de urgência de todos os Líderes, de todos os partidos. Se for o caso, espero que ele possa ser melhorado, mas o seu objetivo, que é monitorar quem recebe dinheiro público, deve ser atingido urgentemente.

Sr. Presidente, acho que estamos fazendo a nossa parte fazendo as CPIs, mas precisamos agir em conjunto; precisamos desencadear uma operação conjunta que envolva, de fato, de forma honesta, o Poder Executivo e o Poder Judiciário por meio de suas instituições, com a ressalva de que tudo seja feito dentro do Estado Democrático de Direito. Não vamos igualar por baixo. Quando se diz que ninguém presta, isso acaba favorecendo os que realmente não prestam; os que prestam terminam se afastando da vida pública, seja da forma que for, e abrindo caminho aos que não prestam, que vão, justamente, se utilizar de mecanismos como o jogo de influência, artifícios os mais diversos para se locupletar com recursos públicos.

Queria também, Sr. Presidente, fazer um registro relativo a uma matéria que peço que seja transcrita na íntegra para os anais do Senado. Refiro-me à entrevista concedida pelo Ministro Edson Vidigal, Presidente

do Superior Tribunal de Justiça, à revista **ISTOÉ**. Ela é muito oportuna. Posso até discordar de determinados pontos de vista do Ministro, mas ela é de profunda propriedade aos momentos que vivemos.

O Ministro, na revista **ISTOÉ** desta semana, nas páginas vermelhas, dá uma entrevista cujo título é “Estamos vivendo um Estado nazista”. A submanchete é a seguinte: “Presidente do STJ alerta para o perigo de ações espalhafatosas da Polícia Federal e diz que grampos viraram objeto de chantagem”.

Antes de ler algumas partes dessa entrevista, quero fazer aqui uma observação. Tenho sido um assíduo defensor da Polícia Federal nesta tribuna por várias razões. A primeira delas é que sou um homem da Amazônia e entendo que a Polícia Federal é essencial para a guarda das nossas fronteiras. A Polícia Federal lá vive em estado de precariedade, na Amazônia e no Brasil todo, mas notadamente na Amazônia, estado de precariedade no que tange seu equipamento de trabalho, seu pessoal, e seus salários – os salários, realmente, são até imorais se levarmos em conta a importância da missão da Polícia Federal naquela região.

Porém, tenho de concordar com o Ministro no que diz respeito à cautela para que não se quebre o Estado de Direito, que diz que todos somos inocentes até que se prove o contrário. Estamos invertendo essa ordem.

Vou ler a introdução da entrevista do Ministro e Presidente do STJ:

Presidente do Superior Tribunal de Justiça desde abril do ano passado, Edson Vidigal, que também é jornalista, dá um grito de alerta: o Estado democrático de direito no Brasil está ameaçado. O alvo da preocupação do ministro do STJ – último degrau no Poder Judiciário para questões não constitucionais – são as recentes operações da Polícia Federal, com a invasão de seus agentes a escritórios de advocacia (e acrescentaria, a lares e ambientes de trabalho), onde recolhem documentos e computadores e até usam algemas em situações que muitos consideram desnecessárias. As investigações são pedidas pelo Ministério Público (MP) ao Poder Judiciário, que autoriza e desencadeia a ação da PF. Vidigal cobra mais cautela de todos [portanto, Ministério Público, Poder Judiciário e Polícia Federal] e alerta para a utilização exacerbada e até ilegal de grampos telefônicos. Muitas vezes, o conteúdo dessas gravações é usado na fabricação de dossiês que são objeto de chantagem. Segundo ele, o Estado está perdendo o controle, e as idéias fascistas estão ganhando corpo.”

Diz mais, o Presidente:

No Brasil, hoje, nós começamos a ver uma inversão: todo cidadão é em princípio culpado. Nós todos somos suspeitos.

Isso não pode realmente ajudar a democracia. Não podemos, de jeito nenhum, compactuar com qualquer tipo de ilicitude. Não podemos e não vamos, mas também não podemos usar métodos e esquemas, como está aqui dito, que os nazistas e os fascistas usaram, aproveitando a indignação popular para dizer que os meios justificam os fins. Isso não é verdade.

Temos que preservar a democracia e, para isso, é preciso fazer, no Brasil, mais ou menos uma “Operação Mãos Limpas”, como aquela que foi feita na Itália, com o Poder Judiciário e o Poder Legislativo de mãos dadas com o Poder Executivo, usando as instituições democráticas existentes para que possamos alterar leis, como esta proposta que faço, para dar celeridade às investigações, a fim de, efetivamente, desmanchar essas quadrilhas que estão atuando em todos os poderes.

Temos alguns juízes presos e alguns sob investigação. Temos Parlamentares sob investigação. Temos vários membros do Poder Executivo sob investigação e temos empresários que transacionam com o Poder Público também sob investigação.

Quero ler um outro pedaço da entrevista do Ministro:

Estamos precisando fortalecer o Estado de direito, que passa inicialmente pela moralização dos costumes políticos. Nós precisamos de uma faxina. Não é cassar dois ou três. É botar para fora, escorraçar 50, 60, 80, quantos ali estejam no exercício indevido de um mandato obtido de alguma forma malandra. É preciso que nós canalizemos esse movimento de indignação da sociedade, não contra o regime, mas para fortalecê-lo, enfrentando a impunidade. O Congresso Nacional está desafiado porque no ponto a que chegamos hoje a opinião pública se coloca contra o Legislativo, já desconfia do Judiciário. Amanhã não vai mais confiar no Poder Executivo [penso que já não confia no Poder Executivo, infelizmente.] Meu Deus do céu, para onde nós iremos? Então, esse aqui é um grito de alerta que vem de uma geração que já conheceu o que é uma ditadura.

É preciso, realmente, estar alertas, pois este momento é delicado para todos, mas não podemos perder de vista que não se faz uma cirurgia, Senador Tião Viana, mesmo quando há uma emergência, mesmo quando é preciso fazer algo, mesmo não tendo as

condições, sem obedecer aos princípios que regem o ato cirúrgico. Da mesma forma, não é possível, agora, aqui, neste momento que estamos vivendo, esquecer das normas legais que nos norteiam, mas é preciso, sim, mudar muitas delas.

Quero aqui, novamente, fazer este apelo, pedindo a transcrição deste artigo do Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ.

Quero reiterar o meu apelo aos Líderes partidários, e repito, Senador Tião Viana, todos eles já assinaram a urgência para este projeto. Espero, portanto, que possamos aprová-lo, se não houver recesso, já agora, e, se houver recesso, logo após a volta aos trabalhos, porque não adianta terminarmos as CPIs, indicarmos os culpados, cassarmos alguns Parlamentares e depois tudo voltar ao que era antes, o que não é bom, porque permanecerá a percepção do cidadão de que todos são iguais, quer dizer, que estamos no mesmo patamar.

Na medida em que se nivelam todos por baixo, dizendo que ninguém presta, isso só ajuda, repito, o mau-elemento que se aproveita da coisa pública, seja na Câmara, no Senado, nas diversas instâncias do poder, inclusive no Judiciário.

Senador Augusto Botelho, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, ouvia o pronunciamento de V. Ex^a no carro. Graças a Deus cheguei a tempo para dizer que o projeto de V. Ex^a, inspirado no do Senador Pedro Simon, vem para ajudar este momento por que o Brasil vem passando. Obrigar a todos que exercem cargo público a autorizarem a quebra do seu sigilo bancário é uma coisa ótima, como também o projeto do Senador Tião Viana, em relação aos cargos de confiança, que também visa moralizar este País, ao dispor que os cargos de confiança sejam exercidos sempre pelas pessoas que são técnicos dos órgãos onde aquele cargo é disponível, e ao tratar também do nepotismo. Precisamos correr para aproveitar esta onda, esta turbulência que estamos passando, para que a verdade apareça e os culpados sejam punidos. Mas apenas isso não adianta, como V. Ex^a concluiu, é preciso sair leis desta Casa para evitar que isso ocorra de novo. Falamos em corrupção, corrupção, mas isso, na verdade, é roubo, não é? Na realidade, tira-se pão da boca do pobre; tira-se remédio dos hospitais; tira-se dinheiro do conserto das estradas, como sempre fala o Senador Alberto Silva; tira-se dinheiro das construções de creches e escolas. Temos de acabar com isso. O povo já não aguenta mais. Ainda tenho esperanças de que o Presidente Lula...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – ... não seja atingido pessoalmente por essas denúncias para que Sua Excelência continue seu Governo dentro desse princípio de moral e de ética.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Augusto Botelho. Como V. Ex^a falou, tira-se dinheiro, inclusive, da saúde, como é o caso da Operação Vampiro, que ninguém sabe como terminou. Com esse projeto, já saberíamos para onde o dinheiro foi, por onde andou e na mão de quem está.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

- Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde abril de 2004
- Maranhense de Caxias, hoje com 60 anos, foi vereador dessa cidade entre 1963 e 1964, quando foi cassado e preso pela ditadura militar
- Foi deputado federal entre 1979 e 1983
- Jornalista, trabalhou em vários órgãos da imprensa nacional

Sen. Mozarildo

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Precisamos, efetivamente, de uma mudança, de uma Operação Mãos Limpas no Brasil, com a colaboração de todos os homens e mulheres de bem, de todos os setores da sociedade. Se representamos a população aqui – e não somos todos iguais –, temos realmente de tomar providências para passar a limpo este País.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno).

“ESTAMOS VIVENDO UM ESTADO NAZISTA”

Presidente do STJ alerta para o perigo de ações espalhafatosas da Polícia Federal e diz que grampos viraram objeto de chantagem

FLORÊNCIA COSTA

Presidente do Superior Tribunal de Justiça desde abril do ano passado, Edson Vidigal, que também é jornalista, dá um grito de alerta: o Estado democrático de direito no Brasil está ameaçado. O alvo da preocupação do ministro do STJ – último degrau no Poder Judiciário para questões não constitucionais – são as recentes operações da Polícia Federal, com a invasão de seus agentes a escritórios de advocacia, onde recolhem docu-

mentos e computadores e até usam algemas em situações que muitos consideram desnecessárias. As investigações são pedidas pelo Ministério Público (MP) ao Poder Judiciário, que autoriza e desencadeia a ação da PF. Vidigal cobra mais cautela de todos e alerta para a utilização exacerbada e até ilegal de grampos telefônicos. Muitas vezes, o conteúdo dessas gravações é usado na fabricação de dossiês que são objeto de chantagem. Segundo ele, o Estado está perdendo o controle, e as idéias fascistas estão ganhando corpo.

ISTOÉ – Em operações recentes, agentes da PF têm invadido escritórios de advocacia. Há quem compare essas ações ao que acontecia no Estado Novo e na ditadura militar. Como o sr. vê essa situação?

Edson Vidigal – Estou preocupado porque o que estamos assistindo no Brasil nos induz à perplexidade. Não seria demais admitir que estamos a largos passos de um Estado nazista. O que eu vejo de mais perigoso é que esse totalitarismo já escapou ao controle do próprio Estado. Deveríamos estar em um Esta-

do de direito democrático. Mas, aos poucos, o Estado está perdendo controle sobre ações nefastas, perigosas do crime organizado, que ao mesmo tempo se infiltra com idéias fascistas nas ações dos próprios agentes públicos.

ISTOÉ – *O sr. está se referindo especificamente às ações da PF?*

Vidigal – A PF não age por conta própria. Ela é apenas um instrumento do Estado a serviço do Poder Judiciário induzida pelo Ministério Público. É preciso que alguns agentes do MP procurem agir com mais cuidado nas requisições que fazem. E é necessário mais precaução por parte de alguns colegas da magistratura ao aferir essas requisições. É temerário simplesmente deferir todo e qualquer pedido sem determinar a sua

motivação, sem ver se esses terão eficácia para a investigação. Infelizmente, no Brasil nós começamos tudo pelo fim. Interceptação telefônica e quebra de sigilo bancário são providências extraordinárias que a lei defere em último caso, como checagem da prova testemunhal ou material. Mas estamos observando uma ação muito abusiva com relação a isso não só por parte do Estado, mas de setores privados organizados a serviço da chantagem e do crime. Isso é muito preocupante porque vemos que muitos direitos garantidos pela Constituição, pelo Estado democrático de direito, não estão sendo respeitados.

ISTOÉ – *Com relação ao grampo telefônico, cada vez mais disseminado, há a utilização do conteúdo dessas informações para se realizar chantagens?*

Vidigal – A chantagem do grampo acontece assim: por exemplo, um camarada da empresa telefônica que sabe chegar na linha recebe dinheiro por fora e faz o grampo. Tem muita gente ganhando dinheiro no Brasil com isso. Há também os grupos mais organizados que não precisam necessariamente das empresas telefônicas para ter acesso às linhas. Hoje, a coisa está mais sofisticada. Implantam-se aparelhos receptores, câmaras. Certa vez liguei para o dr. Tancredo Neves porque eu tinha uma informação para

passar. Ele pediu que eu fosse correndo à casa dele. Eu até argumentei: “Mas, dr. Tancredinho, eu estou na Asa Norte. Preciso ir aí na Asa Sul (no plano piloto, em Brasília)?” Aí ele me lembrou que tinha sido ministro da Justiça do Getúlio Vargas e desde então havia visto o que era possível fazer com o telefone: “Telefone é para marcar encontro.” Anteontem (sexta-feira 24) estive com um juiz em São Paulo que me contou que estava sendo seguido e grameado. Ele estava

devido processo legal. Não podemos assistir a isso de uma forma passiva. Temos que nos indignar. A sociedade tem que cobrar isso porque o Estado está escapulindo ao seu controle.

ISTOÉ – *Mas quando um juiz autoriza quebra de sigilo passa a ser uma ação legal. Na ditadura você recorria ao bispo se fosse o caso, hoje você recorre a quem?*

Vidigal – Hoje precisamos recorrer ao Estado de direito, ao Judiciário. Preci-

“No Brasil, hoje, nós começamos a ver uma inversão: todo cidadão é em princípio culpado. Nós todos somos suspeitos”

com um amigo no restaurante e de repente percebeu um flash. Olhou para trás e viu que uns homens o estavam seguindo, filmando e fotografando. Que Estado de direito democrático é esse?

ISTOÉ – *O presidente Lula não é um democrata?*

Vidigal – Isso não depende apenas da vontade pessoal de quem quer que esteja na Presidência da República. É o sistema. No regime militar havia o sistema, a linha dura, a linha mole. Isso me lembra o filme *Terra em transe* (1967), de Glauber Rocha, em que há um personagem, uma figura oculta que manda em Alecrim, província do Estado de Eldorado, e comanda as operações de repressão. Podemos chamar isso novamente de sistema: não quer dizer uma coisa organizada, sob comando de um só. O Estado está se desorganizando no seu tecido, na sua burocracia. Isso começa a prejudicar a cidadania. A sociedade civil tem que se unir. Estamos vivendo uma nova e disfarçada ditadura. Estamos caminhando a passos largos para um sofisticado Estado nazi-fascista. E não vai precisar ter ditador com bigodinho. Não vai precisar ter as tropas SS (da elite do Exército nazista) desfilar porque isso tudo está aí infiltrado contra os direitos do cidadão, que são a honra, a privacidade, a liberdade. Os cidadãos têm o direito ao contraditório, o direito ao

samos cobrar e animar os nossos juizes para que eles não tenham medo. Que juiz hoje tem coragem de indeferir um pedido de quebra de sigilo bancário ou pedido de prisão? Logo que ele assume uma posição dessas ele passa a ser suspeito. Eu conheço magistrados da área penal que estão migrando para a área cível porque já não suportam as suspeitas que são levantadas contra eles. Isso é perigoso, um Estado de direito em que os magistrados já têm medo de decidir. Precisamos de segurança jurídica.

ISTOÉ – *Essas investigações oficializadas também viram subproduto para dossiês?*

Vidigal – Sim, porque se transformam em matéria-prima para dossiês. Eu tenho informações, mas preciso comprovar isso, de que existem escritórios especializados em elaboração de dossiês com o objetivo de chantagear as pessoas. Só espalhar o boato destrói um pouco a credibilidade, especialmente se a pessoa é um agente público, exerce uma função de autoridade, ou se é um profissional respeitado.

ISTOÉ – *A sociedade tem a percepção de que a corrupção e a impunidade são muito grandes. Esse tipo de ação acaba tendo aprovação popular diante dessa circunstância, não?*

Vidigal – Nós não vamos responder à

perplexidade da sociedade admitindo abusos, ações perversas contra os direitos constitucionais das pessoas. Quando o Estado de direito democrático assegura o direito à defesa do acusado, não é para que ele, comprovadamente culpado, seja inocentado. É para que ele possa ter o direito a pena justa, se ele for culpado. Para que ele não pague nem menos nem mais. É direito de todo acusado ser julgado presumidamente inocente até o trânsito final da sentença condenatória. No Brasil, hoje, nós começamos a ver uma inversão: todo cidadão é em princípio culpado. Todos somos suspeitos.

ISTOÉ – *Esse processo o sr. vem detectando há tempos?*

Vidigal – Sim. Estamos precisando fortalecer o Estado de direito, que passa inicialmente pela moralização dos costumes políticos. Nós precisamos de uma faxina. Não é cassar dois ou três. É botar para fora, escorraçar 50, 60, 80, quantos ali estejam no exercício indevido de um mandato obtido de alguma forma maldosa. É preciso que nós canalizemos esse momento de indignação da sociedade, não contra o regime, mas para fortalecê-lo, enfrentando a impunidade. O Congresso Nacional está desafiado porque no ponto a que chegamos hoje a opinião pública se coloca contra o Legislativo, já desconfia do Judiciário.

prios e das garantias constitucionais. E que quem abusou de poderes possa responder criminalmente.

ISTOÉ – *Podemos chegar a um impasse político, uma crise envolvendo as instituições, os poderes da República?*

Vidigal – Se o presidente Lula não fosse um democrata, nós teríamos todo um caldo preparado para uma chavização, uma fujimorização. Ou seja, o descrédito e a desmoralização das instituições. Então, é por isso que temos de correr na frente e salvar o crédito e a moral das instituições, botando para correr também os amorais, os imorais, os desonestos, os indecentes, os que estão querendo achar que a vida pública é um grande meretrício.

ISTOÉ – *Durante os escândalos Collor se falava que o Brasil estava se depurando. A gente não evoluiu nada?*

Vidigal – Não evoluiu nada porque nós cuidamos só de pessoas, não da estrutura, que continua a mesma: comissão de orçamento, emenda parlamentar. Tem que investigar isso tudo. Eu vejo que está tudo muito frágil. As pessoas em Brasília estão muito acomodadas. É preciso ouvir o País.

ISTOÉ – *O sr. concorda com o argumento do PT de que haveria uma tentativa de golpe das elites?*

Vidigal – Não. O que temos são grupos

Vidigal – Na minha avaliação pessoal, com todas as dificuldades que as condições sociais, políticas e as deficiências do mundo circundante impõem, ele tem se esforçado. Mas não dá para ficar só em Brasília.

ISTOÉ – *Ele viaja bastante.*

Vidigal – Eu também. Tenho viajado muito pelo Brasil e percebo que cada vez que eu saio pensando que a solução que está na minha cabeça é a ideal eu volto com outra. Então é importante andar, ouvir, ouvir críticas, ser tolerante às críticas.

ISTOÉ – *Ele está muito fechado?*

Vidigal – Não, o sistema de governo é que é muito fechado, o Executivo.

ISTOÉ – *Mas o Judiciário também não é muito fechado?*

Vidigal – O Judiciário já foi muito fechado e menos transparente. Hoje está mais aberto. As providências indicadas pela reforma do Judiciário dão pequenos passos à frente. É melhor do que se fossem passos para trás.

ISTOÉ – *Agora se fala em reforma política, que a cada crise vem à tona. Mas a reforma atual não é um arremedo?*

Vidigal – Um arremedo e um casuismo porque não dá resposta. Essas questões teriam que ser mais debatidas pela sociedade. Não podemos fazer uma democracia para alguns. Temos que ir à raiz de tudo, que é o financiamento da campanha eleitoral. Cada partido que ganha a eleição tem o seu mala-preta.

ISTOÉ – *O sr. defende o financiamento público das campanhas?*

Vidigal – Não apoio o financiamento público porque ele será uma mentira. Um país que tem um orçamento contingenciado, que tem pouco para manter o custeio da máquina, que não tem quase nada para investimento, vai poder tirar R\$ 7 por eleitor, para depois dividir pelos partidos políticos? Que partidos são esses? O importante é que não fiquemos na mesmice, achando que tudo deve ficar como está.

“Se o presidente Lula não fosse um democrata, nós teríamos todo um caldo preparado para uma chavização, uma fujimorização”

Amanhã não vai mais confiar no Poder Executivo. Meu Deus do céu, para onde nós iremos? Então, esse aqui é um grito de alerta que vem de uma geração que já conheceu o que é uma ditadura.

ISTOÉ – *Não é incoerente dizer que o País precisa de uma faxina e, ao mesmo tempo, que há desmando em relação à limpeza que está sendo feita pela PF?*

Vidigal – Não. Estou sustentando que tudo há que ser feito dentro dos princí-

criminosos organizados. Já estão falando até que essa grana do mensalão está vindo de paraísos fiscais, né?

ISTOÉ – *Então, evitar esse tipo de coisa não depende da figura do presidente?*

Vidigal – Não, o presidente precisa ser líder. O País precisa de um projeto de nação e precisa de um líder que possa conduzi-lo com firmeza.

ISTOÉ – *O sr. acha que o presidente Lula tem exercido esse papel?*

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Antonio Leite, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias por permuta com a Senadora Ideli Salvatti. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu não permutei.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Então, V. Ex^a perderá a vez. A Mesa, colaborando com V. Ex^a...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, para não haver confusão, eu tinha deixado meu nome para falar, caso o Senador Augusto Botelho não tivesse chegado a tempo. Estou no 12º lugar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Veja bem, o que está escrito, em cima do nome do Senador Augusto Botelho, é Ideli Salvatti. Por essa razão, o Senador Alvaro Dias está mais atrás. A Mesa, entendendo que, assim, preservaria a inscrição de V. Ex^a, o fez...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Senador Alvaro Dias está, na lista, antes do meu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Mas para a Mesa não, porque colocaram seu nome aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Deixe-me só justificar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senadora, só há uma questão. Senador Augusto Botelho, V. Ex^a usará a palavra?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Na ordem, seria o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu me inscrevi para o Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Após o Senador Marco Maciel?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não. Cedi minha vaga ao Senador Marco Maciel. Outro poderá entrar no meu lugar que esperarei S. Ex^a chegar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só para não pairar nenhuma dúvida sobre o que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Fiz minha inscrição para ceder a vaga ao Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Infelizmente, S. Ex^a terá que ser chamado agora ou perderá a vez.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Pode passar a vez. Permutarei com um Senador lá do final.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Wirlande da Luz.

Estamos na ordem. Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. A Senadora Ideli Salvatti ficará sendo a décima segunda.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que se exige uma assepsia geral e irrestrita no País em função dessa deplorável crise moral que se abate sobre as instituições públicas, além de investigar, há necessidade de propor, como fez há pouco o Senador Mozarildo Cavalcanti, leis que possam conter o processo de corrupção no País, desestimulando a impunidade que tem sido, sem dúvida, uma das causas centrais do aumento avassalador da desonestidade no exercício da função pública.

Estou apresentando hoje, Sr. Presidente, um projeto de lei que pretende conferir poderes aos servidores de carreira da advocacia das duas Casas do Congresso Nacional – Senado e Câmara –, para que esses advogados possam acompanhar a tramitação dos processos oriundos das Comissões Parlamentares de Inquérito e intervir neles.

Ocorre, Sr. Presidente, que, após a conclusão dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito, há o desligamento completo da instituição parlamentar das ações, que passam a tramitar junto ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. É do conhecimento de todos que uma Comissão Parlamentar de Inquérito não tem poderes para condenar as pessoas contra as quais colecionou provas de delitos praticados. É exatamente em função do processo lento que decorre das conclusões dos trabalhos das CPIs, que fica a imagem de que CPI sempre termina em pizza, e essa é uma inverdade absoluta.

A missão da CPI é promover a investigação, o inquérito e, em seguida, encaminhar o relatório às autoridades competentes, dentre as quais se destaca o Ministério Público, para que procedam as ações penais, cíveis e administrativas, visando responsabilizar legalmente aqueles que tiveram condutas contrárias ao ordenamento jurídico. Esse é o papel da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com esse projeto, pretendemos ampliar a ação do Poder Legislativo, na tarefa de responsabilizar, civil e criminalmente, eventuais envolvidos em delitos prati-

cados. A lei já confere prioridade especial às CPIs, ou seja, a ação desenvolvida pela Comissão Parlamentar de Inquérito que implica a necessidade do Ministério Público atuar, investigando e responsabilizando civil e criminalmente, tem prioridade. A prioridade já está estabelecida pela lei. A autoridade responsável por conduzir o processo, o juiz do caso ou o promotor, tem a obrigação de comunicar à Casa legislativa que realizou a CPI, semestralmente, o estado do trâmite processual. Mas, lamentavelmente, essas normas não vêm sendo respeitadas de forma completa. No entanto, não podemos generalizar, pois há promotores e juízes que cumprem rigorosamente o seu dever, são atuantes e eficientes e nos comunicam. Entretanto, lamentavelmente, há aqueles que não o fazem, em desrespeito à Lei nº 10.001.

Portanto, Sr. Presidente, a população reclama do Congresso Nacional, mas, muitas vezes, o endereço está errado, porque o Congresso cumpriu sua parte: investigou, apurou, encaminhou ao Ministério Público. Se não há prisão, se não há condenação, não se pode responsabilizar o Poder Legislativo. Queremos assumir maior responsabilidade. Se esse projeto for aprovado, teremos maior responsabilidade, porque advogados constituídos pelo Congresso Nacional acompanharão a tramitação dessas ações, a partir do Ministério Público até o Poder Judiciário.

Por tudo isso, é essencial que os membros da Advocacia do Senado e da Câmara dos Deputados possam intervir nesse processo como parte, elaborando requerimentos, exigindo providências, requerendo intimações e produção de provas e, em última análise, mantendo os Parlamentares informados do andamento de todos os processos.

Portanto, o Congresso Nacional estaria colaborando. O Poder Legislativo – porque pode ser também uma Assembléia Legislativa em que se instalou uma CPI – estaria colaborando inicialmente com o Ministério Público e, posteriormente, com o Poder Judiciário, para oferecer resposta competente à sociedade relativamente à necessidade de responsabilizar, civil e criminalmente, aqueles que desonram especialmente os seus mandatos eletivos, como hoje se faz pelos descaminhos da corrupção.

Dito isso, Sr. Presidente, esperando que esse projeto seja aprovado, faço referência a uma CPI de sucesso, a CPI do Futebol – refiro-me à do Senado e não à da Câmara –, que obteve o reconhecimento de todos os cronistas, esportivos especialmente, mas também dos jornalistas que acompanharam a sua evolução e o seu desdobramento. Foram indiciadas 17 personalidades do futebol brasileiro e aguarda-se a conclusão dos processos judiciais. Já percorremos

um bom tempo desde o início do processo. O que provoca insatisfação e até indignação é essa lentidão dos procedimentos na esfera judicial.

O nosso objetivo é a agilização desses procedimentos com a presença eficiente de um advogado ou dos advogados designados e constituídos pelo Poder Legislativo.

Sr. Presidente, gostaria também de destacar os trabalhos da atual CPI dos Correios. É evidente que discordo de algumas providências relativamente ao seu roteiro, por exemplo, amanhã voltaremos a ouvir arapongas. Creio que o momento não é de investigar quem gravou; o momento é de investigar a corrupção. A Polícia Federal e o Ministério Público cuidam de investigar os responsáveis pelas gravações. Creio que estamos numa outra etapa, uma etapa posterior a essa, que é a de investigar, com a maior competência possível, com a maior eficiência que se possa imaginar, os atos provocados em detrimento do interesse público, os delitos praticados, a corrupção havida, os corruptores e os corruptos, os corruptores e os corrompidos nesse processo que emergiu de um modelo espúrio de relacionamento do Poder Executivo com o Poder Legislativo.

Nesse final de semana, a imprensa saiu à frente da CPI mais uma vez. Não questionamos, não lamentamos o fato, ao contrário, é muito bom que a imprensa venha à frente e que a CPI até possa ir a reboque da imprensa. Aos finais de semana temos uma verdadeira CPI na mídia. Isso é muito bom, isso não vem em favor de menosprezar a competência do Congresso Nacional. Acho que nos complementamos: a imprensa alimenta a Comissão Parlamentar de Inquérito e, na mesma medida, a Comissão Parlamentar de Inquérito alimenta a imprensa. Há um trabalho, portanto, de complementação nas ações da imprensa e do Congresso Nacional, e isso é muito bom para que se alcancem os objetivos finais de uma investigação completa.

Por exemplo, nesse final de semana, com muita competência, a imprensa revelou a parceria espúria do Sr. Marcos Valério com o PT, por meio do aval concedido a empréstimos pelo Partido realizado, inclusive com o pagamento da primeira prestação. Um serviço que presta a investigação jornalística à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque esse é mais um elo a estabelecer uma conexão que se estreita a cada passo entre os vários segmentos envolvidos nesse modelo de relação Executivo/Congresso Nacional.

Na última sexta-feira, desta tribuna, revelei a ausência de escrúpulos na celebração de contratos que significaram valores vultosos na área de publicidade do Governo. Citei a existência de uma empresa em Brasília, de propriedade de uma senhora que é espo-

sa de um ocupante de cargo importante na Secretaria de Comunicação do Governo, Sr. Marco Antônio. Essa empresa Astral, de propriedade da esposa do Sr. Marco Antônio, celebra contrato de prestação de serviços na área de eventos à empresa Multi Action Entretenimentos Ltda., que é de propriedade do Sr. Marcos Valério. Por sua vez, uma senhora de nome Eliane, se não me falha a memória, assina contratos de publicidade com os Correios, aditivo contratual no valor de R\$90 milhões, como representante legal da agência SMP&B do Sr. Marcos Valério.

Portanto, uma conexão explícita, revelando tráfico de influência e ausência completa de escrúpulos.

Não há como perdoar isso, não há como ignorar a existência dessa conexão, que é explícita, portanto. Essa parceria é espúria, entre servidores públicos em cargo de confiança, em nome, portanto, do Presidente da República, ligados a interesse privados de agências de publicidade ou empresas de entretenimento, que, por sua vez, por meio do seu responsável maior, se vincula ao partido político do Presidente da República, por meio de avais e por meio de pagamentos de dívida junto à instituição financeira. Além do que, conforme já se divulgou anteriormente de forma ostensiva na imprensa nacional, com recursos liberados, mecanizados por meio do Banco Rural; recursos significativos de valor substancial, repassados em moeda corrente àqueles que supostamente recebiam como troca pelo serviço prestado ao Governo, no Congresso Nacional, quer com o apoio, quer com o voto para se aprovarem os projetos de interesse do Poder Executivo.

Portanto, essa é a conexão, essa é a estratégia, esse é o modelo que devemos combater agora. E quem sabe, Sr. Presidente, possamos emergir do caos provocado pelo escândalo, dos escombros provocados pela corrupção...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... para a construção de uma nova imagem pública com maior respeitabilidade, com credibilidade. Essa é a nossa esperança e o nosso dever, Sr. Presidente, já que, a cada dia e a cada passo, invadimos outras áreas e outras searas, como a imprensa destacou relativamente ao endereço na Rua Canadá, 203, Jardim América, Indaiatuba, São Paulo, sede da Global Previ Consultores Associados e que até o fim de 2002 era residência do Sr. Luiz Gushiken e sede da Gushiken & Associados.

Essa trajetória da Global Previ é bem diversa da consultoria Gushiken & Associados. A Global Previ,

numa trajetória ascendente iniciada em 2003, é digna de registro.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campainha.*) – Nobre Senador Alvaro Dias, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – PR) – Concluo, Sr. Presidente, imediatamente.

A Global Previ ganhou diversos contratos diretos com o fundo de pensão das empresas estatais Petrus e Previ e ainda faturou com terceirizações de serviços.

Portanto, Sr. Presidente, esse é mais um alvo de investigação. Evidentemente não se trata de Correios aqui, mas, sem dúvida, essa é uma denúncia da maior gravidade e que exige pronta investigação.

É por essa razão que essa CPMI que tem o nome de Correios não pode ficar restrita aos Correios. Ela tem que se ampliar, porque a população não quer saber se a corrupção está nos Correios ou em Furnas. A população quer que a corrupção seja denunciada, combatida para valer e seja condenada pelo País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva.

S. Ex^a dispõe de até quinze minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lastimo que, enquanto o País necessita da nossa ação, estejamos aqui assistindo a um lamentável episódio da vida pública brasileira, em que se apuram, cada vez mais, denúncias de corrupção.

Tudo bem! O Congresso Nacional, quer o Senado, quer a Câmara, cumprirá com o seu dever, e seguramente chegaremos a algum resultado prático, em que se possam punir as pessoas que são indiciadas ou culpadas nesse caso.

Mas é claro que, enquanto isso não acontece, não podemos deixar o Brasil parar. Afinal, milhões de brasileiros estão por aí, País afora, nas regiões do semi-árido nordestino ou em qualquer parte do País, atônitos pelo que estão assistindo, mas, ao mesmo tempo, esperançosos de que alguma medida seja tomada pelo Governo em relação às necessidades do País.

Quero me fixar hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no fato de que o problema do *biodiesel* nasceu – e posso dizer isto, porque fiz parte desse processo há mais de 30 anos; já o repeti aqui mais de uma vez – por meio da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, da qual eu era Presidente. Por meio

de um trabalho de pesquisa, chegamos ao *biodiesel*. De lá para cá, o assunto esteve parado, e, há uns cinco anos, levantamos essa questão outra vez, em nível nacional, mas visando, desta vez, não à solução técnica, que já está resolvida – transformar óleo vegetal em óleo mineral está resolvido, e essa é a ciência do *biodiesel*. O que sempre almejamos e estamos almejando ainda, o que queremos e necessitamos – o País tem de caminhar neste rumo – é dar um trabalho digno ao homem do campo.

Por sorte nossa e dos lavradores, a mamona é uma oleaginosa que pode fornecer 50% de óleo. Como não se pode colher a mamona com máquina – podemos até plantá-la, mas colhê-la, não –, é a vez de o lavrador fazê-lo. Plantaram a mamona, plantaram o feijão consorciado com a mamona e daí tiraram a renda. Já falei aqui que, com três hectares, é possível uma renda entre R\$700,00 a R\$800,00 por mês.

Porém, é necessário que se organize a sociedade rural. Os lavradores não podem ficar como ficaram os bóias-frias no caso do Proálcool: os grandes usineiros possuíam enormes porções de terra e suas usinas, e quem cortava a cana eram os bóias-frias, que recebiam uma miséria. Hoje, tudo está mecanizado, e os bóias-frias nem mais esse trabalho de cortar cana têm mais. Estão desempregados, esperando o quê? Que o Incra os assente. Assim mesmo, se os assentar, o resultado não será satisfatório. Podemos fazer uma investigação nos assentamentos: lá não há salário e o negócio é desorganizado. Tiro, como exemplo, vários do meu Estado, e posso provar isso aqui a qualquer momento. Quero crer que isso aconteça no resto do País.

Voltando ao lavrador, vamos fixar um número, por exemplo, cinco mil, pertencentes a cinco Municípios da região do semi-árido. Se esses cinco mil lavradores estiverem organizados numa associação, já discutimos isso com o Banco do Nordeste, o banco lhes emprestará, por meio do Pronaf, dinheiro para montarem uma usina de beneficiamento da mamona – onde a baga da mamona será transformada em óleo – e, ao lado dela, uma usina de *biodiesel* e, mais ao lado, uma usina de aproveitamento da celulose do pé da mamona. No final do ano, quando for feita a colheita e o rendimento da mamona estiver caindo, a planta será cortada. De acordo com a Embrapa, esse tronco brotará e o resultado no ano seguinte será bem melhor. Então, no segundo ano, o lavrador não precisará mais plantar mamona; plantará apenas feijão entre as fileiras de mamona e terá, novamente, a mesma renda por dois anos seguidos.

Completando, pode-se transformar o pé de mamona em adubo orgânico, que o País não tem. Já foi realizada uma pesquisa a respeito e existe tecnologia

para isso. Utilizando a bactéria adequada e com o processamento industrial dentro da usina do lavrador, este terá o complemento da sua renda. Pode haver algo melhor do que isso para que o Governo atual adote essa solução?

Meu caro Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que estão nos ouvindo pela TV Senado, anotem bem o que eu vou falar. No meu Estado, não sei autorizado por que órgão, montou-se uma *big* usina, com produção de 90 mil litros por dia de *biodiesel*. Convo-caram-se os lavradores para plantar mamona, e essa *big* usina, de uma empresa cujo nome não vou citar por enquanto, fez com que o associado ou o lavrador assinasse um documento que lhe dá um pedaço de terra para plantar, dá a semente e diz: “O seu produto deve ser vendido para mim, para esta empresa”.

Então, para produzir 90 mil litros por dia, ela vai comprar mamona de 10, 15 ou 20 mil lavradores. Mas a que preço, senhoras e senhores brasileiros que estão-me ouvindo, minha gente lá do semi-árido? Sabem quanto a empresa está oferecendo para os lavradores? Se eles produzirem 500 kg por hectare, ela pagará 45 centavos por quilo; se produzirem mais de 500 kg, vai aumentando esse valor, mas em doses homeopáticas. Quando ele produzir 900 kg por hectare, ela chegará a 70 centavos – está escrito no documento, eu li.

Isso é solução para o lavrador, que precisa ganhar muito mais? Nesse caso, em vez de plantar mamona para vender para essa empresa no Piauí, é melhor que plante mandioca, milho e feijão, como vinha fazendo antes, porque ganhará muito mais do que vendendo mamona a 40 ou 45 centavos o quilo.

Falta uma organização nacional. Essa empresa não poderia ter sido montada. Como pensaram o Presidente Lula e todos os que acreditam no *biodiesel*, esse produto deve atender ao pequeno lavrador. Devemos organizar os pequenos lavradores em associações sucessivas e cada uma delas terá sua usina própria. Dessa forma, a baga da mamona e o feijão serão deles e o processamento será feito na usina, que será administrada talvez por uma Oscip.

No Piauí, estamos fazendo isso. Criamos uma Oscip, que não tem fins lucrativos e é formada por cidadãos que desejam trabalhar pelo bem do País – honrame fazer parte dela, porque quero trabalhar pelo Brasil, pelos lavradores do meu País e do meu Estado –, e tentaremos inaugurar esse protótipo antes do final do ano, com o apoio do Banco do Nordeste. Proporemos a esta Casa que mude essa legislação.

Essa usina que foi montada, e não sei qual foi o órgão que a autorizou, deve produzir *biodiesel* de soja e vendê-lo, exportá-lo. Quanto ao farelo de soja, já temos tecnologia para transformá-lo em farinha pa-

nificável. Gastamos R\$1 bilhão com a importação de trigo, mas poderíamos misturar a ele 25% de farinha de soja originária do farelo, que, hoje, só se aplica em ração de frangos.

Como conheço o projeto, eis mais uma aulinha: se o óleo de soja for extraído usando-se como solvente o álcool – que o Brasil produz 14 bilhões de litros –, o farelo resultante será bem branquinho, já quase como a farinha de trigo. Com um pouco mais de tratamento, o preço da farinha de trigo ficará lá embaixo. Com uma mistura de 25% a 35% de farelo de soja ao trigo, poderiam ser economizados U\$300 milhões por ano.

Essa empresa no Piauí está, digamos assim, escravizando os lavradores, prendendo-os com preço infimo, porque recebeu autorização para montar a usina no meu Estado, mas devemos mudar essa regra.

Vou fazer uma proposta à Casa e levá-la ao conhecimento do Presidente da República: que as grandes usinas produzam álcool e *biodiesel* para exportação, e que não tratem o óleo de mamona, comprando baga a 45 centavos. Essa é uma agressão que estamos permitindo que se faça ao homem do campo.

Não tenho nada a ver com os homens que construíram a usina. Se eles têm dinheiro para construí-la, não vai ser à custa da escravidão dos plantadores de mamona do Piauí. Eles que peçam autorização para comprar soja e transformá-la em *biodiesel*, cujo litro pode ser exportado a R\$3,00. Isso é muito melhor que exportar grão de soja. Vendemos para o exterior 40 milhões de toneladas de grãos de soja. Quem os compra, deles extrai o óleo e todos os outros derivados, porque a soja é riquíssima em produtos alimentícios para o homem e os animais. Quem compra os grãos paga qualquer coisa, não sei quanto, mas não é caro, é barato. Exportamos milhões de toneladas. Nesse caso, vamos ficar com essa toneladas e transformá-las em *biodiesel*, aí sim, usando as máquinas das grandes usinas, mas deixemos a mamona para o lavrador. Ele produzirá *biodiesel* também, mas com isso terá uma renda bem mais alta do que a dessa escravidão que se está anunciando para breve, na inauguração da tal usina de 90 mil litros por dia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse era o resumo que eu queria fazer. A minha proposta deverá ser feita ao Presidente da República simultaneamente com a das estradas.

Na Casa Civil, agora, não está mais aquele chamado núcleo duro, que não dava nenhuma atenção e não aceitava proposta de ninguém. Eu mesmo apresentei a proposta da câmara de gestão, para resolver o problema dos 32 mil quilômetros de estrada, e lá não davam confiança. Agora, não, com a Ministra Dilma Rousseff, pelo que conheci de S. Ex^a, a coisa

no Planalto vai mudar. E uma boa idéia como essa, em favor dos lavradores, tenho certeza de que S. Ex^a carimbará na hora, assim como a que diz respeito ao problema das estradas.

Estamos preparando-nos para ir até S. Ex^a, a fim de levar essas sugestões. Já dissemos aqui: Presidente, assumo o comando; o País não pode parar. Vossa Excelência quer alguma informação? Quer alguma sugestão? Estão aqui duas. Vamos para as estradas, e seguramente colocaremos 100 empresas brasileiras de engenharia, trabalhando na sua reconstrução.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Termino, Sr. Presidente, em breve.

E haverá também milhares de lavradores em associações, produzindo *biodiesel*, adubo orgânico, renda séria para o cidadão que queremos ver feliz no campo, com energia elétrica.

Se há projetos do Presidente Lula que não saíram do chão, que saiam agora, com o apoio de todos os brasileiros que acreditam em Sua Excelência. E que nós, das duas Casas do Congresso, depois de apurarmos tudo que está errado nas CPIs, aproveemos os projetos, para ajudar o Governo e o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Alberto Silva.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, como Líder. S. Ex^a dispõe de até sete minutos.

O próximo inscrito é o Senador Heráclito Fortes.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 1º de julho, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio concedeu liminar a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo meu Partido, o PFL, e pelo Partido da Social Democracia Brasileira, que impugnava aquela medida provisória que já constava da Ordem do Dia do Senado, em função de várias inconstitucionalidades. A primeira diz respeito à falta de urgência e relevância.

Na verdade, em nome de combater a fraude, o Governo prejudicou os segurados da Previdência. O art. 246 da Constituição estabelece que não pode ser objeto de regulamentação por medida provisória tudo aquilo que foi alterado durante um período constitucional, inclusive a Emenda nº 20, da Previdência.

A vitória dos Partidos de Oposição, do PFL e do PSDB, em face da decisão correta do eminente Ministro

Marco Aurélio, impede, assim, que continuem em vigor os dispositivos que estabelecem nova sistemática para o auxílio-doença e para o auxílio-acidente, diminuindo seus valores no estabelecimento de novas regras; que prejudicam o benefício do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez; que impedem, por carência, de forma equivocada, o pagamento de auxílio-doença; e que presumem a má-fé do beneficiário em caso de percepção cumulativa de benefícios.

Afasta, assim, o Supremo Tribunal Federal, pela decisão de seus mais ilustres representantes, esse processo de perseguição, de falta de compreensão e humanidade, que foi produzido pelo Governo do Presidente Lula por meio da Medida Provisória nº 242. Com isso, estamos aqui livres de votar e discutir mais uma maldade cometida. A Oposição se manifesta, porque sente que cumpriu devidamente seu dever junto aos trabalhadores, especialmente os trabalhadores brasileiros.

Faço, ainda, nesta oportunidade, referência ao pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no último final de semana. Em uma organização de Partidos de esquerda, vestido, suponho, com um blusão da Polícia Federal, Sua Excelência declarou que seria, no combate à corrupção, implacável com adversários e aliados.

Onde estão os companheiros, Senhor Presidente? Será que, para proteger o Sr. Waldomiro Diniz e o Sr. Delúbio Soares, esquece o Presidente de que existem inúmeros Parlamentares, representantes do Partido dos Trabalhadores, honestos, corretos e que não podem ser misturados com aqueles que já estão sendo objeto de inquérito pela Polícia e pela Comissão Parlamentar de Inquérito? Não, Senhor Presidente, não esqueça seus companheiros. Há muitos nesta Casa, inclusive, que merecem todo o respeito da sociedade brasileira e que nada têm a ver com o comportamento do Sr. Waldomiro Diniz e do Sr. Delúbio Soares.

É preciso que o Presidente faça um discurso adequado à Nação. É preciso que Sua Excelência se pronuncie, não como o fez na penúltima vez, de forma arrogante, petulante, intitulado-se dono da moral e da ética, nem como agora, dirigindo-se a adversários e aliados, esquecendo os companheiros, permitindo que esses sejam misturados com aqueles que devem pagar pelos atos praticados, numa administração que não soube coibir a corrupção.

Sr. Presidente, em nome do PFL e em homenagem àqueles que no PT têm comportamento correto, digno, faço esta advertência ao Senhor Presidente da República: não os misture, não os coloque ao mesmo lado daqueles que não merecem o respeito da socie-

dade brasileira; tenha outra postura como Presidente da República.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Brasília sempre se caracterizou pelos fins de semana tranquilos, em que predominava a tão cantada solidão do planalto. A classe política, na sua grande maioria, deslocando-se para seus Estados de origem, os jornalistas recolhidos às suas residências, para um fim de semana com a família, essa sempre foi a grande rotina desta cidade criada por Kubitscheck.

Nas últimas semanas, e de uma maneira muito especial no fim de semana que terminou, tivemos uma cidade completamente mudada, agitada, ansiosa, curiosa para saber exatamente qual era o escândalo da vez. Tive notícia de pessoas varando a madrugada para esperar as primeiras notícias trazidas pelas revistas de final de semana.

O que se viu, Sr. Presidente, em todas essas revistas, foram exatamente notícias, depoimentos e fatos de fazer qualquer um cair de costas. Nunca se imaginou que o Partido dos Trabalhadores carregasse, no seu bojo, pessoas tão corajosas, audaciosas e, acima de tudo – creio eu – com a certeza da impunidade, que tiveram capacidade de ir tão longe. Tenho a impressão, Senador Paulo Paim, de que os que estão envolvidos nessa série de escândalos, embora filiados ou não ao Partido de V. Ex^a, nunca leram o estatuto do Partido e nunca estiveram presentes nos 20 anos de marcha, de caminhada e de luta para que o Presidente Lula chegasse ao poder.

Basta examinar, em todas as oportunidades, a postura desapontada e cabisbaixa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para se chegar à conclusão de que, em parte desse aspecto, o Deputado Roberto Jefferson tem razão. Sua Excelência foi pego de surpresa, foi apunhalado pelas costas. Não é possível, Sr. Presidente, que não tivesse a Abin, os órgãos de Inteligência da Presidência da República, os diretores da área em que ocorriam esses fatos, notado, aos primeiros sinais, que algo estava acontecendo, que não tivessem tido a percepção de verificar com mais detalhes esses fatos e chamado a atenção do Presidente da República.

Muitos, inclusive do próprio Partido de Sua Excelência, se queixam que se criou uma barreira em torno do Presidente para que as pessoas não tivessem acesso e, com isso, a possibilidade de lhe contar o que realmente se passava. Isso é muito comum no poder. Os que chegam à sala e à cozinha do Governo ficam naquele jogo de queda de braço para impedir que outros se aproximem e que por meio de conversa franca possibilitem o governante saber o que de fato acontece. O governante, por sua vez, se protege evitando os incômodos que vêm do pedido de função a nomeações, e então aceita de bom grado essa barreira invisível em que se vê colocado. E o que vemos é isso: o Presidente Lula, de repente, está com toda a sua trajetória, a sua luta e a sua carreira correndo risco por conta dos maus amigos. Acho que o Presidente, num momento como este, em que a decepção, a amargura e a tristeza lhe dominam a alma, não tem outra alternativa senão a de aproveitar este momento e fazer uma limpeza geral onde houver o menor indício de que as coisas não vão bem.

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há mais de seis meses ou quase um ano – não sou bem preciso –, o Senador José Jorge, da tribuna desta Casa, alertou o Presidente da República para irregularidades que estariam sendo cometidas na empresa Cobra, vinculada ao Banco do Brasil, uma empresa de computação e informática. Quais as providências tomadas? Aparentemente, nenhuma. Agora começam a aparecer informações de que 63 mil computadores aproximadamente foram comprados sem nenhum processo licitatório, porque aí a empresa atua da seguinte forma: ao comprar, ela é privada, não participa de concorrência, compra de quem quer; ao vender, ela é pública, e ao vender para órgão público também não precisa participar de concorrência. E é um prato cheio – se verdadeiras forem essas informações – para que suspeitas de que algo de muito errado está acontecendo nesse setor.

Esses fatos vêm sendo noticiados já há bastante tempo. E agora então surgiu essa denúncia dessa compra pela Cobra em que inclui algumas empresas, umas tradicionais, conhecidas, outras nem tanto. Estão no rol das que venderam para a Cobra: a Itautec, a Procomp, a Semp Toshiba, a Perto Digicon, a Megaware e a Novadata.

É preciso que esses fatos sejam, na realidade, apurados, apurados antes que o Roberto Jefferson venha aqui e denuncie, porque aí vão demitir todos. É preciso que o Governo se antecipe aos fatos, vá atrás para saber o que realmente está acontecendo na Cobra.

Sou do Piauí, área de atuação do Banco do Nordeste, onde se fala muito de uma grande compra que teria sido feita por aquele banco junto à Cobra. Não sei nada, não tenho maiores detalhes, mas o Governo precisa apurar, até porque nos comentários fala-se do envolvimento de um diretor que teria ligações pessoais familiares com um alto dirigente do Partido dos Trabalhadores. A coisa aí se agrava.

Sr. Presidente, ouvi, com muita tristeza e acima de tudo também surpresa, neste final de semana, o desmentido do Deputado José Genoíno e depois o pedido de desculpas do mesmo Deputado – o ex-Deputado e hoje Presidente Nacional do PT – quando se referia àquele famoso empréstimo do qual ele foi avalista e de que não se lembrava. Para alguns pode representar desconfiança, mas sei como as coisas partidárias acontecem, principalmente para quem está chegando ao poder sem nenhuma estrutura para isso. Creio que foi muito sincera a surpresa do ex-Deputado José Genoíno ao dizer que não sabia que aquela transação havia sido feita com a participação solidária do aval do Sr. Marcos Valério, com a assinatura do Sr. Delúbio Soares. Acho que surpresa igual não deve ter o Sr. Delúbio Soares; este, sim, homem de finanças, homem da Tesouraria e, acima de tudo, conhecedor profundo da máquina de arrecadação tão poderosa que o PT montou. Uma vez eu disse aqui, Senador Paulo Paim, há mais de dois anos, que, se o PT continuasse naquele ritmo de arrecadação – somando-se as arrecadações feitas pelos seus dirigentes de prestígio com as participações compulsórias dos servidores filiados ao Partido, obrigados a colaborar mensalmente para vigorar os seus cofres –, ao final de quatro anos, seria o partido mais rico do mundo! E minha previsão estava certa.

O Deputado Fernando Gabeira, no Programa do Jô, fez uma afirmação que, no primeiro momento, nos parece estapafúrdia, mas que, depois de analisada, tem lógica: de que já há comprovação de arrecadações que superam R\$1 bilhão. E como o Partido de V. Ex^a quer se parecer com o Partido do Presidente Collor. V. Ex^a se lembra de que, numa noite aqui em Brasília, um grupo íntimo ligado ao Sr. PC Farias comemorou uma arrecadação de US\$1 bilhão, naquela época? Vá gostar de parecer com o governo que não deu certo como o Governo do PT! Eu nunca vi, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma vocação como esta. Todos os erros e todos os vícios do Governo do Presidente Collor estão sendo repetidos com mais perfeição agora. Àquela época também: um governo que chegou ao poder sem experiência, sem estrutura, sem equipe e com arrogância.

Aquela época – e o fato agora se repete, e venho batendo nessa tecla –, tirou-se do Ministério da Previdência, por exemplo, a gestão sobre os bilhões que circulam no Brasil afora pertencentes aos aposentados, ou seja, a gestão dos fundos de pensão. Quem comandava e mandava era o Sr. Pedro Paulo Leoni, que era do Palácio do Planalto, o primeiro diretor da Abin, instalada para que se colocasse no esquecimento o velho SNI.

Foi um escândalo. Os investimentos em empreendimentos imobiliários duvidosos espocaram em todo o Brasil, e o então Deputado Federal Luiz Gushiken foi peça importante, inclusive com participação ativa numa CPI criada para apurar, denunciar e corrigir rumos.

Pois bem; agora, com o Presidente Lula no poder, é o ex-Deputado Luiz Gushiken, que, na Secretaria de Comunicação Social do Governo, comanda com mão de ferro, dando preferência aos seus companheiros de luta sindical, a estrutura de fundo de pensão no Brasil.

Sr. Presidente, por mais amizade que tenha com os seus companheiros de luta desses vinte anos de caminhada, o Presidente Lula não pode deixar que as coisas se misturem. Não é bom para a sua biografia; não é bom para o País.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – V. Ex^a tem dois minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O isolamento de um Presidente da República, muitas vezes, é cruel, é fatal, mas, às vezes, como diz o ditado popular, antes só do que mal acompanhado.

Sr. Presidente, espero que, nesta semana, possamos pensar um pouco na agenda positiva do Brasil; que a “MP do bem” mostre para o que veio e o que quer e que o Governo comece a tomar rumo, retomando as rédeas administrativas do País. Não podemos ficar parados. A economia até agora vai bem, mas chega o momento em que a paralisia e a desconfiança podem nos causar danos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço a V. Ex^a que encerre, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, encerro aqui as minhas palavras, por dever de justiça, voltando ao que disse ao Senador Paulo Paim no começo deste pronunciamento. Convivi com o Deputado José Genoino na Câmara dos Deputados; é um lutador – e ele tem as suas posições, eu tenho

as minhas. O futuro dirá quem está certo. Todavia, não o vejo como corrupto e desonesto. Quero dizer a V. Ex^a que, entre as decepções que já tive na vida pública, naturais, essa seria, talvez, a maior de todas. Mas não acredito. Vejo o Deputado Genoino pela sua vida modesta, pelo seu comportamento, pela luta que desempenhou na clandestinidade e na atividade política nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – Encerre, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não o vejo incluído neste rol, mas é mais uma vítima que vem provar que o homem é produto do meio.

Rogo que essas coisas fiquem bem esclarecidas, porque ainda tenho esperança de que quadros como este sobrevivam a essa tormenta que assola um partido que um dia fez nascer uma estrela, símbolo de esperança, e que o Brasil aplaudiu e consagrou ao vê-la ser elevada ao mais importante posto da República. Agora, desmorona e cai para a tristeza daqueles que, durante tanto tempo, deram sua vida, confiaram e lutaram para que “a esperança vencesse o medo”. Vemos agora que o medo, que com a esperança conseguiu vencer, toma conta do próprio Partido; o medo de que nessa lama não saiba distinguir os bons e os maus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a dispõe de quinze minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicio o meu pronunciamento, Senador Paulo Paim, não como Senadora, mas como petista, fundadora desse Partido, militante desde a primeira hora; um Partido que muito me orgulha por tudo que fez e construiu ao longo desses 25 anos de existência. E, como petista, declaro que todos nós, petistas – todos, a nação petista –, queremos investigação ampla, geral e irrestrita; queremos investigar tudo e todos, hoje e ontem, até porque a corrupção neste nosso País, infelizmente, é muito antiga. Há pessoas achando que ela é novidade, mas ela é muito antiga. Os esquemas estão montados, estão encruados. Eu diria até, como dona-de-casa, que está como sujeira em pano encardido: a corrupção está entranhada na máquina pública.

Por isso, precisamos investigar muito, profundamente, obter as provas, para que a Justiça possa punir. É por isso que, como petista, tenho, na CPI dos Correios, sempre dito que precisamos aprofundar as investigações. A lógica de que a cada manchete nova

deve-se mudar o foco, mudar-se de assunto, não pode ser seguida. É preciso que seja assumido muito claramente um compromisso por parte de todos os membros da CPMI: que aprofundemos as investigações; que investiguemos mesmo; que obtenhamos as provas. Mudar todos os dias de assunto é lógica de quem não quer investigar; é lógica de quem quer, tão-somente, levantar insinuações, fazer ilações, lançar suspeitas, sem o compromisso de uma investigação rigorosa.

Como petista também, estou numa expectativa muito grande com relação à reunião da Executiva do nosso Partido amanhã. Que a nossa Executiva tome a melhor deliberação, para que o Partido possa ter compromisso com a investigação, possa dar andamento às investigações necessárias de qualquer membro da Executiva que esteja efetivamente envolvido em qualquer ato ilícito! Que tudo possa ser esclarecido!

Neste momento, o PT está em processo eleitoral interno, está em andamento o processo de eleições diretas no PT. Portanto, além da tarefa de dar andamento às investigações, procurar comprovar ou não o envolvimento em qualquer ato ilícito por algum membro do PT, a Executiva do Partido também tem a responsabilidade de conduzir o processo eleitoral. A reformulação total ou parcial da Executiva tem, obrigatoriamente, de dar conta das duas tarefas neste momento.

A propósito, eu não poderia deixar de dar aqui o meu testemunho e manifestar a minha solidariedade irrestrita ao Presidente do PT, José Genoíno. Faço-o por sua história, por sua biografia e por sua competência. Tenho certeza absoluta de que quem nos conduziu até agora nos conduziu de forma lícita, de forma limpa, de forma plena, de forma clara, dentro das regras que o PT sempre defendeu. Deixo, portanto, a minha solidariedade. Aliás, quero agradecer ao orador que me antecedeu pelas referências à biografia do Deputado José Genoíno, Presidente do PT.

Falarei agora como Senadora. A tarefa que temos de investigar, de punir, coloca-se numa outra lógica. Além da tarefa da investigação e da punição dos corruptos e dos corruptores que atuam na máquina pública brasileira, temos uma outra tarefa. Fazer as duas tarefas ao mesmo tempo não é algo simples, mas é absolutamente necessário para os que assumiram, como nós, responsabilidades junto à população que delegou ao Presidente Lula conduzir o País, que nos delegou a tarefa de, aqui no Senado da República, representar os nossos Estados.

O Senador Alberto Silva foi nesta mesma linha: está em jogo o crescimento deste País, a geração de empregos, de oportunidades de trabalho e renda, ou seja, precisamos investigar e punir, mas temos de manter o País crescendo, temos de gerar emprego

e renda, temos de dar continuidade aos programas sociais que distribuem renda, como o Bolsa-Família, que já atende 6,5 milhões em todo o País e tem como objetivo chegar a 11 milhões de famílias até o final do mandato do Presidente Lula; às ações de saneamento e de habitação popular; à ampliação da rede pública de educação, como o projeto do Fundeb, ensino profissionalizante cujo decreto de expansão foi assinado na última sexta-feira; à questão da agricultura familiar: colocar e manter o homem no campo para que possa continuar gerando emprego e renda na área rural.

Para nós é muito importante dar conta dessas duas tarefas, Senador Paulo Paim. Temos de investigar, punir, combater, eliminar a corrupção, mas não podemos deixar este País, novamente, entrar em recessão, novamente sofrer um recuo, porque foi muito difícil pôr este País novamente para crescer. Não foi qualquer coisa o sacrifício que fizemos em 2003 para que, em 2004, tivéssemos a retomada do crescimento e, agora em 2005, a sua continuidade – talvez um pouco aquém do que crescemos em 2004, mas ainda na lógica do crescimento.

As revistas desta semana ressaltam que a turbulência política não abalou a estabilidade econômica. A revista **Veja** apresenta, inclusive, o paradoxo brasileiro: a despeito das inúmeras denúncias, a despeito da turbulência política, permanece estável a economia.

Outras revistas vão nessa mesma linha, como a **ISTOÉ**: “Apesar de tudo, economia vai bem”. Outra revista estampa: “Bancos querem emprestar mais”. Ou seja, com uma turbulência como essa, os bancos estão ofertando mais crédito na área da habitação, na área de investimentos na moradia.

Poderíamos folhear várias outras revistas para ver que, de fato, essa tem sido a lógica, ou seja, a economia tem conseguido se manter apartada da crise política; a estabilidade econômica instalada pelo Governo Lula deu fundamentos para que a economia se mantivesse estável.

E mais do que estabilidade: no último mês, batemos, mais uma vez, o recorde de exportações, foram US\$10 bilhões num único mês. Isso nunca tinha acontecido na história do Brasil. E o superávit comercial de US\$4 bilhões num único mês também nunca tinha sido atingido.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Ideli Salvatti, permite-me um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou lhe conceder um aparte, Senadora Fátima Cleide. E, depois, eu o concederei ao Senador Paulo Paim.

O mais importante é que essa lógica da exportação, esses recordes estão vinculados, majoritariamente, a produtos industrializados e semimanufaturados, o

que significa que estão sendo gerados mais empregos e mais renda no Brasil.

Ouçõ a Senadora Fátima Cleide e, em seguida, o Senador Paulo Paim.

A Srª Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Ideli Salvatti, como petista, gostaria de parabenizá-la por seu pronunciamento. E, como petista, também devo dizer, neste plenário do Senado Federal, que me orgulho em continuar ostentando a estrela do meu Partido. Não fosse o Partido dos Trabalhadores, pessoas como eu, como V. Exª, como o Senador Paulo Paim, que somos lideranças sindicais, membros da classe trabalhadora de verdade, de fato, nunca teríamos tido a condição de chegar aqui. Por isso, digo que ostento orgulhosamente a estrela do meu Partido e continuo com muito orgulho de ser petista, porque ser petista é mais do que ter um símbolo ostentado no peito: é a confiança no projeto que hoje tentam destruir. Tentam destruí-lo, Senadora Ideli Salvatti, mas, tenho certeza, não conseguirão. V. Exª aborda com muita propriedade os reais motivos dessa luta toda para tirar das mãos do PT a bandeira da ética. A revista **Carta Capital** também, na semana passada, trazia dados muito interessantes. Nem no primeiro nem no segundo governo do PSDB, do Presidente Fernando Henrique, conseguiram atingir índices tão importantes como os alcançados no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Então, mais uma vez, só quero parabenizá-la e dizer que não baixaremos a cabeça. É importante, sim, apurar, e estaremos apurando como petistas, como Senadores da República, em qualquer uma das comissões em que nos for delegada essa tarefa. Também quero aqui, junto com V. Exª, externar a minha solidariedade ao Presidente do meu Partido, José Genoíno. Meus parabéns, Senadora Ideli Salvatti!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, V. Exª efetivamente não poderia ter outra postura na tribuna a não ser a que tem neste momento. Em primeiro lugar, V. Exª defende a investigação, doa a quem doer, no combate à corrupção, conforme inclusive tem dito claramente para o País o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Presidente tem dito, diariamente, que é a favor de que se façam todas as investigações, no âmbito da Polícia Federal, do Ministério Público e das CPIs. V. Exª reafirma a situação da economia, que tem um quadro positivo. Eu lembraria somente este dado: são três milhões de novos empregos com carteira assinada, se pegarmos somente os últimos dois anos. V. Exª faz uma análise tranqüila e afirmativa da política econômica e, ao mesmo tempo, registra toda

a sua solidariedade ao nosso ex-Deputado Federal e Presidente do Partido José Genoíno. Alguns Parlamentares conviveram com o Sr. José Genoíno aqui nesta Casa durante décadas, e eu o conheci aqui no dia-a-dia em 1986, ainda na Assembléia Nacional Constituinte. Era um Parlamentar brilhante, respeitadíssimo por todo o Congresso Nacional, pela Situação e pela Oposição, na época. Era um mediador, um negociador, um interlocutor da sociedade aqui na Casa. Por isso, junto com V. Exª, quero registrar o meu apoio ao nosso ex-Deputado Federal, ex-Líder da Bancada na Câmara, o nosso José Genoíno. Também não acredito que ele tenha participado de nenhuma das denúncias levantadas até o momento. Tenho plena confiança nele. E, assim como V. Exª, na reunião da Executiva amanhã, sei que medidas firmes serão tomadas por parte do Partido dos Trabalhadores, como a reforma – que endosso – que o Presidente Lula está a anunciar que fará, com um critério: quem for candidato deverá deixar o Governo, o que não é nenhum demérito ou dúvida levantada sobre alguém, se é mais ou menos competente. Trata-se simplesmente de não se fazer outra reforma em abril. Sua Excelência faria a reforma neste momento. Alguns dizem: “Quem sair agora já estará no alvo se for candidato a Governador”. Não necessariamente. Não precisa dizer o cargo a que vai concorrer. Quem for candidato a Deputado Estadual, Federal, Senador, Governador e, se quiser, até a Presidente da República deixará o Governo neste momento. Creio ser um critério correto, adequado, que abrange, inclusive, presidentes de estatais sem nenhum problema, não se levantando suspeita sobre ninguém. Vou mais além e quero ter a liberdade de colocar para V. Exª: não me surpreenderei se o nosso Partido, amanhã, na reunião da Executiva Nacional, encaminhar até mesmo um debate em que, em vez de protelar as eleições, reafirme que rapidamente haverá eleições, em todo o País, para os Estados e também no âmbito nacional. E os 900 delegados petistas apresentarão, enfim, sua posição, seu voto, que, tenho certeza, será muito equilibrado e tranqüilo. Parabéns a V. Exª!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Lembro à Srª Senadora Ideli Salvatti que seu tempo está esgotado. Darei mais dois minutos para que possa concluir o seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para concluirmos a investigação, tudo e todos, hoje e ontem, com profundidade e provas, deveremos ter a capacidade de manter este País crescendo e gerando empregos. Isso é possível porque os atos do Governo Lula nos deram essas condições. Fizemos uma mudança

profunda no perfil da dívida brasileira. A nossa dívida, hoje, está profundamente menos dolarizada, menos dependente das oscilações da moeda americana. Temos toda uma situação de perfil da dívida, de prazo de pagamento... Só para termos uma idéia, a dívida externa, em 2002, era o dobro das exportações. Hoje, não chega a um terço. É menos do que um terço das exportações, não chega a 27%. A relação da dívida com o Produto Interno Bruto, que mede a nossa capacidade, caiu significativamente. Quando o Presidente Lula entrou, representava 60% da dívida.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a ainda não me deu os dois minutos. Dê-me mais um bocadinho!

Para nós, foram essas as modificações.

Senador Alberto Silva, trouxe um gráfico com o qual muita gente não sabe trabalhar, não conhecendo seu significado. É o gráfico das transações correntes. A conta de bens e de serviços do nosso País, aquilo que trabalhamos: fretes, turismo, exportações, importação, como é que foi isso nos últimos anos. É muito importante vermos que, desde 1994, que corresponde ao dado que tenho no gráfico, essa conta de transações correntes sempre foi negativa. Ou seja, sempre saía mais dinheiro, sempre saíam mais dólares do que entravam em nosso País.

Essa curva só mudou, Senador Alberto Silva, exatamente com a entrada do Presidente Lula. A partir de 2003, em 2004 e, agora, 2005, vamos ter saldo positivo, ou seja, vai ficar mais dinheiro no Brasil do que vai sair. Chegamos a ter um prejuízo em relação ao que entrava e o que saía, entre os dois Governos do Fernando Henrique, de US\$33 bilhões negativos. Ou seja, estávamos exportando dinheiro em vez de internarmos recursos internacionais. E é por conta desse tipo de embasamento econômico, dessa modificação dos dados econômicos que o Governo Lula teve capacidade política de fazer que hoje toda onda, toda turbulência política não afeta a economia.

Por isso, temos que ter esse compromisso. Nosso compromisso tem que ser este: de investigação, com o rigor que as denúncias exigem, a tudo e a todos, hoje e ontem, mas também com o compromisso de fazer este País continuar a crescer, a gerar emprego – como o Senador Paim disse, quase três milhões de empregos com carteira assinada, quatro vezes mais do que nos oito anos do Governo Fernando Henrique. Essa é a nossa responsabilidade, e, se jogarmos fora essa retomada de crescimento, todos esses empregos

e oportunidades e os programas sociais, o Brasil, os brasileiros e brasileiras não vão perdoar.

Por isso, reafirmo nosso compromisso com a investigação, mas também nosso compromisso com a manutenção do crescimento e geração de emprego em todo o País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Com a palavra o Senador Antônio Leite.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem muito rapidamente, pois acabei não levando um documento para a tribuna e, então, não pude fazer referência a ele.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apresentei um requerimento de pesar pelo falecimento do Professor e Sociólogo Jacó Anderle, que era Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Ele era uma das lideranças do PSDB no nosso Estado e uma pessoa envolvida, durante décadas, com a educação catarinense.

Então, gostaria de fazer o registro, da tribuna, deste requerimento de voto de pesar para a família e para todos os catarinenses, porque, efetivamente, foi uma perda significativa para o nosso Estado o passamento do Professor e Secretário de Educação Jacó Anderle.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– A Mesa tomou conhecimento, Senadora Ideli Salvatti, do requerimento de V. Ex^a, nos seguintes termos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 746, DE 2005

Requeremos, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Professor e Sociólogo, Jacó Anderle, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências a família.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2005. – **Ideli Salvatti**, Vice-Líder do Governo do Senado.

REQUERIMENTO Nº 747, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regime Interno e de acordo com as tradições da Casa, as se-

guintes homenagens pelo falecimento do Senhor Jacó Anderle, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina:

- a) Inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) Apresentação de condolências à família e ao Estado de Santa Catarina;
- c) Aplausos pelos grandes feitos realizados em sua trajetória política e pessoal, dando como lido o discurso anexo.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2005. – **Leonel Pavan**.

DO SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB – SC)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Com profundo pesar, comunico a Vossas Excelências o falecimento, às 22 horas e 50 minutos do último sábado, do Senhor Jacó Anderle, homem público dos mais eminentes do Estado de Santa Catarina, que deixará uma forte saudade em todos que tiveram a honra de conhecê-lo.

Jacó, membro histórico do PSDB de Santa Catarina, ocupava o cargo de Secretário de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado. Exerceu plenamente suas funções até quinta-feira última, apesar do câncer que combatia há nove meses e que, finalmente, o vitimou.

Seu Legado, podemos afirmá-lo sem medo do equívoco, será o da defesa inabalável da democracia. Sociólogo, ex-padre, Jacó sempre pautou sua ação no combate aos extremismos, na defesa da liberdade, no exercício da diplomacia. Ética, responsabilidade, lisura no trato da coisa pública e trabalho duro foram suas bandeiras e suas diretrizes políticas.

Em reconhecimento à sua importância para a vida pública do Estado de Santa Catarina, o Governo do Estado decretou luto oficial de três dias, a contar de ontem, e conclamou todas as escolas catarinenses a lhe prestarem as devidas homenagens.

Encerro este breve pronunciamento, Senhor Presidente, com o pedido de que seja dado como lido o artigo publicado no jornal **A Notícia**, no dia de hoje, intitulado “O Legado ético de Jacó”, assinado por Moacir Pereira e Celso Martins. O texto reforça o compromisso de Jacó Anderle e com a ética com a defesa dos princípios democráticos, definindo divina brilhante o legado desse grande brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. – **Leonel Pavan**.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – A Mesa encaminhará os votos de pesar solicitados. Com a palavra, o Senador Antônio Leite.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui estou hoje para tratar de tema de grande relevância para o nosso País, especificamente para o setor saúde em toda a sua plenitude. Refiro-me ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, cujo autor, o na época Senador Geraldo Althoff, suscitou a criação do Serviço Social de Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass).

Nas palavras do ilustre e brilhante Senador Geraldo Althoff, o projeto em questão se justifica pelo fato de que os serviços de saúde geram em torno de dois milhões de empregos diretos e cerca de cinco milhões de empregos indiretos, com exigências específicas em relação à qualificação profissional continuada, ao lazer educativo e recreativo, à promoção social e ao desenvolvimento geral, educacional, cultural e esportivo no modelo dos atuais Serviços Sociais do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Sr. Presidente, embora contribuam com 2,5% de suas folhas de pagamento ao Sesc e Senac, os Serviços de Saúde não contam com um atendimento que atenda às suas características diferenciadas do setor de comércio.

Constitui consenso hoje que a atenção e a assistência à saúde são desenvolvidas mediante atividades diversificadas, dentre as quais destacam-se medicina, enfermagem, saúde bucal, farmácia, radiologia, reabilitação, segurança no trabalho, dentre outras. Para o atendimento integral do ser humano, na sua dimensão biopsicossocial, a saúde extrapola os locais tidos como de referência, tais como hospitais, clínicas, laboratórios e passa a abranger também ambientes como escolas, creches, centros comunitários, empresas e até mesmo as residências.

O profissional de saúde precisa estar preparado constantemente para responder a novos desafios, sendo capaz de auto-organizar-se, tomar decisões, interferir nos processos de trabalho individual e em equipe e resolver problemas com mutações constantes.

Um setor de amplitude e estratégico interesse nacional, como o da saúde, precisa ter suas necessidades de formação profissional e lazer educativo, atendidas por entidades originárias de suas bases patronal e profissional, voltados exclusivamente para esse mister. Somente assim, por meio das entidades que realmente detêm os conhecimentos e o saber na área da saúde, poderão ser implantados projetos que respondam aos anseios, necessidades e demandas, presentes e reprimidas, de um setor de importância vital para a sociedade brasileira, hoje precariamente assistida.

No setor saúde, convivem instituições governamentais com as não governamentais; as não lucrativas com as lucrativas; as religiosas com as leigas; as grandes com as pequenas; as metropolitanas com as rurais; as fundacionais com as autárquicas; não esquecendo as caritativas ao lado das privadas; enfim, os hospitais ao lado dos ambulatórios.

A pretensão de ver autorizada, via diploma legal, a constituição e a administração pela Confederação Nacional de Saúde – hospitais, estabelecimentos e serviços (CNS) e seus parceiros, dos serviços em questão, Sess e Senass, é anseio que, inclusive, atende aos interesses da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde – CNTS, e das demais entidades representativas, em âmbito nacional, dos diversos segmentos da saúde, como é o caso da Confederação das Misericórdias e Instituições Filantrópicas do Brasil (CMB), da Federação Brasileira de Hospitais (FBH) do Conglomerado das entidades representativas do segmento de Medicina Alternativa (Abrange), do Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo (Sinamge), do Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo (Sinog) e o Conselho Nacional de Auto-regulamentação das Empresas de Medicina de Grupo (Conamge).

Sr. Presidente, essa pretensão é um anseio histórico de líderes filantrópicos e caritativos, dirigentes sindicais e fundacionais, cooperativas de escolas, profissionais liberais especializados, mas, sobretudo, de milhões de trabalhadores.

À exemplo da especialização irresistível de outros setores que culminaram com a estruturação de entidades como Sesi/Senai (indústria), Senar (agricultura), SESCOOP (cooperativismo), Sest/Senat (transporte), almejamos ver o direito inalienável e substancial do setor Saúde de prestar relevantes serviços por meio de Sess e do Senass.

Luta-se por uma causa e não por um encargo. Há um compromisso a ser celebrado: um pacto social. Há uma prerrogativa a ser instrumentalizada pelos empreendedores da saúde. Há um direito a ser cobrado, historicamente devido, em favor dos trabalhadores da saúde e suas famílias, excluídos até então do processo legítimo de atenção social.

Ficaram elas à margem da caminhada da qualificação que valoriza o homem; ficaram eles no acostamento da estrada por onde deve passar o cortejo da promoção social e da valorização humana. Este direito do setor saúde ser livre e de buscar o seu próprio caminho é o que pretendemos seja reconhecido

por todos, com a aprovação desse instrumento legal em questão.

Importa salientar que o projeto em análise não gerará novos encargos para o setor privado, nem para o setor público, muito menos para as instituições vinculadas ao setor. Apenas permitirá que os recursos para as entidades específicas do setor saúde, Sess e Senass, sejam aplicados, gerenciados por profissionais do setor Saúde e assim corretamente aplicados na assistência, formação e qualificação dos trabalhadores da saúde, não importando seu local de trabalho ou vínculo empregatício – se público ou privado.

Há quem alegue, Sr. Presidente, apesar dessas ponderações, que os gastos do Sesc e do Senac com o setor de saúde são maiores que o valor arrecadado por esse setor. Desse modo e com esse argumento, por que não se permitir a criação do Sess e do Senass? Por que razão furtar outrem de trabalhar um setor específico, complexo e difícil como o setor saúde, já que aquele que atualmente executa essa missão tem um custoso prejuízo com essa atividade? Por que motivo, Sr. Presidente?

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (CCJ), o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, pelo qual lutamos com este singelo pronunciamento, recebeu parecer favorável, obtendo dezoito votos a favor e dois contrários. Uma prova incontestável de que esta Casa popular, representada por nós, que somos do povo, sabe ser sensível aos seus anseios, pleitos e necessidades.

Estamos convictos, Sr. Presidente, de que o Ministério da Saúde e outros órgãos do Executivo Federal analisarão esta proposta e chegarão ao razoável entendimento de que:

a) A Constituição reconhece no SUS o caráter complementar do setor privado;

b) as ações e os serviços de saúde são considerados pela Carta Magna como de relevância pública;

c) que saúde não é comércio;

d) que o setor de Serviços de Saúde foi desobrigado pelo Supremo Tribunal Federal do recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), passando a recolher apenas o ISS (Imposto sobre Serviços); mais uma prova de que a Saúde não é Comércio;

e) que, apesar da existência do Sesc e do Senac, estes não desenvolveram política setorial de educação profissional ou de proteção da empregabilidade

ao pessoal ocupacional, impondo por inépcia políticas públicas do SUS;

f) que, no mérito, este pleito atende aos interesses de inegável contingente de trabalhadores que alcança o setor saúde.

Não esqueceremos da Frente Parlamentar de Saúde que está conosco. Constituída esta por nossos ilustres Pares Parlamentares da Câmara e do Senado, somando um total de duzentos e cinquenta Parlamentares – duzentos e trinta Deputados e vinte Senadores –, esta Frente não se eximirá de vislumbrar a conturbada, problemática e difícil situação conjuntural da saúde brasileira. A força da mudança, nesse caso, Sr. Presidente, é irresistível.

Por fim e à guisa de conclusão deste pronunciamento, o qual realça a paixão que tenho pela saúde, como médico, ex-diretor do Conselho Regional de Medicina do Maranhão, ex-diretor do Conselho Federal de Medicina e ativo operador da área de saúde pelos seus trabalhadores e pelo País como um todo.

Eu gostaria de deixar claro a minha sólida, irrestrita e profunda convicção de que saúde não é comércio, corroborando de maneira intensa, atenta e contumaz com a criação do Sess e do Senass.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Antônio Leite, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA) – Pois não, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que esta semana fui procurado pelos servidores públicos em greve, inclusive da área da saúde e da Previdência, e quero dar uma notícia positiva, aproveitando o final do seu pronunciamento. Liguei hoje ainda para o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, que acertou que reunirá os servidores públicos num encontro hoje à tarde – que deve estar sendo realizado neste momento – com o objetivo de buscar um grande entendimento para que a greve termine. Entendo que isso é positivo e espero que as reivindicações dos servidores sejam atendidas. Procuraram-me servidores das mais variadas áreas, entre eles os da assistência social e da saúde, por extensão. Aproveito o seu pronunciamento e louvo a preocupação de V. Ex^a com a saúde. Ao mesmo tempo em que dou essa notícia, cumprimento o Ministro Paulo Bernardo. Liguei para S. Ex^a mais ou menos às 11h30. Quando eram 11h35, ele me dava o retorno, já marcando a audiência com os servidores públicos.

Estão de parabéns o Ministro Paulo Bernardo e os servidores. Espero que hoje cheguem ao grande entendimento, que é o término da greve, que vai beneficiar todos, principalmente aqueles que dependem da seguridade social e, conseqüentemente, da saúde e da previdência. Obrigado.

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Endosso as suas palavras também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

SGMP Nº 1.235/05

Brasília, 4 de julho de 2005

Prezado Presidente,

Solicito a V. Ex^a as providências que se fizerem necessárias no sentido de incluir, em vaga existente pela liderança do PMDB na Comissão Representativa do Congresso Nacional, o Sr. Deputado Pedro Novais e a Sr^a Deputada Maria Lúcia Cardoso, como titular e suplente respectivamente, eleitos excepcionalmente na sessão extraordinária do último dia 30.

Atenciosamente, – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

O Sr. Presidente (Alberto Silva – PMDB – PI) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

PS-GSE Nº 235

Brasília, 24 de maio de 2005

Senhor Secretário,

(*) Em resposta aos ofícios OF.SF nºs 253 e 256 a 287, datados de 7 de março de 2005, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, listagem informando a tramitação dos projetos consultados, bem como suas respectivas fichas de tramitação.

A par disso, muito agradeceria a Vossa Excelência se pudesse informar a esta Secretaria o estágio de tramitação das proposições de iniciativa dos Deputados Federais e outras, enviadas à revisão do Senado Federal, afim de serem, conforme o caso, encaminhadas ao arquivo.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

(*) Republicação por haver sido omitido o anexo do DSF de 24-6-2005, página 20.700, 1ª coluna.

Nº DE ORDEM	Nº DO OF SF QUE SOLICITA	Nº DO PROJETO NO SENADO FEDERAL	Nº DO PROJETO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	SITUAÇÃO DO PROJETO
1	253/2005	PLS 11, DE 1980	PL 1069, de 1983	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 47, DE 1980	PL 6350, de 1985	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 96, DE 1980	PL 8050, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
2	256/2005	PLS 74, DE 1981	PL 8290, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 147, DE 1981	PL 8280, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 226, DE 1981	PL 2422, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
3	257/2005	PLS 114, DE 1982	PL 1636, de 1989	Plenário: aguardando apreciação do Parecer da CCJC (Inconstitucionalidade)
		PLS 159, DE 1982	PL 8506, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 01, DE 1983	PL 8424, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
4	258/2005	PLS 04, DE 1983	PL 6664, de 1985	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 26, DE 1983	PL 7821, de 1986	Plenário: aguardando apreciação de Pareceres (rejeição)
		PLS 30, DE 1983	PL 8510, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 57, DE 1983	PL 8047, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 114, DE 1983	PL 7936, de 1986	Plenário: aguardando apreciação de Pareceres (rejeição)
5	259/2005	PLS 43, DE 1984	PL 8328, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 198, DE 1984	PL 8577, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 45, DE 1986	PL 8052, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
6	260/2005	PLS 66, DE 1985	PL 8341, de 1986	Plenário: aguardando apreciação de Pareceres (rejeição)
		PLS 86, DE 1985	PL 5947, de 1985	Publicado Parecer aprovado (CDEIC)

		PLS 151, DE 1985	PL 7940, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 221, DE 1985	PL 8606, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 232, DE 1985	PL 1635, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 320, DE 1985	PL 4999, de 1990	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 70/96
7	261/2005	PLS 159, de 1986	PL 8039, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
8	262/2005	PLS 27, de 1987	PL 217, de 1987	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 28, de 1987	PL 2423, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
9	263/2005	PLS 43, de 1988	PL 975, de 1988	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 76, de 1988	PL 6002, de 1990	CCJC - devolução de vista
		PLS 79, de 1988	PL 1637, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 81, de 1988	PL 3801, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 85, de 1988	PL 3935, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
10	264/2005	PLC 62, de 1989	PL 571, de 1988	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 67, de 1989	PL 1148, de 1988	Pareceres publicados
11	265/2005	PLS 06, de 1989	PL 2424, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 23, de 1989	PL 2728, de 1989	Parecer aprovado e publicado
		PLS 24, de 1989	PLP 109, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 25, de 1989	PL 1942, de 1989	Aguardando pareceres do art. 133 (art. 133)
		PLS 34, de 1989	PL 2671, de 1989	CME - aguardando parecer
		PLS 52, de 1989	PL 3936, de 1989	Prejudicado face a aprovação do PL 825/91
		PLS 72, de 1989	PL 4578, de 1990	Apensado ao PLS 87/89
		PLS 83, de 1989	PL 3464, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 87, de 1989	PL 2901, de 1989	Pronto para Ordem do Dia

PLS 89, de 1989	PL 3941, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
PLS 109, de 1989	PL 3461, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
PLS 110, de 1989	PL 4916, de 1990	Apensado ao PL 2057/91 - pendente de deliberação do Recurso 182/94
PLS 120, de 1989	PL 3591, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
PLS 123, de 1989	PL 6129, de 1990	CCJC - Pronto para pauta
PLS 150, de 1989	PLP 276, de 1990	CCJC - Elaboração e votação da Redação Final
PLS 155, de 1989	PL 4580, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
PLS 162, de 1989	PLP 202, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
PLS 166, de 1989	PLP 193, de 1989	Arquivado. Art. 164, § 4º R.I. Prejudicado pela sanção da Lei Complementar nº 116, de 31/7/03
PLS 171, de 1989	PLP 98, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
PLS 179, de 1989	PL 3943, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
PLS 190, de 1989	PL 5403, de 1990	Apensado ao PL 2671/89 - CME
PLS 198, de 1989	PLP 200, de 1989	CESP - criada em 16/10/03
PLS 203, de 1989	PL 6132, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
PLS 257, de 1989	PLP 260, de 1990	CCJC - Pronto para pauta
PLS 265, de 1989	PL 5074, de 1990	CCJC - aguardando designação de Relator
PLS 284, de 1989	PL 192, de 1991	Apensado ao PL 1439/91 - tramitando em conjunto
PLS 286, de 1989	PL 4583, de 1990	CCJC - aguardando análise Parecer
PLS 302, de 1989	PL 5654, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
PLS 303, de 1989	PL 4567, de 1989	CCJC - Pronto para pauta
PLS 342, de 1989	PL 6125, de 1990	CCJC - aguardando Parecer

12	266/2005	PLS 354, de 1989	PL 203, de 1991	Mesa - aguardando constituição de Comissão Temporária
		PLS 381, de 1989	PL 4574, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 389, de 1989	PL 4585, de 1990	CCJC
		PLS 406, de 1989	PL 5709, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 19, de 1990	PL 2082, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
13	267/2005			
		PLC 52, de 1990	PL 6763, de 1985	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 84, de 1990	PL 1523, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 62, de 1990	PL 200, de 1991	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 118, de 1990	PL 5942, de 1990	CCJC - aguardando designação de Relator
14	268/2005	PLS 166, de 1990	PL 5941, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 05, de 1991	PL 4796, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 41, de 1991	PL 1626, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 83, de 1991	PL 2605, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 87, de 1991	PL 2838, de 1989	CCJC - Pronto para pauta
15	269/2005	PLS 12, de 1991	PL 913, de 1991	CCJC - aguardando designação do Relator
		PLS 17, de 1991	PL 2902, de 1992	CCTCI - aguardando Parecer
		PLS 28, de 1991	PL 1048, de 1991	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 146/01
		PLS 42, de 1991	PL 1587, de 1991	CCJC - Pronto para pauta
		PLS 53, de 1991	PL 1828, de 1991	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 126/97

PLS 64, de 1991	PL 1814, de 1991	Apensado ao PL 203/91. Tramitando em conjunto.
PLS 66, de 1991	PL 2558, de 1992	CCJC - aguardando Parecer
PLS 74, de 1991	PL 2893, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
PLS 80, de 1991	PL 2561, de 1992	CFT - aguardando devolução. Saída de membro da Comissão
PLS 92, de 1991	PL 324, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
PLS 94, de 1991	PL 1864, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
PLS 108, de 1991	PL 2964, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
PLS 129, de 1991	PL 2036, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
PLS 132, de 1991	PL 4694, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
PLS 140, de 1991	PL 1825, de 1991	CDC - aguardando Parecer
PLS 151, de 1991	PL 2557, de 1992	Apensado ao PL 1636/89 (PLS 114/82) Recurso nº 113/95 aprovado. Tramitando em conjunto
PLS 152, de 1991	PL 4102, de 1993	CCJC - pronto para pauta
PLS 173, de 1991	PL 3232, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
PLS 182, de 1991	PL 2712, de 1992	CCJC - pronto para pauta
PLS 208, de 1991	PL 2713, de 1992	CCJC - Apensado ao PL 913/91 (PLS 12/91) Tramitando em conjunto
PLS 220, de 1991	PL 2562, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
PLS 224, de 1991	PL 4512, de 1994	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 209/02
PLS 225, de 1991	PL 2546, de 1992	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 166/01
PLS 230, de 1991	PL 1825, de 1991	aguardando Parecer - CDC
PLS 251, de 1991	PL 3769, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
PLS 258, de 1991	PL 3708, de 1993	Pronto para Ordem do Dia

		PLS 259, de 1991	PL 2766, de 1992	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 17/99
		PLS 263, de 1991	PL 2547, de 1992	CCJC - Apensado ao PL 913/91 (PLS 12/91) Tramitando em conjunto
		PLS 274, de 1991	PL 3491, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 304, de 1991	PL 3492, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 317, de 1991	PL 2894, de 1992	CCJC - Apensado ao PL 2557/92. Apensado ao PL 1636/89. Plenário. Aprovado Recurso 13/95 contra parecer da CCJS pela inconsti- tucionalidade. Tramitando em conjunto
		PLS 327, de 1991	PL 3907, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 332, de 1991	PL 2549, de 1992	Apensado ao PL 1003/88. Tramitando em conjunto
		PLS 343, de 1991	PL 4104, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 353, de 1991	PL 3106, de 1992	Apensado ao PL 6776/02. Arquivado em 05/03/04 (rejeição)
		PLS 373, de 1991	PL 4890, de 1995	CCJC - pronto para pauta
		PLS 392, de 1991	PL 4713, de 1994	Mesa - Arquivado em 03/08/04. (Rejeição)
		PLC 113, de 1992	PL 2453, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
16	270/2005	PLC 116, de 1992	PL 4336, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 137, de 1992	PL 552, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 02, de 1992	PL 4065, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
17	271/2005	PLS 15, de 1992	PL 3400, de 1992	Apensado ao PL 6125/90. Tramitando em conjunto
		PLS 42, de 1992	PL 3290, de 1992	Mesa, aguardando deliberação do Recurso 47/99
		PLS 62, de 1992	PL 3673, de 1993	Pronto para Ordem do Dia

18	272/2005	PLS 75, de 1992	PL 4017, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 92, de 1992	PL 3868, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 105, de 1992	PL 4191, de 1993	Apensado ao PL 913/91. Tramitando em conjunto
		PLS 111, de 1992	PL 3287, de 1992	Apensado ao PL 2901/89. Tramitando em conjunto
		PLS 122, de 1992	PL 4106, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 172, de 1992	PLP 180, de 1994	Apensado ao PLP 200/89. Tramitando em conjunto
		PLC 11, de 1993	PL 3053, de 1984	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 25, de 1993	PL 3343, de 1989	CCJC - aguardando Parecer
		PLC 28, de 1993	PL 3072, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 47, de 1993	PL 2522, de 1989	CCJC - aguardando Parecer
		PLC 63, de 1993	PL 1858, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 65, de 1993	PL 2336, de 1991	CCJC - pronto para pauta
		PLC 81, de 1993	PL 4876, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 85, de 1993	PL 2303, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 89, de 1993	PL 1497, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 140, de 1993	PL 49, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 150, de 1993	PL 1052, de 1983	CCJC - pronto para pauta
		PLC 153, de 1993	PL 1348, de 1988	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 161, de 1993	PL 3059, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 184, de 1993	PL 1568, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 194, de 1993	PL 3220, de 1992	CREDN - aguardando Parecer
		PLC 216, de 1993	PL 3569, de 1993	CCJC - pronto para pauta

19	273/2005	PLC 194, de 1993	PL 3220, de 1992	CREDN - aguardando Parecer
		PLC 216, de 1993	PL 3569, de 1993	CCJC - pronto para pauta
		PLC 223, de 1993	PL 4596, de 1990	CCJC - pronto para pauta
		PLC 224, de 1993	PL 217, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 230, de 1993	PL 1701, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 232, de 1993	PL 2525, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 14, de 1993	PL 4526, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 40, de 1993	PLP 159, de 1993	Apensado ao PLP 200/89. Tramitando em conjunto
		PLS 41, de 1993	PL 4385, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 73, de 1993	PL 4511, de 1994	Mesa. Aguardando deliberação do Recurso 104/00
20	274/2005	PLS 80, de 1993	PL 4473, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 113, de 1993	PL 4590, de 1994	Arquivado. Art. 164 § 4º R.I. tendo em vista a sanção. Lei nº 10741/03
		PLS 140, de 1993	PL 4620, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 142, de 1993	PL 4857, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 38, de 1994	PL 3417, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 47, de 1994	PL 1177, de 1991	CCJC - aguardando designação do Relator
		PLC 52, de 1994	PL 2161, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 53, de 1994	PL 4831, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 57, de 1994	PL 2579, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 59, de 1994	PL 3123, de 1992	CCJC - aguardando Parecer
		PLC 80, de 1994	PL 2627, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 94, de 1994	PL 1306, de 1991	Pronto para Ordem do Dia

		PLC 98, de 1994	PL 649, de 1991	CCJC - aguardando designação do Relator
21	275/2005	PLC 116, de 1994	PL 4650, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
22	276/2005	PLS 82, de 1994	PL 4881, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 04, de 1995	PL 5315, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 13, de 1995	PL 4650, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 18, de 1995	PL 2090, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 25, de 1995	PL 2331, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 26, de 1995	PL 3970, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 27, de 1995	PL 1540, de 1991	CCJC - pronto para pauta
		PLC 30, de 1995	PL 2084, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 44, de 1995	PL 3051, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 72, de 1995	PL 3129, de 1992	CCJC - pronto para pauta
		PLC 82, de 1995	PL 3016, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 93, de 1995	PL 4235, de 1994	Arquivado para a aprovação do Ofício 789/03 do NSM que solicita a retirada.
		PLC 102, de 1995	PL 1323, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 113, de 1995	PL 5920, de 1990	CCJC - pronto para pauta
23	277/2005	PLS 05, de 1995	PLP 82, de 1996	Apensado ao PL 159/93. Apensado ao PLP 200/89. Mesa - Criação de Comissão Especial. Tramitando em conjunto.
		PLS 12, de 1995	PL 3208, de 1997	Aguardando recurso
		PLS 26, de 1995	PL 2844, de 1997	Pronto para Ordem do Dia

PLS 31, de 1995	PL 4254, de 1998	CCJC - aguardando parecer
PLS 35, de 1995	PL 3211, de 1997	Apensado ao PL 913/91. CCJC - Tramitando em conjunto.
PLS 50, de 1995	PL 580, de 1995	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 51, de 1995	PL 670, de 1995	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 63, de 1995	PL 1735, de 1999	CCJC - aguardando Parecer
PLS 104, de 1995	PL 4500, de 2001	Pronto para Ordem do dia
PLS 121, de 1995	PL 1610, de 1996	Mesa - Criação de Comissão Especial
PLS 126, de 1995	PL 3583, de 1997	Apensado ao PL 913/91. CCJC - Tramitando em conjunto.
PLS 134, de 1995	PL 1542, de 1999	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 142, de 1995	PL 1572, de 1998	Apensado ao PL 913/91. CCJC - Tramitando em conjunto.
PLS 156, de 1995	PL 3186, de 1997	Pronto para Ordem do dia
PLS 163, de 1995	PL 1292, de 1995	CCJC - aguardando Parecer
PLS 196, de 1995	PL 5486, de 2001	CCJC - Pronto para pauta
PLS 211, de 1995	PLP 87, de 1996	Pronto para Ordem do dia
PLS 217, de 1995	PL 1258, de 1995	CCJC - aguardando Parecer
PLS 241, de 1995	PL 4550, de 1998	CCJC - aguardando Parecer
PLS 242, de 1995	PL 3210, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 243, de 1995	PL 1400, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
PLS 260, de 1995	PL 3187, de 1997	Pronto para Ordem do Dia
PLS 264, de 1995	PL 1937, de 1996	CCJC - pronto para pauta
PLS 279, de 1995	PL 3172, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 286, de 1995	PL 1912, de 1996	CCJC - pronto para pauta

		PLS 293, de 1995	PL 2594, de 1996	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 296, de 1995	PL 2337, de 1996	CCJC - pronto para pauta
		PLS 306, de 1995	PL 4842, de 1998	Criação de Comissão Especial. Aguardando designação de Relator
		PLS 309, de 1995	PL 3151, de 1997	Apensado ao PL 913/91. Tramitando em conjunto
		PLS 325, de 1995	PL 4398, de 1998	CDC - aguardando Parecer
24	278/2005	PLC 18, de 1996	PL 692, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 21, de 1996	PL 141, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 22, de 1996	PL 177, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 36, de 1996	PL 5071, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 39, de 1996	PL 490, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 54, de 1996	PL 1286, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 55, de 1996	PL 4004, de 1993	Aguardando Parecer da CEC
		PLC 65, de 1996	PL 3745, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 75, de 1996	PL 360, de 1995	CCJC - Aguardando Parecer
		PLC 76, de 1996	PL 465, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 80, de 1996	PL 420, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 95, de 1996	PL 770, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 102, de 1996	PL 1626, de 1996	CCJC - pronto para pauta
25	279/2005	PLS 10, de 1996	PL 2519, de 1996	Apensado ao PL 1292/95 - CCJC - Tramitando em conjunto
		PLS 12, de 1996	PL 2518, de 1996	Apensado ao PL 1292/95 - CCJC - Tramitando em conjunto
		PLS 22, de 1996	PL 3173, de 1997	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 152/01

PLS 27, de 1996	PL 5210, de 1901	CFT - aguardando deliberação
PLS 41, de 1996	PL 3681, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 54, de 1996	PL 2566, de 1996	CDC - Aguardando Parecer
PLS 55, de 1996	PL 3055, de 1997	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 169/05
PLS 59, de 1996	PL 3009, de 1997	CVT - pronto para pauta
PLS 68, de 1996	PL 2539, de 1996	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 69, de 1996	PL 2090, de 1996	CCJC - pronto para pauta
PLS 77, de 1996	PL 3056, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 80, de 1996	PL 3503, de 1997	CMADS - Aguardando Parecer
PLS 87, de 1996	PL 4449, de 1998	CCJC - pronto para pauta
PLS 102, de 1996	PL 2629, de 1996	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 106, de 1996	PL 3582, de 1997	Apensado ao PL 913/91 - CCJC - Tramitando em conjunto
PLS 107, de 1996	PLP 229, de 1998	CCJC - Aguardando Parecer
PLS 144, de 1996	PL 3174, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 146, de 1996	PL 5456, de 2001	CTASP - Aguardando Parecer
PLS 157, de 1996	PLP 195, de 1997	CCJC - Aguardando Parecer
PLS 159, de 1996	PL 3594, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 169, de 1996	PL 3774, de 1997	CCJC - Aguardando Parecer
PLS 172, de 1996	PL 2667, de 1996	Pronto para Ordem do Dia
PLS 173, de 1996	PL 3775, de 1997	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 181, de 1996	PL 3010, de 1997	Mesa - aguardando deliberação de Recurso

		PLS 192, de 1996	PL 3776, de 1997	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 206, de 1996	PL 3190, de 1997	CCJC - aguardando deliberação
		PLS 219, de 1996	PL 3180, de 1997	CCJC - pronto para pauta
		PLS 233, de 1996	PL 3778, de 1997	CCJC - pronto para pauta
26	280/2005			
		PLS 257, de 1996	PL 3779, de 1997	Apensado ao PL 3232/92 - Tramitando em conjunto
		PLS 258, de 1996	PL 3780, de 1997	CCJC - pronto para pauta
		PLS 273, de 1996	PL 1860, de 1999	CCJC - pronto para pauta
27	281/2005	PLC 04, de 1997	PL 4476, de 1994	CCJC - Aguardando deliberação
		PLC 12, de 1997	PL 982, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 24, de 1997	PL 3191, de 1997	Mesa. Aguardando deliberação do Recurso 29/99
		PLS 32, de 1997	PL 3887, de 1997	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 55, de 1997	PL 3735, de 1997	Apensado ao PL 6932/02. Apensado ao PL 3735/97. Apensado ao PL 1292/95 - CCJC - Tramitando em conjunto.
		PLS 85, de 1997	PL 4343, de 1998	CCJC - pronto para pauta
		PLS 88, de 1997	PL 3781, de 1997	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 114, de 1997	PL 4800, de 1998	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 130, de 1997	PL 4909, de 2001	CCJC - aguardando designação do Relator
		PLS 131, de 1997	PL 4905, de 2001	CCJC - aguardando designação do Relator
		PLS 132, de 1997	PL 4940, de 2001	CCJC - aguardando designação do Relator
		PLS 133, de 1997	PL 5071, de 2001	CCJC - pronto para pauta
		PLS 135, de 1997	PL 961, de 2003	CAINDR - aguardando designação do Relator

	PLS 136, de 1997	PL 962, de 2003	CAPADR - pronto para pauta
	PLS 137, de 1997	PL 963, de 2003	CCJC - aguardando deliberação
	PLS 138, de 1997	PL 964, de 2003	CAINDR - aguardando designação do Relator
	PLS 139, de 1997	PL 965, de 2003	CCJC - pronto para pauta
	PLS 146, de 1997	PL 4344, de 1998	Apensado ao PL 203/91. Criada CESP. Tramitando em conjunto
	PLS 148, de 1997	PL 4345, de 1998	CCJC - pronto para pauta
	PLS 149, de 1997	PL 4610, de 1998	CSSF - aguardando Parecer
	PLS 165, de 1997	PL 4747, de 1998	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 175, de 1997	PL 3846, de 1997	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 181, de 1997	PL 4253, de 1998	CCJC - aguardando deliberação
	PLS 193, de 1997	PL 4864, de 1998	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 215, de 1997	PL 4501, de 2001	CCJC - pronto para pauta
	PLS 216, de 1997	PL 4046, de 1997	CCJC - pronto para pauta
	PLS 219, de 1997	PL 601, de 2003	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 220, de 1997	PL 4395, de 1998	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 229, de 1997	PL 4667, de 1998	Apensado ao PL 3232/92. Tramitando em conjunto
	PLS 241, de 1997	PL 264, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
28	PLC 11, de 1998	PL 731, de 1995	CCJC - pronto para pauta
	PLC 13, de 1998	PL 2189, de 1996	CCJC - aguardando designação do Relator
	PLC 24, de 1998	PL 4556, de 1994	CCJC - aguardando deliberação
	PLC 27, de 1998	PL 4157, de 1998	CCP - aguardando encaminhamento
	PLC 45, de 1998	PL 1668, de 1996	CCJC - pronto para pauta
	PLC 49, de 1998	PL 2242, de 1996	CCJC - aguardando designação do Relator

29	283/2005	PLS 31, de 1998	PL 4611, de 1998	CCJC - pronto para pauta
		PLS 71, de 1998	PL 4571, de 1998	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 44/99
		PLS 126, de 1998	PL 197, de 1999	CCJC - pronto para pauta
30	284/2005	PLC 03, de 1999	PL 3844, de 1997	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 89/00
		PLC 23, de 1999	PL 2597, de 1996	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 42, de 1999	PL 4675, de 1994	CTASP - pronto para pauta
31	285/2005	PLS 09, de 1999	PL 2813, de 2003	CVT - aguardando Parecer
		PLS 10, de 1999	PL 860, de 2003	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 22, de 1999	PL 2876, de 2000	CCJC - pronto para pauta
		PLS 30, de 1999	PL 3740, de 2000	Apensado ao PL 1292/95. Tramitando em conjunto
		PLS 43, de 1999	PL 5459, de 2001	CCJC - pronto para pauta
		PLS 55, de 1999	PL 2661, de 2000	CCJC - pronto para pauta
		PLS 56, de 1999	PL 1914, de 1999	CCJC - aguardando designação do Relator
		PLS 66, de 1999	PL 3009, de 2000	Pronto para pauta
		PLS 72, de 1999	PL 2143, de 1999	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 85, de 1999	PL 2221, de 1999	CCJC - pronto para pauta
		PLS 86, de 1999	PL 6019, de 2001	CTASP - aguardando Parecer
		PLS 90, de 1999	PL 1184, de 2003	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 96, de 1999	PL 2662, de 2000	Apensado ao PL 1858/99. Tramitando em conjunto
		PLS 98, de 1999	PL 1639, de 1999	CCJC - pronto para pauta

	PLS 101, de 1999	PL 4212, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 115, de 1999	PL 1353, de 2003	Apensado ao PL 3816/93 - CCJC - Tramitando em conjunto
	PLS 118, de 1999	PL 1921, de 1999	CTASP - aguardando Parecer
	PLS 119, de 1999	PL 1640, de 1999	CCJC - pronto para pauta
	PLS 124, de 1999	PLP 149, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 127, de 1999	PL 3270, de 2000	CCJC - pronto para pauta
	PLS 128, de 1999	PL 2332, de 2003	CSPCCO - pronto para pauta
	PLS 140, de 1999	PL 3706, de 2000	CCJC - pronto para pauta
	PLS 144, de 1999	PL 5269, de 2001	CCTCI - aguardando designação de Relator
	PLS 148, de 1999	PL 5908, de 2001	CFT - aguardando deliberação
	PLS 150, de 1999	PL 7124, de 2002	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 152, de 1999	PL 2291, de 2000	CSSF - aguardando Parecer
	PLS 155, de 1999	PL 2663, de 2000	CEC - aguardando Parecer
	PLS 161, de 1999	PL 2295, de 2000	CSSF - pronto para pauta
	PLS 168, de 1999	PL 7127, de 2002	CCJC - tramitando
	PLS 172, de 1999	PL 5453, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 174, de 1999	PL 1297, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 178, de 1999	PL 1562, de 1999	CCJC - pronto para pauta
	PLS 180, de 1999	PL 2220, de 1999	CCJC - pronto para pauta
	PLS 183, de 1999	PL 1965, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 187, de 1999	PL 4592, de 2001	Apensado ao PL 5654/90. Tramitando em conjunto
	PLS 189, de 1999	PL 1907, de 2000	Não prejudicado face a aprovação de Subemenda Substitutiva Arquivada

PLS 203, de 1999	PL 1916, de 1999	Mesa. Aguardando deliberação do Recurso 102/00
PLS 204, de 1999	PL 7076, de 2002	CCJC - pronto para pauta
PLS 212, de 1999	PL 6915, de 2002	CCJC - aguardando deliberação
PLS 213, de 1999	PLP 204, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 218, de 1999	PL 2665, de 2000	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 221, de 1999	PL 1111, de 2003	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 226, de 1999	PL 2278, de 1999	Apensado ao PL 3780/97. Tramitando em conjunto
PLS 232, de 1999	PL 2666, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 241, de 1999	PL 2286, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
PLS 247, de 1999	PL 1917, de 1999	Apensado ao PL 203/91. Tramitando em conjunto
PLS 258, de 1999	PL 2740, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
PLS 261, de 1999	PL 476, de 2003	CCJC - Pronto para pauta
PLS 264, de 1999	PL 4812, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 268, de 1999	PL 3494, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
PLS 269, de 1999	PL 1857, de 1999	Apensado ao PL 203/91. Tramitando em conjunto
PLS 279, de 1999	PL 1963, de 1999	Apensado ao PL 1858/99. Tramitando em conjunto
PLS 284, de 1999	PL 4797, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 286, de 1999	PL 3979, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
PLS 293, de 1999	PLP 177, de 2004	Aguardando apensação ao PLP 200/89.
PLS 298, de 1999	PL 1643, de 1999	CEC - aguardando designação do Relator
PLS 300, de 1999	PL 3428, de 2000	CCJC - aguardando Parecer

PLS 302, de 1999	PL 3980, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
PLS 319, de 1999	PL 4213, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 338, de 1999	PLP 156, de 2000	CAPDR - aguardando Parecer
PLS 339, de 1999	PL 2668, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 340, de 1999	PL 2669, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 341, de 1999	PL 1858, de 1999	Mesa - aguardando constituição de Comissão Temporária
PLS 351, de 1999	PL 3981, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 352, de 1999	PL 5487, de 2001	CAPADR - Aguardando Parecer
PLS 353, de 1999	PL 4593, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
PLS 354, de 1999	PL 3493, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 360, de 1999	PL 2878, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 379, de 1999	PL 4214, de 2001	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 380, de 1999	PL 2891, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 382, de 1999	PL 2671, de 2000	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 36/01
PLS 385, de 1999	PL 5327, de 2001	CFT - aguardando Parecer
PLS 388, de 1999	PL 5802, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 392, de 1999	PL 1912, de 2003	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 394, de 1999	PL 1918, de 1999	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 402, de 1999	PL 1919, de 1999	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 411, de 1999	PL 1844, de 1999	CCJC - pronto para pauta
PLS 414, de 1999	PL 2403, de 2003	CAINDR - aguardando Parecer
PLS 415, de 1999	PL 1966, de 1999	CCJC - aguardando Parecer
PLS 418, de 1999	PL 2122, de 1999	CCJC - aguardando designação do Relator

	PLS 421, de 1999	PL 3676, de 2000	CCJC - pronto para pauta
	PLS 427, de 1999	PL 2292, de 2000	CCJC - aguardando designação do Relator
	PLS 433, de 1999	PL 1845, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 439, de 1999	PL 6953, de 2002	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 445, de 1999	PL 5488, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 467, de 1999	PL 7239, de 2002	CCJC - pronto para pauta
	PLS 469, de 1999	PL 5454, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 471, de 1999	PL 6913, de 2002	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 474, de 1999	PL 2879, de 2000	CCJC - pronto para pauta
	PLS 480, de 1999	PL 1967, de 1999	CCJC - aguardando designação de Relator
	PLS 482, de 1999	PL 1920, de 1999	CCJC - pronto para pauta
	PLS 493, de 1999	PL 1846, de 1999	CTASP - aguardando Parecer
	PLS 497, de 1999	PLP 253, de 2001	CCJC - aguardando designação do Relator
	PLS 520, de 1999	PL 6954, de 2002	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 526, de 1999	PL 6299, de 2002	CMADS - aguardando Parecer
	PLS 532, de 1999	PL 2294, de 2000	CCJC - pronto para pauta
	PLS 543, de 1999	PL 2851, de 2003	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 544, de 1999	PL 5801, de 2001	CCJC - pronto para pauta
	PLS 549, de 1999	PL 2673, de 2000	CCJC - pronto para pauta
	PLS 553, de 1999	PL 2675, de 2000	CSSF - aguardando Parecer
	PLS 557, de 1999	PL 3171, de 2000	CSSF - pronto para pauta
	PLS 573, de 1999	PL 4798, de 2001	CCJC - pronto para pauta
	PLS 585, de 1999	PL 2077, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 586, de 1999	PL 2677, de 2000	Remetido ao SF PS-GSE 117, 1º/04/05

		PLS 593, de 1999	PL 7197, de 2002	CSSF - aguardando Parecer
		PLS 597, de 1999	PL 3073, de 2000	CFT - aguardando Parecer
		PLS 601, de 1999	PL 4217, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 604, de 1999	PL 2810, de 2000	CFT - aguardando Parecer
		PLS 612, de 1999	PL 2641, de 2003	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 617, de 1999	PL 4316, de 2001	CTASP - pronto para pauta
		PLS 620, de 1999	PL 3116, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 625, de 1999	PL 3686, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 635, de 1999	PL 5702, de 2001	CCJC - pronto para pauta
		PLS 641, de 1999	PL 3271, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 642, de 1999	PL 6824, de 2002	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 650, de 1999	PL 6912, de 2002	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 660, de 1999	PL 2967, de 2000	CSSF - aguardando Parecer
		PLS 672, de 1999	PL 4906, de 2001	pronto para pauta
		PLS 673, de 1999	PL 5220, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 676, de 1999	PL 5879, de 2001	CFT - aguardando Parecer
		PLS 677, de 1999	PL 861, de 2003	CCJC - aguardando designação do Relator
		PLS 679, de 1999	PL 2812, de 2000	Arquivado
		PLS 680, de 1999	PL 2813, de 2000	CCJC - Pronto para pauta
		PLS 682, de 1999	PL 2814, de 2000	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 683, de 1999	PLP 174, de 2000	CCJC - Pronto para pauta
		PLS 684, de 1999	PLP 122, de 2000	CCJC - Pronto para pauta
32	286/2005	PLC 02, de 2000	PL 3864, de 1997	CCJC - aguardando Parecer

	PLC 71, de 2000	PL 3922, de 1997	CCJC - aguardando Parecer		
	PLC 75, de 2000	PL 2308, de 2000	Pronto para Ordem do Dia		
	PLC 84, de 2000	PL 1542, de 1991	Pronto para Ordem do Dia		
	PLC 88, de 2000	PL 261, de 1999	CSSF - aguardando Parecer		
	PLC 101, de 2000	PL 2534, de 1996	CCJC - aguardando Parecer		
	PLC 103, de 2000	PL 3434, de 1997	CSSF - aguardando Parecer		
	PLC 104, de 2000	PL 3478, de 1997	CSSF - aguardando deliberação		
33	287/2005	PLS 10, de 2000	CCJC - Pronto para pauta		
		PLS 12, de 2000	CCJC - aguardando Parecer		
		PLS 19, de 2000	CAPADR - aguardando Parecer		
		PLS 23, de 2000	CCJC - pronto para pauta		
		PLS 28, de 2000	CCJC - aguardando Parecer		
		PLS 42, de 2000	CCJC - pronto para pauta		
		PLS 47, de 2000	CCJC - aguardando Parecer		
		PLS 50, de 2000	CCJC - aguardando Parecer		
		PLS 53, de 2000	CCJC - aguardando Parecer		
		PLS 65, de 2000	CDC - aguardando Parecer		
		PLS 68, de 2000	CTASP - pronto para pauta		
		PLS 74, de 2000	CCJC - pronto para pauta		
		PLS 78, de 2000	CCJC - aguardando designação do Relator		
		PLS 80, de 2000	CCJC - aguardando designação do Relator		
		PLS 91, de 2000	Arquivado - PS-GSE 112, de 30/03/05		

PLS	de 2000	PL	de 2002	Apensado ao PL 5074/90 - Tramitando em conjunto
PLS 100,	de 2000	PL 7123,	de 2002	Apensado ao PL 5074/90 - Tramitando em conjunto
PLS 107,	de 2000	PL 4307,	de 2004	CSSF
PLS 109,	de 2000	PL 3430,	de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 110,	de 2000	PL 4502,	de 2001	Apensado ao PL 3687/00 - CCJC - Tramitando em conjunto.
PLS 119,	de 2000	PL 4218,	de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 129,	de 2000	PL 3530,	de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 131,	de 2000	PL 3687,	de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 132,	de 2000	PL 2014,	de 2003	CCJC - aguardando Parecer
PLS 138,	de 2000	PL 3983,	de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 140,	de 2000	PL 4503,	de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 142,	de 2000	PL 2642,	de 2003	CSSF - aguardando Parecer
PLS 151,	de 2000	PL 5403,	de 2001	MESA - aguardando designação de Relator
PLS 163,	de 2000	PL 6167,	de 2002	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 164,	de 2000	PL 3531,	de 2000	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 168,	de 2000	PL 4017,	de 2004	CTASP - aguardando designação do Relator
PLS 170,	de 2000	PL 4219,	de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 183,	de 2000	PL 4317,	de 2001	CTASP - pronto para pauta
PLS 186,	de 2000	PL 5755,	de 2001	Sujeito a arquivamento. (Prejudicialidade)
PLS 217,	de 2000	PL 5069,	de 2001	Arquivado
PLS 219,	de 2000	PL 5458,	de 2001	Pronto para Ordem do Dia
PLS 225,	de 2000	PL 4635,	de 2001	CTASP - Aguardando Parecer
PLS 228,	de 2000	PL 966,	de 2003	CCJC - Aguardando Parecer

		PLS 242, de 2000	PL 5308, de 2001	CCFCT - pronto para pauta
		PLS 249, de 2000	PL 7293, de 2002	CCVC - Aguardando encaminhamento
		PLS 250, de 2000	PL 345, de 2003	CTASP - Aguardando Parecer
		PLS 255, de 2000	PL 5760, de 2001	CTM - Aguardando Parecer
		PLS 261, de 2000	PL 4220, de 2001	CCVC - pronto para pauta

O Processado vai ao arquivo.

O SR PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– O ofício lido já foi juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2000.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que o anexo seja parte integrante do Relatório da Presidência.

O SR PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr Presidente, nobre Senador Alberto Silva; Sr^{as} e Srs Senadores; meus caros telespectadores da TV Senado; meu querido povo do Estado que represento nesta Casa, o Estado do Tocantins, quero, em primeiro lugar, Sr Presidente, dizer que, tendo tido a honra de passar pela Câmara dos Deputados e pela prefeitura de Palmas, estar aqui no Senado, hoje, é um privilégio muito grande.

Esta Casa, Senador Heráclito Fortes, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Paulo Paim, meus nobres Pares, efetivamente discutiu a reforma previdenciária. Esta foi a Casa que deu a resposta, eu não diria apenas por intermédio da PEC paralela, que a sociedade exigia com relação à reforma previdenciária. Esta foi a Casa que discutiu a reforma tributária, que fez as alterações pretendidas pelos empresários, pelos governadores. Chegamos no possível. Mas não foi diferente com as PPPs, não foi diferente com a Lei de Falências – sem querer, Sr. Presidente, em hipótese alguma, diminuir a importância da Câmara Federal.

Desde as eleições para as suas Mesas Diretoras, de Presidente a todos os outros cargos, a todo o processo legislativo em si – tendo em vista essas matérias que citei e das quais aprofundamos o debate, fizemos as transformações e as devolvemos para a Câmara dos Deputados –, eu diria que o Senado vive um dos seus melhores momentos. Esta Casa tem sido a âncora, Sr. Presidente, para o Legislativo brasileiro, assegurando à população a qualidade do debate técnico, o aprofundamento das questões e, principalmente, as biografias enriquecedoras que estão nesta Casa.

Portanto, quero dividir com os meus Pares a nossa responsabilidade neste momento e quero me valer da força que tem o Senado da República, da força que tem esta tribuna e do desempenho dos nossos mandatos para voltar a discutir um tema que me trouxe a esta mesma tribuna e que diz respeito ao desenvolvimento do País.

Senador Alberto Silva, nós, do Tocantins, esperamos por três anos por uma licença ambiental, uma licença prévia, para a construção da usina hidrelétrica do Estreito, que está na divisa, entre o Estado do Ma-

ranhão e o Estado do Tocantins. Quero lembrar que já construímos, no rio Tocantins, a usina Luís Eduardo Magalhães, a 60 quilômetros de Palmas. Os impactos ambientais, Senador Paulo Paim, só posso dizer que são os melhores possíveis. Não apenas pelo belo lago de 180 quilômetros, pelo reservatório de água extraordinário; pelo aumento da atividade pesqueira; pelas atividades do turismo, mas pela própria forma como foram tratados os ribeirinhos, a transferência com a construção de casas, os benefícios para os Municípios na questão do ICMS. Só houve enriquecimento, sem falar no investimento de mais de dois bilhões na geração de mais de trinta mil empregos, direta e indiretamente falando.

Essas são as consequências da construção de uma usina hidrelétrica, sem falar na geração de energia limpa; sem falar em se diminuir a possibilidade de um futuro apagão. Esse é o desenvolvimento de que o Brasil precisa para se tornar competitivo e para concorrer neste mundo globalizado com as outras nações.

Bom, construímos a usina hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães. Estamos construindo a usina hidrelétrica de Peixe, na cidade de Peixe, no Estado do Tocantins. Os impactos já são visíveis também, Senador Alberto Silva. Visitei a cidade de São Valério da Natividade, e o prefeito estava inaugurando posto de saúde, escola, praça, prédios públicos em parceria com o Grupo Enerpeixe, que é o grupo investidor.

O estudo do impacto ambiental, o relatório do impacto ambiental, preliminar à construção dessas usinas, desses reservatórios, acaba fazendo esses consórcios e obrigando os investidores a se unirem com o Poder Público das cidades envolvidas, o que resulta em obras. Todas em benefício da população.

Senador Alberto Silva, o que me trouxe à tribuna há meses foi um pedido especial que eu quis fazer ao Ibama. Depois de três anos do pedido da licença prévia para a instalação dos canteiros e início das obras do consórcio chamado Ceste, da Usina de Estreito, essa licença pudesse ser concedida, e ela o foi, após várias audiências públicas nas comunidades afetadas – eu diria que de forma benéfica – pela construção da usina hidrelétrica.

Sr. Presidente, depois de realizadas as audiências públicas, chegou às mãos do Ibama e ao conhecimento público a **Análise do Pedido de Recomendação do MPF**, recomendando a revogação da licença prévia da usina do Estreito devido a 15 itens, alguns deles, com todo o respeito ao Ministério Público Federal, inexigíveis, inexecutáveis e inexplicáveis.

O Ministério Público Federal, nesse pedido, arvora-se como licenciador, relegando o Ibama apenas a executor das suas recomendações. Trata-se de um

abuso de competência de quem deveria fiscalizar e está exorbitando dessa função, concorrendo com o próprio Ibama no processo de licenciamento. Os argumentos de defesa das minorias e do direito difuso não se aplicam às exigências sem que sejam fundamentadas as recomendadas ao Ibama.

Passo a discorrer sobre elas, Sr. Presidente.

Solicita o Ministério Público Federal, já preliminarmente recomendando a revogação da licença:

I.1 – Realizar o Estudo Etnoecológico que considere os impactos socioambientais da UHE para as Terras Indígenas localizadas na área de influência do empreendimento, enfocando como a possível mudança do regime de escoamento dos rios poderá afetar as atividades produtivas destes grupos indígenas;

Sr. Presidente, houve audiências públicas, um Estudo do Impacto Ambiental e um Relatório de Impacto sobre Meio Ambiente. A Funai não participou dessas audiências públicas, pois não existe nenhum grupo indígena a menos de 40km do local onde estará o lago resultante da construção da usina hidrelétrica. Qualquer outro impacto que possa haver para esses grupos indígenas, tão distantes do lago, só poderá ser benéfico, em função do aumento da pesca.

Continua o Ministério Público Federal:

I.2 – Identificar as possíveis interferências com projetos co-localizados e as respectivas responsabilidades, incluindo a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia Araguaia-Tocantins;

Sr. Presidente, parece que não houve um pré-projeto, um estudo de logística. Foi feito um leilão público. Esse grupo é um consórcio com 100% de capital privado. Dessa forma, demonstramos para os investidores nacionais e internacionais que não adianta se fazer um estudo preliminar e se oferecer em leilão público, realizado na Bolsa, a possibilidade de se construir, com dinheiro privado, um empreendimento desse porte, com investimento superior a dois bilhões, porque, depois de a licença prévia ter sido concedida, voltou-se atrás com pedidos que foram discutidos na realização do EIA-RIMA e nas audiências públicas, num longo processo de mais de três anos.

I.3 – Reavaliar a abrangência das interferências do reservatório na sede do Município de Babaçulândia e na comunidade de Canabrava, em Filadélfia/TO;

Sr. Presidente, o estudo de cotas de inundação foi o primeiro a ser feito. Pedir isso novamente é desconhecer até a responsabilidade de ser fazer uma solicitação desse nível.

Vou ler rapidamente os tópicos, para que os nossos Pares possam avaliar o que pede o Ministério Público Federal:

I.4 – Apresentar novo levantamento de locais de desovas de quelônios em período específico, compreendendo dados primários, e descrever a ocorrência de tartaruga da Amazônia para a área do empreendimento;

I.5 – Definir Projeto Executivo dos mecanismos de Transposição de Peixes;

I.6 – Apresentar estudo ambiental para a definição do local de implantação do aterro sanitário que atenderá o sítio das obras e os Municípios de Estreito e Aguiarnópolis;

I.7 – Apresentar justificativa técnica para a implantação de rede de esgoto somente no Município de Babaçulândia;

Sr. Presidente, não existe esgotamento sanitário nesses Municípios, mas quando se resolve fazer um empreendimento de cujos estudos faz parte a realização de rede de esgoto, o Ministério Público Federal pede a suspensão da licença prévia, ou seja, vão continuar sem esgoto, sem geração de energia, de emprego e renda.

I.8 – Disponibilizar mapas com localização dos pontos de lançamento de efluentes e estações de tratamento de esgoto existentes... [como se isso não houvesse no projeto];

I.9 – Avaliar os tipos de alterações esperadas sobre as populações de botos, com a implantação do empreendimento;

I.10 – Determinar as áreas com potencial interesse ecológico como corredores de imigração e possíveis locais que atuem como abrigo, criadouro e sítios de reprodução e alimentação para a avifauna;

Sr. Presidente, vamos levar dez anos para descobrir quais são os pássaros que estão vindo da América do Norte e de outros continentes. Com isso, não se constrói a usina do Estreito.

I.11 – Realizar análise integrada da avaliação de impactos ambientais decorrentes dos diagnósticos complementares anteriores, considerando suas implicações sobre o meio socioeconômico;

I.12 – Analisar as principais interferências nas travessias fluviais, considerando os impactos do empreendimento sobre mudanças

de rota, aumento do intervalo de travessia e elevação dos custos a usuários;

I.13 – Identificar os impactos potenciais sobre o grupo “quebradeiras de coco” e suas medidas mitigadoras e/ou compensatórias relacionadas;

I.14 – Diagnosticar as comunidades ribeirinhas da área de influência do empreendimento que vivem da pesca (...)

A pesca só aumenta, Sr. Presidente, e o diagnóstico, todos nós sabemos, é a pobreza, o abandono e a miséria, se não houver investimentos nessas regiões.

I.15 – Diagnosticar o atual estágio de pobreza, sob o aspecto econômico da renda, dos grupos sujeitos ao deslocamento compulsório (...);

I.16 – Apresentar estudos que demonstrem os critérios que levaram à escolha da alternativa nº 2 do eixo da barragem, bem como a análise das alternativas de cotas de enchimento inferiores a 156 metros.

O que pedem no último item, nobre engenheiro, Senador, ex-Governador e um dos maiores e melhores homens públicos deste País, é que se reavalie o estudo das cotas.

Portanto, Sr. Presidente, eu diria que, se o Ibama acatar qualquer uma das 15 recomendações do Ministério Público Federal, poderemos esperar que esse projeto se realize daqui a dez anos e que, certamente, passemos por um outro apagão.

Não quero diminuir, tampouco detratar o Ministério Público Federal e o seu relevante papel para a democracia e a nossa sociedade, mas o Ibama não pode abrir mão das suas competências. Tanto o Naturatins quanto o Instituto do Maranhão têm suas competências definidas em lei, e o Ministério Público Federal não pode, de forma alguma, pretender o direito de ser o regulador ou o responsável por concessão ou revogação de licença.

No documento, são feitas advertências de que o não acolhimento dos termos desta recomendação ensinará a adoção de medidas legais.

Ora, Sr. Presidente o Ibama e todos nós estamos sujeitos a medidas legais, portanto, a advertência é, inclusive, coercitiva; é uma ameaça velada, como se o Ministério Público não tivesse participado das audiências públicas, Senador Alberto Silva, que ocorreram em todos os Municípios.

Isso tudo é para a licença prévia. Depois, são necessários a licença de instalação e todo um processo

para a construção de uma usina hidrelétrica. Portanto, pedir a revogação da licença prévia é abdicar do projeto, definitivamente. Solicitar todos esses itens novamente é desrespeitar o trabalho que já foi realizado pelas próprias exigências do EIA-RIMA.

Concedo o aparte ao nobre Senador Alberto Silva, sabendo que ainda tenho dois minutos de prorrogação do meu tempo.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, é necessário que se reveja a questão da autoridade brasileira. Creio que o País depende, para seu equilíbrio constitucional, de que todos os Poderes trabalhem harmonicamente. Lembro a V. Ex^a que, no meu Estado, houve algo parecido: o elevado, para fazer chegar o trem do metrô ao centro da cidade. Depois de tudo feito, o Ibama autorizando, exatamente como V. Ex^a...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permita-me, Sr. Presidente, só um pouco de tempo, porque é muito importante o que o Senador Eduardo Siqueira Campos traz ao conhecimento da Casa. Queria dar um exemplo, para depois, Senador Eduardo Siqueira Campos, reunirmo-nos e procurarmos um caminho. A Usina de Estreito é uma das mais importantes deste País e está situada no que chamamos “lugar elétrico”. Sabe o que isso significa, Senador? É o ponto estratégico da geração de energia. Com a Usina de Estreito, garantiremos ao País, a São Paulo e ao Rio de Janeiro o aporte de energia, porque de lá já existem linhas de transmissão. A interrupção da Usina de Estreito se torna um desserviço ao País. Guardada toda essa questão, com o respeito que temos ao Ministério Público, é necessário que não ultrapasse...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Quando o interesse público está em jogo, acredito que temos de encontrar um meio de adaptar a lei ao interesse público. Parabenizo V. Ex^a! Que não fiquemos só no seu discurso, mas façamos uma reunião, inclusive com o Ministério Público! Que este tome conhecimento de que muitas dessas exigências de engenharia são quase que inexecutáveis! O País não pode parar, e a população não pode sofrer. Creio que tudo que está recomendado é facilmente aceitável. Pode-se consertar. Tudo que está previsto poderemos até incluir no projeto e dizer ao Ministério Público: faremos isso dentro de um mês, mas liberem a construção da usina, pelo amor de Deus! Caso contrário, ela ficará como o metrô de

Teresina, parado há um ano e meio por conta de uma medida como essa. Parabéns a V. Ex^a. Não fiquemos nisso! Vamos encontrar uma solução, em vez de ficarmos discutindo juridicamente.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a o esclarecimento e o parabeno pelo conhecimento que possui.

Antes de concluir, Sr. Presidente, quero dizer, primeiro, que, se o Ibama aceitar a recomendação, serão mais cinco anos ou no mínimo três anos, e os investidores estarão efetivamente afastados do processo; segundo, que já há uma ação civil pública.

Senador Alberto Silva, o Ministério Público, no que lhe cabe, já impetrou uma ação civil pública. Grande parte das exigências já constam dela e, portanto, estão **sub judice**. Grande parte delas é inexigível e inconsistente cientificamente. Não têm aptidões técnicas os formuladores dessas recomendações, que não apresentam consistência científica. Isso tudo foi discutido em audiência pública. Sr. Presidente, isso é um absurdo, já que grande parte do que está sendo solicitado está no próprio relatório de impacto ambiental.

Portanto, solicito à Ministra Dilma Rousseff, que sai do Ministério de Minas e Energia para a Casa Civil e que tem o papel de fazer a gestão colegiada entre os Ministérios do atual Governo, que, com seu conhecimento, tendo uma participação muito decisiva na concessão da licença, adote as providências, para que o Ibama não se sinta acuado, não abdique do seu papel – já que concedeu a licença –, para recuar por uma simples recomendação do Ministério Público.

Que o Ministério Público cumpra o papel que lhe é constitucional e ingresse com as ações que quiser – inclusive, já há uma ação civil pública –, mas que o Ibama não recue quanto à licença que já outorgou, para que o processo possa continuar; para que não haja mais um “apagão”; para que o desenvolvimento do País não seja ameaçado por ações, eu diria, até poéticas, mas altamente prejudiciais.

É por conta desse tipo de recomendação que há diversos projetos paralisados no País inteiro, ainda mais quando se trata de um investimento que tem recursos privados, Senador Alberto Silva, tão escassos no mercado e inexistentes no âmbito do Poder Público.

Enviarei à Ministra Dilma Rousseff um ofício, fazendo a presente solicitação da nossa Bancada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Alberto Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio Leite.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Leite. PMDB – MA) – Concedo a palavra, ao Senador Augusto Botelho, por 15 minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei a leitura de um artigo escrito pelo General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, Presidente do Clube Militar, que foi publicado na revista do Clube Militar de abril e que consiste num relatório sobre a demarcação da área Raposa/Serra do Sol e sobre as consequências disso. Trata-se de um relato histórico.

Aproveito a oportunidade para ler esse artigo, porque o considero muito importante, já que é uma análise que retrata, com bastante fidelidade, a situação em que se encontram o meu Estado e as pessoas que habitam a área Raposa/Serra do Sol.

O nome do artigo é “Desastrada decisão”:

Em 15 de abril de 2005, o Exmo. Sr. Presidente da República expediu o Decreto que homologou a demarcação administrativa da controversa terra indígena **Raposa/Serra do Sol**, em área contínua, delimitando-a em 1.747.464 ha.

A equivocada decisão presidencial que atribui essa enorme extensão territorial a cerca de 16.000 indígenas não levou em conta os aspectos estratégicos que envolvem a delicada e sensível fronteira brasileira-venezuelana-güianense, nem tão pouco as peculiaridades muito especiais dos povos que, isolados, nela irão viver, assim como as sérias limitações que se impõem ao desenvolvimento do estado de Roraima.

Custa a crer que o nosso Presidente tenha sido levado a tomar uma decisão que atenta contra a própria segurança nacional e que, há muito, vinha sendo postergada, exatamente pela complexidade dos fatores que nela estão envolvidos e que exigem ampla meditação, não apenas na consideração dos legítimos interesses nacionais envolvidos, mas, também, nas pressões que, dia-a-dia, se avolumam sobre a Amazônia, no mundo globalizado que estamos vivendo.

A desastrada decisão sucumbiu às imensas pressões do movimento indigenista internacional que, infelizmente, encontra, em nacionais brasileiros encrustados na FUNAI e na igreja católica, acerbos defensores.

É preciso, inicialmente, que fique bem claro que não se está contra a demarcação ora

definida, motivo de tantos clamores pelo Brasil afora, a despeito do assunto não ser ainda do amplo conhecimento do nosso povo. A demarcação tem amparo constitucional. O que causa espécie é a forma como ela foi feita, que atenta, fundamentalmente, contra o seu objetivo maior que é alcançar a paz, entre os índios e os não índios. Só posso crer que o Presidente foi muito mal assessorado por aqueles que, por fé de ofício, honestidade profissional e brasilidade, tinham que levar ao seu conhecimento os principais fatores que embasassem a sua difícil e complexa decisão.

Assim pois, é pertinente perguntar se o Presidente da República foi informado que:

- O estado de Roraima é hoje um estado índio com cerca de 50% do seu território retalhado por reservas indígenas;

- dos 22.429.898 ha que constituem o Estado de Roraima, abatidas as unidades de conservação (7,51%), áreas militares (3,17%), áreas rochosas (2,58%) áreas inundadas (7,92%) resta uma área remanescente de pouco mais de 7 milhões de hectares (30%) e que desta última, com aptidão agrícola, existem ínfimos 700 mil hectares, cerca de 3% de todo o território estadual;

Resta perguntar se o Presidente da República foi informado que:

- os povos Macuxi e Wapixana, que constituem a maioria expressiva dos habitantes da TI Raposa/Serra do Sol, de há muito mantêm relações étnicas, culturais e econômicas com a sociedade de não índios, a elas se encontrando em crescente fase de integração e que, pela voz das suas lideranças mais atuantes, não desejam permanecer isolados, não querendo, portanto, que a demarcação seja feita em área contínua o que, para eles, irá se constituir em sério retrocesso no estágio de desenvolvimento em que se encontram;

- a Funai é avessa aos reclamos dessa expressiva maioria de índios e que pela sua parcialidade em apenas defender os interesses dos indígenas ligados à igreja católica (missão Consolata), Conselho Indigenista de Roraima (CIR) e a ONGs diversas não é bem recebida, chegando mesmo a ser pedido o seu afastamento da área, por não adotar uma atitude imparcial, tão necessária a uma solução justa e democrática para encaminhar tão sensível questão;

- a exemplo das 32 áreas indígenas que integram o Estado de Roraima, a área da Raposa/Serra do Sol passou por um desmesurado processo de ampliação, sempre ao sabor das pressões do movimento indigenista nacional e internacional, evoluindo de 1.332.110 ha, em 1977, para os atuais 1.747.464 ha, definidos pelo decreto presidencial em 2005, ampliações que geram desconfianças e um desgastante processo de insegurança e caos social que compromete o desenvolvimento do estado;

- e as sucessivas ampliações da área da Raposa/Serra do Sol deveram-se a enganosas artimanhas do CIR e das ONGs a ele ligadas, orientando os índios a darem curso a um processo de satelização, criando-se cada vez mais malocas onde nunca houve a presença de indígenas, como é o caso das áreas do lavrado e de várzea, gerando a falsa impressão de que a maioria dos indígenas concorda com as propostas da FUNAI.

O que, realmente se constata e, particularmente tive a oportunidade de *in loco* isso presenciar, na viagem que fiz com uma delegação de deputados federais, é que a maioria expressiva dos índios é contra a demarcação em área contínua, como propõe a FUNAI. (sic)

Esta é a evolução das aldeias, para vermos como é a história delas.

Assim é que, das 5 malocas originais detectadas em 1932, se evoluiu para 10 em 1989, 48 em 1996 (FUNAI), 125 em 2000 (CIR) e 151 em 2003 (CIR). Um absurdo que só a satelização empreendida pelas vergonhosas manobras do CIR e das ONGs pode justificar.

É marcante, e facilmente comprovada pelos registros históricos, a presença de não índios em toda a área da Raposa/Serra do Sol, desde o início do século passado. Apoiaram, inclusive, a missão de Rondon na década de 1920 e que as vilas que estão sendo retiradas da área, e que dispõem de razoáveis serviços públicos (água, luz, colégio, estradas, telefonia, etc.) são trabalho de gerações de brasileiros, que enfrentando dificuldades, amarguras e sofrimentos mas com muito estoicismo e determinação, há mais de um século povoaram e asseguraram, de fato, a posse brasileira desse setentrião do nosso território.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a já acabou de ler a carta?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Ainda não. Quer que eu leia toda?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Preferiria que V. Ex^a acabasse de ler a carta.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Vamos acabar.

Ressalte-se que:

Vila Socó – hoje com cerca 150 habitantes foi fundada em 1908 pelo caboclo Severino Pereira da Silva [chamado Severino Mineiro, que descobriu ouro e diamante na nossa região];

Vila Água Fria – com 450 habitantes, foi iniciada em 1938 com a casa de comércio de Pedro Sizino;

Vila Mutum – hoje com cerca de 500 habitantes [bem na fronteira com a Guiana] foi fundada por garimpeiros na década de 30;”

Vou fazer um parêntese aqui. Na Vila do Mutum, os nossos garimpeiros, que foram escoraçados do País como bandidos e malfeitores, trabalham legalmente inscritos no regime da Guiana Inglesa. Eles atravessam um rio da largura deste plenário e vão trabalhar lá, e são legalizados lá na Guiana, produzem riqueza e melhoram a vida deles.

Volto à Carta do General Lessa, ao artigo “Desastrada Decisão”.

“Vila Pereira (Surumi) – começou a ser habitada a partir de 1905.

– A despeito dos decretos de reassentamentos expedidos no passado, o número do INCRA é altamente comprometido, nele não se depositando fé, por não cumprir as determinações legais, tornando dolorosa a remoção, a extrusão, no prazo de um ano, de centenas de famílias, muitas delas descendentes dos verdadeiros guardiões da fronteira norte do país.

– As áreas produtoras de arroz irrigado que hoje abastecem o estado de Roraima e boa parte do Amazonas e que se constituem em segmento vital para a economia do Estado e que também pertencerão à reserva indígena, até o ano de 1981, não estavam nela incorporadas, só o sendo pelo processo de ampliação já referido. São compostas por áreas de lavrado e de alta taxa de acidez e pouca fertilidade [são

as áreas onde estão os arrozeiros], só apta a lavoura tecnificada e que, por isso mesmo não foram objeto de ocupação pelos índios que sempre preferiram as áreas mais férteis e abundantes de animais para a caça. (sic)

É difícil crer que o Presidente da República, ciente dos aspectos referidos e outros mais, não procurasse uma solução conciliatória que acalmasse os ânimos e atendesse os principais reclamos das partes envolvidas no conflito. (sic)

Infelizmente, o Decreto de 15 de abril de 2005, não levará a tão desejada e esperada paz para a região Raposa/Serra do Sul e, por via de consequência, para o Estado de Roraima e para o Brasil, constituindo-se em permanente foco de tensão que só alimentará as pressões hoje muito evidentes sobre a Amazônia brasileira ofertando, de graça, munição e argumentos para que os Pascal Lamy da vida incrementem as suas investidas no sentido de transformá-la em bem público mundial. (sic)

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, estou lendo uma carta publicada pelo General Lessa na revista do Clube Militar.

Continua a carta:

Sr. Presidente.

Faça imperar a paz na região da Raposa/Serra do Sol. Esteja certo de que ela não será alcançada com o emprego da Polícia Federal ou do Exército, que sofrerão um processo de desgaste natural interpondo-se às partes em conflito e, ao longo dos anos, só farão alimentar receios, violências e descontentamentos

A questão como foi posta está muito mal resolvida.

A solução só será alcançada pelo pacto social, pela concertação, que tem encontrado no senhor o mais forte defensor.

Escute os principais interessados: os índios. Realize um plebiscito entre eles e o senhor ouvirá o que eles têm a dizer, o que eles querem.

Eles é que têm que dar a palavra final para uma solução definitiva na Raposa/Serra do Sol e não os burocratas da hora, que mal os conhecem e que, a eles indiferentes, estão a legislar e ditar regras sob as mais ilegítimas pressões que atentam contra o interesse nacional”. (sic)

Assina o General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, Presidente do Clube Militar

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Concedo um aparte ao Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, é importante que V. Ex^a tenha trazido, para leitura da tribuna, esse artigo do General Lessa, que, é bom que se explique, foi Comandante Militar da Amazônia e que, portanto, conhece muito de perto a região, o Estado de Roraima e todas essas questões, particularmente a reserva indígena Raposa/Serra do Sol. É importante, porque não é mais a palavra de V. Ex^a, como Senador de Roraima, ou minha, como Senador do Estado de Roraima. Não creio que o Presidente Lula tenha agido inocentemente, nem que tenha sido – digamos assim – mal assessorado. O Presidente Lula tinha todas as informações corretas para decidir de modo diferente. Todas! Havia uma comissão externa do Senado, presidida por mim, cujo Relator foi o Senador Delcídio Amaral, de que fizeram parte V. Ex^a e o Senador Jefferson Péres. Tivemos o trabalho, com o apoio competente da Consultoria Legislativa do Senado, de levantar toda a questão, todos os aspectos. No parecer final, fizemos um relatório substancioso para o Presidente ter a informação para decidir adequadamente, como dizia que queria. No entanto, o Presidente não levou em conta nem o relatório da comissão externa do Senado nem o da comissão externa da Câmara, cujo Relator era também do PT, o Deputado Lindberg Farias. Esses dois relatórios eram coincidentes, vamos dizer, em quase tudo, e, assim mesmo, o Presidente demarcou. E o pior: demarcou – faço novamente essa denúncia à Nação – baseado numa molecagem jurídica que o Ministro da Justiça fez. No momento de o Supremo apreciar a ação,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – ...que já tinha uma liminar suspendendo qualquer demarcação, o que aconteceu? O Ministro da Justiça informou ao Relator, Ministro Carlos Britto, no Supremo, que tinha revogado a portaria que demarcava a Raposa/Serra do Sol daquela maneira e que baixara outra totalmente diferente. E o Ministro se louvou na informação do Ministro Márcio Thomaz Bastos, considerando, em função disso, que a ação perdia o objeto; portanto, deveria cair tudo. Infelizmente, foi uma mentira que o Ministro da Justiça pregou no Ministro-Relator do Supremo Tribunal Federal; só no outro dia a portaria foi publicada. Portanto, não existia portaria. Juridicamente, foi realmente uma traquinagem, uma malandragem jurídica que o Ministro da Justiça fez. E o Presidente assinou

o decreto no dia seguinte à decisão do Supremo. Então, o Presidente não estava inocente nessa história. Não acredito que o Ministro da Justiça tenha feito isso sem combinar com o Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Até porque, no outro dia, estavam sorrindo, assinando a demarcação que contraria, como diz o artigo, principalmente os índios que moram lá na reserva – não os índios que ficam passeando em Brasília e fazendo auê. Refiro-me aos índios que moram lá na reserva. Estamos concluindo o trabalho de outra comissão externa temporária, da qual sou o Presidente e V. Ex^a é o Relator. Estivemos lá, andamos por toda a região, ouvimos todos, para dar, agora, um parecer sobre esse decreto do Presidente e, se possível, sustar, por meio de um decreto legislativo, esse decreto, até que o Supremo decida em definitivo essa questão da homologação. Todo o processo de demarcação é cheio de fraudes, de ilicitudes, inclusive essa do Ministro da Justiça. Registro aqui a minha indignação, esperando possamos concluir o nosso relatório ainda nesta semana. Assim, partiremos para outra etapa: de suspender por meio do decreto legislativo e esperar a decisão do Supremo, que, tenho certeza, irá corrigir essa tremenda falha, esse tremendo erro a que S. Ex^a foi induzido pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço a V. Ex^a e concedo o aparte ao Senador Wirlande da Luz, de Roraima.

O Sr. Wirlande da Luz (PMDB – RR) – Senador Augusto Botelho, essa carta do comandante expressa exatamente o que presenciamos em visita à região Raposa/Serra do Sol. Ela diz exatamente o sentimento que percebemos nas pessoas que não querem a demarcação da maneira como foi feita. Portanto, tem de ser revista a demarcação. O relatório dessa última comissão não deve ser diferente do relatório anterior, de 2002, e a expressão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Wirlande da Luz (PMDB – RR) – ...de cada indígena ali é exatamente a de dois anos atrás e exatamente o que expressa a carta do comandante. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Um minutinho, Senador Tião Viana, porque estive aqui, em Brasília, neste fim de semana, a Professora Cidalina Tomé Abdala, que, por coincidência, foi pro-

fessora primária dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, minha professora e do Deputado Rodolfo Pereira também. No entanto, ela teve um problema e teve de ir embora. Ela nos faria uma visita, na qual lhe prestaríamos uma homenagem. Espero que recupere a sua saúde e volte um dia para fazermos a homenagem, porque é difícil existir uma professora que tenha tantos Parlamentares juntos numa mesma legislatura, numa mesma sala.

Agradeço pela tolerância, Presidente Tião Viana, e espero que V. Ex^a consiga aprovar seu projeto de moralização, que está correndo na Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Antônio Leite, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos; em seguida, o Senador José Agripino, como Líder, e o Senador Antonio Carlos Magalhães, como orador regular.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, completaram-se dois anos e meio da posse do Presidente Lula. Foram 30 meses de muitas metáforas, algumas grotescas, como aquela que mandava o brasileiro se levantar, tirar o traseiro da cadeira, para baixar os juros, como se isso não fosse responsabilidade do Governo. Foram dois anos e meio de promessas não cumpridas, de declarações muitas vezes messiânicas, de justificativas esfarrapadas.

E, pelos fatos que agora estão sendo comprovados pela CPI mista de inquérito instalada, muita – muita mesmo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores –, muita corrupção, lamentavelmente, para o nosso País, para a classe política e, principalmente, para o povo brasileiro que, neste momento, se encontra perplexo, confuso e, eu diria, extremamente abatido. Havia um governo que prometia mudar e mudar principalmente as práticas políticas, aperfeiçoar o processo político. E o que foi feito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? Um aprofundamento das piores práticas políticas da República brasileira, das piores, aquelas que temos de repudiar a cada dia.

Sr. Presidente, a situação vai-se agravando. A cada dia, surgem novas denúncias. Fico, Sr. Presidente, muito preocupado, porque senti neste Governo uma nítida vontade de cerceamento do trabalho da imprensa livre.

Recordam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Governo tentou impor a criação de um conselho federal de jornalismo, que fiscalizaria o trabalho da imprensa. Felizmente, houve pressão política dos intelectuais e da própria imprensa, e o Governo refluíu, mas, caso se deixasse, teria sido instalado o conselho federal de jornalismo.

Já imaginou, V. Ex^a, Sr. Presidente, democrata que sei que é, se tivéssemos um conselho federal de jornalismo? Talvez o Governo tivesse conseguido abafar tudo isso que está aí. Por quê? Porque não foi de um congressista que apareceram as primeiras denúncias, mas, sim, pela imprensa, da revista **Veja**.

Aproveito, mais uma vez, para dizer que a imprensa brasileira está de parabéns, porque faz um trabalho investigativo de excelente qualidade: o de desnudar à Nação brasileira o que está por debaixo do pano, aquela poeira, aquela sujeira que se tenta encobrir e jogar debaixo do tapete. Essa é a imprensa livre.

Volto a repetir também, Sr. Presidente: nós, aqui na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, na Comissão de Sindicância da Câmara, na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, estamos andando a reboque do noticiário da imprensa, mostrando como tem sido esse papel. Temos andando numa velocidade muito baixa, numa lentidão que não podemos aceitar. E por isso digo: nesta semana, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, da qual participo representando a minoria no Congresso Nacional, temos de lutar para que nossos requerimentos sejam aprovados, para que possamos convocar de imediato o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Sílvio Pereira e o Deputado José Dirceu, até para lhes dar o direito de defesa, para que possam dizer na CPMI a sua versão desses fatos. Se essa versão for de encontro à versão do Deputado Roberto Jefferson, que possamos, Sr. Presidente, fazer uma acareação, confrontá-los, porque temos que ir a fundo para fazer aflorar a verdade, que é o que todos desejamos. É preciso que a Nação brasileira, a opinião pública, tome conhecimento exato de quem tem culpa e absolva eventuais inocentes.

Mas, Sr. Presidente, falava de liberdade de imprensa. Recordam os Srs. Senadores que, há pouco tempo, uma portaria do Ministério do Planejamento obrigou o IBGE a encaminhar ao Governo Federal as pesquisas estruturais com antecedência de 48 horas de sua divulgação, como que estabelecendo a censura prévia a dados estatísticos do IBGE. Isso nos leva a concluir que, se esses dados não fossem do interesse e da satisfação do Governo, não seriam divulgados ou seriam manipulados.

Pois bem, Sr. Presidente, o IBGE contradisse, naquela época, o Presidente Lula. O instituto mostrou,

inclusive, que o problema de excesso de peso da nossa população, principalmente a mais jovem, poderia ser maior até do que o problema da fome, sobre o qual o Governo estabeleceu seu principal programa – programa que nada mais é do que uma forma assistencialista de distribuir recursos. Não somos contra o combate à fome; pensamos que os nossos irmãos brasileiros merecem assistência, mas não é por aí a saída do problema da desigualdade social brasileira. A saída deve-se dar, Senador Augusto Botelho, pela criação de postos de trabalho, pelo crescimento da economia brasileira com a diminuição dos juros estratosféricos, permitindo ao Governo voltar a investir.

Quem se lembra da crise americana de 1930, da Grande Depressão, conhece também a política que foi encetada na época pelo grande presidente americano Franklin Delano Roosevelt, que se chamou *New Deal*. Essa política consistiu em o governo investir somas vultosas de recursos na infra-estrutura do país, melhorando-o como um todo. Esses recursos permitiram reorganizar a economia, criar novos postos de trabalho.

Mas aqui não se pensa nisso, aqui se pensa em superávit primário. E agora já se fala em déficit nominal zero, o que significa menos investimentos. Enquanto isso, vinte mil cargos foram criados pelo Governo para que fossem ocupados com os apadrinhados de seu partido, inclusive cargos comissionados, fugindo da Constituição quando exige concurso público para o preenchimento dessas posições dentro do Governo.

Volto à questão da liberdade de imprensa, Sr. Presidente. Recentemente li uma entrevista do festejado repórter e âncora Boris Casoy. Ele disse que, no passado, o Governo tentou, mediante várias ações, cercear a sua palavra. Respondendo à pergunta “Você sofreu muita pressão do Governo e do PT?”, ele respondeu: “Muita, mas muita mesmo. No começo da administração do PT, pressionaram a direção violentamente para me tirar da Rede Record, ameaçaram cortar publicidade. A diretoria me deixou a par o tempo todo”.

Veja bem, Sr. Presidente: se, por um lado, é pela publicidade que se ameaça cercear, calar vozes como a do âncora Boris Casoy, por outro lado, é a publicidade que tem representado a saída, a quebra da barragem dos recursos públicos que deveriam ser preservados. E para onde têm ido esses recursos? Para as mãos do Sr. Marcos Valério. Para quê, Srs. Senadores? Para que o Sr. Marcos Valério possa ser ressarcido do dinheiro que ele utiliza para pagar o “mensalão”; para que o Sr. Marcos Valério possa ser ressarcido do empréstimo a que ele, honradamente, deu aval – ele avalizou para o PT e, “como homem correto”, avalista, pagou 350 mil reais. Mas ele pagou por quê? Porque é simpático, bonzinho, ou porque esses recursos saíram

exatamente dos Correios, por meio dos seus contratos milionários?

E não são contratos apenas com os Correios. Esses contratos, que chegam anualmente a mais de 400 milhões de reais, foram firmados com a Eletronorte, o Ministério dos Esportes, o Ministério do Trabalho e, principalmente, com o Banco do Brasil e seu subsidiário, o Banco Popular. Esse último gastou, no ano passado, 25 milhões em publicidade. O Banco Popular gastou 25 milhões em contratos de publicidade com a empresa do Sr. Marcos Valério. Há que se perguntar, então: quanto, efetivamente, foi aplicado pelo Banco Popular em empréstimos à população de baixa renda? Sabe quanto, Senador Augusto Botelho? Vinte milhões. Vinte e cinco milhões foram gastos em publicidade e apenas vinte milhões foram aplicados com a população de baixa renda. E sabe qual é a verba do Banco Popular para este ano? Novamente, é de vinte e cinco milhões. É o que pretende gastar o Banco Popular.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com a maior satisfação, Senador Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Quando V. Ex^a disse “gastos em publicidade”, sei que V. Ex^a estava usando a palavra gastos entre aspas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com certeza,

Senador Antonio Carlos, porque esses gastos em publicidade, efetivamente, não são feitos na sua inteireza, com o ato de divulgar ações do Governo. Parte dos gastos, de fato, deve ser destinada a seu propósito primeiro, até para justificar as faturas que vão para o Tribunal de Contas da União, fazer aquela parte apenas formal, visual e legalista, mas, no fundo, esses recursos são aproveitados de forma espúria, para pagamento de mensalão, por exemplo. Nenhum empresário, como Marcos Valério, faria benemerências em favor do Partido dos Trabalhadores se não fosse remunerado e se não fosse recompensando regamente – quando se analisa o enriquecimento do Sr. Marcos Valério no Governo do PT, Senador José Agripino, ficamos estarecidos.

Concedo, com muita satisfação, um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador César Borges, cumprimento V. Ex^a pela manifestação que faz nesta tarde. É importante que estimulemos o debate desse assunto permanentemente até que ele esteja completamente esclarecido. Na verdade, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está investigando fatos que se ligam por indícios – daqui a pouco, falarei sobre indícios. Mas algo me preocupa: estão envolvidos, nas denúncias que V. Ex^a está comentando, partidos

políticos que não significam a maioria da Câmara dos Deputados, como o PT, PP, PTB, PL. Hoje, a imprensa traz notícias envolvendo o PMDB. Nem eu nem V. Ex^a temos razão para fazer prejulgamentos, mas temos razões para ficarmos preocupados, porque, na hora em que entra a suspeição do PMDB, estabelece-se a maioria da Câmara dos Deputados, e maioria produz autoproteção, e autoproteção dificulta investigações. Portanto, quanto mais pronunciamentos como o de V. Ex^a forem feitos, mais a opinião pública se antenará, cobrará, acompanhará e nos ajudará a chegar à verdade dos fatos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino, e incorporo inteiramente o seu aparte ao meu discurso. Essa é uma nova preocupação.

Poderíamos imaginar que o Governo, procurando agora uma base de sustentação política, teria aprendido com a lição: não conseguiriam a estabilidade política com uma negociata pura e simples, pela troca de interesses e de cargos. No entanto, age da mesma forma, Senador José Agripino, fazendo um acordo onde há um toma lá, dá cá.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, pelo seu Presidente, pelos seus diretórios, pelos seus governadores, não deseja esse tipo de parceria. Posicionou-se dessa forma. No entanto, fizeram uma reunião entre Senadores e Deputados, não todos mas a maioria, e decidiram dar apoio ao Governo em troca de Ministérios, de estatais, de posicionamento dentro do Governo. Lamentavelmente, o Governo não aprende a lição.

Sr. Presidente, meu tempo está se esgotando, mas gostaria de enveredar por outro assunto. Procura-se, de certa forma, dizer que a crise política pode levar a uma desestabilização da economia brasileira e que devemos brindar a política econômica, assim como o Presidente Lula, fazendo com que não seja tudo apurado até as últimas consequências.

Mas aí, Sr. Presidente, é nossa responsabilidade. Nós é que estamos sendo cobrados pela população brasileira. E o Presidente Lula é o comandante do seu Governo, foi Sua Excelência que permitiu a entrada do PT em toda a estrutura do Governo, foi Sua Excelência que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço que V. Ex^a conclua, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – (...) foi o Presidente que permitiu a entrada do PTB, do PP, do PL. Então, não há como eximir de culpa o Presidente da República.

Foge de cada um de nós uma vontade de trazer qualquer tipo de desestabilização para as instituições brasileiras e para a economia brasileira. Contudo, os princípios econômicos estão assentados, uns gostam mais, outros menos, mas estão assentados. A Nação é forte. O que ela não pode suportar é que continue a impunidade, porque esta estimula a que haja muito mais corrupção. Por isso, devemos ir até as últimas consequências na apuração desses fatos gravíssimos que entristecem a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, pela Liderança do PFL, por até sete minutos, e, a seguir, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cada fim de semana tem sido dias de horror para aqueles que fazem vida pública e que estão assistindo a essa onda de denúncias que nivela por baixo a classe política.

Aqueles que têm vida pública limpa e agem com correção têm obrigação de estar indignados e têm que, como fez o Senador César Borges, trazer a sua contribuição ao esclarecimento dos fatos, para que se separe o joio do trigo.

Sr. Presidente, nesse final de semana, a revista **Veja**, em matéria de capa, mostra, com fac-símile, um título no valor de R\$2,4 milhões, correspondente a empréstimo feito por um banco, o BMG, ao Partido dos Trabalhadores. Na véspera, jornalistas perguntaram sobre isso ao Presidente do PT – o Presidente é quem opera esse tipo de coisa –, que disse que o Sr. Marcos Valério não tinha sido avalista de empréstimo nenhum para o PT. A pergunta foi esta: se o PT havia tomado dinheiro emprestado no banco “x” e se havia aval do Sr. Marcos Valério. Foi negado peremptoriamente. No dia seguinte à publicação da revista **Veja**, com fac-símile, os jornalistas voltaram ao Presidente do PT e ele disse que havia se enganado, que havia ocorrido um erro de comunicação entre ele e o Tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e que o Delúbio iria explicar tudo – e disse tudo isso com ar de paisagem.

Senador Antonio Carlos Magalhães, a minha percepção é a de que o povo brasileiro – tenho certeza de que anda decepcionadíssimo com o Partido dos Trabalhadores – tem todo o direito de, daqui para a frente, não acreditar em nada do que o Presidente do PT já tenha dito e em nada do que o Presidente do PT ainda venha a dizer, porque ele foi categórico ao desmentir na véspera.

O que é fato é que existiu o empréstimo de R\$2,4 milhões feito pelo PT, com o aval do Sr. Marcos Valério, que tem contratos com os Correios, operados, segundo dizem, pela Secom, da Presidência da República, para direcionar com favorecimentos especiais de preços os seus protegidos. E esse Sr. Marcos Valério, além de avalizar, pagou pelo menos uma prestação. Curioso o Presidente do PT não ter conhecimento do aval, embora o avalista tivesse pago pelo menos uma prestação. Ou o Presidente do PT é um alienado completo que não sabe o que acontece no seu Partido, porque R\$2,4 milhões é muito dinheiro, ou então – o que não creio que ele seja – é caloteiro, porque, se não se preocupa com o pagamento das suas próprias contas, das contas daquilo que lhe diz respeito, o que ele pode ser chamado é de caloteiro.

Portanto, esse dinheiro está identificado, o comprometimento do Sr. Marcos Valério está claro e é preciso fazer ilações, porque o que a sociedade brasileira não vai aceitar é impunidade. Não há nenhuma hipótese de o cidadão brasileiro aceitá-la. Andei neste fim de semana no meu Estado, precisamente em Macaíba, em São José de Mipibu e em Natal, e a pergunta era uma só: “A CPI vai dar em coisa? Vocês vão parar?” Perguntaram-me até pela CPI dos Bingos. Indagaram-me se o PFL havia recuado. Recuou coisa nenhuma, está instalada.

A maior preocupação que temos que ter neste momento é com as conclusões. Essa CPI tem que produzir resultados, e quem tiver dados que possam contribuir para as investigações tem obrigação de trazê-los. Pois é isso que estou fazendo hoje. Estou trazendo algumas informações que, se bem conectadas pelos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, poderão produzir bons resultados.

Senador César Borges, V. Ex^a se lembra que nós elevamos o salário mínimo de R\$260,00 para R\$275,00? V. Ex^a foi Relator. Tivemos uma bela vitória aqui. E que a Câmara depois derrubou os R\$275,00 para R\$260,00? Isso ocorreu em 2004.

Vou lhe contar a história com os elementos que, com ajuda dos jornalistas, consegui reunir. O salário mínimo foi votado na Câmara dos Deputados no dia 2 de junho de 2004: R\$260,00. V. Ex^a já viu a relação dos saques em dinheiro das contas da DNA e da SMP&B, no Banco Real, publicado pela imprensa? Eu já vi e cotejei: no dia 4 de junho, dois dias após a votação do salário mínimo de R\$260,00 míseros reais, foi feito um saque de R\$500 mil. Para frente e para trás, nada. Foi feito um saque ali, em cima da pinta, no dia 4 de

junho de 2004, dois dias depois da votação do salário mínimo, de R\$500 mil.

Muito bem, o Senado vota R\$275,00. Vibramos nós todos. A matéria volta para a Câmara. A Câmara aprecia os R\$275,00 no dia 23 junho de 2004. No dia 21 de junho, dois dias antes, da mesma DNA foram sacados mais R\$200 mil. Derrubaram os R\$275,00 e ficou R\$260,00. Gastaram R\$700 mil para nos derrotar e derrotar o povo brasileiro – suponho eu; é uma suposição com dados, com ilações, é só consultar a relação dos saques em dinheiro e fazer o cotejo.

Quando é que se votou o salário mínimo? Quem é que tinha interesse em que não se levantasse o valor? V. Ex^a? Eu? Ou o Governo? Será que o Governo operou com R\$700 mil e derrotou a conquista dos trabalhadores? Com a palavra a CPI.

Segundo ponto: medida provisória do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles. A Câmara dos Deputados votou a matéria em 1º de dezembro de 2004 – a blindagem dele.

Entre 29 e 30 de novembro de 2004, ou seja, dois dias antes do dia 1º de dezembro de 2004, quando a Câmara votou a MP do Meirelles, foram feitos saques na conta da SMP&B, do Sr. Marcos Valério, no valor de R\$480 mil. E a matéria foi aprovada na Câmara. Quatrocentos e oitenta mil reais!

A terceira: reforma tributária. Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a se lembra da polêmica que houve? Governadores, de um lado; União, de outro; interesses legítimos, de um lado e de outro, e a polêmica em torno da reforma tributária e da votação da reforma tributária. Havia o claro interesse dos Governadores em um lado da reforma, e a União defendia exatamente o oposto do que os Governadores queriam. É evidente que os Governadores têm bancada. Não quero fazer juízo de valor, mas o que é fato é que a reforma tributária, que foi matéria polêmica entre Governadores e Presidente da República, que envolvia as bancadas dos Governos estaduais, que deveriam se voltar para um rumo, foi votada na Câmara – não aquela sobre a qual houve consenso, mas aquela que tinha conflito – no dia 24 de setembro de 2003.

Senador Antonio Carlos Magalhães, entre 23 e 26 de setembro, foram feitos saques na SMP&B, do Sr. Marcos Valério, no valor de R\$1,212 milhão. E conseguiram aprovar a reforma tributária com a qual os Governadores não concordavam, e nós, aqui...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...a mudamos por inteiro.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir conceder um aparte...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O que é mais grave – o Presidente me permite – é que esse acordo foi feito entre Presidente da República, Ministro da Fazenda e Governadores, e nós o avalizamos. Não cumpriram coisa alguma, como não cumprem nunca. Mas cumprem bem o pagamento dos mensalões.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado pelo aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou oferecendo esses indícios, para que os membros da CPI possam fazer esse e outros cotejos, para focarem os saques em dinheiro, cotejado com a data das votações, porque aí se pode produzir, Senador Augusto, um fato importante: que partido político foi campeão de fidelidade ao Governo? Aí pode estar o mapa da mina.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O que eu queria, Sr. Presidente, para encerrar – e já vou encerrar – era fazer um desabafo e dizer o seguinte: o Presidente Lula, sobre quem ainda resta um pouco de credibilidade, precisa acordar e sentir a voz das ruas. Acho que o Presidente já percebeu que o seu Partido e o seu Governo estão em processo crescente de descrédito, mas ainda resta um pouco de credibilidade à pessoa dele. E, antes que seja tarde, sugiro a Sua Excelência que peça desculpas ao povo do Brasil por tudo isso que está ocorrendo e refaça o Governo. Pegue figuras eméritas, acima do bem e do mal, despetize o Governo, desaparele o Estado e ressurgja das cinzas antes que seja tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos. A seguir, falará o Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder. Depois, terá a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os crimes praticados pelo Governo não são novos. Em várias oportunidades, foram denunciados da tribuna deste Senado, mas sempre – quero ver até quando – os Senadores do PT desmentiam as nossas afirma-

ções e se diziam os salvadores da Pátria e as figuras mais honestas da República.

Isso aconteceu não faz muito tempo, mas, pelo menos há seis ou oito meses, temos chamado a atenção deste Plenário e do Presidente da República, em particular, para que Sua Excelência mudasse o seu caminho, para que não percorresse o caminho da lama, para que salvasse o País da situação em que se encontra, para que não desmoralizasse o seu próprio Partido e mais ainda a sua imagem de Presidente mais votado deste País.

Tudo lhe era favorável, mas ele não quis, de jeito algum, fazer o que devia. Ao contrário, para tristeza nossa, também jogou a lama do seu Governo no Congresso, a ponto de já haver *outdoor*, na Bahia – mandei fotografá-lo para trazer aqui; isso foi publicado nos jornais de hoje da terra –, com estes dizeres: “lugar de safadeza não é no Congresso; R\$33,00 Motel Fantasy”. É incrível, mas é verdade! É o Presidente da República quem provoca essa situação de desgaste do Congresso Nacional.

O que nos cabe? Reagir. O que nos cabe? Dizer à Nação o que temos dito todos os dias: que este Governo precisa ter o mínimo de seriedade para apresentar-se ao povo brasileiro.

Na semana passada, se não me engano, na sexta-feira, o *gangster* Delúbio Soares atacou a mim e ao Senador Bornhausen, dizendo que estávamos pregando o golpe e que éramos os causadores da miséria do Brasil. Causador da miséria do Brasil é o ladrão que é tesoureiro do PT e que vai ser expulso de lá, porque o PT já não agüenta a força da opinião pública, que pede providências contra a sua direção. Delúbio é o seu nome; Dilúvio é como o chamam. Na realidade, ele é um *gangster*, um *gangster* que nem ao menos refinado é, porque deixa marcas em todo o lugar que passa, mostrando ao País que o PT é realmente um celeiro de pessoas que vivem achacando os cofres públicos!

De minha parte, respondi. Acredito até que o Senador Bornhausen não tenha dado maior importância ao seu acusador; talvez isso tenha sido até mais certo. Mas fiz questão de dizer que ele era um *gangster* e que esse *gangster* ia cair na CPI, e eu ia olhar nos seus olhos e ver os cifrões que ele roubou nos Correios, no BMG e em toda parte.

O Sr. José Genoíno, que faz empréstimo no BMG para o PT, com Delúbio e Marcos Valério, que é Presidente do seu Partido, Senador Tião Viana – V. Ex^a, que é um homem digno e decente, deve ficar horrorizado –, teve a coragem de dizer que não era verdade e que

a Secretaria de Finanças já informara que não havia esse empréstimo. Menos de 24 horas depois, com a mesma coragem, ele disse: “Eu assinei, mas não sabia o que estava assinando”.

Por isso ele foi derrotado em São Paulo e o será em qualquer eleição majoritária em que entrar, porque, quando falta ao homem a palavra até mesmo para confessar os seus erros, esse homem não pode ter a credibilidade dos políticos.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muita honra, Senador Bornhausen. V. Ex^a foi exaltado. Quem é atacado por Delúbio é exaltado.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Senador Antonio Carlos, eu concordo inteiramente com as suas declarações em relação às figuras que nos atacaram, mas, evidentemente, ali não está o mal maior. V. Ex^a respondeu com o vigor com que sempre age na vida pública. Eu, da mesma forma, mostrei que, primeiro, ele preste contas à Polícia Federal, à CPMI, a Comissão de Ética. Também vou-lhe responder, mas chamo a atenção de V. Ex^a, no bom sentido, que, depois dessas palavras do Sr. Delúbio Soares, o Presidente da República apareceu numa reunião de partidos políticos, vestido com um uniforme que acredito seja da Polícia Federal, e fez a declaração de que seria implacável com os seus adversários e aliados, mas esqueceu seus companheiros. Esqueceu o Sr. Waldomiro Diniz, o Sr. Delúbio Soares, e, o que é mais importante, que tem muitos e valorosos companheiros que não estão metidos em nada disso, que nada têm a ver com a corrupção e que devem ser separados – como o Presidente em exercício na Casa, neste momento. Concordo com a sua vigorosa reação. Coloquei o assunto para responder posteriormente porque ele ainda vai ter que responder muito mais do que aquilo de que hoje é acusado. Não aceito as palavras anteriores do Presidente da República, declarando-se dono da ética e da moral, numa atitude arrogante, que não condiz com a figura do Primeiro Mandatário da Nação, e, muito menos, que ele se esqueça dos companheiros corruptos e não os separe dos companheiros honrados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a e digo que é por isso mesmo que não aceito que homens do Governo ou da Oposição venham defender a figura do Presidente da República, dizendo que ele não sabia de coisa alguma. Sabia de tudo. Talvez ele não soubesse da extensão, mas saber dos fatos, ele sabia, porque foi avisado por Governador, por Ministro e por Depu-

tado de tudo o que estava acontecendo e não tomou nenhuma providência. Só tomou quando o Sr. Roberto Jefferson foi a ele dizer que ia scandalizar. Então, ele tomou as providências.

Como todo ladrão deixa sempre sua marca, a impressão digital – o nosso Senador Marco Maciel tem a inteligência de dizer que há alguns que não deixam nem marca digital, mas, na realidade, todos a deixam –, o Senador José Agripino acaba de provar desta tribuna os saques feitos, nas ocasiões próprias, para a compra de mercenários.

Sr. Presidente, V. Ex^a é um homem de bem – eu sempre proclamo isso não só por amizade, mas por dever de homem que faz política e gosta de ver gente nova, capaz, ascendendo aos postos. Quero lamentar apenas a presença de eminentes membros do PMDB, porque os nomes falados, **data venia**, não vão melhorar coisa nenhuma. O Governo vai continuar do mesmo jeito. Estão trocando seis por meia dúzia e levando o País à situação de descalabro.

Tenho pena daqueles que estão indicando Ministro, porque vão-se arrepender. Eles sabem que se fosse para indicar Ministro competente para a Saúde, não se iria buscá-lo no PMDB, mas na pessoa de V. Ex^a, que conhece realmente não só a política, mas a política de saúde do País. Tenho colegas, na Bahia, que enaltecem a figura de V. Ex^a, mas o seu nome sequer é falado. Dizem: “Não, vamos dividir com Pedro e Paulo”, e eu não sei como Pedro e Paulo têm coragem de aceitar essa divisão.

O Senador Ney Suassuna procede bem em se esconder e não aparecer nessa divisão. Ele sabe de tudo, mas não deixa aparecer. Ele não quer aparecer. Os outros, que são tão meus amigos, grandes amigos, que participam desse leilão, desse loteamento, amanhã vão-se arrepender de terem participado.

O País vive um momento tal que se o Presidente da República tivesse o mínimo de juízo iria procurar figuras eminentes, partidárias ou não, para se salvar moralmente da situação em que se encontra. Não ia viver essa situação terrível. Mas falta-lhe senso e, quando falta senso, falta tudo.

Sr. Presidente, tenho certeza de que V. Ex^a não estava lá, mas sábado ainda teve forró na Granja do Torto, com a presença de Ministros fantasiados! E com que fantasias? Nenhum teve a coragem de sair, realmente, de rato. Tinha que aparecer pelo menos um rato para dar o sentido da roubalheira existente no Governo, mas não, era fantasia de gaúcho, com chimarrão, chapéu de palha.

Ora, Sr. Presidente, a insensatez chegou ao Governo e não quer sair do Palácio do Planalto.

Não temos nada de pessoal contra o Presidente da República. Ao contrário, admirávamos o homem que veio como operário e teve a maior votação do País, mas ele não soube honrar os votos que recebeu do povo brasileiro.

Não posso ver Palocci entrando ali fantasiado, nem Márcio Thomaz Bastos. Não posso ver. Tenho quase certeza de que eles não foram, mas, se foram, será uma decepção tremenda para mim, porque são homens sérios, dignos. Por que iriam, então, fantasiar-se, se não apareceu sequer o rato Delúbio, o rato Marcos Valério e outros tantos. Tinham que aparecer. Essa é a fantasia real do atual Governo, na opinião pública.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Nesse minuto termino, Sr. Presidente.

Acabei de viver, na minha terra, com o Senador César Borges e o com o Governador Paulo Souto, o dois de julho. Caminhamos sete quilômetros, e o povo nos aplaudia de ponta a ponta e vaiava o PT de ponta a ponta.

Isso foi agora, no dia 2 de julho, quando, na noite ainda, Jacques Wagner, que havia sido vaiado de manhã, corria para participar do forró na Granja do Torto. Que coragem! Por isso, outras vaias, outros apupos os esperam.

Não temos nada de golpe, nem queremos golpe. O golpe é nas urnas. Vamos derrotá-los nas urnas, porque eles não têm moral para se apresentar ao povo brasileiro como candidatos.

Se o Presidente da República tentar a reeleição, vai ser derrotado. Já recebeu conselhos para não disputar. Mas, às vezes, ele é teimoso ou, então, ouve mais os seus colegas do que a sua própria consciência – se é que consciência ainda tem, e não lhe roubaram, tendo em vista a companhia com que anda.

Conseqüentemente, Sr, Presidente, quero, neste instante, fazer um último apelo ao Presidente da República. Há mais de um ano, clamamos por uma mudança de seriedade na Administração Pública. Que ele faça isso imediatamente. Não queremos atrapalhar o Governo, mas ninguém vai procurá-lo para aderir nem fazer qualquer acordo. Nossa posição é de inflexível veemência contra tudo que aí está. Melhor, porém, o Governo, e não terão de nós oposição, mas terão a

cooperação, porque o Brasil precisa ser salvo da desgraça que vive hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, Líder do PTB, por até sete minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho fazer uma comunicação que entendo da maior relevância para Roraima, notadamente para a educação do Estado.

Recebi um ofício do Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, nosso Cefet, que, por sinal, completou 12 anos no dia 30 de junho. O assunto é a criação de uma Uned – Unidade de Ensino Descentraliza para o Cefet. Passo a lê-lo.

Senhor Senador,

1. Informamos a Vossa Excelência que, em audiência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os Diretores Gerais do CEFET's e o Ministro da Educação, realizada no Palácio do Planalto, no dia 24 de junho, este fez a entrega solene a sua Excelência do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que prevê a criação de novas escolas técnicas, agrotécnicas e a implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED ligadas a vários CEFETs já existentes, conforme quadro em anexo.

2. Nessa projeção de expansão da Rede Federal não há nenhuma referência para a criação de escola, ou UNED no Estado de Roraima [lamentavelmente].

3. Assim, de conformidade com conversas anteriores já mantidas com Vossa Excelência, consideramos que o momento é pertinente e oportuno para a efetivação de indicação ao Senhor Ministro da Educação, solicitando a criação e implantação de uma UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA (UNED) do CEFET-RR.

4. Essa UNED deverá ser localizada na região sul do Estado, tendo como missão em seu Projeto Político Pedagógico a oferta de cursos de formação profissional prioritariamente nas áreas da AGROPECUÁRIA, AGROINDÚSTRIA e AGRONEGÓCIOS, em consonância com as potencialidades do Estado e as

perspectivas de desenvolvimento da fronteira pecuária e agroindustrial.

5. Nessa perspectiva, temos como pressuposto, a promoção do processo de desenvolvimento social e econômico da região, estimulando a fixação do homem no campo, contribuindo para a melhoria do processo produtivo de forma ordenada e condizente com as premissas da política ambiental de uso racional dos recursos naturais, interação, preservação e respeito ao meio ambiente.

6. Para tanto, solicitamos de Vossa Excelência que se digne a encaminhar ao Senhor Ministro da Educação uma indicação formal solicitando a criação e implantação de uma UNED para o CEFET-RR [*sic*].

Quero dizer, Sr. Presidente, que recebi este expediente e que hoje mesmo já fiz a indicação ao Ministro da Educação nos seguintes termos:

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me à audiência realizada com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os Diretores Gerais dos CEFET's e Vossa Excelência, no dia 24 de junho próximo passado, no Palácio do Planalto, quando foi feita a entrega solene do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que prevê a criação de novas escolas técnicas, agrotécnicas e a implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED ligadas a vários CEFET's já existentes, conforme quadro apresentado em anexo.

Contudo, essa Projeção de Expansão da Rede Federal apresentada por Vossa Excelência não faz nenhuma referência à criação de escola ou de UNED no Estado de Roraima, razão pela qual solicito ao nobre Ministro ações no sentido de viabilizar a criação e a implantação de uma Unidade de Ensino Descentralizada para o CEFET de Roraima.

Outrossim, como sugestão de localização para a implantação da UNED pleiteada, indico a localidade de Novo Paraíso, mais precisamente no entroncamento das Rodovias Federais BR 174, BR 210 e BR 432, em razão de sua proximidade estratégica com diversos municípios da região sul do Estado, tais como Caracaraí,

Cantá, São Luiz, São João do Baliza, Caroébe, Rorainópolis, entre outros, fazendo com que a Unidade de Ensino Descentralizada influencie e beneficie a região sul do Estado.

Ademais, trata-se de uma localidade que possui grande vocação para as áreas de agropecuária, agroindústria e agronegócio, estando, portanto, em consonância com o que preceitua esse importante projeto.

Nessa perspectiva, considero como pressuposto essencial desse projeto a promoção do processo de desenvolvimento social e econômico da região, uma vez que procura estimular a fixação do homem no campo, contribuindo para a melhoria do processo produtivo de forma ordenada e condizente com as premissas de política ambiental de uso racional dos recursos naturais.**

Sr. Presidente, é esse o ofício que remeti ao Ministro e que faço questão de registrar. Peço que seja dado como parte integrante do meu pronunciamento, como também um demonstrativo do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil, de acordo com cada Estado. Aliás, o seu Estado, Sr. Presidente, está contemplado com uma escola técnica federal. Precisamos ampliá-lo. Várias Uneds estão previstas em vários Estados da Federação.

Espero que o Estado de Roraima tenha, ao menos, essa Uned. Seria também interessante que tivéssemos outra Unidade de Ensino Descentralizada na Região Norte, na área dos lavrados, onde não é preciso desmatar para produzir.

Quero fazer esse registro e apelar ao Ministro da Educação, Tarso Genro, para que dê prioridade a esse pleito. Tenho certeza de que, se assim for feito, Roraima dará um passo gigantesco no rumo da consolidação do ensino e da educação em nosso Estado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVANCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Ofício nº 443/2005/GAB/CEFET/RR;
- Ofício nº 368/2005/GSMCAV;
- Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RORAIMA
Av. Glaydon de Paiva, 2496 - Pírcumã - Boa Vista-RR - CEP: 69333-340
Fone/Fax: (095) 626-5140 - E-mail: cefetr@cefetr.edu.br

OFÍCIO Nº 443/2005/GAB/CEFET/RR

Boa Vista, 01 de julho de 2005.

A Sua Senhoria, o Excelentíssimo Senhor
Senador MOZARILDO CAVALCANTE

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Afonso Arinos – Gabinete 10
70165-900- Brasília – DF

Assunto: Solicita criação de UNED para o CEFET-RR.

Senhor Senador,

1. Informamos a Vossa Excelência que, em audiência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os Diretores Gerais dos CEFET's e o Ministro da Educação, realizada no Palácio do Planalto, no dia 24 de junho, este fez a entrega solene a sua Excelência do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que prevê a criação de novas escolas técnicas, agrotécnicas e a implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED ligadas a vários CEFETs já existentes, conforme quadro em anexo

2. Nessa projeção de expansão da Rede Federal não há nenhuma referência para a criação de escola ou UNED no Estado de Roraima

3. Assim, de conformidade com conversas anteriores já mantidas com Vossa Excelência, consideramos que o momento é pertinente e oportuno para a efetivação de indicação ao Senhor Ministro da Educação, solicitando a criação e implantação de uma UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA (UNED) do CEFET-RR

4. Essa UNED deverá ser localizada na região sul do Estado, tendo como missão em seu Projeto Político Pedagógico a oferta de cursos de formação profissional prioritariamente nas áreas da AGROPECUÁRIA, AGROINDÚSTRIA e AGRONEGÓCIOS, em consonância com as potencialidades do Estado e as perspectivas de desenvolvimento da fronteira pecuária e agroindustrial

5. Nessa perspectiva, temos como pressuposto, a promoção do processo de desenvolvimento social e econômico da região, estimulando a fixação do homem no campo, contribuindo para a melhoria do processo produtivo de forma ordenada e condizente com as premissas da política ambiental de uso racional dos recursos naturais, interação, preservação e respeito ao meio ambiente.

6. Para tanto, solicitamos de Vossa Excelência que se digne a encaminhar ao Senhor Ministro da Educação uma indicação formal solicitando a criação e implantação de uma UNED para o CEFET-RR.

Respeitosamente/


EDVALDO PEREIRA DA SILVA
Diretor Geral

*Urgente
1) Fazer ofício
ao Ministério da Educação
Em nome do FATE
também mencionar
no gab. do
Ministro*

*2) Fazer ofício
ao Ministro da Educação*

*3) Fazer ofício
ao Ministro da Educação*

*4) Fazer ofício
ao Ministro da Educação*

04.07.05

Ofício nº 368/2005/GSMCAV

Brasília, 4 de julho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Tarso Genro
Ministro de Estado da Educação
Esplanada dos Ministérios – Bloco L
70047-900 – Brasília/DF

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me à audiência realizada com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os Diretores Gerais dos CEFET's e Vossa Excelência, no dia 24 de junho próximo passado, no Palácio do Planalto, quando foi feita a entrega solene do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que prevê a criação de novas escolas técnicas, agrotécnicas e a implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED ligadas a vários CEFET's já existentes, conforme quadro apresentado em anexo.

Contudo, essa Projeção de Expansão da Rede Federal apresentada por Vossa Excelência não faz nenhuma referência à criação de escola ou de Uned no Estado de Roraima, razão pela qual solicito ao nobre ministro ações no sentido de viabilizar a criação e a im-

plantação de uma Unidade de Ensino Descentralizada para o Cefet de Roraima.

Outrossim, como sugestão de localização para a implantação da Uned pleiteada, indico a localidade de Novo Paraíso, mais precisamente no entroncamento das Rodovias Federais BR 174, BR 210 e BR 432, em razão de sua proximidade estratégica com diversos municípios da região sul do Estado, tais como Caracaraí, Cantá, São Luiz, São João da Baliza, Caroébe, Rorainópolis, entre outros, fazendo com que a Unidade de Ensino Descentralizada influencie e beneficie a região sul do Estado.

Ademais, trata-se de uma localidade que possui grande vocação para as áreas de agropecuária, agroindústria e agronegócio, estando, portanto, em consonância com o que preceitua esse importante projeto.

Nessa perspectiva, considero como pressuposto essencial desse projeto a promoção do processo de desenvolvimento social e econômico da região, uma vez que procura estimular a fixação do homem no campo, contribuindo para a melhoria do processo produtivo de forma ordenada e condizente com as premissas de política ambiental de uso racional dos recursos naturais.

Certo da especial atenção de Vossa Excelência a essa relevante questão, reitero protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente, – **Mozarildo Cavalcanti.**

Criação de Escolas Técnicas Federais

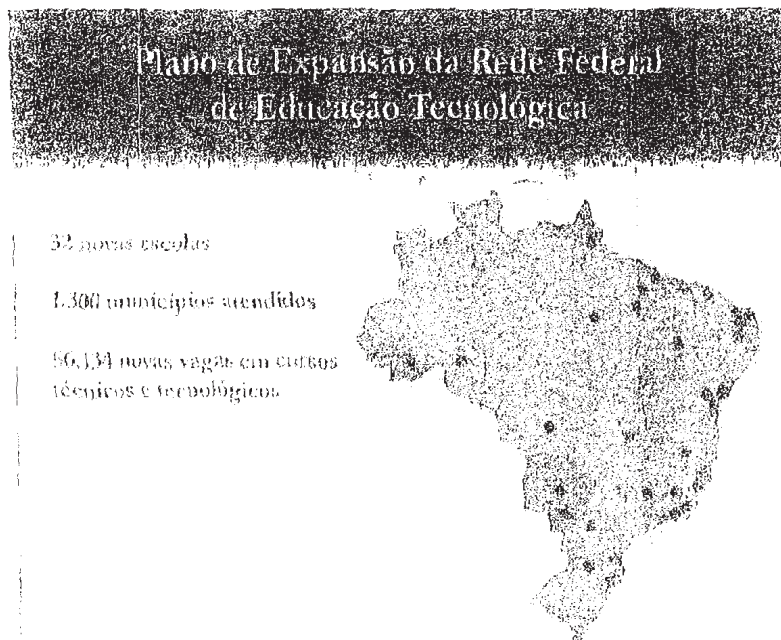
Escola Técnica Federal do Acre, em Rio Branco
Escola Técnica Federal do Amapá, em Macapá
Escola Técnica Federal do MS, em Campo Grande

Criação de Escolas Agrotécnicas Federais

Escola Agrotécnica Federal de Brasília - DF
Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina - MT
Escola Agrotécnica Federal de Marabá - PA
Escola Agrotécnica Federal de Porto Velho - RO

Implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas

CEFET/BA - UNED de Camaçari
CEFET/BA - UNED de Santo Amaro
CEFET/BA - UNED de Simões Filho
CEFET/CE - UNED de Maracanaú
CEFET/ES - UNED de Caracica
CEFET/ES - UNED de São Mateus
CEFET/MA - UNED de Alcântara
CEFET/MA - UNED de Bannicupu
CEFET/MA - UNED de Zé Doca
CEFET/Minas Gerais (MG) - UNED de Congonhas
CEFET/MG - UNED de Timóteo
CEFET/MG - UNED de Varginha
CEFET/PA - UNED de Bela Vista
CEFET/PA - UNED de Campina Grande
CEFET/PI - UNED de Parnaíba
CEFET/PI - UNED de Picos
CEFET/RJ - UNED de Londrina
CEFET/Rio de Janeiro (RJ) - UNED de Campos
CEFET/RJ - UNED de Mará da Graça
CEFET/RN - UNED de Camarã Novos
CEFET/RN - UNED de Ipaçuanga
CEFET/RN - UNED da Zona Norte de Natal
CEFET/SC - UNED de Chapecó
CEFET/SC - UNED de Joinville
CEFET/SC - UNED de Araraquã



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, por até quinze minutos.

O Senador Garibaldi Alves Filho cede a palavra ao Senador Ney Suassuna, que falará por até sete minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa preocupação é a de que autoridades sanitárias de todo o mundo estão extremamente preocupadas com a grave possibilidade de flagelo por uma pandemia de gripe de colossais proporções e de efeitos devastadores.

O vírus influenza A (H5N1) é responsável pela gripe do frango, ou seja, pela influenza aviária. E isso tem ocorrido em todo o sudeste asiático. Acontece que, hoje, com toda a globalização, num minuto esse vírus se expande por todo o mundo. E estamos muito preocupados porque a revista da Organização Mundial de Saúde reporta a morte de 49 pessoas entre as 79 infectadas no Camboja, na Tailândia e no Vietnã. Parece pouco, mas em termos de letalidade de vírus é uma das maiores já vista no mundo.

É assustador saber que, a cada dez pessoas, apenas quatro sobrevivem. E nossa preocupação maior é que esse vírus, o H5N1, combinado com o vírus da gripe comum multiplica exponencialmente a velocidade e o risco de contágio. E ficamos mais preocupados quando verificamos que o Brasil não tomou providências acerca desse assunto. É inquietante vermos que as autoridades sanitárias do mundo já tomaram providências – esta é a segunda vez que abordo este assunto da tribuna, há dois meses já o referi – e nenhuma medida foi tomada no Brasil. De novo, abrimos a revista **Veja**, ou uma das revistas semanais, e vemos a pandemia se espalhando pelo mundo afora. Se não tivermos estoque de vacinas – e apenas uma empresa no mundo fabrica essa vacina –, como o Canadá fez, como a Europa quase toda fez, vamos ter problemas sérios e ter aí talvez uma nova gripe espanhola, em que morreram milhões e milhões de pessoas.

No documento que orienta as ações de gerenciamento dessa possível crise, o laboratório faz um breve relato de pandemias e epidemias, lembrando a gripe espanhola de 1918, que percorreu o mundo em apenas quatro meses – não tínhamos os jatos, não corriam na velocidade que correm hoje –, infectou 30% da população mundial e causou 40 milhões de óbitos. Ele lembra também a de 1957, cujo vírus era menos agressivo mas provocou dois milhões de óbitos em menos de um ano.

No caso da gripe do frango ou influenza aviária, o laboratório lembra que a transmissão do animal para

o homem tem apresentado índice de 70% de mortalidade, enquanto os casos, ainda raros, de transmissão entre humanos têm 100% de mortalidade.

Caso essa epidemia se torne uma pandemia, o vírus H5N1 poderia correr o mundo em apenas quatro dias – quatro dias!

O laboratório cita também alguns casos de epidemias ocorridos no Brasil, destacando a dengue que, no auge, em 2002, registrou 794 mil casos com 150 óbitos; e a malária que, no ano passado, teve 451 mil casos notificados, não havendo registros confiáveis relativos a óbitos.

Estou extremamente preocupado e, mais uma vez, volto à tribuna, nestes sete minutos, para pedir ao Ministério que comece a agilizar as ações, providenciando vacinas. Que possamos nós ter uma proteção, uma precaução para uma pandemia que pode aportar aqui a qualquer momento.

Sei que V. Ex^a, Presidente Tião Viana, como médico, com certeza, também se preocupa. Estamos até tomando algumas medidas implementadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como ações de inspeção, vigilância e defesa sanitária, além dos programas da Embrapa de manejo integrado de pragas e melhoramento genético.

No âmbito do Ministério da Saúde, o Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde – Epissus – tem-se mostrado um instrumento eficiente para conter a propagação de doenças. Nos últimos anos, a Secretaria de Vigilância em Saúde tem formado profissionais especializados na prevenção e no controle de surtos e epidemias.

Ainda assim, Sr. Presidente, nunca é tarde demais advertir as autoridades, tanto quanto a comunidade médica e a população em geral, quando o assunto é saúde; e nunca é demais quando se está diante de um perigo real, que se pode propagar de forma avassaladora, flagelando com maior rigor as comunidades que não dispõem de adequada infra-estrutura sanitária e de suficientes recursos financeiros e tecnológicos.

Nesse aspecto, é importante que os laboratórios brasileiros e as filiais de laboratórios estrangeiros possam produzir medicamentos em maior escala em nosso País, para não ficarmos desprevenidos diante de uma eventual pandemia.

Encerrando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ressalto que uma eventual pandemia pode ser controlada e debelada aqui, no Brasil, mas que só teremos êxito se houver um esforço comum dos governantes, das autoridades sanitárias e dos empresários da área de saúde, pois o povo brasileiro, uma vez convocado, jamais se furtará a dar sua contribuição.

É a segunda vez que faço o alerta. Tomara que desta vez ouçam e tomem as providências cabíveis como os demais países do mundo estão fazendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço, nobre Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, por até quinze minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna porque estive, sexta-feira, na cidade de Mossoró, no meu Estado, participando de uma solenidade da Esam – Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Sabendo, Sr. Presidente, da expectativa que cerca aquela escola superior de agricultura da possibilidade de sua transformação numa verdadeira universidade, na grande universidade rural do semi-árido, sabendo daquela expectativa, não deixei de levar a minha palavra de confiança, naquela solenidade, em que ali parainfavam os engenheiros agrônomos formados por aquela escola. Palavra de confiança de que o Senado haverá de aprovar no tempo mais rápido possível essa transformação da escola em universidade.

Hoje, o projeto de transformação em universidade está para ser votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Já foi aprovado, Senador Augusto, esse projeto em quatro comissões da Câmara dos Deputados e só resta agora o pronunciamento do Plenário, quando então teremos a apreciação do Senado Federal. Não se trata inclusive de uma iniciativa isolada, mas cerca de 30 universidades federais estão sendo criadas ou transformadas agora por iniciativa do Governo Federal.

Teremos a Universidade do Recôncavo da Bahia, a Universidade do Triângulo Mineiro e essa Universidade, a Esam, uma universidade do semi-árido, no Município de Mossoró no Rio Grande do Norte.

É preciso que se conscientizem os que acompanham a luta do nosso País para expandir as suas fronteiras agrícolas de que isso precisa ser feito, como eu disse aos engenheiros e repito aqui, pelos agrônomos, com a participação deles, arrostando o imenso desafio de manter a expansão de nossas fronteiras agrícolas, sem privar a Humanidade das fontes de recursos naturais renováveis, para garantia da preservação da saúde física e mental de todos, da boa qualidade de vida no nosso Planeta; enfim, a conservação da própria vida sobre a Terra.

Digo ser esse imenso desafio porque as tensões em torno dessas questões geram apaixonados debates, e, mais do que isso, não conseguem ocultar a suspeição de que no debate se escondem interesses menos

nobres, inspirados na ganância, na cupidez, na volúpia da perpetuação da dominação política.

Creio que só a ciência – daí o meu empenho para que tenhamos a transformação dessa escola em universidade –, ponderada pelo desinteresse do verdadeiro cientista, será capaz de apontar o equilíbrio necessário entre tais tensões. Por isso, não penso cometer qualquer exagero ao dizer, aqui no Plenário deste Senado, da grande missão dos agrônomos, dos seus colegas de outras áreas da ciência e das técnicas rurais, em superar, de muito, o próprio conhecimento científico, razão por que os exorto a fazer de seus conhecimentos e de seus trabalhos um permanente propósito de dedicação ao Brasil.

Depende dessas novas gerações e depende muito de engenheiros agrônomos, como eu os vi perfilados diante de mim e de outras pessoas presentes àquela solenidade, encontrar o País a estrada real do verdadeiro desenvolvimento agropecuário brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço este registro, sobretudo porque caberá a todos nós a decisão de fazer com que esse projeto possa tramitar, como já disse, de forma acelerada, para ir ao encontro de Mossoró, que tem nessa escola uma das suas grandes conquistas, da sua educação e do aprimoramento dos conhecimentos dos seus filhos; que tem nessa escola um dos grandes motivos do seu orgulho. Falo da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, que se transformará na Universidade do Semi-Árido do Rio Grande do Norte e do Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PT, nos termos do art. 66, parágrafo único, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente e de interesse partidário, nos termos citados.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, o jornal **Folha de S. Paulo**, por intermédio do respeitável jornalista Fernando Rodrigues, publicou matéria relativa a possível irregularidade

numa relação pública de contrato de serviço do Governo do Estado do Acre com meios de comunicação; ou seja, um processo licitatório de compra de serviços de publicidade entre o Governo do Estado e uma suposta empresa chamada Asa Comunicações.

Em respeito absoluto e tranqüilo ao jornal **Folha de S. Paulo**, por tudo que representa para a informação no Brasil, para a formação de uma consciência ética e crítica da sociedade brasileira, o Governo do Estado externou uma nota de esclarecimento, cuja leitura, com muita satisfação, venho fazer da tribuna do Senado Federal, em respeito, como já disse, ao jornal **Folha de S. Paulo** e à sociedade brasileira, que tem acompanhado com muita consideração e expectativa o dia-a-dia histórico do Governo do Estado do Acre no seu segundo mandato dentro de uma gestão do Partido dos Trabalhadores.

Lá, temos orgulho de dizer que andamos na rua de cabeça erguida também, reconhecidos e respeitados por todas as pessoas. Todos acreditam na vida pública no meu Estado e acreditam no exercício da vida política. Então, isso nos traz muita responsabilidade e muito zelo pela imagem e pelo dia-a-dia como homem público. E o Governo do Estado, agindo dessa forma, cumpre, num gesto democrático e de respeito ao jornal **Folha de S. Paulo**, o dever de emitir uma nota de esclarecimento, que tenho muita satisfação em trazer à leitura do plenário do Senado Federal.

1. Nosso compromisso público de zelar pela ética e a boa gestão dos recursos do Estado – embora estranhe a abordagem política da matéria em que o jornal Folha de São Paulo questiona um contrato de serviços realizado pela Secretaria de Comunicação –, obriga o Governo do Acre a reafirmar a lisura e a necessidade pública dos serviços de publicidade praticados sob o Contrato 007/2001, aditado nos termos da Lei 8.666 e executado de acordo com Orçamento aprovado anualmente pela Assembleia Legislativa. Sua legalidade é reconhecida pela Procuradoria-Geral.

2. Comparando de forma simplista o valor inicial do contrato com a soma do valor de serviços realizados em 50 meses de trabalho, a Folha de São Paulo induz o leitor ao erro, destacando que o “Acre reajusta contrato em 585%”. Efetivamente, de 2001 a 2005, os aditamentos permitidos pela Lei 8.666 produziram um reajuste médio de 29% para cada período de 12 meses no referido contrato. Neste mesmo período, o Orçamento Geral do Estado cresceu de R\$890 milhões para R\$1 bilhão

e 611 milhões, mostrando que o crescimento do Contrato de 4 milhões em 2001 para um patamar atual de 7,1 milhões/ano é compatível com o crescimento das atividades do Estado, pois o aumento dos serviços e obras do Governo refletem na necessidade de comunicação com o público – lembrando que a Secretaria de Comunicação, através deste contrato, viabiliza a produção e veiculação da propaganda exigida por todas as secretarias e órgãos do Governo.

3. Comparado com outros Estados, o Governo do Acre é um dos que menos gasta com propaganda. Para se ter uma idéia, a Prefeitura de Rio Branco, capital do Estado do Acre [com 50% da população do Estado], gastou em 2004 mais de R\$7 milhões com publicidade, mesmo tendo um orçamento dez vezes menor que o do Estado.

4. É lamentável que a matéria extrapole os limites do questionamento legítimo a um contrato público de prestação de serviços, para forçar uma associação com uma crise política de âmbito nacional. A empresa ASA Comunicação habilitou-se a este contrato vencendo uma licitação pública. Suas atividades junto ao Estado limitam-se aos termos do contrato, e o Governo do Acre não tem nenhuma ingerência sobre seus dirigentes ou funcionários.

5. Há mais de seis anos o Governo do Acre mantém uma dura rotina de trabalho e esforços. Enfrentou a corrupção, resgatou a capacidade de ação do Estado, reativou a economia local e mantém seus esforços focados na melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo dos mais pobres. E para isto nunca recorreu a atalhos.

Rio Branco, 04 de julho de 2005.

Governo do Estado do Acre

Esse é um gesto de respeito e atenção, pela importância que tem para a democracia e para a transparência na vida pública brasileira o jornal **Folha de S. Paulo**.

O SR PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a é um grande democrata, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, por cinco minutos.

O SR MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, a cada dia que passa, mais nos convencemos da importância de fazermos a reforma política neste País. Não tenho mais dúvida alguma de que a reforma política é a mãe de todas as reformas.

É preciso que a Câmara Federal e o Senado da República, neste momento, por meio de seus líderes e de seus políticos mais experientes, comecem a trabalhar intensamente essa reforma política. A meu ver, se continuarmos com essa situação, com essa forma de fazer política no Brasil, vamos continuar convivendo com escândalos e mais escândalos.

Aconteceram escândalos no Governo Fernando Collor de Mello, no Governo Fernando Henrique e, agora, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E qualquer Presidente que assuma o Brasil com essa forma de se fazer política verá os escândalos se sucederem.

Temos, em primeiro lugar, de acabar com o instituto da reeleição. A reeleição é um câncer para este País. Aliás, sempre me opus à reeleição e não quis disputar a recondução ao Governo do meu Estado. Todo Governador, todo Prefeito, todo Presidente da República já inicia o seu mandato pensando na reeleição, procurando desacelerar a máquina para acelerá-la no último ano de governo, e não faz as obras necessárias para o País com a devida urgência para fazê-las no ano eleitoral. Além dos governos inescrupulosos, a reeleição, sem dúvida alguma, é um desastre para este País. Aqui não faço referência a nenhum Governador, a nenhum Prefeito e a nenhum Presidente da República, mas todos eles já pensam em fazer a caixinha de campanha para a sua reeleição.

Então, a primeira iniciativa neste País tem de ser acabar com o instituto da reeleição, ainda que se tenha de alongar o mandato dos executivos para cinco anos para fazer coincidir as eleições no futuro. De qualquer forma, o instituto da reeleição tem de ser banido da vida pública brasileira.

Financiamento privado de campanha, esse é outro câncer; talvez seja a fonte das fontes de corrupção neste País. Ninguém financia campanha sem esperar retorno, e o retorno, muitas vezes, é gigantesco. Com o financiamento privado de campanha, os idealistas, os pobres, os homens sérios, as mulheres sérias não podem concorrer a cargo algum. Hoje, para se eleger Vereador em qualquer capital, gasta-se uma fortuna; em qualquer cidade de tamanho médio, gasta-se uma fortuna. Temos, portanto, de abolir de uma vez por todas o financiamento privado de campanha. Temos de instituir o financiamento público de campanha. Vai ficar extremamente mais em conta para a vida pública brasileira – eu tenho convicção disso.

Precisamos acabar com a infidelidade partidária, com o troca-troca, que também é extremamente oneroso para os cofres públicos. Ninguém troca de partido se não for para levar vantagem, são raras as exceções. Existem aqueles que saem da situação para ir para a

planície da oposição, mas, em cem, acontece um, dois casos no máximo; a maioria, 99%, sai da oposição para a situação, almejando cargos, secretarias, a direção de empresas e, às vezes, até dinheiro.

Precisamos acabar com esse troca-troca de partido. O partido tem de ser detentor do mandato do parlamentar ou do integrante do Executivo, que, se quiser deixar o partido, também terá de deixar seu mandato. Não é possível mais conviver com essa situação no Brasil. Nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas, nas prefeituras municipais, na câmara federal e assim por diante, precisamos dar um basta nessa situação. A política brasileira tem de resgatar a sua dignidade. É preciso estabelecer parâmetros para esse troca-troca de partidos.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos nos debruçar sobre o estudo da reforma política no Brasil, e isso tem de ser feito de forma rápida e urgente, para que possamos restabelecer a tranquilidade na vida pública brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Alvaro Dias, Reginaldo Duarte, Teotônio Vilela Filho, Flexa Ribeiro e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar as matérias, publicadas pela Revista Época do último dia 13 de junho, intituladas “O PT assombra o Planalto” e “A reeleição de Lula corre riscos”.

As matérias mostram que as denúncias explosivas apresentadas pelo Deputado Roberto Jefferson detonaram a mais grave crise política dos últimos anos; segundo as matérias, o PT senta agora no banco dos réus para ser acusado de carregar a “mala preta”, imagem-síntese da roubalheira nacional, para corromper e subornar políticos.

As matérias mostram, ainda, em uma de suas chamadas, que “Lula prevê meses de crise política, vê riscos para obter segundo mandato e se distancia do PT”.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto e para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro que as matérias acima citadas passem a integrar este pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

As denúncias explosivas do deputado Roberto Jefferson, o homem-bomba do PTB, detonaram a mais grave crise política dos últimos anos e jogaram uma espessa nuvem de fumaça sobre o futuro próximo. Ao contar, numa gravíssima entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava mesada de 30 000 reais aos deputados do PP e do PL, Roberto Jefferson fez uma vítima poderosa: o PT, essa legenda que, acalentada no berço por sindicalistas, estudantes e intelectuais e alçada ao comando do país aos 22 anos de vida, senta agora no banco dos réus para ser acusada de carregar a mala preta, imagem-síntese da roubalheira nacional, para corromper e subornar políticos.

Logo o PT, que, em todas as pesquisas de opinião, sempre apareceu em primeiro lugar como o partido mais "idôneo" e mais "confiável" do país. As denúncias de Roberto Jefferson

ainda precisam de apuração, mas já acertaram o coração do PT, comprometendo seu discurso histórico em defesa da ética, e — o que é ainda mais grave — podem fazer sangrar o Palácio do Planalto. A pergunta inevitável é se Lula sabia das traficâncias do tesoureiro do PT. Antes mesmo que se tenha uma resposta sem rodeios a essa pergunta, o simples fato de a dúvida existir já atinge o presidente. Lula começou seu governo sendo comparado ao americano Franklin Roosevelt, presidente que venceu a II Guerra Mundial e tirou seu país da depressão econômica. Terá sorte se sair dele com a avaliação de que, pelo menos, foi diferente de Fernando Collor.

Na entrevista, entre insinuações, provocações e recados explícitos ou velados, Roberto Jefferson disse que:

■ O dinheiro das mesadas era entregue pelo tesoureiro Delúbio Soares a líderes ou presidentes dos partidos. Os deputados Valdemar Costa Neto e Bispo

Muitos escândalos, pouca explicação

Escândalo dos Correios

Na edição que chegou às bancas em 14 de maio, VEJA denuncia a existência de um esquema de corrupção nos Correios. O então chefe do departamento de contratação e administração de material, Maurício Marinho, é flagrado, em vídeo, recebendo suborno de empresários e dizendo que a cobrança da propina era comandada pelo próprio presidente do PTB, Roberto Jefferson

O que falta explicar

Sendo os Correios um órgão da administração federal, a pergunta é: Roberto Jefferson teria agido por conta própria ou com a anuência de membros do governo?

Propina no IRB

Na edição que chegou às bancas em 21 de maio, VEJA revela que **Lídio Duarte** se demitiu do cargo de presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) por não suportar mais cobranças do PTB para que recolhesse mensalmente 400 000 reais para o partido. Em junho, em depoimento à Polícia Federal, Duarte negou as pressões. Dois dias depois, VEJA publica gravações que mostram que o ex-presidente do IRB mentiu à PF

O que falta explicar

Por que Lídio Duarte mudou sua versão? Após sua saída do IRB, seu sucessor, Luiz Appolonio Neto, cedeu às pressões do PTB? O superior de ambos, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sabia da cobrança de propina?

Indicação polêmica

Na edição que chegou às bancas em 28 de maio, o senador **Fernando Bezerra**, líder do governo, diz em depoimento a VEJA que não conseguiu indicar um afiliado político para a diretoria de tecnologia dos Correios. Isso porque, segundo foi informado, a nomeação atrapalharia uma licitação fraudulenta em área de interesse do PT

O que falta explicar

Por que uma licitação deveria ser de interesse de um partido e por que a nomeação de alguém de fora dos quadros do PT atrapalharia esse processo?

Cupins da corrupção

Na edição que chegou às bancas em 4 de junho, VEJA publica reportagem que aponta três petistas entre os presos numa operação da PF contra a corrupção no Ibama de Mato Grosso. Um dos detidos é **Hugo Werle**, gerente executivo do instituto, membro do conselho fiscal do PT no estado e arrecadador informal da campanha do partido à prefeitura de Cuiabá no ano passado

O que falta explicar

Como um ocupante de alto cargo no governo federal pôde, ao mesmo tempo, atuar como arrecadador de recursos para uma campanha eleitoral do PT?

O Homem-Bomba

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, publicada no dia 6 de junho, **Roberto Jefferson** diz que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, era responsável por um esquema de pagamento de 30 000 reais a parlamentares da base aliada em troca de apoio nas votações de interesse do governo. A prática, conhecida por mensalão, foi denunciada por Jefferson a pelo menos três ministros e ao próprio presidente Lula

O que falta explicar

Se a acusação é verdadeira, de onde vinha o dinheiro das propinas? E quem autorizava Delúbio a distribuí-las?

do fato de que o PT se recusou a aumentá-la para algo entre 50 000 e 60 000 reais mensais.

A reação à denúncia é um notável choque de versões. Houve desde ministro que fez silêncio sobre o assunto (José Dirceu) até ministro que confirmou tudo mas nada fez por falta de provas (Ciro Gomes). Houve ministro que confirmou só uma parte (Mares Guia) e ministro que negou tudo (Antonio Palocci). Houve, ainda, quem tenha confirmado até mais do que lhe foi perguntado. Miro Teixeira disse que recebeu a denúncia, mas acrescentou que Jefferson lhe narrou inclusive “uma cena de corrupção num ambiente minis-

terial”. O presidente Lula, por sua vez, admitiu ter ouvido falar da mesada, porém ressaltou que não recebera uma denúncia, mas só um “comentário genérico”, sendo que Jefferson não apontou “fatos” nem “pessoas”. Lula mandou dizer que, ao tomar conhecimento disso, pediu a dois auxiliares que examinassem o assunto. Os dois souberam que a Câmara faria uma investigação quando o caso foi denunciado por Miro Teixeira ao *Jornal do Brasil*, em setembro de 2004. Mas, como Miro disse que não disse o que dissera ao *JB*, o caso foi arquivado na Câmara. E o governo se deu por satisfeito.

E A REELEIÇÃO?
O presidente Lula: ele diz que perdeu o ânimo de tentar a reeleição e, agora, só quer preservar a sua biografia

Rodrigues, ambos do PL, e Pedro Henry, do PP, recebiam e distribuíam nas suas bancadas.

■ A mesada de 30 000 reais também foi oferecida ao PTB, mas ele, Roberto Jeffe-

son, não aceitou a proposta.

■ Em um ano de peregrinação para denunciar o caso, Jefferson relatou o episódio — pela ordem — aos ministros Walfrido Mares Guia (Turismo), José Dirceu (Casa Civil), Ciro Gomes (Integração Nacional), Miro Teixeira (então ministro das Comunicações) e Antonio Palocci (Fazenda).

■ Em janeiro deste ano, contou ao presidente Lula em reunião com quatro testemunhas. Lula chorou. O pagamento da mesada foi interrompido. “Ele meteu o pé no breque”, disse Jefferson.

■ Contraditoriamente, a crise na base do governo no Congresso Nacional não resulta da suspensão da mesada, mas

O que vai acontecer agora

Pelo menos uma CPI será aberta no Congresso, restando definir se investigará somente o escândalo dos Correios ou também o mensalão

De todas as negativas e explicações, a mais impressionante veio do tesoureiro Delúbio Soares. Na quarta-feira, depois de dois dias escondido da imprensa, o tesoureiro, diligentemente escoltado pelo presidente do PT, José Genoino, apareceu diante de uma cen-

tena de jornalistas para explicar-se. Com lábios ressecados de nervosismo, vacilante e inseguro, Delúbio disse que estava sendo “caluniado e massacrado”, mas não acusou Roberto Jefferson de ser um mentiroso. Não prometeu levá-lo às barras dos tribunais, não exigiu retratação e, na passagem mais lamentável, recusou-se a fazer uma aca-reação com seu detrator. Pior: disse que Jefferson, cujo nome não citou, fazia “chantagem”. É uma declaração enigmática, já que chantagem pressupõe que o chantagado tenha culpa no cartório, pois do contrário não é chantagem, é blefe inócuo (veja quadro na pág. 56). Mas, antes que respostas esclarecedoras surgissem, Genoino levantou-se e encerrou a entrevista com linguajar de galpão: “Agora chega, vamos embora”. O tesoureiro deixou a sede do PT sendo, como sempre, escoltado por batedores de motocicleta. Um luxo de autoridade.

O presidente Lula queria uma resposta mais firme e irritou-se com a decisão do PT de manter Delúbio Soares no cargo de tesoureiro. Na noite anterior à entrevista do tesoureiro, o presidente teve uma conversa áspera com José Genoino. Foi por telefone. Durou uns dez minutos. Segundo relato obtido por VEJA de dois ministros que tes-

temunharam o diálogo, Lula acusou o PT de estar “acabando com o governo” e exigiu que o partido afastasse o tesoureiro do cargo enquanto as investigações fossem realizadas. No dia seguinte, ao saber que não fora atendido, fez um desabafo a dois ministros. “O PT não entendeu o tamanho da crise”, disse. Falou mal do ministro José Dirceu, responsabilizando-o pela construção de uma base política tão irremediavelmente fisiológica. Criticou outros ministros petistas, como Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, e Humberto Costa, da Saúde, reclamando que nunca lhe apresentam soluções, apenas problemas. Poupança apenas o ministro Antonio Palocci, da Fa-

“Ponho à disposição meu sigilo fiscal e bancário”

DELÚBIO SOARES

Evidentemente, Soares não teria tirado dinheiro da própria conta bancária para pagar propinas a deputados. A referência à quebra de seu sigilo telefônico — este, sim, fundamental nas investigações — não foi mencionada pelo tesoureiro

“Em trinta anos de militância, não acumulei bens nem vantagens. Tudo o que tenho foi com muito esforço”

DELÚBIO SOARES

Soares não fez menção à acusação de que teria comprado, em dinheiro vivo, uma fazenda em Goiás, registrada em nome de parentes e com preço abaixo do valor de mercado

“Não tenho nenhum problema em encontrar com o presidente do PL (Valdemar Costa Neto), seja na minha casa, seja no escritório do PT”

ADILSON GALVÃO

O tesoureiro também não disse os motivos que justificariam o fato de um petista sem cargo no governo federal encontrar-se com o principal dirigente de um partido da base aliada

zenda, que está se tornando cada vez mais o interlocutor mais assíduo e mais confiável de Lula.

O que o PT não entendeu é que será impossível e inútil tentar espantar a crise atual com palavreado vazio, como se a platéia fosse formada por uma massa de imbecis. Na segunda-feira de manhã, tão logo a entrevista-bomba de Jefferson chegou às bancas, o PT levou quase quatro horas reunido para, ao fim, lançar uma nota pífia. Sem a indignação dos injustiçados, a nota limita-se a dizer que as denúncias não têm “o mínimo fundamento na realidade” — e, oito horas depois, para desmoralização do teatro petista, o próprio presidente Lula confirmaria que ouvira,

sim, o “comentário genérico” de Jefferson. Na nota, o PT ainda cai na estupidez de afirmar que a relação do partido com as legendas aliadas “se assenta em pressupostos políticos e programáticos” — e, um dia depois, com o partido novamente desmoralizado pela mais óbvia das evidências, um ministro viria a público dizer que o PT estava pagando o preço por andar com “más companhias”, o que nada tem a ver com os tais “pressupostos políticos e programáticos”.

Pagando um preço, literalmente: são 30 000 reais por mês para um plan-

tel estimado de uns noventa deputados, o que daria cerca de 2,7 milhões de reais mensais. A mesada, que na gramática de Jefferson é mensalão, uma irônica referência ao apelido dado ao pagamento antecipado de imposto por contribuintes com mais de uma fonte de renda, é um segredo de po-

lichinelo no Congresso. Na semana passada, VEJA conversou com três ministros, cinco deputados e um senador: todos confirmaram, com a condição de não ter a identidade revelada, a existência do mensalão. As nove fontes ouvidas pela revista pertencem a cinco

partidos diferentes — são eles: PT, PMDB, PSB, PP e PFL —, mas todas informam que o pagamento era feito pelo PT.

Esses políticos contam que Delúbio desembarcava em Brasília com o dinheiro e se dirigia à residência dos líderes e presidentes de partidos para fazer a distribuição. Novidade? Desgraçadamente, talvez não. Já começam a se solidificar com indícios os rumores insistentes de que a mesma prática foi adotada na gestão da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (*veja reportagem na pág. 69*).

É possível que a compra de deputados, se vier a se confirmar, seja uma expressão pecuniária do desprezo que o PT nutre pelo Parlamento. “O PT acredita que é um poder burguês.

Por isso, acha que lá só tem corrupto e que o jeito mais fácil de controlá-lo é com dinheiro”, afirma um dos petistas mais bem votados para deputado federal. É fato que o PT, sob o comando do ministro José Dirceu, fez a mais acin-tosa e violenta intervenção nos partidos representados no Congresso Nacional. O PL, por exemplo, saiu das urnas com 26 deputados e hoje tem mais que o dobro disso — precisamente 53. O PP elegeu 49 deputados e hoje tem 54, com um crescimento bastante modesto. Já o PTB, o partido que não aceitou receber o mensalão, segundo Jefferson, cresceu de 26 para 47 deputados. Sabe-se lá à base de que argumentos ideológicos. A idéia, ao promover esse inchaço, nasceu de uma arrogância tipicamente petista: aumentava-se a base de apoio ao governo mas mantinha-se a pureza ética e ideológica do PT, sem contaminá-lo com a filiação de políticos fisiológicos e aventureiros.

O mensalão é um enorme desastre para o PT. O partido que encarnou as aspirações nacionais de ética na política e construiu uma liderança moral agora enfrenta o desafio de reinventar-se, sob pena de virar cinzas. O PT perdeu uma perna quando arriou sua bandeira de combate à “política econômica neoliberal”, dado o fato de que o governo Lula aderiu — responsavelmente, diga-se — às práticas civilizadas do equilíbrio fiscal e manteve com ênfase redobrada a rota econômica do governo anterior. Restava seu discurso histórico em defesa da ética na política e da moralidade pública. Essa segunda perna começa agora a fraquejar. Terá o PT se degenerado numa máquina glutona que corrompe até seus militantes mais antigos? Um caso envolve um ex-professor de matemática, Delúbio Soares, que saiu de uma família humilde no interior de Goiás para virar um dirigente partidário — perfil clássico de petista. Em outro caso, o acusado de cobrar propina é um ex-professor de geografia, Hugo Werle, sujeito de classe média que vira funcionário público ao assumir o Ibama em Mato

Grosso — outra biografia-padrão de petista (*veja reportagem na pág. 70*). São eles os novos corruptos?

O PT já atravessou várias crises. A última, que colocou em campos opostos o Palácio do Planalto e uma parte do partido, aconteceu durante o debate em torno da aprovação da reforma da Previdência Social. Agora, porém, a natureza ética da crise torna as coisas

ainda mais confusas e imprevisíveis. Na bancada do PT, na semana passada, havia praticamente unanimidade sobre os casos de corrupção nos Correios e no IRB e também sobre o pagamento de mesadas — mas todos ressaltavam a figura do presidente Lula. Em São Paulo, o secretário-geral do PT, Silvio Pereira, o outro membro da cúpula petista que, segundo as palavras do mi-

nistro José Dirceu, não conseguiria escapar de uma CPI minimamente bem-feita, queria pedir licença do partido para defender-se. Foi demovido, mas fez um desafo: “Depois do que vi nesta semana, não confio em mais ninguém. Só na minha família e em meus amigos”. Não se conhecem os motivos exatos da irritação de Silvio Pereira, mas o fato é que a ameaça de Jefferson — de que, se caísse, levaria junto José Dirceu, Delúbio Soares e o próprio Silvio Pereira — começou a materializar-se na semana passada com as denúncias contra o tesoureiro.

A crise, no entanto, não está apenas no PT. O Palácio do Planalto ainda pode vir a ser atingido em cheio por ela. Em primeiro lugar, porque Delúbio Soares sempre foi um desenvolvido frequentador do Palácio do Planalto. Não era uma sombra oculta nos desvãos do poder, como seu antecessor PC Farias no governo de Fernando Collor. Além disso, na

semana passada o governo tentou tomar distância do mensalão, mas escolheu um caminho risível. Ao comentar o assunto, o ministro Aldo Rebelo tentou dizer que isso não afetava o governo, pois era uma denúncia de pagamento do PT e outros dois partidos (PL e PP). Ora, a quem interessa que os deputados do PL e do PP votem a favor dos projetos do governo? Por acaso o

PT virara só uma espécie de “especulador de partidos”, comprando legendas na baixa para vendê-las na alta? E tudo isso sem nenhum outro interesse além do de faturar uma grani-nha? A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, tem uma explicação explosiva para as atividades de Delúbio e Waldomiro Diniz, aquele ex-assessor de José Dirceu que foi pilhado pedindo propina. “Se Delúbio, Waldomiro e outros, entre aspas, quadros partidários agiam, é porque havia autorização e leniência do presidente Lula”, afirma a senadora. “Pelo que eu conheço do PT, não existe atuação individual.”

O presidente Lula parece ter sucumbido à perplexidade desde que VEJA trouxe a primeira reportagem mostrando a corrupção nos Correios e, depois, no IRB. Mas, na semana passada, finalmente adotou uma linha correta e mais vigorosa. Demitiu as diretorias das duas estatais sob suspeita, mandou os governistas apoiarem a criação da CPI dos Cor-

reios e defendeu a reforma política, que se esconde na origem da bagunça partidária e da feira fisiológica que se realiza no Congresso. Fez, ainda, seu melhor discurso desde que a crise começou. Ao discursar na abertura de um fórum sobre corrupção promovido

pela ONU em Brasília, Lula disse que, se for necessário, vai “cortar na própria carne” e, demonstrando clareza, diagnosticou: “O que está em jogo é a respeitabilidade das nossas instituições, das quais sou o principal guardião”. Com isso, a CPI dos Correios saiu do papel. Mas outra está a caminho — a CPI do Mensalão. O pedido de abertura foi apresentado por PPS, PV e PDT, depois que correu a suspeita de que petistas e tucanos fizeram acordo para que a CPI dos Correios acabasse em pizza. “Não vamos permitir que qualquer acordo impeça a faxina ética que o país exige”, diz o senador Demostenes Torres, do PFL de Goiás.

Mesmo tendo adotado um rumo correto para fazer frente à crise, o presidente Lula esteve desanimado na semana passada. Chegou a comentar, em

conversas reservadas com interlocutores mais íntimos, que perdera o ânimo para disputar a reeleição e que seu objetivo, agora, teria passado a ser encerrar bem seu mandato e evitar um processo de impeachment. Sim, falou-se na palavra impeachment, uma possibilidade que passou a ser discutida não apenas nas rodas de oposição, mas também no principal gabinete do Palácio do Planalto. Tudo o que Lula dizia querer, na semana passada, era lutar para preservar sua biografia, marcada por uma honestidade de propósitos e pela defesa da ética. Para um ministro, Lula comentou: “Não vou segurar ninguém acusado de corrupção. Esse governo não é conivente com corruptos e não vou manchar minha biografia”. Que assim seja. ■

A CONTRAMARCA DO PT

Com o agravamento da crise, o partido do presidente Lula decidiu apolar e tentar controlar a CPI dos Correios

14 de maio

O funcionário dos Correios Maurício Marinho é acusado de cobrar propina de empresários

16 de maio

Os partidos de oposição começam a coletar assinaturas para criar a CPI dos Correios. O PT e o governo são contra e dizem que a PF e o Ministério Público já estão investigando

17 de maio

A esquerda do PT apóia a CPI. Lula se reúne com os líderes da base aliada, mas não consegue barrar a CPI

18 de maio

Lula defende Jefferson e diz “que ninguém pode ser culpado antes de ser julgado”. PFL e PSDB protocolam o requerimento de criação da CPI

21 de maio

O PT “orienta” seus deputados e senadores a não assinar o pedido de CPI. Os que já assinaram podem manter as assinaturas. FHC compara o governo a um “peru bêbado”

22 de maio

Lula pede rigor na investigação dos Correios, o que é entendido como uma tentativa de impedir a CPI. O ministro Márcio Thomaz Bastos anuncia investigações no IRB

23 de maio

O governo pressiona mais de 80 deputados aliados a retirar suas assinaturas do requerimento da CPI. O ministro Aldo Rebelo acusa os dissidentes de servir como linha auxiliar “da desestabilização do país”

THOMAS TRAUMANN E RAQUEL ULHÔA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está angustiado. A semana que começou com a denúncia de que deputados governistas recebiam mesada e terminou com o governo estremecido com o PT deixou o presidente desanimado. Mais de uma vez ele mencionou a auxiliares a possibilidade de não ser mais candidato à reeleição. Não foi a primeira vez, mas até pouco tempo atrás a ameaça era tomada como um desabafo natural do desgaste da função. Nos últimos dias, porém, o tom de Lula se tornou mais grave. O presidente acha que a crise durará meses e teme sinceramente que a população passe a comparar seu governo com a roubalheira dos anos Collor – e

que ele entre para a História como o sindicalista que fracassou ao chegar ao poder. “É a minha história que está em jogo”, disse um Lula irritado a um auxiliar. O presidente está convencido de que o combustível das denúncias é a eleição presidencial de 2006 e que a desistência da reeleição seria, em último caso, a carta na manga para evitar o degingolamento da economia e a perda do controle da administração.

Os ministros que ouviram Lula são unânimes em dizer que, até segunda ordem, o presidente continua candidato. “Vai depender das condições, de como forem os acordos com os partidos aliados, do que der para ser feito no segundo mandato”, disse Lula a um ministro. “Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que in-

sistiu, insistiu, e não fez nada no segundo governo.”

A agonia de Lula se dá simultaneamente à imitação daquele que foi um dia seu braço direito – o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. De volta a Brasília após uma viagem à Europa, Dirceu passou a quinta e a sexta-feira em reuniões com ministros e amigos. Exasperado com a tática do Planalto de se distanciar do PT, Dirceu fala em deixar o governo. “O PT é maior que o governo”, disse Dirceu a um amigo. “O partido não pode ser sacrificado pelo projeto da reeleição.” Dirceu continua magoado com o que considera falta de confiança do presidente. O estremecimento entre Lula e Dirceu já dura meses. Tornou-se público com a desistência do presidente de realizar uma reforma ministerial em ►

24 de maio

Para evitar a CPI, o governo promete verbas de emendas parlamentares e ameaça com uma devassa nas privatizações do governo FHC. O senador Eduardo Suplicy (PT) assina o requerimento da CPI

25 de maio

A CPI é instalada

30 de maio

O governo briga pela relatoria e pela presidência da CPI. A oposição ameaça obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias caso o PT tente minar a CPI

31 de maio

O governo tenta “matar” a CPI na CCJ da Câmara, arguindo sua inconstitucionalidade. “Não vai haver CPI”, diz João Paulo Cunha (PT-SP), ex-presidente da Câmara

1º de junho

O relator do parecer anti-CPI na CCJ, Inaldo Leitão (PL-PB), se declara isento, apesar de ter assinado o requerimento da CPI e depois recuado diante da pressão do governo

2 de junho

O PT ameaça negar legenda aos rebeldes em 2006

8 de junho

Jefferson acusa o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de pagar mesada a parlamentares do PP e do PL para votarem a favor do governo. Genoíno nega as denúncias e ameaça ir à Justiça contra o deputado. O ministro Aldo Rebelo confirmou que Jefferson já alertara Lula sobre a mesada. A CPI torna-se inevitável. O PT mantém-se contrário

7 de junho

O governo recua e defende a CPI. A cúpula do PT discorda. Caem as diretorias dos Correios e do IRB

8 de junho

Contrariando Lula, a direção do PT mantém Delúbio Soares no partido. Delúbio nega as acusações de Jefferson

9 de junho

Ocorre a primeira sessão da CPI dos Correios

março, mas tem motivo real na discordância dos dois em relação à política econômica. Por coincidência, Dirceu voltou para o Brasil mais crítico quanto à gestão do ministro Antônio Palocci.

Ao ler a entrevista do deputado Roberto Jefferson, à *Folha de S. Paulo*, acusando o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de distribuir mesadas a deputados do PP e do PL, Dirceu concluiu ser ele próprio o alvo real dos ataques. Aos amigos, afirmou não temer nenhuma acusação futura e que está pronto para reassumir sua vaga de deputado federal e

contra-atacar. Está sendo contido sob o argumento de que este é um momento ruim para deixar o governo e que seria melhor aguardar uma possível reforma ministerial. Um pretexto para sua saída seria a instalação da CPI que investiga o ex-assessor Waldomiro Diniz, que depende de votação no Supremo Tribunal Federal. Se a CPI sair, Dirceu poderá deixar o ministério sem abrir um novo flanco de crise no governo.

Por sua vez, o presidente reagiu com frieza às denúncias. Falou com o tesoureiro Delúbio Soares e José Genoíno. Lula saiu das conversas crente na inocência dos amigos de décadas. Lembrou do episódio em que foi acusado de comprar um apartamento irregularmente para dizer que não faria prejuízo. Mas, segundo avisou, não

protegerá ninguém. “Cortaria na própria carne”, discursou na terça-feira.

Segundo versão que corre no Planalto, o PT realmente teria repassado dinheiro para partidos aliados. Nas eleições de 2002, o PT teria se comprometido a ajudar o caixa do PL. Não cumpriu e, segundo essa versão, teria ajudado a quitar dívidas de campanha no ano seguinte. Em 2004, novamente o PT teria prometido ajuda às campanhas do PL e do PTB. Mais uma vez, algumas contas teriam ficado para o ano seguinte.

Ao ler a entrevista de Jefferson, Lula chamou os ministros da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e do Turismo, Walfrido Mares Guia (do mesmo partido de Jefferson), e reconstituiu o encontro que teve com o deputado. Pela enésima vez, o presidente se exasperou pela mania

- Funcionários indicados por **Roberto Jefferson** foram denunciados por cobrar propina para favorecer empresas em licitações no órgão. **Maurício Marinho**, então chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material da estatal, cita em gravação que o deputado **Roberto Jefferson** seria o comandante do esquema. No dia 7, o presidente e parte da diretoria dos Correios pediram demissão

- O deputado é acusado de pedir mesada, por intermédio do corretor **Henrique Brandão**, ao Instituto de Resseguros do Brasil. No dia 7, a diretoria do IRB pede demissão. O genro de **Jefferson**, **Marcus Vinícius Teixeira**, já foi funcionário de **Brandão**

- Em denúncia publicada por *ÉPOCA* na semana passada, o sorveteiro **Durval da Silva Monteiro** aparece como **laranja** de **Jefferson** em duas rádios no interior do Estado do Rio de Janeiro

“Não há acusação contra o governo. Um partido (PT) é acusado de pagar parlamentares”

ALDO REBELO,
ministro da Coordenação Política

governista de não negar as versões sobre reuniões no Palácio do Planalto que vazam para a imprensa. Lula não chorou ao ser chamado num canto e ouvir de Jefferson que havia um “boato de mesada no Congresso”. Ficou intrigado, mas depois de conversar com Aldo e o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia, considerou que se tratava de um rumor. Também não disse que daria “um cheque em branco para Jefferson”, como amigos do deputado disseram aos jornalistas, mas realmente chamou o presidente do PTB de “parceiro”. Depois da entrevista, Lula mudou de opinião.

Um ingrediente novo neste episódio é a solidão do presidente. Historicamente, Lula mantinha o hábito de sindicalista de só dar sua palavra depois de ouvir o que a assembléia tinha a dizer. Era normal Lula dar uma opinião que refletia a média do que os interlocutores pensavam. Hoje isso mudou. Ao receber ministros, Lula fala muito e ouve menos. Quando assumiu o governo, tomava as principais decisões depois de falar com Dirceu, Palocci, Luiz Gushiken (Comunicação) e Luiz Dulci (Secretaria-Geral). Hoje só ouve a Palocci.

Lula mudou também em relação ao PT. O presidente tem reclamado das críticas do partido, antes restritas às alas de esquerda e que hoje ganham força com os ataques à política econômica. Embora reclame muito das seguidas ►

MENSALÃO

■ O deputado teria ouvido falar do mensalão em quatro ocasiões: em 2003, **José Carlos Martinez** (morto em um acidente em outubro do mesmo ano), então presidente do PTB, teria pedido a opinião de Jefferson sobre a oferta de receber dinheiro de **Delúbio Soares**; no fim de 2003 o líder do partido na Câmara, **José Múcio (PE)**, segundo Jefferson, foi procurado por **Delúbio**; **José Múcio** teria sido pressionado por parlamentares do PL e do PP a aceitar o pagamento; o deputado **Pedro Henry (PP-MT)** teria oferecido o mensalão a deputados do PTB

QUEM SABIA

■ O deputado do PTB diz que conheceu o esquema entre o fim de 2003 e o início de 2004, que havia o mensalão para diversas autoridades do governo. Jefferson teria delatado a prática ao ex-ministro das Comunicações **Miro Teixeira**; ao ministro da Fazenda, **Antônio Palocci**; ao ministro do Turismo, **Walfredo Mares Gula**; ao então líder do governo na Câmara, **Aldo Rebelo**; ao ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, e até para o ministro da Casa Civil, **José Dirceu**

ESQUEMA

■ Em entrevista à *Folha de São Paulo* no dia 6, o presidente do PTB, deputado **Roberto Jefferson (RJ)**, denuncia a prática de pagamento de **R\$ 30 mil** mensais a parlamentares do PP e do PL para votarem com o governo. O esquema seria encabeçado pelo tesoureiro do PT, **Delúbio Soares**

altas de juros e esteja pressionando Palocci muito mais que nos últimos meses, Lula continua confiando em seu ministro da Fazenda. Foi a pedido de Lula que Aldo Rebelo reagiu à entrevista de Jefferson dizendo que "a denúncia refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu nenhuma acusação".

O alvo era obviamente o PT, que havia aproveitado o escândalo para reclamar dos partidos aliados. "É hora de requalificar a base", disse Genoíno no início da crise. "O governo está pagando o preço das más companhias", acusou o ministro petista Olívio Dutra. Genoíno fez coro: "Más companhias são assuntos do governo, e não do PT".

No Congresso, aliados e oposição enxergaram que, uma vez instalada,

uma CPI torna-se incontrolável. O risco de um processo de impeachment de Lula só é descartado por ora porque não interessa a ninguém. A cautela foi expressa pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em conversa com aliados: "O erro do PT foi não ter deixado Collor sangrar. Eles teriam vencido as eleições. Não vamos cometer o mesmo erro. Vamos deixar Lula sangrando e vencer as eleições", disse FHC a aliados.

Na semana passada, interlocutores do deputado Roberto Jefferson instalaram um clima de pânico e preocupação, dizendo que ele faria novas revelações e tinha provas. De seu apartamento, onde está recluso, Jefferson mandou dizer que não tem fitas com gravações comprometedoras, porque não é araponga. Ainda assim, há muita expectativa em

**"Lula tem uma
história que merece
nosso respeito.
O presidente Lula não
é o presidente Fernando
Collor de Mello"**

AÉCIO NEVES,
governador de Minas Gerais

relação ao depoimento que ele dará nesta semana na Câmara. O da terça-feira, no Conselho de Ética, será aberto. Os depoimentos do presidente do PTB dividirão os holofotes da semana com o início do funcionamento da CPI dos Correios. Na terça, serão definidos o presidente e o relator dos trabalhos, porque não houve acordo entre governo e oposição na reunião da quinta-feira passada. A oposição reagiu à estratégia do governo para ocupar a presidência e a relatoria. A tendência é o governo usar sua maioria na CPI para garantir os cargos e controlar as investigações.

No Congresso, há iniciativas para a criação de outras três CPIs, além da dos Correios. Os líderes governistas na Câmara conseguiram as assinaturas e já protocolaram requerimento para que uma comissão de deputados apure denúncias de compra de votos, incluindo casos da época da votação da emenda da reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. No Senado, a oposição colheu assinaturas para uma CPI sobre o chamado mensalão do governo Lula. O mensalão também é objeto de outro requerimento para criação de CPI mista, proposta por PPS, PDT e PV.

Nas últimas semanas, Lula voltou a ser pressionado a realizar uma reforma ministerial que incluía o corte de cabeças petistas, a demissão do ministro Romero Jucá (Previdência) e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles – ambos investigados pela Procuradoria-Geral da República. Como em todas as pressões anteriores que recebeu para mudar o governo, Lula tem resistido. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer um breve comentário sobre as denúncias de corrupção nos Correios e os supostos pagamentos de propina a deputados do PL e do PP, conhecida como “mensalão”, e suas implicações para a governabilidade do País.

O atual Governo petista, ao saber das denúncias de corrupção nos Correios, tentou “barrar” a investigação com a estratégia de evitar a criação da CPI. No entanto, a denúncia do Presidente do PTB, Roberto Jefferson, de que parlamentares teriam recebido “mesada” do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para votarem a favor do Governo, obrigou o Palácio do Planalto a fazer um recuo estratégico.

As tentativas de evitar a apuração das denúncias só agravam ainda mais a crise política que o país

atravessa. Outro fato agravante é a declaração de Ministros de Estado confirmando que, tanto eles quanto o Presidente Lula, tinham conhecimento dos fatos já há algum tempo.

Portanto, Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPERAÇÃO DE GUERRA

Lula acorda para a gravidade da crise e manda abrir o cofre — e que cofre! — para sepultar a CPI

Otávio Cabral

Quando apareceu o vídeo da corrupção nos Correios, o presidente Lula ficou indignado. Achou chocantes as imagens do servidor público embolsando a propina de 3 000 reais, mas julgou que a denúncia afetaria apenas a periferia de seu governo. Até onde sabia do caso, Lula não via inconveniente algum na instalação de uma CPI. Na semana passada, o presidente mudou radicalmente de ideia. Depois de conversar com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na viagem que ambos fizeram à Ásia, e durante o longo voo de regresso ao Brasil, Lula passou a fazer outra leitura da situação. Agora, avalia que a crise política já é suficientemente grave e pode se aprofundar. Convinceu-se de que o governo tem menos a perder desgastando-se para evitar a instalação da CPI dos Correios do que enfrentando o desenrolar das investigações. Em conversas reservadas no Palácio do Planalto, Lula falou de seus anseios e preocupações a três interlocutores diferentes — um ministro, um senador e um deputado — em encontros separados, mas todos

ocorridos na semana passada. Os três, que pediram para que suas identidades fossem preservadas, relataram a VEJA o conteúdo das conversas. Nos relatos, aparecem alguns pontos em comum. Os seguintes:

■ Lula acha que, com a CPI dos Correios, a crise tenderá a aumentar. O presidente diz que não há meios de controlar os desdobramentos de uma investigação parlamentar, principalmente às vésperas de um ano eleitoral, e teme que a crise política, agravando-se, venha a contaminar o bom desempenho da economia. O melhor a fazer, portanto, é matar a CPI na origem.

■ Lula admite que a oposição está aproveitando o momento de desarranjo político do governo, mas acha um propósito falar em “golpismo”. Diz que o jogo da oposição é legítimo e lembra que os opositores, pelo menos até agora, não chegaram nem perto do extremo de lançar um slogan pedindo a

renúncia de Lula, como fez o PT ao se apegar à bandeira do “Fora FHC”. ■ O presidente avalia que parte da balbúrdia política no Congresso resulta da ação desgovernada do próprio PT, sempre atropelado por conflitos internos, como o que veio a público com a discussão da CPI dos Correios. “A divisão do PT dá

munção à oposição e contamina os aliados”, tem dito o presidente.

■ Lula julga que seu governo tem sérios problemas de comunicação, sendo incapaz de transmitir à sociedade seu lado positivo — reclamação, diga-se, recorrente em todos os governos. As falhas na comunicação, porém, não significam que ele esteja pensando em trocar o ministro da área, Luiz Gushiken, no qual mantém a confiança.

■ O presidente tem lamentado a carência de bandeiras claras para o governo. Lembra, por exemplo, que a administração tucana tinha o Plano Real. Acha que, no seu governo, essas bandeiras precisam aparecer em áreas socialmente relevantes, como saúde e segurança pública.

Na semana passada, o governo lançou-se numa operação de guerra para sepultar a CPI. A tropa governista passou a contar com a colaboração do ministro Antonio Palocci, da Fazenda, que agora compõe uma tríade de defesa e ataque com os ministros José Dirceu, da Casa Civil, e Aldo Rebelo, da Coordenação Política. A primeira providência, como sempre, foi acionar a arma mais poderosa — o cofre. Na quinta-feira passada, depois de uma reunião de três horas dos ministros Palocci e Dirceu com líderes dos partidos aliados no Palácio do Planalto, selou-se um acordo. O governo comprometeu-se a liberar os recursos que os parlamentares exigem, embora não se tenham mencionado valores precisos. Os líderes, claro, fizeram

questão de lembrar aos ministros que todos ficariam imensamente gratos se recebessem o 1,5 milhão de reais de suas emendas individuais. Como há 255 deputados fiéis ao Palácio do Planalto, e se cada um deles receber o total de sua emenda, vão jorrar quase 400 milhões de reais do cofre do governo. Quem diria: a administração do PT esancarando o cofre para evitar uma investigação sobre um esquema de corrupção.

É difícil entender por que o governo teme tanto investigar a corrupção quando a corrupção é

O instituto Sensus perguntou aos entrevistados qual o principal motivo para que não tivessem orgulho do país. As respostas foram:

- 1º**
Corrupção, com 27,1%
- 2º**
Violência, com 23,4%
- 3º**
Pobreza, com 15,1%

um dos grandes inimigos do país — e o PT, particularmente, sempre fez esse diagnóstico. Uma pista está no que o ministro José Dirceu já confessou a correligionários: que uma CPI “minimamente bem-feita” pegaria Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, e Silvio Pereira, o secretário-geral do partido (*veja reportagem na página 134*). Como os dois petistas, o tesoureiro e o secretário, sempre tiveram amplo trânsito no governo, da sua montagem até os dias de hoje, suspeita-se que a descoberta de alguma atividade heterodoxa de um deles acabe respingando no próprio governo — o que explicaria o empenho oficial em barrar a CPI. Entre os mais argutos observadores da cena brasileira, comenta-se que o receio do governo seria maior em relação aos trabalhos de Delúbio do que nos de Silvio Pereira. Silvio Pereira seria o detentor de segredos sensíveis, mas cuja revelação poderia causar um estrago de

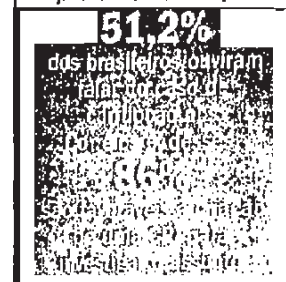
caráter apenas político. Já a descoberta de algum deslize de Delúbio Soares, com sua missão de lidar com enormes quantias de dinheiro, poderia produzir um rombo no casco ético do governo.

A CPI dos Correios, ainda que o governo sustente que seja apenas uma implicância da oposição, surgiu como semibreve sugem as melhores CPIs — de fora para dentro. “As duas CPIs que deram resultado, a do Collor e a dos anões do Orçamento, surgiram de fora para dentro, quer dizer, a partir de denúncias da imprensa, como ocorre agora, e em um momento em que há forte desgaste da imagem da classe política”, afirma o deputado Miro Teixeira, do PT do Rio de Janeiro, que participou das duas investigações a que se refere. Com essa gênese, a CPI dos Correios provoca ainda mais temor no governo. Outro aspecto que ajuda as investigações parlamentares é o seu foco. “A CPI deve ser objetiva, investigar um fato objetivo. Se for muito ampla, como foi a CPI da corrupção no governo Sarney, não dá em nada”, diz Miro Teixeira. “A de agora é objetiva, pois levanta a questão da corrupção nos Correios.” Apesar disso, a tropa governista tentará sepultar a CPI na Comissão de Constituição e Justiça nesta semana, sob a alegação de que o pedido de sua criação, em vez de apontar um “fato determinado”, como exige a Constituição, teria sido excessivamente genérico.

Com o questionamento jurídico e o cofre aberto, os petistas do governo estão esbanjando otimismo. “Não vai haver CPI”, afirma, em tom categórico, o líder do PT na Câmara, deputado Paulo Rocha. “Temos maioria na CCJ, temos maioria no Congresso. Vamos utilizar essa maioria para impedir a instalação da CPI, que é somente um palanque eleitoral da oposição.” É possível que a tática do governo venha a ser vitoriosa, mas, no caso do PT, um partido que sempre se enrolou na bandeira da ética, talvez seja uma saída de alto risco no longo alcance. Talvez o eleitor reaja mal ao ver o PT e seu governo empenhados na desmoralizante tarefa de varrer a sujeira para de-

baixo do tapete. Na semana passada, numa pesquisa divulgada pelo instituto Sensus, constatou-se que 31% dos entrevistados acham que a corrupção aumentou sob o governo Lula. Além disso, a corrupção assumiu o primeiro lugar — com 27,1% de menções — na lista das mazelas que mais trazem decepção dos brasileiros com o país. Por fim, da população que acompanha ou ouviu falar da

Uma pesquisa do Instituto Sensus, divulgada na semana passada, mostra que



corrupção nos Correios, nada menos que 86% acha que deveria haver uma CPI no Congresso.

Para ganhar o apoio da opinião pública, e quem sabe até de alguns congressistas, o governo colocou a Polícia Federal para trabalhar com afinco no caso dos Correios e também mandou ampliar a investigação para o Instituto de Resseguros do Brasil, o IRB, no qual surgiu denúncia de que o PTB extraía uma mesada de 100 000 reais. É óbvio que uma apuração policial não tem o poder nem a importância de uma CPI, que pode sugerir até mesmo mudanças institucionais a partir do que descobre, mas o empenho da PF sempre pode dar a impressão pública de que uma CPI é desnecessária. Na semana passada, a PF tomou mais depoimentos. Um deles foi o do ex-presidente do IRB, Lúcio Duarte, que contou uma história monumental à polícia (*veja reportagem na página 130*).

Na semana passada, além do otimismo em derrubar a CPI, o governo festejava a criação de uma unidade como nunca houve no governo. Talvez seja um pouco de exagero do governo, considerando que o próprio PT se mantém dividido — e não apenas di-

vidido entre governistas e correntes à esquerda. Em duas ocasiões, na semana passada, os dezoito ministros do PT bateram a idêia de pedir demissão coletiva, num gesto que acabaria forçando o presidente Lula a fazer uma reforma ministerial. Para uns, a

idêia equivale à solução mágica para os problemas políticos do governo. Para outros, é tão estapafúrdia que nem foi votada. O problema central do governo — e, por extensão, do próprio PT — é que não existe consenso ético de que investigar a corrupção é uma coisa danosa. Há, dentro do governo e do PT, gente que ainda lembra do discurso de das pro-

postas moralizantes do partido. É óbvio que rasgar uma das últimas bandeiras que ainda mantinham o PT como herdeiro de seu passado, sua aguçada postura ética, não é propriamente um convite à união. É uma pena que seja assim. Pena para o PT e para a política brasileira, que, assim, desce mais um degrau rumo ao descrédito público. ■

MEU NOME É PROBLEMA

Os dois petistas que não escapariam de ser investigado por uma "CPI minimamente bem-feita", nas palavras sussurradas pelo ministro José Dirceu no ouvido de dois correligionários, mantêm-se discretamente longe dos holofotes. Um é o professor de matemática Delúbio de Castro Soares, 49 anos, tesoureiro do PT há meia década. O outro é o sociólogo Silvio Pereira, 42 anos, secretário-geral do PT desde o ano passado. Os dois são petistas de longa data, privam da total confiança do presidente Lula e, embora não tenham cargo no governo, ocupam papel de destaque na administração. O primeiro a jogar o nome dos dois no escândalo de agora foi o próprio ministro José Dirceu, ao expressar suas preocupações com a CPI dos Correios. Em

seguida, foi a vez do deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB. Numa conversa com José Dirceu, na qual expunha seu temor de ser abandonado pelo governo, Jefferson apençou: "Na cadeira em que eu sentar na CPI, também vão sentar você, o Delúbio e o Silvino".

Delúbio e Silvino lidam com duas das áreas mais sensíveis de qualquer governo — a nomeação política e a arrecadação de dinheiro para o partido do presidente. O primeiro pensa na caixa da última eleição presidencial, quando arrecadou quase 10 milhões de reais para a campanha de Lula. Desde então, adotou uma postura de joão do perfil, mantendo o nome longe das primárias e das eleições. Agora, porém, com a vista para o futuro, não pode deixar de pensar em uma nova eleição, quando costuma lançar a mão aos recursos da marca Combustível. Com o Lula, ele consome 30% de sua produção, vendendo mais de 60.000

reais. Seu nome também aparece com frequência em operações nebulosas, que misturam interesses do PT com o do governo. Foi Delúbio, por exemplo, quem organizou o show da última semana, Zezé Di Camargo & Luciano, cuja renda foi revertida ao PT. E só mais tarde se descobriu que, sorrateiramente, o financiador do espetáculo era o Banco do Brasil. Delúbio também aparece em conversas da quadrilha que vampirizava as verbas do Ministério da Saúde, pois um dos envolvidos o ajudava a recolher contribuições de laboratórios para o PT. Por tudo isso, Delúbio costuma ser associado ao celebre PC Farias, tesoureiro de Fernando Collor, — comparação que, pelo menos até agora, carece de fundamentação.

Silvio Pereira, o outro petista que tira o sono do governo, é mais discreto, mas nem por isso menos relevante. Seu nome também aparece em operações nebulosas. Seu papel, no âmbito da administração, foi mais recente. Em 2003, ele foi contratado por R\$ 20.000 por mês, para atuar como consultor de confiança e coordenar um portal na internet, acessado mediante senha, no qual petistas e aliados (entre eles o notável Roberto Jefferson) apontavam quais cargos gostariam de ocupar. A palavra final, porém, era sempre de José Dirceu. Não é verdade que o PT tenha medo de minha atuação. Eu conversei com os partidos, mas todas as nomeações foram feitas pela Casa Civil, cumprindo todos os requisitos legais", diz. Ao contrário de Delúbio, que gosta de aparecer, Silvino poderia passar incólume por qualquer interlocutor, não fosse por um detalhe folclórico. Ele é o desastrado autor de frases tortas como "chupar o pau da barraca", "andando como butatas tontas", ou "pegar o bo-

de andando", que lhe renderam o apelido de "Magda", a personagem do extinto *Sai de Baixo*, da Rede Globo.

Apesar das diferenças de estilo, há pontos de contato entre as biografias de Delúbio e Silvino. Os dois estão no PT há duas décadas, nunca ocuparam cargos nas administrações petistas e sempre exerceram grande influência no partido.

Soldados de José Dirceu, a quem são extremamente leais, ambos pas-

saram a ser figuras-chave para a realização de missões políticas. O primeiro a expor o nome de Delúbio à imprensa foi o empresário das empresas do partido. Sua imagem desastrosa, se tanto que hoje ele só consegue se manter com empresários fora da vista do público. Prefiro não aparecer com o Delúbio. Há uma sombra em torno dele, mas pode passar a impressão de que estou fazendo algo ilegal", disse a VEJA o vice-presidente de um dos maiores grupos empresariais do país. A respeito das visitas de Delúbio ao Palácio do Planalto, agora são mantidas em sigilo. Isso não é relevante", disse o tesoureiro à VEJA, na semana passada, ao ser perguntado se visitara o presidente. Ele informa a marca de seu carro (um Toyota Corolla), a área do apartamento onde mora (80 metros quadrados) e o valor do aluguel (1.200 reais), mas acha irrelevante explicar quando esteve com Lula pela última vez. Silvino Pereira, sabe-se lá por que, também submergiu. Está afastado da função de administrar os cargos no governo desde o fim de 2003. Ele jura ter colocado no lixo as mais de 150 cadernetas nas quais anotou o mapa do lequeamento dos cargos que realizou a mando de José Dirceu.

O ESTADO DE S. PAULO

Aldo confirma que Lula sabia de mesada e tenta restringir caso ao PT

Jefferson fez apenas 'comentário genérico'; presidente pediu explicações e ouviu que Câmara já havia investigado denúncia

Tânia Montello
BRASILIA

O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, confirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), em março deste ano, que parlamentares da base aliada estavam recebendo mesada para apoiar projetos do governo. Designado por Lula para explicar as denúncias, Aldo tentou eximir o governo de responsabilidade no caso, transferindo-a unicamente ao PT. Visivelmente nervoso, não conseguiu, porém, esconder a preocupação do governo com a bomba detonada pelo presidente do PTB.

"Não há uma acusação que relacione o pagamento a parlamentares por parte do governo", disse Aldo, seguindo estratégia traçada momentos antes, em reunião do núcleo político do governo, no Palácio do Planalto.

"A denúncia do deputado (Jefferson) refere-se a hipotético pagamento de um partido (o PT) a parlamentares de outros partidos. É bom que isso fique claro."

Segundo relato de Aldo, na reunião de março em que Jefferson conversou com ele e Lula estavam também o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, os líderes do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), do PTB, José Múcio (PE), além de outros parlamentares do partido. Jefferson, disse ele, "não fez referência a fatos ou a pessoas", mas apenas, "comentário genérico" sobre o "mensalão".

O ministro contou que, depois das afirmações de Jefferson, Lula pediu a ele e a Chinaglia informações sobre o "comentário". Os dois disseram, então, que em setembro de 2004 o *Jornal do Brasil* havia apresentado a mesma denúncia, que levou a abertura de investigação na Corregedoria da Câmara. A

sindicância foi arquivada por falta de provas.

Questionado se o governo não tomou nenhuma providência para investigar a denúncia, Aldo desconvorsou. Respondeu que o comentário de Jefferson foi "genérico". "Como o deputado não apresentou nenhum dado para que a corregedoria adotasse qualquer procedimento para prosseguir com a investigação (...), e tudo foi encerrado, o presidente Lula solicitou a mim e ao Chinaglia que o mantivesse informado."

Em pronunciamento no plenário, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), também disse que Jefferson fez apenas "comentários" sobre o mensalão. "Ninguém tratou do assunto como denúncia." Para Chinaglia, não é correto dizer que Lula não mandou apurar nada. "Quem faça isso deve dizer que os 513 deputados falharam ao não apurar."

● Colaborou: James Allen

Perillo diz que avisou Lula sobre mesada

Além dos R\$ 30 mil por mês para deputados do PP e PL, troca de partido incluiria 'gratificação' anual de R\$ 1 milhão, afirma governador de Goiás

Shella D'Amorim
Folha de S. Paulo
GOIÂNIA

O governador de Goiás, Marco Antônio Perillo (PSDB), esquenteu ainda mais a temperatura política, ontem, ao confirmar não só a mesada oferecida a deputados em troca de adesão ao governo, como a existência de um bônus anual de R\$ 1 milhão. Segundo Perillo, dois deputados do PSDB goiano foram alvo da oferta.

O governador disse que alertaria presidente Luiz Inácio Lula da Silva, "há cerca de 1 ano e meio" sobre o pagamento da mesada aos deputados. "Foi para trocar de partido, sair do PSDB e ir para a base do governo por uma mesada de R\$ 40 mil por mês e R\$ 1 milhão ao final do ano, de bônus", afirmou Perillo, recusando-se a dar os nomes desses parlamentares, "por uma questão de ética".

A conversa com o presidente, segundo o governador, aconteceu quando Lula foi a Rio Verde, em Goiás, para visitar a fábrica da Perdigão que, na época, comemorava a contratação de funcionários de número 5 mil.

No caminho para a fábrica, Perillo teria alertado o presidente: "Está havendo mesada no seu governo. Houve tentativa de comprar dois deputados meus", contou. A visita de Lula à fábrica da Perdigão, na verdade, aconteceu dia 5 de maio de 2004, há um ano e um mês e bem antes do início de 2005, quando o deputado Roberto Jefferson (PTB) afirmou ter contado a Lula que estava havendo o pagamento de "mesada" para parlamentares.

Segundo o governador de Goiás, o presidente Lula, que não sabia da história, teria reagido na época dizendo que iria apurar o fato, mas ele também teria ressaltado que "isso foi coisa que o Sérgio Motta introduziu", referindo-se ao ex-ministro das Comunicações e braço direito do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Eu retruquei: estou falando que está acontecendo no seu governo", lembrou o governador.

Como a tentativa de saborear não se concretizou, Perillo afirmou que deixou o assunto de lado. Ontem, no entanto, ao ler as declarações do deputado Roberto Jefferson, ele relembrou toda história. Logo no início da manhã, ao chegar para participar de eventos sobre o desenvolvimento de Goiás, Perillo foi o prefeito de Goiânia, Ir. Resende (PMDB), num can-

FRASES DE PERILLO

• "Fiz para trocar de partido, sair do PSDB e ir para a base do governo por uma mesada de R\$ 40 mil por mês e R\$ 1 milhão ao final do ano, de bônus"

• "Está havendo mesada no seu governo. Houve tentativa de comprar dois deputados meus"

• "Eu retruquei: estou falando que está acontecendo isso no seu governo"

• "A operação abala esta enrolada"

toe comentou: "Você viu o jornal hoje? Eu não disse que tinha coisa grande?" Como havia muita gente à sua espera, Perillo saiu para cumprimentar os presentes e, depois, numa rápida conversa com o Estado, voltou ao assunto, dizendo que tinha feito o alerta ao presidente que, agora, "a operação abala esta enrolada", numa referência à tentativa do governo de evitar a instalação da CPI dos Correios.

Horas depois, ao participar de outro evento no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, ele confirmou publicamente as declarações ao discursar na solenidade de lançamento do "Movimento Goiás Competitivo". Citando a entrevista do deputado Roberto Jefferson, disse que essa era a leitura mais importante do ano e que ela "mostra que o Brasil está na contramão".

Segundo ele, tudo isso deixa os brasileiros "desapontados" e, em seguida, reafirmou: "O que foi dito na entrevista de Jefferson foi dito por mim ao presidente há cerca de um ano e meio, quando ele veio aqui fazer visita à fábrica da Perdigão." ■

FOLHA DE S. PAULO

Mercadante confirma que Lula sabia do caso

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), confirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi avisado do "mensalão" pelo presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), mas disse que foi apenas um comentário sobre boatos, não considerado como denúncia.

Segundo Mercadante, o presidente Lula pediu explicações ao ministro Aldo Rebelo (Coordena-

ção Política) e ao líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que teriam então relatado que o caso havia sido alvo de uma apuração que não chegou a lugar algum na Câmara.

O senador conversou com o presidente Lula ontem em voo de São Paulo para Brasília. "O presidente está absolutamente tranquilo e tem convicção de que não há essa prática no governo", afirmou o líder do governo.

Segundo o relato do presidente

do PTB à Folha, ele teria avisado ao presidente Lula do "mensalão" em uma reunião no início do ano. Estariam presentes os ministros Walfrido Mares Guia (Turismo), José Dirceu (Casa Civil), Aldo Chinaglia e o chefe-de-gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho. "Nenhum dos presentes tratou aquilo como denúncia nem discutiu o assunto na reunião", disse Mercadante.

O petista negou que o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda)

tenha sido avisado do “mensalão”, conforme relato de Jefferson, e que Gilberto Carvalho tenha presenciado a conversa sobre o assunto. “Não me parece que todas as informações que ali estão têm procedência”, disse o petista.

Apesar de defender investigação sobre o caso, Mercadante repetiu várias vezes que a Corregedoria da Câmara dos Deputados abriu inquérito para investigar a denúncia veiculada pelo “Jornal do Brasil” e não houve provas. “Até agora há ilações em relação a alguns partidos. Não há nomes de quem recebeu”, disse o senador.

O líder do governo negou que

Lula tenha chorado ao ser avisado do esquema de corrupção, como havia dito Jefferson.

A estratégia governista foi tentar isolar o presidente Lula do escândalo. “Se existe um líder político honrado e sério é o presidente. Repudiamos qualquer atitude que venha envolver a honra do presidente Lula nesse processo”, disse o líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), na tribuna.

Ele reconheceu, no entanto, a crise pela qual passa o governo. “O momento é delicado, temos problemas na gestão política, no Executivo. O presidente Lula precisa tomar medidas duras para re-

tomar o controle político.”

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou ontem que “não há mais espaço para retardar qualquer decisão que implique em investigações”.

Ele classificou a denúncia do “mensalão” de “grave, grotesca”, e disse que, com acordo de líderes, o assunto deve ser investigado na CPI dos Correios. Está marcada para amanhã a reunião de líderes para a indicação dos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito. Renan se dispôs a instalar outra CPI se houver um novo requerimento. (FERNANDA KRAKOVICS E LEILA SUWWAN)

Eunício diz que PMDB está fora de esquema

DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

O ministro das Comunicações, Eunício Oliveira (PMDB), disse ontem que o governo “não tem medo” das acusações feitas por Roberto Jefferson (PTB-RJ), mas afirmou que não comentaria o assunto por desconhecer o teor das declarações do deputado federal.

“O que posso afirmar é que tenho certeza de que o PMDB está

fora dessa discussão toda.” Eunício defendeu uma investigação. Disse que “toda denúncia deve ser analisada, pesquisada e aprofundada”, e que as apurações devem ser feitas sempre “quando as denúncias acontecem.”

O ministro esteve ontem em Fortaleza, onde participou, ao lado do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, de um evento comemorativo dos 20 anos de re-

democratização do Brasil.

Sobre o caso dos Correios, Eunício disse que, “embora o ministro não tenha nenhuma participação efetiva” no órgão, conversou com o presidente Lula “no dia em que saiu a denúncia”. “Tomamos todas as providências”, disse Eunício. “Encaminhamos [pedido] à Polícia Federal para que fizesse uma devassa em todas as aquelas denúncias. Fizemos nosso papel.”

O ESTADO DE S. PAULO

Aliados ainda tentam barrar investigação

Objetivo continua sendo derrubar CPI, mas líderes avaliam apresentação de parecer

Eugênia Lopes
Denise Madueño
BRASÍLIA

A denúncia do presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), de que parlamentares do PP e PL teriam recebido mesada de R\$ 30 mil para votar a favor do governo, ressuscitou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre denúncias de corrupção nos Correios e obrigou o Palácio do Planalto a fazer um recuo estratégico. A apreciação do recurso contra a CPI na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara está prevista para hoje à tarde, mas os líderes dos partidos da base só pretendem pôr em votação, caso tenham a segurança de que os aliados votarão pela derrubada da CPI.

"A proposta é não mais apresentar o parecer do recurso amanhã (*hoje*). Mas tudo vai depender de reuniões que teremos", disse o líder do PSB, deputado Renato Casagrande (ES). "O ambiente político piorou muito com a denúncia do Roberto Jefferson", completou o socialis-

ta. O líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), reconheceu que a denúncia tumultuou o clima no Congresso.

Ele reafirmou, no entanto, que não há fato determinado para a criação de uma CPI e, por isso, a tática dos aliados continua sendo a de derrubar a Comissão. Chinaglia afirmou que vai avaliar hoje com os líderes da base se é oportuno apresentar o parecer contra a CPI dos Correios na CCJ.

A oposição argumentou que o relator do recurso é o deputado Inaldo Leitão (PL-PB), cujo partido é um dos apontados por Jefferson como beneficiário da mesada. "Que condições políticas um deputado do PL tem para dar um parecer como esse sobre a constitucionalidade de uma CPI que não interessa ao governo?", indagou o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

Os líderes dos partidos aliados defenderam que as denúncias do petebista sejam apuradas pela corregedoria geral e pelo Conselho de Ética e Decoro

Parlamentar da Câmara. Alegam que não há necessidade de criação de uma CPI para apurar as declarações de Jefferson. Já o PFL quer que a CPI do Correios seja ampliada com a inclusão da denúncia do mensalão.

Paralelamente, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento para que todas as autoridades do governo citadas por Jefferson deem explicações à Comissão de Fiscalização e Controle sobre o eventual pagamento de propina a deputados. Entre os envolvidos estão os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, da Casa Civil, José Dirceu, da Integração Nacional, Ciro Gomes, do Turismo, Walfrido Moraes Guimarães, da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula. Na entrevista, Jefferson disse que informou os cinco ministros e Carvalho sobre o pagamento de mesada de R\$ 30 mil pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, a deputados do PP e do PL. • Colaborou: James Allen

Valor

Crise Ex-ministro disse ter ouvido relato sobre encontro da mesada

Para Miro, Jefferson tem mais denúncias

Janaina Vilella
Do Rio

O ex-ministro das Comunicações, deputado federal Miro Teixeira (PT-RJ), confirmou ontem que recebeu o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) em seu gabinete no ministério, no fim de 2003, mas acrescentou que o parlamentar omitiu parte da conversa que tiveram na entrevista concedida ao jornal "Folha de S.Paulo". Além de denunciar o pagamento de mesada aos parlamentares, Jefferson também contou a Miro, de acordo com o próprio ex-ministro, ter participado de uma reunião na esfera do governo onde teria sido oferecido dinheiro a cinco ou seis pessoas, entre elas parlamentares da base aliada e integrantes do governo.

"Há uma parte muito grave que o deputado omitiu. Estranho que ele omita este relato. Ou era mentira ou ele está reservando para usar como trunfo em seu proveito. Mas ninguém vai virar âlibi de Roberto Jefferson. Ele me descreveu um cenário de corrupção. Disse ter presenciado uma reunião na qual participaram cinco

ou seis pessoas de outros partidos. Disse que estava havendo um mecanismo de arrecadação e distribuição de dinheiro para deputados, mas não mencionou valores", disse Miro, acrescentando que esses participantes não trabalham "perto do gabinete do presidente Lula". O petista quer que o deputado revele todo o teor das informações passadas a ele. "Temos que começar a puxar o fio do novelo. Eu não aceito ocultação", afirmou Miro.

Os detalhes sobre o esquema de pagamento de propina aos deputados relatados por Jefferson foram tão graves, de acordo com Miro, que ele afirmou não ter visto nada semelhante em seus oito anos de mandato.

Miro contou que Jefferson o procurou em seu gabinete para lhe convidar a ingressar no PTB e, brincando, lhe falou que "seu partido estava fora dessas coisas". Miro contou que perguntou ao deputado que "coisas" seriam essas e Jefferson começou, então, a detalhar o pagamento da mesada aos deputados e detalhes sobre a suposta reunião.

Assim que o presidente nacio-

nal do PTB acabou de lhe narrar os fatos, Miro propôs a Jefferson que eles fossem imediatamente ao gabinete do presidente para revelar o suposto esquema de corrupção, mas Jefferson se negou, argumentando ter medo de que as informações pudessem "desestabilizar o governo".

Quando voltou para a Câmara dos Deputados, Miro, mais uma vez, instigou Jefferson a denunciar em plenário o sistema de arrecadação e distribuição de dinheiro a parlamentares. "Eu falei para ele: Jefferson, você fala e eu entro logo depois no plenário confirmando tudo", contou Miro aos jornalistas. Mais uma vez, o deputado do PTB negou.

O ex-ministro confessou ter questionado deputados do PSDB, do PPS e do próprio PT sobre a existência desse esquema de corrupção. Alguns deles, segundo Miro, já tinham ouvido falar do assunto, mas, assim como ele, não tinham provas.

Miro explicou que não contou o conteúdo de sua conversa ao presidente porque não queria entrar "no ambiente da fofoca".

"Eu não tinha prova. Se tivesse, tinha tomado providências. Eu não podia contar a Lula uma informação que o próprio Jefferson se negou a levar adiante", afirmou Miro, acrescentando que não acredita, diferente do que Jefferson declarou ao jornal, que o deputado tenha feito essas de-

núncias pessoalmente ao presidente Lula. "Acho inverossímil ele (Jefferson) ter ido falar com o Lula, porque ele se negou a ir quando eu pedi".

O deputado petista considerou ainda "pouco provável" que o PT estivesse pagando uma me-

sada de R\$ 30 mil a deputados do PPe do PL, alegando que a "informação é tão grave que não sobreviveria na esfera interna do governo por muito tempo". Ele defendeu que as denúncias sejam rigorosamente apuradas e que, se preciso, seja instalada uma CPI para apurar o caso.

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"

Lula sabia da suposta mesada desde março e houve apuração na Câmara, afirmam ministros

Acusação não envolve o governo, mas o PT, diz Aldo

EDUARDO SCOLESE
ANA FLOR
KENNEDY ALENCAR
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro Aldo Rebelo (Coordenação Política) disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha conhecimento desde março passado do suposto pagamento de mesadas a deputados federais do PL e do PP, mas afirmou que o caso não envolve o governo e, sim, partidos políticos.

Escalado pelo Palácio do Planalto para falar à imprensa sobre a entrevista à Folha do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), Aldo afirmou que o presidente recebeu o presidente do PTB em seu gabinete e o ouviu falar genericamente do "mensalão". Aldo disse que Lula agiu na época ao pedir a ele e ao líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), "informações sobre o comentário do deputado Roberto Jefferson".

Em rápida e tumultuada entrevista, Aldo afirmou que as acusações envolvem partidos políticos, não o governo: "É bom deixar claro que não há nenhuma acusação que relacione o pagamento a parlamentares por parte do governo. A denúncia do deputado Roberto Jefferson refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu qualquer tipo de acusação".

De acordo com Aldo, o encontro no qual Jefferson falou do suposto "mensalão" teve ainda a presença de Chinaglia, do ministro Walfrido Mares Guia (Turismo) e do líder do PTB na Câmara, José Mício (PE). "De passagem, durante essa conversa [em 23 de

março passado], Jefferson fez referência ao pagamento [de mesadas] a parlamentares na Câmara dos Deputados (...). Jefferson não fez referência nem a fatos, nem a pessoas, fazendo apenas um comentário genérico."

Na versão do governo, Jefferson não fez menção a Delúbio Soares, tesoureiro do PT, como o suposto pagador da mesada. Na entrevista à Folha, Jefferson disse que falou ao tesoureiro ao presidente.

"Não vou mentir"

A reação do governo a Jefferson foi discutida em voo de São Paulo a Brasília entre Lula, Chinaglia, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). "Não vou mentir. Não vou dizer nada que me comprometa depois", afirmou Lula. O presidente disse ser "ridícula" a versão de Jefferson de que chorou quando soube do mensalão.

Em conversas reservadas, Lula mostrou preocupação com a alta do dólar e a queda da bolsa, avaliando que a crise política afetou a economia ontem. Por isso, preocupou-se em blindar também o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda), que divulgou nota negando ter ouvido de Jefferson menção ao mensalão.

Em reunião no Palácio do Planalto, foi decidido adiar um pronunciamento em cadeia de rádio e TV previsto para ontem no qual o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) resumiria as operações da PF de combate à corrupção no governo Lula. Thomaz Bastos deve falar hoje.

Semanas após a audiência com Jefferson, Aldo disse que Lula foi

informado de que um procedimento sobre o tema havia sido aberto e arquivado (em um dia) na Corregedoria da Câmara. A base da investigação foi reportagem de setembro de 2004 do "Jornal do Brasil".

Além disso, de acordo com Aldo, Lula também foi informado sobre o encaminhamento à Procuradoria Geral da República de ofício do então presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT), no qual era citada a reportagem do "Jornal do Brasil".

"Essas informações foram passadas ao presidente, que solicitou a mim e ao líder Chinaglia que o mantivéssemos informado de qualquer novidade relacionada com esse comentário [de março] do deputado Roberto Jefferson."

Na entrevista, Aldo respondeu a algumas perguntas e foi, em seguida, retirado do local por assessores e seguranças. Algumas questões não foram respondidas por Aldo.

O ministro ficou em silêncio, por exemplo, quando questionado sobre a eventual entrada da PF (Polícia Federal) no caso, acerca da permanência ou não do PTB na base aliada do governo (com seus cargos nas estatais) e a respeito de qual foi a ação (se existiu) do presidente ao receber os retornos de Aldo e Chinaglia.

Na reunião com Lula, Thomaz Bastos disse que a PF não poderia investigar a acusação feita por Jefferson porque a iniciativa cabe ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles. Fonteles teria de pedir abertura de inquérito ao STF (Supremo Tribunal Federal), o que é provável que seja feito, apurou a Folha.

FRASES

É bom deixar claro que não há nenhuma acusação que relacione o pagamento a parlamentares por parte do governo. A denúncia do deputado Roberto Jefferson refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu qualquer tipo de acusação

De passagem, durante essa conversa, Jefferson fez referência ao pagamento [de mesadas] a parlamentares na Câmara dos Deputados (...). Jefferson não fez referência nem a fatos, nem a pessoas, fazendo apenas um comentário genérico

ALDO REBELO

Alencar diz não saber de mesadas

ANA FLOR
EDUARDO SCOLESE
DA JORNAL DE BRASÍLIA

Ao afirmar que jamais teve conhecimento de mesadas pagas pelo governo federal a parlamentares, mesmo enxergando algumas "verdades" nas recentes denúncias, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, saiu ontem em defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tentando afastá-lo das denúncias feitas anteontem pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson.

Alencar (PL-MG) disse desconhecer o suposto pagamento de "mensalão" a deputados em troca de apoio no Congresso.

"A forma é investigar, porque não adianta eu chegar e perguntar: 'Escuta, você [deputado] recebeu alguma coisa?'. Se o sujeito tiver recebido, ele vai falar que não. Eu, por exemplo, não me cabe en-

trar nisso, de forma alguma. Eu não tenho nada a ver com isso. O que eu tenho a ver, como homem público, é que acho que deve ter uma investigação firme, a qualquer denúncia. Agora, sem fazer pré-julgamento, pois o ônus da prova é de quem acusa", declarou.

O vice-presidente, porém, sugeriu que as denúncias de Roberto Jefferson, por fazerem parte de um "mesmo quadro" dos casos dos Correios e do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), devem ser investigadas por uma CPI no Congresso. "Quando fui senador [PMDB e PL], assinava requerimentos de CPI por uma razão óbvia. Desde que houvesse indícios de verdade na acusação deveria merecer uma investigação dura. Neste caso, pelo menos está dentro de um bojo de um quadro que está aí e precisa ser investigado."

Indagado sobre uma suposta participação da bancada do PL, seu partido, ao lado do PP, Alen-

car desconversou, pedindo uma apuração rigorosa do caso.

O vice-presidente foi irônico ao falar de Jefferson. "Se este cidadão traz uma informação dessa natureza obviamente que [o caso] tem que ser investigado." A seguir, ao ser questionado se o presidente do PTB pode ser tratado como um aliado do governo, reagiu com ironia: "Excelente pergunta. Você só pode estar brincando".

Na entrevista de ontem, porém, Alencar procurou, desde o início, desvincular o presidente Lula da entrevista de Jefferson à *Folha*.

"Na minha opinião e na dos brasileiros que o conhecem, [o presidente] é um homem que tem um histórico, primeiro, de uma sensibilidade social incomum, de um comportamento como cidadão, chefe de família e homem público absolutamente correto. Eu não acredito que nada possa afetar o presidente, porque ele não tem nada a ver com isso."

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “*Vergonha de ser honesto*”, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank, Alcides Amaral, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* do último dia 27 de junho do corrente.

A crise política que se instalou no Brasil tem dimensões imprevisíveis e toda a população está indignada com a corrupção que está sendo desvendada. Caso o Presidente Lula não tome providências imediatas e efetivas, continuaremos, como diz o autor, sendo

aquele Brasil que desiludia Ruy Barbosa em 1914, com o brasileiro tendo “vergonha de ser honesto”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Vergonha de ser honesto’

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus – o homem chega a desanimar-se do virtoso, a rir-se do hipócrita, a não se vergonha de ser honesto.”

Quando Ruy Barbosa proferiu seu famoso discurso no Senado em 17/12/1914, de onde extraiamos o trecho em epígrafe, ele certamente estava imaginando que havíamos chegado ao “fundo do poço”. Seu discurso é corajoso, duro, brilhante e mostra claramente sua revolta pelo que via a seu redor.

Pois bem, decorridos mais de 90 anos que vivemos de diferente em nosso país? Passamos pela ditadura, recuperamos a democracia, o povo ganhou o direito de escolher seus governantes, um presidente sofreu processo de impeachment, um metastábilis foi eleito para nos comandar. O Brasil cresceu, chegou a ser a oitá-

“nova” Brasil, o que é notório, pois, pelas velhas palavras de Ruy Barbosa, não é tão novo assim. Confundente nas suas afirmações, o deputado do PTB deixou a na o Congresso. Segundo ele, cerca de 80 deputados federais teriam recebido o “mensalão” para apoiar o governo e a negociação de cargos nas estatais atendia a interesses meramente políticos. “Todos sabem como funciona essa Casa, não é?” concluiu, com certa ironia. Foi além, envolvendo toda a cúpula do PT no manuseio do “mensalão”, quando afirmou que “o esquema de corrupção do PT é maior que o esquema Collor, porque só tem petista”. Logo o PT, que, quando oposição, era o berço da ética e da honestidade e via sua bandeira vermelha, hoje sem brilho, desfilar garbosamente por este Brasil afoma.

Desde que todas ou parte das acusações do deputado Roberto Jefferson sejam confirmadas – e já há testemunhas validando algumas delas –, o presidente Lula deve preocupar-se em dar o “choque ético” que havia prometido em maio e não deixar “pedra sobre pedra”, como declarou recentemente. As investigações do “mensalão”, bem como a CPI dos Correios têm de ser o mais abrangentes possível, doa a quem doer. Se assim não fizermos o risco de tal revolta popular, de ver repetida aqui, no Brasil, a famosa Operação Mãos Limpas desencadeada na Itália, a partir de 1992, por um grupo de juizes que desmascarou uma ampla rede de corrupção naquele país. Mais de 3 mil pessoas, das quais 80 parlamentares, foram investigadas pela ala mais jovem da Promotoria Pública. Como resultado dessa operação, 830 envolvidos foram para a cadeia, incluindo políticos e empresários e quatro ex-ministros.

Como se vê, a crise política hoje instalada no País é de dimensões imprevisíveis, pois toda uma população está indignada com a corrupção que se alastra por grande parte do setor público. Novos fatos surgem diariamente, o *Jornal Nacional* está se transformando numa verdadeira “jornal política”, tal o avanço da corrupção, da banalidade, da falta de vergonha na cara de muitos daqueles que deveriam estar dando o exemplo de como corretamente agir. Ruy Barbosa também dizia no seu discurso que “a injustiça desmante o trabalho, a honestidade, o bem”. É exatamente isso que muitos brasileiros estão hoje sentindo, quando vêem circulando livremente alguns desses maus elementos.

Portanto, se o presidente Lula quiser passar para a História pelo que fez, e não pelo

que disse que iria fazer, a oportunidade é aqui e agora. Quando declara com veemência: “Ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que eu para fazer o que precisa ser feito”, esperamos que transforme suas palavras em realidade. Que vá a fundo, em sintonia com o Congresso, na averiguação das acusações e na apuração dos fatos. E, ainda, com sua autoridade, a pôr na cadeia os envolvidos, expandindo da vida pública os maus “companheiros”, parlamentares e governantes.

Se, infelizmente, tudo terminar numa grande pizza, com alguns “bodes expiatórios” pagando pelos pecados desse lunagal que atingiu o País, poderemos continuar a ser um “país grande”, que consegue crescer e ocupar mais espaço neste mundo globalizado em que vivemos. Mas jamais seremos um “grande país”, uma verdadeira Nação, em que seu governo e sua gente sejam valorizados e respeitados. Continuaremos sendo aquele Brasil que desiludia Ruy Barbosa em 1914, com o brasileiro tendo “vergonha de ser honesto”. ●

Alcides Amaral, jornalista, ex-presidente do Citibank S.A., é autor do livro *Os Limões da Minha Limonada*. E-mail: alcides.amaral@uol.com.br

LULA PRECISA DAR O PROMETIDO ‘CHOQUE ÉTICO’ E NÃO DEIXAR ‘PEDRA SOBRE PEDRA’

va potência do mundo, mas a desonestidade, a podridão, a miséria moral cresceram muito mais. Se vivo fosse, hoje Ruy Barbosa estaria muito mais perplexo, envergonhadíssimo de ser honesto.

A situação moral do País hoje – especialmente na esfera política – é tão caótica que a segurança deixou de ser a preocupação maior do povo brasileiro, dando lugar à corrupção. De acordo com pesquisa recente da DataFolha, 70% da população acredita que há corrupção no governo Lula e, muito pior, 65% dos próprios petistas também acreditam em corrupção no governo que elegeram. Como consequência, segundo pesquisa GNS/Itôpe divulgada no último dia 18, a confiança no presidente Lula caiu, dos 80% que tinha em março de 2004, para 56%. É o relator da CPI dos Correios, deputado do PTB/DF e governista, é mais negativo ainda quando afirma que “o presidente foi maluco”, que vários parlamentares serão cassados e que “Lula pode acabar como Collor”. No meu modo de ver, esse final é pouco provável e seria um retrocesso para o País. E não é por outra razão que já há um certo cuidado em blindar o presidente, para que esse tipo de ameaça não sobreviva ao “fogo político”.

O depoimento do deputado federal Roberto Jefferson foi um marco na fotografia desse

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida pelo deputado Roberto Jefferson ao jornal **Folha de S. Paulo**, publicada na edição de 6 de junho do corrente.

Na entrevista intitulada “Jefferson denuncia mesada para pelo tesoureiro do PT” o Deputado Roberto Jefferson faz denúncias sobre o pagamento de parlamentares, feito por intermédio do tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares; para que esses votassem de acordo com os interesses do governo. O deputado afirma que levou a questão ao conhecimento do Presidente Lula e a alguns de seus ministros. As acusações são gravíssimas e envolvem mais uma vez o governo.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero dizer que, em meio à crise política, que atordoa o País e imobiliza o governo, há sérios problemas econômicos com soluções infelizmente postergadas, embora com conseqüências desgraçadamente agravadas. Um desses problemas é o dos produtores brasileiros de côco. Sua gravidade extrapola a dimensão puramente econômica.

Quase meio milhão de trabalhadores na extração do côco brasileiro estão ameaçados pelo desemprego. Duzentos e vinte e quatro mil produtores correm o risco da falência. Mais de 300 mil hectares de coqueirais estão à beira da inviabilização. Essa crise, que já dura quase um ano, com certeza é a maior e a mais longa crise que os produtores brasileiros já enfrentaram. Nenhuma, antes dessa, teve tal dimensão e abrangência. Hoje, todas as empresas, todas as regiões, todos os produtores estão atingidos pelo prejuízo inevitável e já ameaçados pela falência previsível.

Nenhum desses produtores chegou a essa situação por ineficiência ou baixa produtividade. Os produtores brasileiros vêm obtendo, nos últimos anos, sucessivos ganhos de produtividade. Nossas médias são hoje compatíveis com os melhores números dos produtores mais tecnificados. Alguns de nossos plantios chegam mesmo a exibir recordes mundiais de produtividade. Nada, porém, tem sido suficiente para nos livrar da crise, porque nenhum brasileiro conseguirá suportar a concorrência de até 42% de subsídios que sustentam os preços do côco de países como Filipinas, Indonésia, Sri Lanka, Malásia e Costa do Marfim, por exemplo.

Não há como fugir da constatação inevitável: a crise tem uma razão imediata: importação desenfreada. E uma causa mais remota: concorrência desleal. Ninguém consegue concorrer com os generosos e discutíveis subsídios que sustentam preços tão descaradamente artificiais.

Quando o Brasil pela primeira vez se levantou contra tais subsídios, as Filipinas protestaram. A pró-

pria Confederação Nacional da Agricultura do Brasil foi à OMC e a Organização Mundial de Comércio reconheceu e condenou os subsídios filipinos. A OMC permitiu o estabelecimento de salvaguardas, criando condições de igualdade para a concorrência de mercado. Mesmo dentro da rigidez de suas normas e do multilateralismo de sua atuação, a OMC estendeu a mão ao produtor brasileiro. A lógica e a procedência das reclamações brasileiras foram maiores até que a impessoalidade e a frieza do mercado.

Quem nos deu as costas foi o próprio Brasil.

Para proteger o produtor brasileiro contra a importação desenfreada do côco ralado subsidiado, o Brasil, respaldado pela Organização Mundial do Comércio, estabeleceu cotas de importação para esses países que comprovadamente subsidiam sua produção. O Brasil incluiu o côco ralado na lista de exceções do Mercosul, aplicando-lhe uma Tarifa Externa Comum de 55%. As duas medidas conjugadas estavam protegendo o produtor nacional que, em contra-partida, cuidava da revitalização de 75 mil hectares de coqueirais e da renovação de outros 35 mil hectares.

Sem qualquer justificativa, sem qualquer explicação, o Brasil, em julho do ano passado, reduziu a TEC de 55% para apenas 10%. As salvaguardas foram deixadas de lado. As conseqüências foram imediatas e absolutamente funestas. As importações superaram todas as cotas: só de dezembro a fevereiro passado, em apenas três meses, o Brasil importou quase 400 toneladas a mais de côco ralado. O preço despencou em até 36%. O produto se tornou gravoso: o Brasil produz, hoje, côco a 25 centavos a unidade. Mas o produtor só recebe 20 centavos por seu produto. Quanto mais se produz, mais se perde. É a falência anunciada.

Nenhum produtor será contra a importação, mas todos se levantam hoje contra a concorrência desleal. Nenhum produtor está pedindo qualquer subsídio oficial, que jamais teremos internamente, mas sempre temeremos, externamente. Não se pede subsídio, bem ao contrário. Tudo o que se espera é que o Brasil, em proteção aos brasileiros, aplique ao menos o que a próprio OMC aprovou: medida de salvaguarda, com a elevação da TEC aos patamares anteriores de 55%. Sem isso, a salvaguarda se tornará instrumento tão inócuo como o foram os direitos compensatórios. O que se espera é que o Brasil proteja os brasileiros.

A elevação da TEC e o restabelecimento das salvaguardas, em sua plenitude, são indispensáveis. E são urgentes. Nossos coqueirais serão inevitavelmente abandonados, não por descaso empresarial, mas por absoluta necessidade financeira: não haverá como mantê-los. Porque não haverá mercado nem preço para o nosso côco.

Como suportar a concorrência desleal de importações subsidiadas? Como, com preços gravosos, investir na revitalização e na renovação de coqueirais?

É preciso atentar para um dado incontestável. O que se põe em risco, com essa política, não é apenas a

sobrevivência de uma atividade, é a manutenção de uma cultura. O que hoje está em causa não é apenas a extração do côco, é o plantio e a manutenção de coqueirais.

Poucos setores industriais no Brasil absorvem a mão-de-obra empregada nessa cultura: quase meio milhão de trabalhadores, a maioria sem qualquer qualificação. Não há alternativas: é o côco ou o desemprego, até porque, da noite para o dia, não se substituem culturas perenes nem de uma hora para outra se consegue qualificar e reorientar mão-de-obra de culturas de raiz para culturas temporárias. Ainda mais que tudo isso envolve investimentos que não existem.

Recuso-me a acreditar que o Governo brasileiro esteja, conscientemente, desejando a inviabilização de nossos coqueirais, a falência de nossos produtores de côco e o fim previsível da própria cultura do côco no País. Tenho a mais viva esperança de que o Governo brasileiro reverá suas posições e vai reconsiderar a elevação da TEC para os 55% dos patamares anteriores.

Estamos apelando aos Ministros da Agricultura e da Fazenda, com a certeza de que o Governo Federal encontrará uma saída para a crise que não criamos, mas

a que a todos penaliza. Seria trágico, absurdamente trágico, que os brasileiros tivessem que recorrer à OMC para que o próprio Brasil efetivasse as salvaguardas pedidas e aprovadas pela Organização Mundial do Comércio. Minha confiança na ação do governo é ainda maior, diante de uma constatação incontestável: o Brasil não tem escolha: ou as salvaguardas e a elevação da TEC, ou a falência em cascata. Ninguém sobreviverá, a não ser a insensibilidade dos que levarem a produção nacional de côco a esse estágio da inviabilização irreversível. O Brasil não será mais multilateral que a OMC. Se a própria Organização Mundial do Comércio foi a favor dos produtores brasileiros de côco, o Brasil não será contra eles nem os abandonará.

Era o que tinha a dizer!

Obrigado!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EXCLUSIVO

Acusado no caso dos Correios, deputado do PTB reage e ataca governo Lula e base aliada

Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT

RENATA LO PRETE
EDITORA DO PAINEL

Roberto Jefferson cumpriu a promessa de que falaria. E falou muito. Em entrevista exclusiva à Folha, o presidente do PTB disse que na base das dificuldades que o governo enfrenta no Congresso estão problemas com o chamado "mensalão", uma mesada de R\$ 30 mil que seria distribuída a congressistas aliados pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. A prática durou até o começo do ano, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo Jefferson, tomou conhecimento do caso, pelo próprio petebista.

Outros ministros, como José Dirceu (Casa Civil) e Antonio Palocci (Fazenda) haviam sido alertados antes do esquema — que beneficiaria pelo menos o PP e o PL. Jefferson está há três semanas no centro do noticiário pelas denúncias que atingem os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil, estatais que têm indicações do PTB em seus quadros. A crise decorrente das denúncias levou a um pedido de CPI que o governo pretendia enterrar nesta semana — agora, Jefferson diz que defende e quer a investigação.

Segundo ele, a cúpula do PTB rejeitou a oferta do "mensalão", feita ainda em 2003, e, a partir de então, ele denunciou a prática a ministros e líderes do governo. "O Zé [Dirceu] deu um soco na mesa: 'O Delúbio está errado. Eu falei para não fazer'".

Jefferson conta que, em janeiro deste ano, falou com Lula: "Presidente, o Delúbio vai botar uma dinamite na sua cadeira. Ele continua dando 'mensalão' aos deputados." "Que 'mensalão'?", Jefferson explicou. "O presidente chorou." E depois da conversa com Lula: "Tenho notícia de que a fonte secou. A insatisfação está brutal [na base aliada] porque a mesada acabou."

Chamado a explicar a lógica da mesada, Jefferson diz: "É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder". O PT, no entender do deputado, "nos usa [aos partidos aliados] como uma amante e tem vergonha de aparecer conosco à luz do dia".

A entrevista publicada nas duas páginas que se seguem foi concedida por Jefferson em seu apartamento funcional em Brasília, na tarde de ontem. O deputado falou sempre de forma ponderada e em nenhum momento deixou de aparentar segurança e tranquilidade.

O DEPUTADO

Petebista liderou tropa de choque de Collor

Ele foi investigado pela CPI do Orçamento

CATIA SEABRA
DA REPORTAGEM LOCAL

Militante da tropa de choque do presidente Fernando Collor, o performático Roberto Jefferson, 51, sobreviveu a momentos turbulentos da política nacional. Além do processo de impeachment de Collor, resistiu à outra CPI, a do Orçamento.

Em 1993, seu nome foi citado entre os envolvidos no esquema de propina na Comissão de Orçamento. Em 1994, durante depoimento, Jefferson chorou por duas vezes, lamentando o fato de sua família ter sido exposta.

No relatório, foi incluído na lista de 14 parlamentares sobre os quais seria necessária maior investigação. Seu capítulo ocupou uma página do relatório do hoje desafeto Roberto Magalhães (PE). Note, a conclusão era que, com crédito total de US\$ 470 mil em cinco anos, seu patrimônio e movimentação bancária seriam compatíveis com o rendimento. A Subcomissão de Patrimônio teria constatado, porém, a existência de bens não declarados à Receita.

Isa no governo Fernando Henrique Cardoso — para o qual fez indicações, como a do titular da Delegacia do Trabalho do Rio — Jefferson teve papel fundamental para o rompimento do PSDB com o PFL no prazo fatal, o então líder do PTB formalizou um bloco com a bancada tucana,

permitindo que o deputado Aécio Neves (MG) concorresse à presidência da Câmara, vaga prometida ao petebista Inocêncio Oliveira (PE).

No ano seguinte, apoiou Ciro Gomes à Presidência da República. Até então, compare petistas ao demônio. Um deles foi o hoje líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (SP).

Após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse que, apesar das diferenças, PTB e PT se uniram "com efeito". A partir daí, fez uma estratégia: aceitar cargos pouco expressivos, como o Ministério dos Esportes, para crescer dentro do governo e poder existir mais. Com o crescimento da bancada, Roberto Jefferson começou a engor mais e a se queixar publicamente do não atendimento das reivindicações.

Como presidente do PTB, ano passado, determinou a aliança com o PT nas capitais para as eleições de 2004, contrariando a linha aliada a Cássia Maria (PFL) no Rio. Em troca, o PT auxiliaria financeiramente o PTB.

Jefferson conquistou notoriedade como advogado de pobres no popular "O Povo na TV", na década de 80. Armado e com 170 quilos, Jefferson admite: "Era um troglodita". Hoje, mesmo com a redução do estômago e as aulas de capô, reage quando pedem calma: "Mudei. Mas não virei Mary Poppins".

[illegible]

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a entrevista com o Deputado Fernando Gabeira, publicada na revista **Veja** do último dia 15 de junho do corrente.

O Deputado Fernando Gabeira assumiu que já cometeu vários erros na vida, porém, o mais recente foi apoiar o governo Lula. Como relata em sua entrevista, intitulada “O PT acabou”, na sua opinião o Presidente Lula se transformou em uma “farsa” e o partido ao qual ele pertenceu (PT) até 2003 é a raiz da derrocada do Presidente.

Concluindo, Sr. Presidente, requiro que a entrevista acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista: Fernando Gabeira

“O PT acabou”

Ícone da esquerda brasileira, o deputado diz que o PT é “igual aos outros partidos” e que o presidente Lula está deslumbrado com o poder

Thais Oyama

Na lista da sucessão de erros que diz ter cometido ao longo da vida, o deputado e escritor Fernando Gabeira (PV) acrescentou, recentemente, mais um: o apoio ao governo Lula, que ele hoje define como “uma farsa”. O ex-guerrilheiro do MR-8, que participou do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick em 1969, afirma que Lula “traiu” a nação e que o autoritarismo intrínseco do PT, partido ao qual ele próprio pertenceu até 2003, está na raiz da sua derrocada — que ele considera consumada. O ícone da esquerda brasileira, que já quis morrer pela revolução e se libertar pelo desejo, hoje diz que crê apenas na eficácia e na nobreza das pequenas ações. Aos 64 anos, pai de duas filhas — uma, surfista profissional, outra, estudante de psicologia —, o deputado já não vai de bicicleta ao Congresso, trocou-a por uma moto. O existencialismo que o inspirou na juventude ainda se revela no formato do atual casamento: à moda de Sartre, é cada um na sua. Na semana passada, ele deu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja — O senhor escreveu, em artigo recente, que a chegada de Lula à Presidência foi uma crueldade histórica. O que isso significa?

Fernando Gabeira — Quando Lula foi candidato pela primeira vez, o Muro de Berlim havia caído e a etapa mundial que nós vivíamos já era a etapa do fracasso completo do socialismo. O que eu quis dizer foi que a eleição de Lula representou, simbolicamente e pela via eleitoral, a chegada de um

operário ao poder, mas em um momento em que isso já não significava muito mais. Era um sonho retardatário. Nós chegamos a ele atrasados em relação à situação mundial. Na verdade, se tivéssemos tido um pouco mais de percepção, veríamos que, em vez do roteiro de Marx — da chegada do operário ao poder —, nós estávamos assistindo à chegada da classe operária ao paraíso. Porque o que aconteceu foi isso: Lula, ao chegar ao poder, ficou deslumbrado com ele.

Veja — Em que momentos o senhor percebe esse deslumbramento?

Gabeira — Em muitos momentos. A chegada ao governo significa uma as-

censão social, pelo menos nessa circunstância. Você passa a desfrutar de bens materiais superiores aos que desfrutava antes. E quando você chega ao governo no bojo de um grande movimento social, muito admirado e cortejado, isso contribui para que você, de certa maneira, perca o rumo. E aí você vai ver as pirâmides, tirar foto ao lado das pirâmides, comprar um avião... Isso tudo aconteceu com Lula e, no seu caso, houve ainda a agravante de ele não ser uma pessoa inquieta, do ponto de vista intelectual.

Veja — Essa inquietação poderia ter contribuído para amenizar o deslumbramento a que o senhor se refere?

Gabeira — Sim, porque a chegada ao poder, com todos os atrativos que ele oferece, é sempre um questionamento da sua sabedoria. E também um desafio à capacidade de saber olhar os seus projetos e se manter fiel a eles. E nem o PT nem Lula souberam responder a isso. Diante da necessidade de abandonar um programa que talvez não estivesse totalmente ajustado à realidade, eles optaram simplesmente por jogar esse programa para o ar — sem substituí-lo. Não foi à toa que, durante a campanha eleitoral, poucos de nós, intelectuais que apoiamos Lula, se submeteram àquele mico no programa de televisão, de andar de um lado para o outro com uma pasta debaixo do braço, dando a impressão de que todos os problemas do Brasil estavam equacionados e que, quando chegássemos ao governo, resolveríamos tudo.

Veja — O senhor se recusou a participar da gravação desse programa?

Gabeira — Eu não fui convidado. Mas quando eles fizeram o programa final, com o Lula já eleito no primeiro turno, nós fomos chamados a São Paulo para gravar. Era um programa de auditório, e nós tínhamos de levantar as mãos, todos juntos, e balançá-las para o alto. Eu fiquei perplexo com aquilo, não fiz. O Lula até reclamou: "Poxa, Gabeira, você tá dormindo?". Claro que eu não estava dormindo, eu estava achando aquilo ridículo. Éramos participantes de um projeto político que, no último momento, havia sido sintetizado em um programa de auditório. Parecíamos chacretes.

Veja — Foi nesse momento que o senhor achou que o trem começava a sair dos trilhos?

Gabeira — O momento em que eu acho que o trem começa a sair dos trilhos é quando o Lula decide, nessa última campanha, que vai ganhar — e que, para ganhar, é preciso ter dinheiro e um excelente programa de televisão. São premissas aparentemente sensatas. Mas, ao descobrir o imenso potencial do veículo e da linguagem publicitária, ele passou a superestimar o trabalho de marketing em detrimento do movimento social que o apoiava. E isso marcou o princípio do governo: a agenda dele passou a ser uma agenda de foto-oportunidade, para usar uma expressão dos ingleses. O presidente recebia misses, por exemplo, enquanto o Cristovam Buar-

que, durante o tempo em que foi ministro, esteve com ele apenas uma vez. O ministro da Educação! Lula saiu da história para entrar no marketing.

Veja — O senhor participou da montagem do governo. Houve um momento, portanto, em que acreditou nele.

"O PT foi construído de uma forma autoritária, e essa construção autoritária é que permitiu o deslocamento da camarilha que está hoje no Palácio do Planalto e que designa os caminhos do partido. A população já descobriu que o PT é igual aos outros que ele denunciava"

Gabeira — Eu acreditei pelo seguinte: nunca houve tanto entusiasmo popular em torno de uma candidatura. Nunca tantas pessoas competentes e interessantes se juntaram para ajudar uma candidatura. Então, eu achava que nós tínhamos um capital humano suficiente para realizar um processo de transformação importante para o Brasil. Só que o que houve foi uma traição.

Veja — A quem?

Gabeira — Às pessoas que acreditaram nele. Eu andei mais de 1 000 quilômetros com o Lula. Vi a esperança nos olhos das quebradeiras de coco do Maranhão, das plantadoras de cebola de Santa Catarina... Era visível a esperança delas, era visível que acreditavam na gente: "Essas pessoas são ligadas a nós, vão mudar a nossa vida". Vi mães chorando quando a caravana passava, mulheres levantando os seus bebês para que vissem o palanque... Era um capital de esperança muito grande. E parece que eles não se importaram muito com isso. Eles não tinham um projeto de Brasil,

não tinham um projeto de nação — tinham um projeto de poder. E perderam o contato com a realidade. Prova disso é que, no auge dessa crise, José Dirceu disse àquele grupo de escritores espanhóis com que se encontrou em Madrid que o projeto do PT era ficar doze anos no poder.

Veja — Qual o futuro da sigla, na sua opinião, diante dessa crise?

Gabeira — O PT tem um grave erro de origem. Ele opta pelo centralismo democrático, que foi um instrumento criado por Lenin, no princípio do século XX, para organizar trabalhadores fabris na luta contra o Exército do czar. Ora, nós já estamos no princípio do século XXI e o PT continua fazendo coisas em nome desse centralismo, como a expulsão da senadora Heloísa Helena. Isso é uma coisa ridícula, já não existe mais. Na Inglaterra, 240 deputados do Partido Trabalhista votaram contra a guerra no Iraque e continuam lá, ninguém vai expulsá-los. O PT foi construído de uma forma autoritária, e essa construção autoritária é que permitiu o deslocamento da camarilha que está hoje no Palácio do Planalto e que designa os caminhos do partido.

Veja — Do ponto de vista histórico, então, o PT estaria condenado. E do ponto de vista ideológico?

Gabeira — Desse ponto de vista, ele não existe mais. Acabou, foi para o espaço. A população já descobriu que o PT é igual aos outros que ele denunciava.

Veja — Em que momento isso aconteceu?

Gabeira — Quando ele achou que poderia abrir mão da bandeira ética que mantinha quando estava na oposição. Eles adotaram a tática da visita da velha senhora, a peça do Dürrenmatt (*dramaturgo suíço Friedrich Dürrenmatt*). Ele mostra uma prostituta que sai da cidade e volta rica. Aí, diz: "O mundo fez de mim uma prostituta e eu vou fazer desse mundo um bordel". Eles tiveram de conseguir dinheiro, tiveram de entrar no jogo e tiveram de comprar a sua base, já que não podiam buscá-la no PMDB nem no PSDB.

Veja — Em que medida essa saída fisiológica não seria também responsabilidade do sistema político brasileiro, em que o Executivo não tem maioria

garantida no Congresso e precisa ficar o tempo todo tentando seduzi-lo para conseguir governar?

Gabeira — Acho que a culpa dessa estrutura é parcial. Porque, se você considerar a centro-esquerda brasileira, como o PT e o PSDB, existe uma base numérica para você dirigir o país. O problema é que, como os dois não vão jamais se entender, estão ambos condenados ao fisiologismo — ou, como diz o Fernando Henrique, condenados a ser a vanguarda do atraso. O que nos leva a uma situação em que, em 2006, restará só perguntar de quem será a vez de pedir a CPI — e de quem será a vez de abafá-la. Nós poderíamos superar essa etapa da história brasileira criando uma frente política que fosse não tão rigidamente ideológica, como eles querem, mas uma frente política dos homens e mulheres de bem. Havendo essa demarcação ética, o governo conseguiria isolar progressivamente os fisiológicos. O processo do PT foi justamente o contrário: ele fortaleceu o fisiologismo e colocou na presidência da Câmara, por meio dos seus erros, um homem que está em contradição com o Brasil moderno, que é o Severino Cavalcanti.

Veja — O ministro José Dirceu esteve presente em vários momentos importantes da sua vida. Foi um dos presos libertados por seu grupo em troca do embaixador americano seqüestrado, esteve exilado em Cuba na mesma época em que o senhor e teve peso fundamental na sua saída do PT. Qual a relação que vocês têm hoje?

Gabeira — Não há relação. Ele jamais gostou de mim. Em 1989, fui escolhido pela convenção do PT candidato a vice de Lula na eleição contra Collor e ele ficou muito zangado com isso. Aliás, foi um bombardeio geral. Chegaram a dizer — não ele, pessoalmente, mas aliados e pessoas do próprio PT — que eu não era viril o suficiente para representar a classe operária. Excelente isso, não?

Veja — A que se deveria isso, na sua opinião?

Gabeira — Acho que o temor dele é que as pessoas ocupem o seu espaço, que ameacem aquele trono que ele construiu tão duramente, através de tantas reuniões e tanto café frio. Imagine uma pessoa que coleciona sessenta grupos de trabalho! Eu digo que ele é o Tio Pa-

tinhas dos grupos de trabalho, que a piscina dele está cheia de relatórios e ele não deixa ninguém chegar perto. Como se dissesse: “Quem vai cuidar do imobilismo aqui sou eu”. Mas, de maneira geral, acho que o PT não convive bem com uma personalidade. No sentido de que toda a estrutura do pensa-

“O Zé Dirceu teme que ameacem o trono que ele construiu através de tantas reuniões e tanto café frio. Ele é o Tio Patinhas dos grupos de trabalho, tem sessenta! A piscina dele está cheia de relatórios e ele pensa: ‘Aqui, quem cuida do imobilismo sou eu’”

mento da esquerda clássica está voltada para fazer com que o conjunto se imponha sobre o indivíduo. Eles são anteriores à fase em que os indivíduos já deram um passo adiante, buscando a autenticidade como referência. Convivem mal com essa idéia.

Veja — Houve um momento em que o senhor acreditou na luta de classes como saída para a transformação da sociedade. Em outro momento, defendeu a política do corpo e, mais recentemente, viveu a experiência de ser, por dez meses, governo. Foram três decepções?

Gabeira — Eu acho que, realmente, na escolha do socialismo houve um erro meu no sentido de não compreender o momento histórico. Contribuiu para isso o fato de estarmos na ditadura militar e essa ditadura militar ser, em si, um símbolo do atraso. Então, você é facilmente levado à ilusão de que, sendo contra ela, você está na frente, quando a verdade é que você está na frente de um projeto em declínio. Quando entendi isso, com a visão do marxismo sendo su-

perada na minha cabeça, não havia mais uma explicação da história, que era uma espécie de substituição da religião. Aí, eu tive de me voltar para dentro de mim para buscar onde estava a referência. Nisso, me vi com a política do corpo, que eu reconheço que foi absorvida pelo sistema. Passou a ser uma grande indústria, como, aliás, ocorre com todos os grandes movimentos. O elemento mais recente nessa sucessão de fracassos foi esse envolvimento com um governo que ia transformar o país e que resultou nessa farsa que vemos agora.

Veja — Diante desses três fracassos, o que restou das suas convicções?

Gabeira — A decisão de me apoiar em alguns princípios de atuação: a democracia — como uma visão estratégica, e não mais como os comunistas a viam, uma tática para chegar ao poder —, a defesa dos direitos humanos, da consciência ecológica e, finalmente, da justiça social. E caminhando por aí eu acho que posso fazer alguma coisa. Não é mais uma grande revolução, com o esplendor daqueles tempos, mas é um pouco parecido com aquela história do Salinger, de *O Apanhador no Campo de Centeio*: quando eu era jovem, eu queria morrer pela revolução. Agora, quero viver para transformar um pouco as coisas. Sem grandiosidade, sem melodrama. Com pequenas ações, apenas.

Veja — O senhor se separou recentemente. Voltou a se casar?

Gabeira — Eu tenho uma companheira, mas vivo na minha casa, com minha filha.

Veja — É um casamento à la Sartre, então?

Gabeira — O que me fascinou no existencialismo, em Sartre e Simone de Beauvoir, inicialmente, foi justamente a maneira como eles lidavam com essa questão da afetividade. Mas, hoje, não diria mais “a monogamia ou a liberdade”, por exemplo. Diria que, se você está bem com uma pessoa, ótimo. Se não está, acho razoável que tente ficar bem com mais de uma.

Veja — O ministro Gilberto Gil declarou que parou de fumar maconha aos 50 anos. O senhor também parou?

Gabeira — Ah, mas eu não fiz 50 anos ainda! O Gil é mais velho, eu sou muito jovem... ■

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, poucas coisas são mais odiosas, mais perniciosas, mais nefastas do que o preconceito. Filho dileto da ignorância, o preconceito leva os seres humanos a rotular seus semelhantes, a catalogá-los como “diferentes”, “anormais”, “inferiores”. O passo seguinte é a discriminação, a segregação, a exclusão. A partir disso, os grupamentos sociais ficam divididos entre os “bons” e os “maus”, os “superiores” e os “inferiores”, os que “têm direitos” e aqueles que “nada merecem”, como se fosse possível assim classificar a pessoa humana, enquadrá-la em rígidas e simplistas categorias.

Essa irracional postura de rejeição ao “outro”, àquele que não compartilha das minhas características pode ser endereçada ao estrangeiro, que não fala a minha língua e tem costumes “bárbaros”; ou àquele que pertence a outra etnia, e, portanto, pressuponho que seja menos dotado, intelectual ou fisicamente; ou, ainda, aos integrantes de determinada categoria profissional, a quem, conjuntamente, atribuo determinado padrão de má-conduta. Pode, até mesmo, ser endereçada aos oriundos de determinada região do País, nos quais penso enxergar, generalizadamente, desvios de caráter.

E o preconceito pode, também, ser dirigido àqueles que apresentam alguma deficiência, que são portadores de necessidades especiais.

Nesse caso, parece que regredimos a uma postura infantil, irrealista, de querermos que o mundo corresponda a nossas fantasias de contos de fadas, um lugar onde não exista espaço para a diferença, para qualquer imperfeição, onde todos deveriam ser jovens, belos, possuírem intelecto e condição física privilegiados, e todos os órgãos dos sentidos perfeitamente aguçados. Por que será, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que nos sentimos tão ameaçados, tão perturbados pela diversidade, ou mesmo pela imperfeição? Será porque ela nos põe em contato com a nossa própria imperfeição, nos lembra de que nós mesmos não nos enquadramos no figurino do conto de fadas?

Historicamente, os portadores da síndrome de Down têm sido alvo de uma tremenda carga preconceituosa, vistos como absolutamente incapazes, condenados à eterna dependência, às vezes afastados do convívio social pelos próprios pais e parentes, que se envergonhavam de ter um deficiente na família.

Felizmente, significativas mudanças têm sido observadas nesse quadro de uns anos para cá. Isso, graças aos avanços da ciência, que definiu, com bastante clareza, não se tratar a síndrome de Down de uma doença; graças a uma nova postura de muitos pais, que estimulam os seus filhos e acreditam na sua capacidade, educando-os para a independência e incentivando o desenvolvimento de suas potencialidades; e graças, também, ao esforço dos próprios portado-

res da síndrome, que, com muita luta, têm mostrado a capacidade de superar seus limites, provando que podem praticar esportes, realizar atividades artísticas, inserir-se no mercado de trabalho, manter relacionamentos afetivos e até casar.

No final do mês passado, na partida em que se despedia da Seleção Brasileira de futebol, ao comemorar seu último gol pelo escrete “canarinho”, Romário emocionou o País inteiro ao exibir uma camiseta com a frase: “Tenho uma filhinha Down que é uma princesinha”. Ao assumir com orgulho uma filha com deficiência, o atleta teve um gesto digno, bonito e corajoso. Afinal, sabe-se que ainda persiste, entre alguns pais, uma tendência a sentir vergonha, a esconder aquilo que percebem como um “problema”. Na sua posição de figura pública de grande notoriedade, o ídolo do futebol deu, assim, uma importante contribuição à luta contra o preconceito.

E esse episódio ocorreu num momento em que outros fatos marcantes também estão trazendo à baila a conveniência e a necessidade da plena inserção dos portadores dessa síndrome na nossa sociedade. Também no mês passado, saiu vencedor do Festival do Audiovisual do Recife o documentário *Do Luto à Luta*, do cineasta Evaldo Mocarzel, ele próprio pai de uma menina de cinco anos que tem a síndrome. No filme, são mostrados jovens com síndrome de Down trabalhando, surfando, filosofando, namorando e casando. Já no dia três deste mês, foi lançada, no Rio de Janeiro, a campanha “Ser Diferente é Normal”, capitaneada pela organização não-governamental Meta-Social, cuja Presidente é a Sra. Helena Werneck.

Várias figuras de destaque da nossa sociedade que têm filhos ou outros parentes com Down vêm dando, também, uma importante contribuição na luta contra o preconceito. O celebrado fotógrafo Sebastião Salgado tem um filho com a síndrome, enquanto o ex-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo Mário Amato tem uma neta. A Princesa Stella de Orleans e Bragança, mãe de Maria Cristina, de 15 anos, luta pelo acesso – garantido, aliás, por disposição legal – dos portadores de Down às escolas regulares. Com muita justeza, pondera a Princesa que “a sociedade é universal. As pessoas precisam entender que a escola inclusiva é melhor para todos, não só para as minorias. A gente aprende com a diversidade.”

Embora lentamente, a luta pela inclusão começa a se refletir nas políticas de contratação de pessoal de algumas empresas. A cadeia de restaurantes cariocas La Mole contratou, quase dois anos atrás, seu primeiro funcionário com síndrome de Down. Hoje, Thiago Borges Pompeu, de 22 anos, auxiliar de operações com salário de 340 reais mensais, utiliza suas horas vagas para treinar candidatos ao mesmo posto que também têm a síndrome. Outros três já foram contratados. Thiago tem curso de computação e é tetracampeão

estadual de natação especial. Ariel Goldenberg, de 24 anos, casado com Rita de Cássia Pokk, de 25, também portadora da síndrome, trabalha como auxiliar de escritório numa corretora de seguros. Ele lê, escreve, usa o computador e toca bateria muito bem.

Já Lucas Ronconi e Mariana Mattos, ambos de 20 anos, prestarão, em breve, a prova do sindicato da dança do Rio de Janeiro, com vistas a se profissionalizar. Praticantes de dança de salão, versados em tango, bolero, forró, suíngue e samba, eles já se apresentaram duas vezes nos Estados Unidos, em congressos internacionais de síndrome de Down, dançaram com Ana Botafogo, primeira-bailarina do Teatro Municipal, e participaram do programa *Planeta Xuxa*, na **Rede Globo de Televisão**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como mencionamos há pouco, a ciência médica já tem bem estabelecido que a síndrome de Down não é uma doença. Ela representa, isto sim, um padrão genético, caracterizado pela presença de um quadragésimo-sétimo cromossomo – excedente, portanto – por célula. Existem, contudo, diversas complicações médicas associadas à síndrome. Cerca de 40% dos bebês com Down nascem com cardiopatia. Até os dois anos de idade, as infecções respiratórias são mais freqüentes que nas demais crianças. E o portador da síndrome pode, também, nascer com malformações gastrintestinais. Os avanços da medicina, contudo, melhoraram muito os prognósticos para esses bebês. Hoje, uma pessoa com síndrome de Down tem 75% de chance de passar dos 35 anos de idade.

Os limites que os portadores da síndrome precisam superar não são desprezíveis. Além dos impostos pela deficiência mental, que acarreta aprendizagem mais lenta, e da maior suscetibilidade às doenças já referidas, há outros problemas físicos. As pessoas com Down têm a musculatura mais flácida. Por isso, fazem fisioterapia desde os primeiros meses de vida. Um pouco mais tarde, a partir dos quatro ou cinco anos de idade, a equoterapia traz excelentes resultados. Exercitando-se em um cavalo, os pequenos portadores de Down trabalham a musculatura, o equilíbrio, a coordenação motora. Os efeitos desse tratamento são também muito positivos no que diz respeito à auto-estima. Aprendendo a dominar o cavalo, as crianças Down sentem-se mais seguras e felizes por conseguir fazer algo que outras crianças não conseguem.

O que não podemos admitir é que, além das inevitáveis dificuldades acarretadas pela síndrome, seus portadores tenham, ainda, de enfrentar o ônus do preconceito. Qualquer forma de preconceito é odiosa. Quando, porém, o preconceito é dirigido às pessoas portadoras de deficiência, ele se torna ainda mais atroz, pois implica um gravame extra para quem já tem obstáculos tão significativos a transpor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, afirmei, no início desta fala, que o preconceito é filho dileto da

ignorância. Felizmente, na medida em que retrocede a ignorância a respeito da síndrome de Down, vai também ruindo o preconceito contra seus portadores.

É muito animador ver o amadurecimento dessa nova compreensão a respeito desse padrão genético diferenciado. Nosso craque Romário bem expressou essa nova perspectiva ao declarar, em entrevista, que sua filhinha é uma dádiva, um presente; que sua chegada fez dele um homem mais alegre, paciente e tolerante, com melhor entendimento da vida.

Para concluir, gostaria de reportar as palavras do jovem Ariel Goldenberg, no documentário *Do Luto à Luta*, já mencionado, referindo-se a ele próprio e à sua esposa. Com simplicidade e tocante humanismo, Ariel afirmou: “Perante a sociedade, nós somos Down. Mas, perante Deus, são todos normais”.

Creio que essas singelas palavras contêm muita verdade, e constituem um forte libelo contra todas as formas de preconceito. Vamos todos sair da ignorância, e entender que “ser diferente é normal”.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 (Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador

Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)*.

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003 (Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições*

Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral*.

Parecer sob nº 463, de 2005, do relator Senador José Jorge, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004 (nº 4.338/2001, na Casa de origem), que *denomina Presidente Juscelino Kukitscheck a Rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza*.

– Parecer favorável, sob nº 551, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas; e

– Adendo ao Parecer nº 551, de 2004, de autoria do Senador Aelton Freitas, corrigindo contradição constatada entre o projeto e a legislação vigente, a ser lido.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B*.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 24 minutos.*)

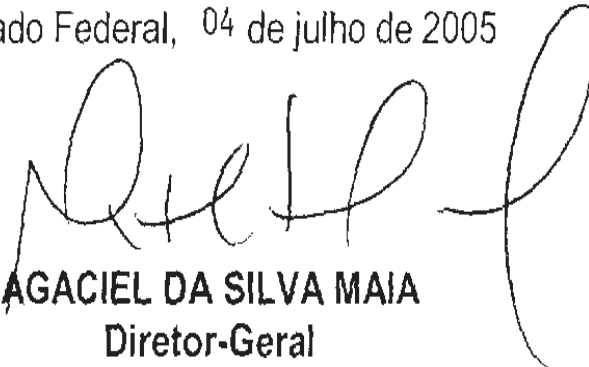
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 098 , DE 2005**

O SENHOR DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Designar o servidor DORACY CARVALHO REIS, Analista Legislativo, mat. 1343, para atuar como defensor dativo do servidor LUIZ ZITO SOARES, matrícula 33015, no processo de sindicância nº 014567/04-0, conduzido pela Comissão designada pela Portaria do Diretor-Geral nº 82, de 2005, equiparada sua atuação à de membro de comissão de inquérito, para efeito do disposto no art. 509, VI, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 04 de julho de 2005



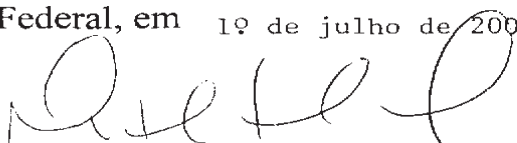
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2901 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010335/05-6 e 010393/05-6**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **ESTER RODRIGUES PENA**, matrícula nº 161394, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia para o Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, em 19 de julho de 2005.



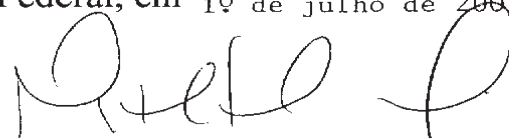
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2902 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010336/05-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **AILTON RAMOS BARBOSA**, matrícula n.º 163779, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Motorista do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 19 de julho de 2005.



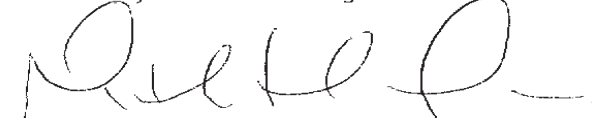
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2903 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010392/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GIL CEZAR JOSÉ ZANETTI**, matrícula n.º 169745, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Flávio Arns, a partir de 01 de julho de 2005.

Senado Federal, em 19 de julho de 2005



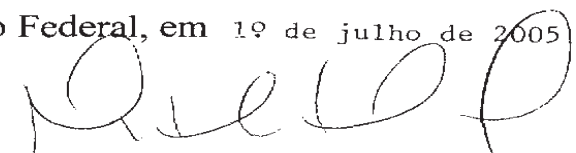
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2904 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010396/05-5**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VANDERLY CAZÉ SOUTO**, matrícula n.º 168558, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador José Maranhão, a partir de 30 de junho de 2005.

Senado Federal, em 19 de julho de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2905 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010234/05-5**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2217, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3237, de 20/05/2005, que nomeou **JACKSON SALES SANTOS JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 1º de julho de 2005



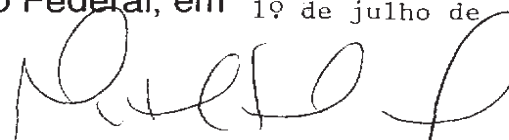
AGACIEL DA SILVA MAIA.
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2906 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010234/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JACKSON SALES SANTOS JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 1º de julho de 2005



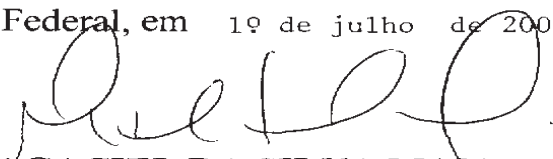
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2907 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010337/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EMANUELLE FERREIRA BRITO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 1º de julho de 2005



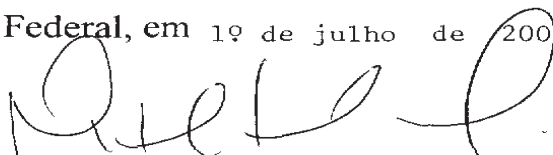
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2908 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010397/05-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MISA CAZÉ SOUTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Maranhão.

Senado Federal, em 1º de julho de 2005



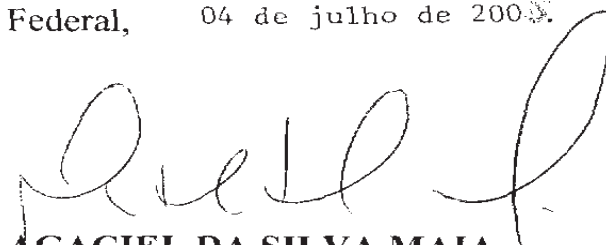
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2909 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 010310/05-3,

RESOLVE dispensar o servidor CÉSAR AUGUSTO GUIMARÃES, matrícula 48516, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Nezinho Alencar, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 29 de junho de 2005.

Senado Federal, 04 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2910 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 010309/05-5,

RESOLVE dispensar o servidor JAYME SEBASTIÃO MARTINS LOURENÇO, matrícula 30603, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Nezinho Alencar, a partir de 29 de junho de 2005.

Senado Federal, 04 de julho de 2005.



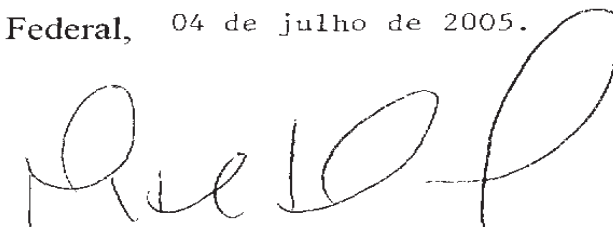
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2911, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010356/05-3,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA ELISA BORGES JEVEAUX, matrícula 40566, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Técnico da Secretaria de Fiscalização e Controle, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Execução de Contratações da Subsecretaria de Contratações Diretas, a partir de 30 de junho de 2005.

Senado Federal, 04 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2912, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 010190/05-8,

RESOLVE dispensar a servidora JANICE DE CARVALHO LIMA, matrícula 47500, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-8, da Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 28 de junho de 2005.

Senado Federal, 04 de julho de 2005.



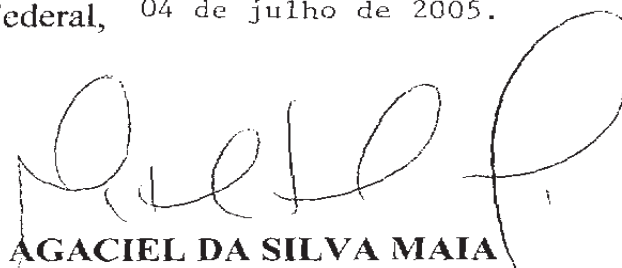
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2913 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 010272/05-4,

RESOLVE dispensar o servidor ANDRÉ MIRANDA BURELLO, matrícula 53720, ocupante do cargo efetivo de Consultor de Orçamentos, da Função Comissionada de Consultor-Geral Adjunto, Símbolo FC-8, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, a partir de 28 de junho de 2005, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 04 de julho de 2005.



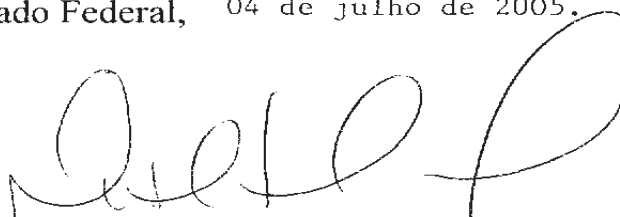
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2914 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 010187/05-7,

RESOLVE designar o servidor JOÃO BATISTA PONTES, matrícula 53652, ocupante do cargo efetivo de Consultor de Orçamentos, para exercer a Função Comissionada de Consultor-Geral Adjunto, Símbolo FC-8, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, a partir de 28 de junho de 2005.

Senado Federal, 04 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2915 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010.364/05-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **VANIA CRISTINA VIEIRA**, matrícula n.º 180893, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo.

Senado Federal, em 04 de julho de 2005.



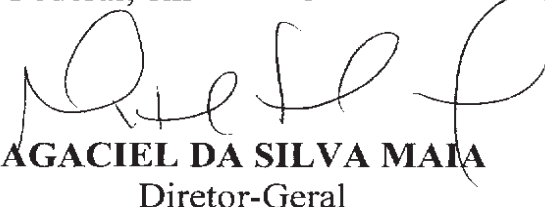
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2916 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010.418/05-9**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **VIRGINIA DE LUCENA RABELLO**, matrícula n.º 182798, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho.

Senado Federal, em 04 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2917 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010.417/05-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ANTONIO ALEXANDRE DUTRA**, matrícula n.º 187607, de Secretário Parlamentar para o de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho.

Senado Federal, em 04 de julho de 2005.



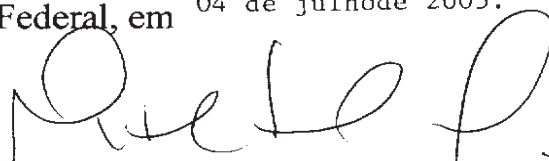
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2918 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010.382/05-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOSÉ DE SOUZA PENNAFORT NETO**, matrícula n.º 182622, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko.

Senado Federal, em 04 de julho de 2005.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2919 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010.363/05-0**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **AUREA GONTIJO BIRCHAL**, matrícula n.º 162064, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo.

Senado Federal, em 04 de julho de 2005.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2920 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010.381/05-8**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **RAQUEL SANTANA PERRUT DE LAURA**, matrícula n.º 174856, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko.

Senado Federal, em 04 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2921, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.350/05-5,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **TÂNIA DA ROCHA DOMICIANO**, matrícula n.º 179416, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Sibá Machado, a partir de 30/06/2005.

Senado Federal, em 04 de julho de 2005.



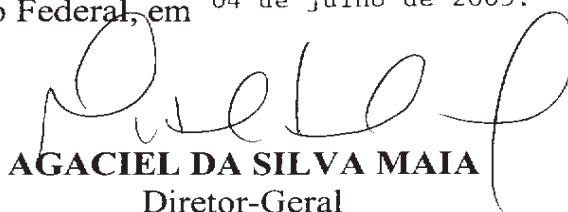
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2922 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.351/05-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLAUDIONOR DE MACEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 04 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

6-6-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CFC	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CLP	Maria Dulce V de Queirós Campos (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDÓ CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 178 PÁGINAS